

Cristiano Lima Ferraz

**O Novo Operariado Brasileiro: um estudo a partir de dois
segmentos de trabalhadores**

Orientador: Armando Boito Jr. (IFCH-UNICAMP)

Co-orientador: Iram Jacomé Rodrigues (FEA-USP)

Campinas, dezembro de 2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F413n Ferraz, Cristiano Lima
O novo operariado brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores / Cristiano Lima Ferraz. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Armando Boito Júnior.
Co-Orientador: Iram Jacome Rodrigues
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores. 2. Política. 3. Classes sociais.
4. Capitalismo. I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The new brazilian industrial work force: a study to leave of two segments of workers

Palavras chaves em inglês (keywords):

Workers
Politics
Social classes
Capitalism

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora: Armando Boito Júnior, Andréa Galvão, Marco Aurélio Santana, Ruy Braga, José Rodrigues, Henrique Amorim (Suplente), Paula Marcelino (Suplente)

Data da defesa: 17-12-2008

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Unicamp
Doutorado em Ciência Política

Cristiano Lima Ferraz

O Novo Operariado Brasileiro: um estudo a partir de dois segmentos de trabalhadores

Tese de Doutorado Apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sob orientação do prof. Dr. Armando Boito Jr. (IFCH-UNICAMP) e co-orientação do prof. Dr. Iram Jacomé Rodrigues (FEA-USP)

Este exemplar corresponde à redação da tese defendida e aprovada em 17/12/2008

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (UNICAMP)

Prof. Dra. Andréa Galvão (UNIFESP)

Prof. Dr. José Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Rui Braga (USP)

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)

Prof. Dr. Henrique Amorim (Suplente)

Prof. Dra. Paula Marcelino (Suplente)

Campinas, dezembro de 2008

200900 992

À memória de Magnólia

“De nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins”.

(Bertold Brecht)

Agradecimentos

A etapa do doutorado foi, sem dúvida, uma fase difícil e enriquecedora. A sua dinâmica criou as condições para que se condensassem em um curto espaço de tempo as mais diversas dificuldades. O doutorado constituiu-se, por isso mesmo, em processo de formação bem amplo, onde tive que lidar com diversos obstáculos objetivos e subjetivos relacionadas ao trabalho de pesquisa e às condições em que a fazemos. A ausência de recursos para a pesquisa tende a comprometer o resultado do trabalho. A cotidiana falta de tranqüilidade decorrente das imposições do chamado reino da necessidade compromete as condições adequadas para exercitar o tipo reflexão que o processo de produção do conhecimento científico neste nível demanda. Além disso, fazer pesquisa nas condições materiais atualmente oferecidas aos doutorandos no Brasil exige a tentativa constante de superação, mesmo em universidades de ponta, onde o trabalho é feito com condições objetivas superiores à média nacional e latino-americana, como é o caso da Unicamp. Tudo isso, no entanto, acaba funcionando como estímulo para que sejam cumpridos os objetivos acadêmicos e pessoais que se descortinam para nós nessa fase. Acredito que este tipo de formação, executado nas circunstâncias citadas, prepara o pesquisador para enfrentar a tarefa de produzir ciência nas condições mais adversas. É nesse sentido que se transforma em um tipo de formação que transcende as exigências puramente acadêmicas.

Agradeço então a todos aqueles que me ajudaram a solucionar as dificuldades encontradas ao longo da jornada, seja no campo científico ou pessoal.

A primeira dificuldade para mim apareceu quando deixei a tranqüilidade do ambiente universitário e me dirigi para o trabalho de campo. No trabalho de campo somos testados de maneira profunda, desde o momento quando estabelecemos o primeiro contato

com os informantes e com a realidade estudada, quase sempre tão distantes da realidade em que o pesquisador vive. A insegurança da primeira entrevista, quando ainda nos sentimos muito “verdes”, mesmo depois de tanto nos prepararmos e de já ter trabalhado com elas em outras pesquisas, a incerteza diante da possibilidade de ter acesso às pessoas, de conseguir as informações. A dificuldade de compreender o outro, de mergulhar em um universo estranho ao seu, circular por realidades tão diferentes. Fica sempre aquela dúvida se conseguimos interpretar e explicar a riqueza do real. É nesse momento que percebemos mais claramente o quanto é importante para o campo das Ciências Sociais que o pesquisador saia dos muros das universidades. Nem sempre estamos à altura desses desafios, mas estou convencido de que é esse tipo de desafio torna a pesquisa mais instigante. Agradeço em especial, portanto, à generosidade de todas as pessoas que facilitaram o trabalho fora dos muros da universidade. Muito obrigado aos trabalhadores e trabalhadoras que me permitiram compartilhar do seu mundo e que disponibilizaram parte do seu tempo escasso para me relatarem as suas experiências de vida e de trabalho. Agradeço ao pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aos companheiros do Sindicato de Verdade, em Itapetinga, e ao Sintracal.

Agradeço a minha família, sobretudo aos meus pais, Ivandro e Dora. Ajudaram inclusive na pesquisa. Os dois nasceram e conviveram durante décadas com a realidade de algumas cidades pesquisadas, particularmente em Iguai, onde inclusive eu nasci. Mas, enquanto eu me distanciei daquelas realidades e voltei a elas como pesquisador, os dois sempre as vivenciaram, sobretudo a política e a cultura local. O seu relato sobre o cotidiano daquelas realidades foi incorporado na reflexão sobre o tema. Eles não sabiam (agora

sabem) que método da História Oral foi utilizado em nossas conversas. O mesmo foi feito com a minha avó Izabel, avó paterna já falecida.

Agradeço a Fabiana e Carlinhos, que não mediram esforços e me acolheram em São Bernardo do Campo, quando cheguei a São Paulo para fazer o doutorado. Obrigado pela solidariedade e por quebrar inúmeros galhos quando eu ainda me estruturava para o trabalho. Sem a ajuda de vocês possivelmente essa tese não seria feita. Obrigado também por facilitar o meu contato com diversos trabalhadores que vivem na Vila São Pedro – periferia de São Bernardo do Campo – muitos deles saídos do interior do Nordeste para tentar se integrarem ao chamado mundo urbano-industrial.

Agradeço a Sara e Vanildo pela disposição em ajudar a resolver alguns percalços de trajetória. Agradeço a Gonzaga, Alan, Diego e Côca pela acolhida sempre carinhosa durante as viagens de pesquisa em Salvador e Camaçari. Tia Magui, que infelizmente não viu a conclusão desta tese, estará sempre conosco, parte da sua história continua através de nós.

Agradeço a Edgar e Tam pela ajuda que me deram em São Paulo quando cheguei de mudança do Rio de Janeiro. Por falar da mudança do Rio de Janeiro, agradeço a Andréa e dona Jacira, irmã e mãe “emprestadas”, respectivamente. Nunca vou me esquecer da força que vocês deram na ocasião daquela mudança corrida. Agradeço ainda aos amigos que fiz na UFF. Durante o mestrado, os debates acadêmicos e políticos, na sala de aula e nos botecos do Rio de Janeiro estão de alguma maneira, incorporados aqui. Agradeço mais uma vez ao mestre José Rodrigues pelo estímulo intelectual.

Agradeço aos amigos de Campinas. Aos colegas do CEMARX agradeço pela rica convivência intelectual. Agradeço ainda a Aristóteles, amigo de infância que também fazia

doutorado na Unicamp e que me hospedou por um bom período na Moradia. Valeu Tote, que sempre distribuía entre os amigos as laranjas maduras do seu experimento. Agradeço a Carolina Leopardi pelo carinho e por me mostrar como a arte e a filosofia podem se juntar de forma tão bela.

Agradeço aos mestres e amigos Armando Boito Jr. e Iram Jacomè Rodrigues. Aprendi muita coisa com vocês, não somente em aspectos relacionados à Sociologia ou à Ciência Política ou à pesquisa, mas também pelo compromisso com a causa dos trabalhadores. Agradeço pelas valiosas lições de humildade, algo às vezes difícil de encontrar entre os pesquisadores e intelectuais de ponta. Espero ter feito jus ao esforço de vocês, muito obrigado. Agradeço a Nair, minha companheira, pela força nos momentos mais difíceis da tese, nos últimos dois anos. Sei o quanto foi difícil para você e para as pessoas mais próximas lidarem com um doutorando enlouquecido, quase que literalmente... O seu amor foi sempre um bálsamo.

Agradeço aos amigos e companheiros de luta no Departamento de História da UESB, pelo estímulo.

Por fim, agradeço aos funcionários da Unicamp, especialmente aos do IFCH, com quem convivi mais de perto. Ao pessoal da biblioteca e da secretaria da pós, muito obrigado por facilitar o nosso trabalho. Não adianta ter uma boa estrutura acadêmica quando não se tem pessoas dedicadas e competentes tocando tudo isso.

Agradeço a CAPES – que me concedeu uma bolsa de doutorado durante uma fase da pesquisa – bem como a todos aqueles que, como contribuintes, profissionais e militantes, tornam possível a existência da universidade e da pós-graduação públicas, gratuitas e de qualidade.

Resumo

O presente trabalho trata do surgimento de uma nova geração operária no Brasil contemporâneo e problematiza o seu processo de constituição em classe relacionando determinações e sobre-determinações do fenômeno. Para a realização desta pesquisa utilizamos uma enquête operária, entrevistas, observações diretas e pesquisa documental. A pesquisa demonstrou que a nova geração operária em questão surge em um contexto de mudança no padrão de acumulação do capital, que engendra transformações importantes na organização da produção de mercadorias. Manifesta-se mais uma vez, a velha tendência do processo de produção capitalista quando, diante das contradições sistêmicas que impedem a manutenção da taxa de lucro, os agentes da burguesia elaboram novas maneiras de elevação da produtividade do trabalho vivo, potencializando um nível mais elevado de exploração da mais-valia. O surgimento de novos segmentos operários é resultado desse processo e indica a expressão local de uma nova fase do capitalismo na formação social brasileira. A mudança é acompanhada por outra tendência histórica no processo de produção capitalista, que é a expansão da sua teia, ocupando novas regiões. No Brasil, esta tendência pode ser ilustrada pela migração e de empresas industriais para áreas sem tradição fabril, como se observa no movimento de instalação de indústrias do Sul e Sudeste no Nordeste do País.

Abstract

The present work deals with the sprouting of a new laboring generation in Brazil contemporary and problematiza its process of constitution in classroom relating determination and on-determination of the phenomenon. The new laboring generation in question appears in a context of change in the accumulation standard of the capital, that produces important transformations in the organization of the production of merchandises. Manifest one more time, the old trend of the process of capitalist production when, ahead of the sistêmicas contradictions that hinder the maintenance of the profit tax, the agents of the bourgeoisie elaborate new ways of rise of the productivity it alive work, potencializando a level more raised of exploration of the more-value diligent it. Fruit of this process, the sprouting of new laboring segments, indicates the local expression of a new phase of the capitalism in the Brazilian social formation. The change is folloied by another historical trend in the process of capitalist production, that is the expansion of its teia, having occupied new regions. In Brazil, this trend can be illustrated by the migration and of industrial companies for areas without tradition manufacter, as it observes in the movement of installation of industries of the South and north-eastern Southeast of the Country. For the accomplishment of this work we use one enquête laborer, direct interviews, comments and documentary research.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	19
2	CAPITALISMO E TRABALHADORES NO BRASIL.....	37
2.1	TRABALHO, SINDICATO E OPERÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	37
2.2	GERAÇÕES OPERÁRIAS E TEMPO PRESENTE	50
3	O NOVO OPERARIADO E O DEBATE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE SOCIAL	95
3.1	O ECONOMICISMO	95
3.2	SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO NOVO OPERARIADO EM CLASSE	124
4	DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO EM DOIS SETORES DA PRODUÇÃO CAPITALISTA	133
4.1	ASPECTOS GERAIS DA DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO	133
4.2	A DETERMINAÇÃO DE CLASSE NO SETOR AUTOMOTIVO	147
4.3	A DETERMINAÇÃO DE CLASSE NA INDÚSTRIA CALÇADISTA	167
5	SOBREDETERMINAÇÕES DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO	179
5.1	O PERFIL SOCIAL E CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA.....	179
5.2	A CENA POLÍTICA E SINDICAL.....	189
5.1	A AÇÃO DO ESTADO.....	231
5.2	TRABALHO, CULTURA E IDEOLOGIAS NOS TERRITÓRIOS DO NOVO OPERARIADO ..	248
6	O NOVO OPERARIADO É UMA CLASSE SOCIAL?.....	349
7	CONCLUSÃO.....	367
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	379
9	ANEXOS	407
9.1	RELAÇÃO DE REGIÕES E MUNICÍPIOS.....	407
9.2	QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA	417

1 INTRODUÇÃO

“Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todo o mundo, uni-vos!”

(Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista - 1848)

O presente trabalho trata do surgimento de uma nova geração operária no Brasil contemporâneo e problematiza a sua constituição em classe. A nova geração operária em questão aparece em um contexto de mudança no padrão de acumulação do capital, que engendra transformações importantes na organização da produção de mercadorias. O fenômeno demonstra, mais uma vez, a velha tendência do processo de produção capitalista expressa na ação dos agentes da burguesia organizada que, diante das contradições sistêmicas que impedem a manutenção da taxa de lucro, elaboram novas maneiras de elevação da produtividade do trabalho vivo com vistas a potencializar um nível mais elevado de exploração da mais-valia do trabalhador. A emergência destes segmentos de

trabalhadores e as novas plantas industriais que eles operam indicam uma nova fase capitalista¹, inclusive na formação social brasileira.

A mudança é acompanhada por outra tendência histórica no processo de produção capitalista, que é a expansão da sua teia, ocupando novas regiões. No Brasil, isso pode ser ilustrado pela migração de empresas industriais para áreas sem tradição fabril, como se observa no deslocamento de indústrias do Sul e Sudeste para o Nordeste do país, bem como na instalação de novas plantas em regiões sem tradição industrial no próprio Sul e Sudeste, além do Centro-Oeste. A hipótese é de que com a nova forma de organizar a produção de mercadorias começa a surgir no Brasil um operariado, estruturalmente diferente do trabalhador coletivo forjado na tradição fordista de produção e rotinização do trabalho. As novas fábricas incorporam, por exemplo, conceitos de produção e de gestão substantivamente diferentes daqueles observados nas tradicionais grandes indústrias do ABC, que nos remete a um período do desenvolvimento industrial brasileiro, caracterizado, segundo Humphey², por ter grandes empresas nas cidades industriais, e pela concentração de produção entre uma pequena quantidade de firmas de capital estrangeiro. Atualmente as grandes empresas não somente descentralizam a produção para áreas sem tradição industrial em seus ramos de atuação, como também descentralizam a própria produção ao incorporarem de forma terceirizada no processo outras empresas que atuam diretamente no chão-da-fábrica e que se co-responsabilizam com os resultados. Isso pode ser comprovado pela experiência dos consórcios modulares e condomínios industriais (Resende-RJ e Camaçari-Ba), que operam utilizando-se de níveis significativamente mais altos de automação e terceirização combinados com relações entre capital e trabalho que primam

¹ CHESNAIS, François. DUMÉNIL, Gerard [et al]. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

² HUMPHREY, Jonh. *Fazendo o Milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 58

por um nível mais baixo de direitos, proteção social e de remuneração dos operários. Os exemplos citados representam as chamadas “fábricas enxutas”, onde a produtividade supera a das fábricas fordistas tradicionais ou em vias de transição para o pós-fordismo³

Do ponto de vista das determinações estruturais de classe, temos aí um substrato econômico que diferencia na forma e no conteúdo as realidades dos trabalhadores nas indústrias tradicionais e nas chamadas “fábricas enxutas”. No campo político e cultural veremos também que existem elementos que diferenciam os trabalhadores das duas realidades em questão. Embora Rodrigues, Ramalho, Pontes e Santana⁴ indiquem mais semelhanças do que diferenças entre as duas realidades e argumentem de que não se trata de uma nova classe operária nos chamados *greenfields* e de uma velha classe operária nos *brownfields*, no caso o Sul Fluminense e ABC respectivamente, diríamos que as determinações estruturais em ambas levam a uma convergência que afirma a existência de um novo operariado. Se este constitui ou não uma classe social é outra questão, como veremos. O fato é de que, se no ABC, a emergência desse novo operariado está relacionada ao fenômeno geral que produz os processos de reorganização da produção, de retirada de direitos e de estabelecimento de uma nova sociabilidade entre capital e trabalho que, à sua maneira, procura reduzir o patamar de conflitos entre patrões e operários em favor de uma relação sindical em que a cooperação e o caráter propositivo assumem destaque, no Sul Fluminense essa tendência se manifesta de maneira mais acabada por outras vias:

³ CONCEIÇÃO, Maria da Consolação V. *Uma empresa, dois modelos de relações de trabalho: a terceirização da Volkswagen no ABC e Resende*. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense**. São Paulo: Anna Blume, 2007.

⁴ RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; PONTES, Célia Carmem C.; SANTANA, Marco Aurélio. *Velhos e novos operários da indústria automobilística: o ABC paulista e o Sul Fluminense*. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense**. São Paulo: Anna Blume, 2007.

trabalhadores sem tradição no que concerne ao embate sindical em seus ramos de atividade, indústrias que já se instalam nos marcos da produção enxuta, salários mais baixos etc.

As características identificadas com a velha geração operária do ABC estão em declínio. As suas determinações econômicas se metamorfoseiam, como também o seu modo de vida, ação política e cultura em uma unidade materialmente determinada pela fase capitalista que engendra um contexto histórico diferente daquele que se constituiu a partir dos anos 50, quando a Willys Overland (atual Ford) e outras montadoras migraram para São Bernardo do Campo. O fenômeno atual se assemelha à situação examinada por Gramsci no clássico *Americanismo e Fordismo*, quando dizia que “no industrialismo a hegemonia vem da fábrica”. Muitos tomaram essa assertiva como uma avaliação de que o operariado industrial faria a revolução socialista. Mas o alcance da análise de Gramsci, embora considerasse essa possibilidade, não apontava necessariamente nessa direção. O revolucionário italiano referia-se ao fato de que, no modo de produção capitalista, as relações de trabalho, os costumes, a aparelhagem estatal, a sociabilidade e as próprias representações elaboradas sobre o modo de vida são profundamente influenciadas pelas demandas e formas assumidas pela moderna organização da produção capitalista. Não é demais frisar que tais demandas e formas de organização da produção não brotam do nada, mas das necessidades políticas e ideológicas apresentadas pela burguesia, a classe social hegemônica.

Os princípios que brotariam da organização da produção material se refletiriam inclusive nos conteúdos técnicos e ético-políticos do trabalho em geral. Décadas se passaram desde a análise de Gramsci sobre o industrialismo americanista. Atualmente, outra mudança estrutural ocorre no modo de produção e, mais uma vez, a burguesia

organizada em classe procura redefinir as bases político-ideológicas e culturais do seu projeto de sociedade, metamorfoseando a sua hegemonia. Essa nova hegemonia produz impactos negativos no modo de vida dos trabalhadores na medida em que aponta para precarização do trabalho e das dimensões políticas e institucionais que se relacionam com essa atividade. A presente hegemonia se manifesta de maneira mais plena onde as suas possibilidades de avanço são mais concretas, como se pode observar, por exemplo, em Resende com consórcio modular da Volkswagen e em Porto Real com a PSA Peugeot (cidades do Rio de Janeiro), na Camaçari do Complexo Ford (Bahia) ou Itapetinga dos operários da Azaléia (Bahia), na cidade paulista de Sumaré impactada com a fábrica da Honda ou em Catalão, em Goiás, onde a Mitsubishi monta caminhonetes. As fábricas mencionadas exemplificam uma tendência histórica sob o capitalismo, que é a tentativa de elevação da subsunção do trabalho pelo capital. Isso significa a existência de trabalhadores mais adequados às formas pós-fordistas de valorização do capital, com práticas políticas diferentes daquelas que se constituíram ao longo de décadas nas regiões industriais mais antigas.

Para verificar essa hipótese, a pesquisa foi realizada com operários do setor automotivo e calçadista. A escolha dos setores foi motivada por três aspectos. Em primeiro lugar por estarem diretamente ligados ao processo de mundialização do capital, o que os relaciona com as tendências mais gerais do setor fabril em nível internacional. Segundo, por que são setores que atravessam um expressivo processo de reorganização da produção e grande mobilidade espacial a partir da segunda metade dos anos 90, acompanhando a tendência que se verifica em diversos países do núcleo orgânico, bem como os periféricos e

semi-periféricos do sistema interestatal⁵. Terceiro porque, apesar das semelhanças acima citadas, tradicionalmente são ramos bem diferenciados quanto ao tipo de mercadoria produzida, nível tecnológico, processo de produção e perfil operário. No princípio da pesquisa estes aspectos foram delimitados como necessários para por à prova a hipótese sobre o surgimento de um novo operariado no Brasil. O objetivo era verificar a possibilidade de elementos de universalização em setores tão distintos quanto o calçadista e o automotivo.

Por tratar aqui do surgimento de um novo operariado em um contexto de reorganização industrial, é necessário esclarecer rapidamente o meu posicionamento sobre um tema atual no campo das Ciências Sociais, o da sociedade pós-industrial. O presente objeto de investigação, bem como a sua relação com a produção industrial mundializada, me leva a discordar da tese de que a sociedade contemporânea é pós-industrial. Segundo essa perspectiva, no contexto da revolução informacional e da moderna planta informatizada a produção industrial estaria sendo substituída, a exemplo do que afirma Habermas⁶, pelo processo de tratamento das informações, os trabalhadores pelos engenheiros, o “savoir-faire” pela ciência que se tornaria força produtiva autônoma, o que poria termo, por exemplo, à teoria marxista do valor-trabalho. Assim, exemplo de sociedade pós-industrial seria os EUA, onde o setor terciário (marketing e P&D, por exemplo) e informacional estaria se sobrepondo à produção industrial. Lojkine contesta a tese da sociedade pós-industrial ao mostrar que em países como Alemanha e Japão o crescimento do terciário e do setor informacional se relaciona diretamente com crescimento

⁵ Sobre o conceito de periferia e semi-periferia ver: ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

⁶ Cf: HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência Enquanto Ideologia*. In: *Textos Escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo-SP: Editora Abril, 1975, p. 320-321.

da produção industrial⁷. Segundo o autor, pesquisas recentes revelam inclusive imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo na fabricação de mercadorias, o que denota a ampliação da proletarização. Esse fenômeno coloca em questão antigas clivagens de classe entre “cols blancs et cols bleues, et, même, plus profondément, entre productifs e improductifs”. Na visão deste autor haveria hoje em dia uma “classe ouvrière” élargie⁸. Não se entrará aqui na polêmica da classe operária ampliada. O fundamental nesse momento é reter o fato de que o argumento de declínio da sociedade industrial no sistema capitalista deve ser visto com ressalva. Nos EUA, por exemplo, a crise do setor informacional se relaciona com a realocização industrial das firmas para o Sudeste Asiático em busca de menores custos de produção, além do fato de terem perdido competitividade industrial frente ao Japão. No entanto, embora as indústrias tenham saído do território estadunidense, a sua produção de mais-valia em outros países continua alimentando a valorização do capital das firmas dos EUA. Afirma-se ainda, portanto, para os capitalistas a centralidade do mecanismo de produção direta de mais-valia enquanto instrumento principal de produção do excedente. As notícias divulgadas pela imprensa mundial sobre os escândalos envolvendo o falseamento dos balanços de produtividade de grandes empresas americanas, além dos reveses econômicas que reconhecida perda de competitividade do industrialismo americanista, particularmente no setor automotivo, demonstram os limites das teses da sociedade pós-industrial⁹. Se as fábricas tendem a diminuir ou desaparecerem em certos lugares, surgem em outros, como demonstra o caso da Azaléia Calçados, que fechou plantas no Rio Grande do Sul, mas abriu outras novas em

⁷ LOJKINE, Jean. *La Révolution Informatiionnelle*. Paris: Puf, 1992, p. 231.

⁸ Ibidem, p. 231-232.

⁹ Sobre a crise do modelo industrial americano voltado para a produção em massa, ver: WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

estados do Nordeste. O mesmo pode ser observado com as fábricas automotivas, que transferem cada vez mais suas atividades para locais sem tradição industrial em seu setor de atividade. É certo que todas elas produzem com um número relativamente menor de operários. Mas, mesmo assim, a tendência mais geral de realocização não deixa de nos remeter à tendência cíclica do capitalismo industrial em gerar *cinturões de ferro*, quando abandona determinadas regiões para se instalarem em outras.

Além do tema da sociedade pós-industrial, abordado aqui de forma rápida, o delineamento do presente objeto de estudo demandou o diálogo com algumas temáticas já consagradas no campo das Ciências Sociais, da História e mesmo da Antropologia. Refiro-me à problemática sobre a constituição do operariado em classe, cultura operária, bem como sobre a temática histórico-sociológica que relaciona o “moderno” e o “arcaico” no processo de industrialização e de constituição do operariado no Brasil. Tal problemática é reeditada pelas próprias características das mudanças contemporâneas no modo de produção capitalista, que inaugura um novo momento de reespecialização da indústria no país. É nesse cenário que se situa o surgimento de uma nova geração operária no Brasil: um operariado que é novo não apenas por ser recente, mas também porque nasce em virtude de modificações estruturais na organização da produção social de mercadorias, em uma nova fase do modo de produção capitalista: mudanças na organização da produção, fábricas diferenciadas em territórios sem tradição industrial naqueles ramos de atividade, outra geração operária.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar o surgimento dessa nova geração operária no Brasil a partir do deslocamento industrial de grandes empresas, que instalaram novas plantas no Estado da Bahia no final do século XX. Examinou-se como o coletivo

operário avalia a sua recente experiência fabril. Procurou-se identificar aspectos dessa experiência que eventualmente se configurem como elementos de alguma identidade política e cultural de cunho classista. Foram examinadas possíveis semelhanças e diferenças existentes entre o que seria a nova geração operária com segmentos operários mais antigos, particularmente aqueles que se constituíram a partir do segundo ciclo da industrialização brasileira. Nesse último aspecto muito ainda precisa ser feito, sobretudo uma pesquisa de campo mais detalhada a partir das frentes que foram abertas. De qualquer forma, o foco não é a comparação entre os dois segmentos operários, mas entender quem é o novo operariado.

A pesquisa foi feita com operários de cinco empresas: Dilly e Clássico do Nordeste (fabricas do Grupo Dass), Azaléia, Ramarim e Ford, com trabalhadores de sete plantas industriais instaladas em quatro cidades no Estado da Bahia a partir dos finais dos anos 90. Apesar de ter visitado outras cidades do interior da Bahia incorporadas na nova teia industrial, só pude me dedicar à pesquisa, de forma menos limitada, nas cidades em questão.

O Grupo Dass é uma dos maiores grupos do setor calçadista na América Latina. A empresa surgiu em 2003 a partir da fusão do Grupo Dilly e do Grupo Clássico. A Dilly foi fundada no Rio Grande Sul (Ivoti) em 1964. Produzia calçados femininos e calçados esportivos em oito plantas distribuídas entre o Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia, quando operava com cerca de 6.700 trabalhadores. O grupo Clássico foi fundado em Saudades-SC, em 1979. O seu foco era basicamente a produção de roupas esportivas. Após a fusão o Grupo Dass passou a ter cerca de 10.000 trabalhadores e operar com 10 unidades fabris. Inicialmente a Dilly fabricava calçados femininos destinados, sobretudo, à exportação (Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão). Em Vitória da Conquista-Ba, a planta da Dilly e

da Clássico do Nordeste se instalaram lado à lado e operam com cerca de 1.200 trabalhadores. Na cidade baiana as fábricas do Grupo Dass produzem, via terceirização, componentes e material esportivo para as marcas multinacionais como Nike, Kappa, Umbro, Adidas, Try On, Oakley, dentre outras.

A Calçados Azaléia S.A. começou suas atividades em 1958 na cidade de Parobé, Região Metropolitana de Porto Alegre. Atualmente é a maior indústria calçadista da América Latina e uma das maiores do mundo, emprega 17 mil trabalhadores. A empresa possui as marcas Azaléia, Dijean (calçados femininos), exportados para 70 países, além da marca Olimpikus (calçados esportivos), exportada para 40 países. Todas as marcas são ainda comercializadas no mercado nacional. A Azaléia Calçados fornece ainda componentes para a Asics, empresa multinacional de material esportivo. Além de Parobé, no Rio Grande do Sul, a Calçados Azaléia possui plantas na Bahia – algumas das quais foram estudadas na pesquisa – e Sergipe. Começou a instalar plantas no interior do Estado da Bahia em 1998, em pequenas cidades sem nenhuma tradição industrial a aproximadamente 500 Km de Salvador¹⁰. Além de ser a líder nacional no segmento de calçados femininos, a Azaléia está entre as cinco maiores organizações calçadistas do globo¹¹. Na Bahia, a rede produtiva da Azaléia é composta por 25 unidades produtivas descentralizadas em torno da fábrica processadora do produto final. Todas as unidades menores localizam-se em pequenas cidades (sua população gira em torno de 20 mil

¹⁰ A Azaléia é a líder do mercado nacional de calçados femininos e pretende a dar um salto de competitividade na área de calçados esportivos, o produto principal da fábrica baiana. Segundo dados de 1999, suas fábricas espalhadas pelo Brasil somavam 170 mil metros quadrados de área construída e geravam direta e indiretamente 16 mil empregos. A previsão é de que quando estiver funcionando plenamente, a sua filial baiana (na verdade sua rede de unidades produtivas) gere cerca de 10.000 empregos diretos, com investimentos da ordem de 205 milhões de dólares. Cf: SARLET, Erica D. *Os 40 anos de Calçados Azaléia S.A.: 1958-1998*. Canoas – RS: La Salle Gráfica Editora, 1999, p. 76-77; Ver também: BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. *Relatório de Atividades*, 1998.

¹¹ BNDES. Área de Operações Industriais 1 – AO1. *O Caso da Azaléia Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados*. Rio de Janeiro, maio de 2001, p. 2

habitantes) das regiões Sudeste e Sudoeste do Estado. Essas pequenas cidades espalham-se por um raio de cerca de 200 Km em torno da matriz de processamento do produto final. A matriz processadora localiza-se no município de Itapetinga¹², cidade tradicionalmente ligada à pecuária de corte. A maioria das unidades que compõem a rede produtiva da Azaléia encontra-se em municípios pobres – a exceção é Itapetinga – com grande contingente populacional transitando por empregos de baixa remuneração no comércio (incipiente) e na atividade agropecuária. No início das atividades da empresa, a previsão divulgada era é de que a rede de unidades produtivas da Azaléia gerariam cerca de 10.000 empregos diretos quando estiverem funcionando plenamente. Atualmente já ocupa mais de 12.000 trabalhadores.

A Ramarim começou a atuar no ano de 1962, em Nova Hartz, Rio Grande do Sul. Exporta para 40 países e possui duas plantas, uma na cidade de origem e outra em Jequié, na Bahia.

A Ford é globalmente conhecida, não somente pelo destaque que possui no setor automotivo mundial, mas também por simbolizar uma fase característica do industrialismo capitalista, marcada pelo pioneirismo estadunidense na produção em massa, inaugurando um sistema de produção que se convencionou denominar por fordismo. A Ford foi a primeira montadora automobilística a se instalar no Brasil, em abril de 1919 na cidade de São Paulo. Possui plantas em São Bernardo do Campo-SP, Taubaté-SP e Camaçari-Ba.

¹² O município localiza-se na Região Sudoeste. Possui 1.615,40 Km² e fica a 571 Km de Salvador. A sua população estimada é de 54.787. O rendimento médio dos chefes de domicílio é R\$ 266,00, sendo a 14ª na escala de rendimento médio dos municípios baianos. Conta com 55 estabelecimentos de ensino fundamental: 19 na zona rural e 36 na zona urbana; destas 11 são estaduais (todas na zona urbana), 36 são municipais (19 na zona rural e 16 na zona urbana) e 9 particulares (todas na zona urbana). A cidade conta ainda com 5 escolas de nível médio, 2 estaduais, 2 particulares e 1 federal, todas na zona urbana. Cf: BAHIA. Governo do Estado da Bahia. *Estatística dos Municípios Baianos*. [CD-ROM]. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; SEI, 2001. Configuração mínima recomendada: Petium 166, 32 MB.

Emprega cerca de 300 mil funcionários em todo o mundo, sendo 9.156 no Brasil, segundo dados de 2004¹³. A Ford está entre as maiores multinacionais automotivas do mundo e, desde em que se instalou no Brasil, concentrou sua produção em São Bernardo do Campo, no ABC paulista (o início de suas operações em São Bernardo do Campo se deu quando adquiriu a fábrica da Willys Overland), uma das regiões industriais pioneiras na implantação do modelo *grande indústria fordista* no país e berço do Novo Sindicalismo. No entanto, desde finais da década de 90, após se beneficiar da disputa travada entre Rio Grande do Sul e Bahia pela instalação da nova planta, a empresa decidiu construir sua fábrica mais moderna em Camaçari, cidade localizada à cerca de 40 Km de Salvador-Ba.

A nova planta, conhecida como Complexo Ford do Nordeste, foi inaugurada em outubro de 2001. Atualmente produz 912 carros por dia, um carro a cada 80 segundos. Em Camaçari, a Ford realiza investimentos da ordem de US\$ 1,9 bilhão, introduziu um elevadíssimo nível de automação (possui 512 robôs e sistemas eletromecânicos de automação), inaugurou processos produtivos até então não utilizados pela Ford em todo o mundo como, por exemplo, seu sistema de pintura automática e o projeto piloto de montagem modular seqüenciada. O principal diferencial da planta é a participação de mais de 30 fornecedores sistematizados diretamente na linha de montagem e não apenas no fornecimento de componentes. Os fornecedores de autopeças compartilham as instalações e as responsabilidades do processo produtivo com a Ford¹⁴. A empresa, conforme tendência também seguida pela Volkswagen de Resende-RJ, implanta mais enfaticamente na Bahia o novo conceito de “modularidade”.

Segundo pesquisa recente sobre o setor automotivo:

¹³ www.anfavea.com.br, consultado em 15/01/2006.

¹⁴ WWW.ford.com.br, consultado em 27/03/03.

O Brasil, assim, é objeto de experimentações de arranjos organizacionais que atribuem a determinado tipo de empresas de autopeças – os sistemistas – um novo papel, qual seja, o de capitanear a chamada “modularidade. Ao mesmo tempo, todas as novas unidades montadoras de automóveis – e mesmo muitas das antigas, remodeladas – passam a utilizar, em alguma medida, este conceito. Ao mesmo tempo, várias das unidades novas instalam-se fora do eixo geográfico da indústria no Brasil (o Estado de São Paulo e, em menor medida, Minas Gerais).¹⁵

Ainda sobre os condomínios, a pesquisa informa que

A estratégia das empresas que participam do esquema de fornecimento modular em condomínios é clara: minimizar o risco de um capital dedicado a um único cliente, e minimizar a repetição de capacidade, com vistas a otimizar capacidades instaladas já anteriormente existentes, normalmente em suas unidades centrais (matrizes locais) (...). Portanto, é absolutamente ilusório pensar que as novas unidades de montagem de veículos serão similares àquelas dos anos 60/70, altamente verticalizadas com fornecedores próximos (no caso do ABC) também altamente verticalizados¹⁶

A previsão inicial era de que quando estivesse funcionando a plena capacidade, a planta de Camaçari gerasse 5.000 empregos diretos e 50.000 indiretos, produzindo um veículo a cada 80 segundos (850 por dia e 250.000 por ano).

Todas as empresas citadas se instalaram na Bahia quando a indústria nacional já se encontrava em plena reorganização sistêmica da produção, em um processo de transição do paradigma industrial. Na Bahia, as referidas empresas já começam a operar com base nestes novos paradigmas, lá não há transição. Elas adotam estratégias de ação, processos de

¹⁵ SALERNO, Mário Sérgio [et al] *A Nova Configuração da Cadeia Automotiva Brasileira*. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção – Grupo de Estudo em Trabalho, Tecnologia e Organização; BNDS. São Paulo: 2002. p. 4.

¹⁶ *Ibidem*, p. 19.

trabalho e de relações com os trabalhadores diferentes dos modelos usualmente praticados em seus locais de origem, a exemplo das formas de contratação, terceirização, de qualificação da força de trabalho, formas de relacionamento com os sindicatos e níveis de remuneração – estes significativamente mais baixos. Como expressão mais visível das diferenças entre o Centro-Sul e o Nordeste, temos a implantação do conceito de Condomínio Industrial pela Ford e a descentralização da planta industrial e da produção em 25 unidades produtivas pela Azaléia. Na Bahia, nenhuma das fábricas delimitadas enfrenta as complexas negociações com os sindicatos, por ocasião dos processos de reestruturação produtiva.

Um dos motivos declarados para o deslocamento das empresas é a necessidade de elevação da competitividade na atual fase capitalista, o que as levaria a buscar custos operacionais mais baixos que passam, sobretudo, pela redução de salários e direitos trabalhistas, bem como pela realização do processo produtivo com um número significativamente menor de trabalhadores. Contribuiria também para a realocação industrial as chamadas “pressões corporativas” do movimento sindical no Vale dos Sinos e no ABC paulista, aonde a reestruturação produtiva proposta pelas referidas empresas vem enfrentando a resistência dos trabalhadores organizados, que se contrapõem à redução dos salários e à supressão de direitos trabalhistas.

Na Bahia a situação é bem diferente. Ali a Ford é a primeira indústria automotiva do Estado. No Sul e Sudoeste da Bahia a Azaléia é a primeira grande fábrica. Na grande maioria das cidades que fazem parte da sua estratégia produtiva em rede ela é inclusive a primeira e única fábrica existente. No cenário baiano, a Ford e as empresas calçadistas contam com a ausência de uma tradição de sindicatos combativos em seus setores, se

beneficiaram da “Guerra Fiscal” e obtêm expressivos incentivos fiscais – dentre as empresas calçadistas que se instalaram na Bahia no final dos anos 90, a Azaléia foi a que mais se beneficiou dos incentivos fiscais. As empresas recebem ainda polpudos financiamentos para suas estruturas a taxas e prazos extremamente favoráveis, o que diminui de forma importante o seu custo com capital inicial. Na Bahia o estado arcou inclusive os custos do treinamento dos operários no Senai.

Enfim, no Estado da Bahia, as empresas citadas encontram condições extremamente propícias para implantar suas metas reorganizacionais e de elevação da competitividade. Além de tudo, fazem surgir ali um novo operariado. Inicialmente visualizei a hipótese de que esse operariado era triplamente novo.

Novo por ser recente. Novo por surgir em regiões em que não havia indústrias desse tipo, sendo que na região onde a Azaléia se instalou sequer existiam outras indústrias em algumas cidades. Novo por surgir em uma nova fase de divisão regional do trabalho, inserido em um tipo de organização do trabalho que se contrapõem aos princípios fordistas que predominaram nos locais da velha industrialização. Durante a pesquisa somaram-se a essas hipóteses mais outra característica. Refiro-me ao fato de ser um operariado jovem, que em sua grande maioria nunca havia trabalhado em indústrias, sem contato com uma cultura sindical e em cujas comunidades a presença e o reconhecimento dos direitos trabalhistas revela-se ainda frágil na sociabilidade entre trabalhadores e patrões.

Isso tudo contribui para diferenciar esse novo operariado daquele mais antigo que se constituiu no Vale dos Sinos e no ABC quando, sob a base sócio-técnica fordista, a indústria calçadista e automotiva no Brasil ali formaram seus pólos, respectivamente.

Esse fenômeno recoloca ainda no debate o velho dilema das desigualdades regionais no país. No Sul e Sudeste, tanto os partidos de esquerda quanto os governos estaduais se mobilizam tentando contrabalançar os reveses que a diminuição dos empregos industriais gera naquelas regiões. Em Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul esse fenômeno vem sendo apontado como um dos pilares do desemprego nos centros industriais mais antigos. No ABC e no Vale dos Sinos, a realocação industrial vem também contribuindo para dar sinergia a um fenômeno mais amplo de crise da organização sindical dos trabalhadores. Enquanto no Vale dos Sinos e no ABC o fenômeno é apontado como uma das causas dos problemas econômicos, no Estado da Bahia o processo é visto em sua aparência imediata como a chegada do progresso e dos empregos. Temos assim uma via de mão dupla: a desestruturação e reestruturação do universo operário em diferentes locais. Esse fenômeno unifica os contextos do velho e o novo operariado industrial, ambos sofrem os reveses do processo, seja pela perda dos empregos ou pela precarização dos mesmos nos locais onde os postos surgem.

O enfoque na desestruturação e reestruturação do universo operário em locais diferentes não deve obscurecer que a fenômeno também ocorre no próprio espaço das fábricas tradicionais. Os processos de reestruturação, de redução de postos de trabalho nas plantas e as negociações que objetivam reduzir direitos e salários relacionados ao chamado “Custo ABC” ilustram isso. Conforme nos mostra Rodrigues, Ramalho, Pontes e Santana¹⁷, novas e velhas gerações operárias podem ser encontradas em uma mesma fábrica. Ali podem conviver lado a lado trabalhadores mais antigos que relatam conquistas que os

¹⁷ RODRIGUES, Iram Jácome; PONTES, Cecília M. C.; RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Velhos e Novos Operários da Indústria Automobilística: o ABC e o Sul Fluminense*. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense*. São Paulo: Anna Blume, 2007.

novos operários não chegaram a experimentar, pois, quando ingressam no trabalho industrial, o fazem no momento de transição para um paradigma de produção que intensifica a exploração do seu trabalho. Do ponto de vista sindical e da cena política, é também o momento de ascensão do neoliberalismo e de refluxo no movimento sindical naquelas localidades.

Durante a pesquisa realizei observações diretas nos locais de trabalho e nas cidades onde as empresas encontram-se instaladas. Foram feitas 50 entrevistas junto aos trabalhadores, dirigentes sindicais e outras pessoas da comunidade. Utilizei dados de 250 questionários junto aos operários das empresas delimitadas¹⁸. Foram selecionadas para a análise fontes (documentos, publicações e entrevistas) provenientes das organizações do operariado e do empresariado, bem como de documentos do governo baiano tais como relatórios, planejamentos estratégicos, além de entrevistas e propagandas na mídia televisiva e escrita sobre os novos empreendimentos industriais. Foi feito também uma coleta de informações relacionadas ao tema da tese em um grande jornal de circulação nacional (Folha de São Paulo), um de circulação regional (Diário do Grande ABC) e outro de ampla circulação no estado da Bahia (Jornal à Tarde). Muito do material pesquisado ainda carece de um exame mais demorado e nem tudo foi utilizado na exposição da pesquisa, seja por falta de tempo para maturar a análise, seja pela necessidade de concluirmos a tese por conta dos prazos estipulados pelo programa de pós-graduação. O objetivo é continuar a pesquisa após a conclusão da etapa atual.

¹⁸O modelo do questionário foi inicialmente elaborado por José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (IFCS – UFRJ) que o utilizaram em suas pesquisas no Sul Fluminense. O questionário também foi aplicado por Iram Jácome Rodrigues (co-orientador deste trabalho) em sua pesquisa no ABC. A única mudança que fizemos no questionário foi a alteração dos nomes das cidades, para se adequarem às regiões em que foram aplicados. Gostaria de agradecer a contribuição fundamental dada pelos professores José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana, além da valiosa orientação do professor Iram Jácome Rodrigues.

Por fim, o trabalho apresenta um conjunto de questões com as quais se estabeleceu o diálogo:

- O debate sobre a reestruturação produtiva e o processo de constituição de classe do operariado brasileiro;
- O impacto da realocização e reorganização fabril nas regiões industriais mais antigas;
- O papel do Estado e dos agentes do capital no fenômeno de realocização;
- A organização sindical do novo operariado;
- O perfil social do novo operariado;
- As ações do velho e do novo operariado diante das estratégias de reorganização da produção que se entrelaçam com o fenômeno de realocização industrial;

Compreender melhor a realidade que tais questões anunciam é algo que se impõe não somente para o campo da Ciência Política e da Sociologia, mas também para aqueles setores da sociedade que tomam partido favorável à causa dos trabalhadores. A expectativa é de que o presente trabalho possa contribuir para essa finalidade.

No capítulo seguinte tratarei da relação entre desenvolvimento capitalista e trabalhadores no Brasil. Evidentemente não serão abordadas todas as nuances dessa relação, seja pelo foco do presente trabalho, seja pelos limites do próprio autor. A intenção é estabelecer algumas comparações entre diferentes gerações do operariado industrial no país com o objetivo de começar a esclarecer melhor quem é a nova geração do operariado brasileiro.

2 CAPITALISMO E TRABALHADORES NO BRASIL

2.1 TRABALHO, SINDICATO E OPERÁRIOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

“Na Grã-Bretanha, desde o tempo da rainha Elizabeth, existiu na realidade uma obrigação legal nacional de fornecer auxílio, a Lei dos Pobres. A sociedade e suas organizações políticas tinham deveres positivos com relação a seus membros. Ora, a inovação dramática, e na verdade para a maior parte das pessoas a inovação diabólica, da sociedade burguesa e de sua economia capitalista era o fato de ela não prover espaço para estes direitos e deveres positivos, e realmente tentar aboli-los. Citemos uma canção folclórica do século XIX: “se a vida fosse coisa que o dinheiro pudesse comprar, os ricos poderiam viver e os pobres, se acabar””

(Eric Hobsbawm, em Os Operários e os Direitos Humanos, 1982)¹⁹

Distintas gerações operárias surgiram ao longo da história da industrialização no Brasil. O tema se interliga, portanto, não somente com os momentos de mudanças

¹⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 4ª Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2005, p. 428-429.

estruturais da indústria no país como também, mais amplamente, com a forma que assume o capitalismo na formação social brasileira. O cenário atual do capitalismo no país integra, mesmo em sua particularidade, uma totalidade que anuncia mudanças no modo de produção, quando a burguesia organizada, em suas diversas frações de classe, tenta consolidar mudanças sociais que viabilizem as estratégias contemporâneas de reprodução ampliada do capital. Isto tem produzido impactos paradigmáticos no universo operário, particularmente no que se refere à ofensiva da burguesia para a redução de direitos e proteção social dos trabalhadores.

Na década de 90, diversos estudos sobre o chamado “mundo do trabalho” indicam que o capitalismo passa por mudanças importantes. Elas situam-se inicialmente por volta dos anos 70, nos países do núcleo orgânico. Naquele momento manifestava-se uma crise de superprodução que evidenciava os limites do fordismo em manter os níveis de acumulação do ciclo virtuoso correspondente aos “30 anos gloriosos” do capitalismo no século XX, verificados entre o segundo pós-guerra e o começo dos anos 70. Em países periféricos e semi-periféricos, a crise e as mudanças que ela engendra são percebidas mais claramente ao longo dos anos 80 e, com mais força, na década de 90 do século XX. Em todo esse complexo de mudanças apresenta-se uma determinação intrínseca ao modo de produção capitalista, que é a necessidade de reorganizar as forças produtivas via elevação da produtividade do capital variável na composição orgânica do capital. No ramo industrial isso impõe a necessidade de se intensificar as formas de manutenção ou ampliação da produção com um número menor de trabalhadores, que obviamente não são remunerados proporcionalmente em relação ao que produzem. Caso a correlação de forças favoreça,

acompanha esta tendência um movimento de rebaixamento dos salários e de retirada de direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Mas, não existe automatismo nesse processo. Tal determinação estrutural do modo de produção capitalista não se realiza a margem das conjunturas sociais específicas. Dependendo das especificidades de cada sociedade, aquela determinação pode ficar a uma distância muito grande daquilo que demanda a burguesia, ou pode ser realizada mais plenamente. Antecipando aqui um tema que será tratado mais detalhadamente no terceiro capítulo da tese em sua relação com a teoria das classes sociais e determinações de classe do novo operariado, denominarei estas especificidades como sobredeterminações – aqui é direta a contribuição teórica da problemática althusseriana das determinações e sobredeterminações²⁰. Isso quer dizer que em determinados lugares, ao tentar levar a cabo necessidade tendencial de potencializar a exploração dos trabalhadores, a burguesia se vê diante de obstáculos que reagem sobre a tendência estrutural em questão. No caso em tela, podemos enumerar algumas sobredeterminações importantes que ajudam a entender porque as empresas não se reestruturam da mesma forma em todos os lugares e porque os trabalhadores reagem de forma diferenciada frente às novas formas de produção de mercadorias.

A primeira sobredeterminação que pode ser destacada é a organização política e sindical dos trabalhadores. Onde ela tem condições de assumir uma postura de embate com o capital, na perspectiva de assegurar (ou ampliar) padrões de remuneração e de direitos já conquistados, as empresas tendem a não realizar como gostariam a determinação estrutural em questão. Onde os trabalhadores não se encontram organizados política e sindicalmente

²⁰ ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1979.

em um patamar parecido, as mudanças pretendidas pela burguesia se dão de forma mais veloz.

Uma segunda sobredeterminação é o nível de institucionalização e reconhecimento dos direitos trabalhistas e a sua capilaridade no cotidiano dos trabalhadores e das comunidades em que vivem. Rebaixar direitos que já se enraizaram na cultura local é muito mais complicado do que em situações onde eles ou não existem ou não fazem parte da sociabilidade predominante.

Outra sobredeterminação importante é o modo de vida. Trata-se da maneira como os trabalhadores vivem, que se realiza inclusive como expressão da cultura e da tradição elaboradas a partir de determinada condição de classe. Os trabalhadores podem atribuir sentidos diferentes aos fenômenos relacionados à sua condição de classe a depender da tradição que partilham de forma consciente ou não, muitas vezes herdada de modos de vida anteriores ao seu. Questões de ordem simbólica, como por exemplo, o sentido que atribuem ao despotismo fabril e ao significado da autoridade patronal; elementos de ordem objetiva relacionados aos hábitos de consumo; as práticas sociais políticas aceitas, a forma como se integram na sociabilidade urbano-industrial, as expectativas produzidas e mediadas pelo ambiente em que vivem. Tudo isso tende a atuar sobre a determinação estrutural em questão, ou seja, o patamar de valorização do capital que a burguesia organizada tentar impor na fase capitalista atual.

Na reflexão sobre as determinações estruturais e sobredeterminações, tendo em vista o objeto deste estudo, é preciso destacar que, quando se fala das comunidades e regiões que integram o modo de produção capitalista no país, além de contextos operários diferentes, é preciso tomar dois cuidados básicos. O primeiro é de não relativizar as

diferenças ao extremo, ao ponto de se negar elementos de homogeneidade. O outro cuidado fundamental é o de não incorrer no erro oposto, quando se nega particularidades e se toma a homogeneidade como absoluta ao se considerar segmentos operários em realidades diferentes. Isso porque existem singularidades em cada realidade no que se trata, por exemplo, do nível de organização dos trabalhadores e do patamar de aprofundamento das reformas político-institucionais que encaminham a plataforma neoliberal como fenômenos contemporâneos cuja finalidade política é consolidar um novo patamar de valorização do capital no país. É este o cenário que surge, para a burguesia organizada, diante da necessidade de constituição de um operariado que se diferencia daquele que predominou nas grandes indústrias a partir da matriz fordista de organização das forças produtivas e das relações de produção, herdeiro de uma sociabilidade e de uma relação salarial que tende a entrar em declínio a partir dos anos 70 nos países do núcleo orgânico e nos anos 80 e 90, nos países periféricos e semi-periféricos do sistema interestatal.

Ao longo das últimas duas décadas, várias foram as temáticas relacionadas com a determinação estrutural supracitada. Dentre elas destacamos os estudos sobre a reestruturação produtiva, mudanças no mercado de trabalho, novas estratégias de qualificação da força-de-trabalho, as relações entre a reforma do Estado com movimento e estrutura sindicais, realocização de empresas e as novas formas de precarização do trabalho. Apesar das perspectivas teóricas que informam essas análises, os temas vêm sendo postos em exame à luz de três hipóteses mais gerais. A primeira – já citada acima – é de que, de certa forma, adentramos em uma nova fase do capitalismo em algum momento entre os anos 60 e 70²¹. A segunda é a de que as reverberações desse fenômeno nas

²¹ Ver: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1992; CHESNAIS, Jean. *A Mundialização do Capital*. São Paulo-SP: Xamã, 1996; ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do*

diversas esferas da sociedade ainda não são claras, a exemplo das implicações que esse processo pode gerar nos rumos do movimento operário, bem como na própria dimensão político-ideológica dos trabalhadores.

A terceira é de que a nova fase capitalista coloca as organizações dos trabalhadores em uma posição claramente defensiva, onde manter as conquistas sociais coloca-se como a estratégia fundamental, ao invés de ampliá-las, como ocorria nas décadas que antecederam a crise dos anos 70 e a hegemonia neoliberal nos anos 80 e 90 do século XX.

Ao longo dos anos 80 e 90, já no contexto da chamada reestruturação produtiva, a tendência observada foi de predomínio de também três tendências na produção acadêmica em Ciências Sociais que trata do denominado “mundo do trabalho”. A primeira tratava do impacto das novas tecnologias sobre os operários das indústrias no país que até então se organizavam com base no paradigma fordista de produção²². A segunda tendência apontava para o exame da resposta dos trabalhadores e a dinâmica sindical frente a esses novos desafios²³. Uma terceira, em nível teórico-conceitual, se debruçava sobre as mudanças nos

Desenvolvimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997; ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Rio de Janeiro-RJ: Contraponto; São Paulo-SP: UNESP, 1996.

²² LEITE, Márcia de Paula; SILVA, Roque Aparecido da. *A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: uma discussão teórica.* **BIB**, Rio de Janeiro-RJ, n° 42, pp. 41-57, 2° semestre de 1996; ABRAMO, Laís. *Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: um balanço.* **BIB**, Rio de Janeiro-RJ, n° 30, pp. 19-65, 2° semestre de 1990; CASTRO, Nadya Araujo; LEITE, Marcia de Paula. *Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: desafios e interpretações.* **BIB**, n° 37, Rio de Janeiro-RJ, pp. 39-59, 1° semestre de 1994; CASTRO, Nadya Araújo; DEDECCA, Cláudio Salavadore. **Ocupação na América Latina: tempos mais duros.** São Paulo-SP; Rio de Janeiro-RJ: ALAST, 1998; BRAGA, Ruy. *Luta de Classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia.* In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva.** São Paulo: Xamã, 1995; HIRATA, Helena Sumiko (Org.) **O “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho.** São Paulo-SP: Editora Universidade de São Paulo, 1993; SALM, Cláudio; FOGAÇA, Azuete. **“Modernização Industrial e a Questão dos Recursos Humanos”.** In: *Economia & Sociedade*, Campinas n° 1, p. 111-114, Março/Agosto 1992;

²³ LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária.** São Paulo: Scritta, 1994; LEITE, Márcia de Paula (Org). **O Trabalho em Movimentos: reestruturação, produtiva e sindicalismo no Brasil.** Campinas-SP: Papirus; ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw [et all] (Orgs). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e Inglaterra.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

conteúdos tecno-científicos e ético-políticos do trabalho²⁴. Em muitos trabalhos essas três tendências também se entrelaçavam.

No final dos anos 90 e ao longo da primeira década dos anos 2000, merece destaque também outro importante conjunto de pesquisas sobre o chamado mundo do trabalho, que anuncia a tendência de exame sobre o impacto das novas plantas no chamado desenvolvimento regional²⁵, sobre as dinâmicas empresariais e de gestão nas novas localidades industriais²⁶, bem como sobre as relações de trabalho nas velhas e novas áreas industriais onde se processam mudanças cruciais com relação ao padrão de rotinização do trabalho²⁷. É necessário registrar ainda a convergência de pesquisas dedicadas à reflexão sobre mudanças no cenário sindical no contexto de avanço do neoliberalismo.

²⁴ Ver: ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2000; RAMOS, Marise Nogueira. *Da Qualificação à Competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade Federal Fluminense). Niterói-RJ, 2001; RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e Identidade dos Trabalhadores: as concepções do Trabalho e do Capital*. São Paulo-SP; Niterói-RJ: Xamã; Intertexto, 2000; FRIGOTO, Gaudêncio. *A Educação e a Crise do Capitalismo Real*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1999; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional*. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995; RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998, particularmente o cap. 3;

²⁵ Cf: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *A Indústria Automobilística no Rio de Janeiro: relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional*; ZAWISLAK, Paulo Antônio; MELO, Aurélio Adriana de. *A Indústria Automotiva no Rio Grande do Sul: impactos recentes e alternativas de desenvolvimento*. In: NABUCO, Maria R.; NEVES, Magda de A.; NETO, Antônio M. C. (ORGs): *Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

²⁶ BRANDÃO, Nágela [et all]. *A Complexa montagem de um veículo: a Mercedes-Benz em Juiz de Fora*. In: NABUCO, Maria R.; NEVES, Magda de A.; NETO, Antônio M. C. (ORGs): *Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002; FRANCA, Gilberto Cunha. *O Trabalho no Espaço da Fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

²⁷ RODRIGUEZ, Irám Jácome. *Relações de trabalho e ação sindical no ABC Paulista nos anos 1990*; MOTIM, Benilde; FIRSKOWSKY, Olga; ARAÚJO, Sílvia. *Indústria Automotiva no Paraná: implicações sobre o emprego e as relações de trabalho*. In: NABUCO, Maria R.; NEVES, Magda de A.; NETO, Antônio M. C. (ORGs): *Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. ; RAMALHO, José Ricardo. *Novas Fábricas, Velhas Práticas: relaçãostrabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira. Cadernos do CRH*. Salvador: Centro de Recursos Humanos / UFBA, 2004, vol 17 nº 41. Cadernos do CRH; MARCELINO, Paula Regina. *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; OLIVEIRA, Eurenice. *Toyotismo no Brasil: o desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004;

Recentemente foi publicado um conjunto de pesquisas²⁸, que atualiza várias questões colocadas pelos estudos anteriormente citados, como por exemplo, o estágio atual da reestruturação produtiva no País, as relações de trabalho e os cenários políticos que se apresentam para os trabalhadores brasileiros nesta primeira década do século XXI. Destaco ali algumas pesquisas diretamente relacionadas com o tema do presente trabalho como, por exemplo, o surgimento de plantas industriais em regiões sem tradição industrial e operária, a relação entre atualíssimas estratégias de organização social da produção com formas pretéritas que o capitalismo dava por superadas como, por exemplo, o trabalho infantil, trabalho por peça e em domicílio²⁹. A coletânea em foco apresenta inclusive uma radiografia importante dos ramos que delimitados como amostra para a investigação do novo operariado brasileiro, a saber, o automotivo e o calçadista.

As abordagens citadas contribuem para entender os cenários operários atuais por destacarem as mudanças no modo de produção e sua relação com as regiões. Mas, com algumas exceções, ainda assim em nível setorial³⁰, mantém-se um quadro insuficiente em termos de análises sobre os processos de constituição de classe desses novos segmentos operários e sobre seu modo de vida. Em geral, o debate sobre a classe social, seu perfil, modo de vida e relação com as realidades em que a reorganização do capital ocorre, perde

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense*. São Paulo: Anna Blume, 2007.

²⁸ ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁹ NAVARRO, Vera. *A Indústria de Calçados no Turbilhão da Reestruturação*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 424.

³⁰ Destaco os seguintes trabalhos: TOMIZAKI, Kimi. *Desenraizamentos e Deslocamentos: a formação de uma geração singular de metalúrgicos no ABC paulista*; RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; PONTES, Célia Carmem C. SANTANA, Marco Aurélio. *Velhos e novos operários da indústria automobilística: o ABC paulista e o Sul Fluminense*. RODRIGUES, Iram Jácome; MARTINS, Heloisa Helena S. T. de Souza. *Perfil Socioeconômico e Jovens Metalúrgicos*. Os trabalhos se encontram reunidos em RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense*. São Paulo: Anna Blume, 2007

espaço para o costumeiro enfoque na análise setorial, privilegiando aspectos da reestruturação produtiva e sua relação com questões sindicais e processo de trabalho³¹

Apesar da importante contribuição destes conjuntos de estudos sobre os trabalhadores e seus setores de atuação, há uma carência de pesquisas que apresentem uma perspectiva de síntese com o objetivo de por em evidência um fenômeno indiretamente tratado e, por isso mesmo, não suficientemente problematizado atualmente, ou seja, o surgimento de um novo operariado no Brasil. É nesta frente que o presente trabalho pretende contribuir.

A nossa abordagem se diferencia das perspectivas anteriormente citadas em quatro vertentes principais.

Em primeiro lugar, porque localizamos o surgimento do novo operariado como parte de transformações no bloco histórico. O conceito de bloco histórico se revela adequado para compreender o surgimento de um novo operariado ou mesmo de uma nova classe operária. Permite incorporar na análise a unidade contraditória entre economia, política e cultura (estrutura e superestrutura) em um dado momento histórico³², aspectos que, no marxismo, envolvem a própria definição do conceito de classe social. Assim, o processo de constituição de um novo operariado leva em conta não somente a sua situação de classe, sua ocupação na fábrica ou sua relação com os sindicatos. É fundamental também levar em consideração as forças políticas que no âmbito do Estado estrito senso e da sociedade civil atuam com a intenção de criar as condições hegemônicas e institucionais

³¹ PEREIRA, Paula Regina M. A *Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; OLIVEIRA, Eurenice. *Toytismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

³² Ver: GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª Edição, 1989, p. 12-13 e 31-54; GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Vol. 1*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 250-251; GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 237-282.

que faça a nova geração operária incorporar uma visão de mundo onde estejam contemplados princípios da nova hegemonia burguesa, cuja expressão maior no plano político se expressa na plataforma neoliberal.

Em segundo lugar, como já foi anunciado, a problemática que orientou a pesquisa não se restringiu a um setor específico. Diz respeito ao processo de constituição de classe e não somente a uma análise de categorias por setor de atividade. O objetivo buscado foi o de transcender as relações no cotidiano de setores fabris específicos.

Em terceiro lugar, confrontam-se aqui a determinação que “produz” o novo operariado com questões mais específicas relacionados aos territórios em que surge esta nova geração operária.

Por fim, em quarto lugar, investigou-se o surgimento do novo operariado em locais onde o movimento operário é ainda muito pouco estudado. Refiro-me ao interior do país, particularmente no Nordeste brasileiro.

O conjunto de mudanças que remetem ao um novo bloco histórico não tem um desenvolvimento espacialmente homogêneo, nem temporalmente linear. Além disso, enquanto a paisagem da estrutura produtiva se altera mais rapidamente, as mentalidades em suas nuances culturais e político-ideológicas mudam mais lentamente. Embora nas empresas já se possa observar há mais de duas décadas a adoção de novas formas de gestão da força de trabalho e de organização do processo produtivo em moldes acentuadamente mais flexíveis do que o paradigma fordista de produção, o estabelecimento de um novo senso comum acerca do trabalho, dos direitos sociais relacionados a esta atividade e sobre a própria perspectiva de estabilidade no emprego, exige um trabalho mais refinado de convencimento, combinando inclusive ações coercitivas, no sentido de afinar o modo de

vida dos novos operários aos mecanismos propostos de exploração da força de trabalho. Isso ocorre com mais ênfase nas áreas industriais mais antigas. Nos territórios do novo operariado esse processo se combina em muitos momentos com um considerável nível de truculência por parte dos patrões e seus prepostos.

Nos locais de industrialização mais antiga, a mudança se dá na direção de reorganização do processo produtivo e de rebaixamento das conquistas dos trabalhadores. Para isso o empresariado procura estabelecer relações de trabalho e parâmetros de negociação diferentes daquelas que predominavam entre capital e trabalho até o começo dos anos 90. Já nas áreas onde se instalam as novas plantas industriais, não há transição em relação a processos produtivos ou políticas de negociação com trabalhadores e sindicatos: os trabalhadores, agora convertidos em operários da grande indústria pós-fordista, já se deparam com os novos princípios estruturais e superestruturais que a burguesia pretende tornar hegemônicos em um novo bloco histórico.

Apesar das particularidades nas duas situações rapidamente descritas, em ambas existe tendência geral defendida pelos agentes do capital no sentido de construir um novo bloco histórico mais favorável à acumulação capitalista. Tal avaliação por parte do capital e seus agentes suscitam ações que promovem impactos sobre as estruturas anteriores, relativas ao bloco histórico que estabilizou a expansão capitalista no período compreendido entre o II Pós-Guerra e as crises sinalizadoras que nos reportam ao panorama de instabilidade mais sério que se manifesta nos últimos 30 anos. Portanto, há cerca de duas décadas os intelectuais orgânicos do novo projeto de classe da burguesia atuam fortemente em direção à reorganização da produção social, procurando definir um perfil de trabalhador coletivo mais adequado à nova rotinização do trabalho e às metamorfoses nas relações de

produção. Em síntese, a chamada reestruturação produtiva, as reformas nos modelos de formação para o trabalho industrial³³, as reformas sindical e trabalhista, bem como a própria função que cumpre ao Estado desempenhar na reprodução ampliada do capital atestam a tentativa de se costurar de um novo senso comum acerca do trabalho, da política e do modo de vida.

Já há algum tempo isto era o desejo da burguesia industrial organizada na Confederação Nacional da Indústria – CNI. Desde princípios dos anos 90 do século XX a CNI vem atuando como importante intelectual orgânico do capital, no sentido de formar e qualificar esse novo operário³⁴. A Confederação se mobilizava, ainda no final dos anos 80, para promover essas mudanças valendo-se de todos os órgãos que compõem o que hoje é chamado Sistema CNI, com destaque especial para o Senai, Sesi e o Instituto Euvaldo Lodi. A burguesia industrial organizada atua tanto na esfera técnica no âmbito da realização do trabalho, quanto na dimensão político-ideológica do modo de ser do operariado. Em toda a documentação pesquisada sobre o assunto é explícita a necessidade de se reorganizar a produção e metamorfosear o trabalhador coletivo.

Os fenômenos reportados tendem a repercutir em na problemática central deste trabalho. Para entender então como ocorre este processo é preciso investigar a situação concreta dos segmentos operários que surgem com as plantas fabris pós-fordistas nos novos territórios industriais.

Observa-se, então, mudanças na aparelhagem estatal e na sociedade civil, vinculando não apenas um projeto de fábrica de tipo novo, mas um projeto global de

³³ FERRAZ, Cristiano L. *Repensar 42: o Senai frente à metamorfose do industrialismo*. *Cronos* (Natal-RN), Vol. 7, pp. 399-412, 2006.

³⁴ RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

reestruturação da sociedade de classes e mesmo das classes sociais em si. Aprofunda-se o grau de subsunção do trabalho às novas formas de exploração do operariado frente às necessidades contemporâneas de exploração da mais-valia, algo que se manifesta de forma mais acabada nos novos territórios do que nas regiões industriais mais antigas. Por este fenômeno ser pouco conhecido, inclusive, por que é muito recente, impôs a necessidade de: saber quem são esses novos segmentos operários; verificar se constituem, de fato, representantes de uma nova geração de trabalhadores no Brasil ou se são apenas expressões de realocações industriais conjunturais.

No ramo automotivo, por exemplo, os novos segmentos operários que agora surgem integram a 3ª onda migratória de montadoras no cenário nacional. A primeira e segunda circunscrevem-se entre 1957 e 1995, a terceira se dá a partir de 1996³⁵. Isso porque, na tentativa atual de reorganização das forças produtivas, uma das tendências é a das empresas abandonarem centros industriais mais antigos e consolidados. Elas se dirigem para áreas sem tradição nos seus ramos de atividade e, não raro, para lugares ainda saturados por elementos pré-capitalistas – como no caso de empresas que se dirigem para os recônditos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Ali o capitalismo industrial refaz os seus passos buscando implantar novos conceitos organizacionais, retornando para locais aonde as chamadas “modernas relações de produção industriais” ainda não se fazem tão presentes, estão no seu início ou mesmo não existiam no ramo de produção a que essas empresas se dedicam. Observa-se ali em sua plenitude uma característica orgânica do capitalismo brasileiro, ou seja, a síntese contraditória entre de relações de produção que remetem a atualíssimas formas assumidas pela produção de mercadorias, com práticas sociais que, no

³⁵ Ver: *ARBIX, Glauco. Políticas do Desperdício e Assimetria Entre Público e Privado na Indústria Automobilística. Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 48. São Paulo, Fevereiro de 2002. p. 110-111.

âmbito das relações de trabalho, se julgavam predominantemente anacrônicas, superadas, a exemplo das práticas pré-capitalistas na relação entre patrões e empregados. Esses elementos, que caracteriza a indústria pós-fordista nos novos territórios, contribuem para o fenômeno de reestruturação industrial atualmente em curso. Daí a necessidade de se tentar identificar permanências e rupturas em relação às formas anteriores de sociabilidade do operariado com relação ao universo da produção e ao modo de vida nesses cenários diferenciados. Esse é um dos objetivos do próximo capítulo deste trabalho, que tratará das relações entre duas gerações operárias: o operariado fordista e o novo operariado, além da transição contemporânea que entrelaça essas duas gerações.

2.2 GERAÇÕES OPERÁRIAS E TEMPO PRESENTE

“Pra mim foi uma novidade, eu nunca tinha trabalhado assim... em área automotiva, industrial né... Sinceramente eu não criei uma expectativa, até porque eu não tinha nem noção do que era uma empresa dessas (...). Então pra mim tudo era novidade. (...) Quando eu via alguma matéria na televisão [sobre as fábricas automotivas do ABC] até que eu olhava, (...) mas... Eu não tinha noção.”

(Depoimento de operária do Complexo Ford em Camaçari – Ba em novembro de 2005)

O fenômeno atual de instalação de plantas fabris com novíssimos conceitos técnico-organizacionais fora do eixo industrial do Sul e Sudeste do país representa um novo ciclo na industrialização brasileira. Vimos que se a emergência dessa nova fase manifesta-se via reestruturação produtiva nas regiões industriais mais antigas, como o ABC, nas novas áreas isso não ocorre da mesma maneira. Ali as plantas recém instaladas já passam a operar com os atualíssimos conceitos de produção. Funcionam muitas vezes como laboratórios para a prática do que há de mais recente em termos de possibilidades de produção industrial. Nesses lugares manifesta-se a expressão mais radical da tentativa contemporânea de alterar conceitos erigidos com base nos princípios fordistas de rotinização do trabalho, bem como de modificar de forma regressiva o modo de vida dos trabalhadores da grande indústria.

Em alguns aspectos, o período atual assemelha-se ao estudado por Gramsci, no começo dos anos 30, cuja análise se encontra em *Americanismo e Fordismo*. Gramsci chamava a atenção para emergência de um novo bloco histórico no capitalismo mundial. A sua base técnica e organizacional simbolizava uma nova hegemonia no âmbito da produção de mercadorias e no sistema interestatal. Na medida em que se consolidava como método mais avançado para a acumulação de capital e se tornava potencialmente hegemônico, alterava não somente o modo de vida dos operários que passavam a integrar o a produção no novo sistema, mas também as instituições do mundo capitalista. As condições históricas para a hegemonia do industrialismo americanista não eram as mesmas em todos os lugares, o que exigia um esforço intenso por parte dos agentes da nova hegemonia. Aquelas mudanças situavam-se no tempo da estrutura, anunciavam alterações de fundo no modo de produção capitalista e, portanto, atravessavam os fatos da conjuntura.

O bloco histórico americanista se consolidou mundialmente após a II Guerra Mundial, mas por volta de finais dos anos 60 suas contradições internas produziram a crise orgânica que abriu as possibilidades para a superação daquela síntese entre economia, política e modo de vida. No Brasil, a reestruturação produtiva e a reforma do estado nos marcos do neoliberalismo potencializam não só a superação supracitada, como também uma das expressões dessa superação, ou seja, a nova geração operária em exame.

Essa lógica está presente no deslocamento geográfico conjugado à reorganização das estratégias de produção de mercadorias nos dois grandes setores (calçadista e automotivo) que compuseram a amostra da pesquisa. Em finais da década de 90 do século passado empresas dos setores mencionados abriram plantas no Estado da Bahia, tanto no interior do Estado (Azaléia, fábricas do Grupo Dass Clássico e Ramarim) como na Região Metropolitana de Salvador (Complexo Ford). Todas elas se encontram bem distantes dos seus antigos redutos fabris, localizadas agora, com exceção da Ford, em comunidades ainda muito próximas daquilo que certa produção das Ciências Sociais chamou de “Brasil arcaico”³⁶, um ponto de vista tributário da Teoria da Modernização³⁷.

A problemática citada acima polariza o país em realidades hierarquizadas. Para isso, separam realidades que, na verdade, ao invés de travarem o desenvolvimento capitalista no país, como se acreditava, resultam, ao contrário, do próprio desenvolvimento da economia capitalista brasileira. Este é o caso das chamadas desigualdades regionais. Elas nada mais são do que produto do projeto desenvolvimentista, que exigia a reconcentração dos capitais regionais em prol do desenvolvimento industrial em regiões do Sul e Sudeste. Ali estaria

³⁶ LOPES, Juarez R. B. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967; LOPES, Juarez R. B. *Sociedade Industrial no Brasil*. 2º Ed. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1971.

³⁷Ver: MOORE, Wilbert. E. *O Impacto da Indústria. Modernização de Sociedades Tradicionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

representado o chamado “Brasil moderno”, que no senso comum apareceria em oposição ao “Brasil arcaico”. Este “outro Brasil” seria aquele em que a organização social da produção ainda se encontraria distante do modelo buscado de relações e processos de produção, cuja expressão seria o mundo urbano-industrial. Outra característica do chamado “Brasil arcaico” seriam uma maior lentidão nas mudanças sociais em relação aos pólos mais urbanizados e industrializados do país.

No pólo moderno haveria um maior desenvolvimento industrial, as relações entre patrões e empregados seriam mais impessoais, demonstrando a quebra do padrão paternalista nas negociações entre capital e trabalho³⁸. A dominação econômica não resultaria necessariamente em dominação política, como ocorreria no pólo arcaico, o que confirmaria a autonomia relativa entre o econômico e o político, uma característica do capitalismo moderno. Haveria ainda organizações e posturas operárias de cunho classista, além da presença da legislação trabalhista do moderno Estado Burguês mediando os conflitos de classe. A ação do Estado Burguês implicaria no reconhecimento dos direitos formais no âmbito dos contratos de trabalho, direitos trabalhistas, bem como no caráter impessoal das relações mediadas pelo Estado.

Contudo, se essa matriz analítica não se mostrou adequada para o exame do desenvolvimento capitalista no país, mostra-se menos ainda para a análise do objeto deste trabalho, sobretudo porque o tema se relaciona com mudanças no cenário operário frente ao capitalismo pós-moderno que mescla organicamente atualíssimas técnicas produtivas com relações de produção que nos reportam ao capitalismo agrário do século XIX. Nesta conjuntura, por exemplo, assiste-se a transformação em regra daquilo que outrora fora

³⁸ Ver: GERMANI, Gino. *A Sociologia da Modernização*. São Paulo-SP: Editora Mestre Jou, 1974.

considerado marginal e não institucionalizado no processo de produção. Passa a haver uma relação mais orgânica entre o que há de mais avançado em termos de tecnologias e de organização da produção com práticas em desuso, tais como remuneração por peça, ampliação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho infantil, utilização de trabalho escravo, além de recuos na legislação que estabelecia direitos em uma relação salarial muito diferente daquela que predominava no século XX nos setores industriais monopolistas, evidentemente. Sob o recrudescimento dos princípios liberais, começa a se estabelecer uma espécie de *laisser-faire, laisser-passer* no plano das relações de produção que tende a precarizar ainda mais o modo de vida da maioria dos trabalhadores³⁹. Vejamos como a polarização entre o “moderno” e o “arcaico” no campo das relações de produção capitalistas também se mostra limitada quando transposta para o exame do processo de constituição do novo operariado brasileiro.

A lógica dualista influenciou importantes pesquisas sobre o operariado no Brasil, particularmente quando se tratou do confronto entre o mundo urbano-industrial e o universo de origem de trabalhadores recém ingressos na teia do trabalho fabril⁴⁰. No seio das Ciências Sociais, destaquei Lopes⁴¹ e L. M. Rodrigues⁴² como dois dos autores importantes que representam essa problemática no exame das classes sociais. Ambos tratam ainda do surgimento de novos segmentos operários no Brasil no momento de constituição e avanço

³⁹ Ver: CASTRO, Nadya Araújo; DEDECCA, Cláudio Salavadore. *Ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo-SP; Rio de Janeiro-RJ: ALAST, 1998; ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo-SP: Boitempo, 2000; SENNET, Richard. *A Corrosão do Caráter*. São Paulo-SP: Record, 2000; “*Tempos Modernos: o expediente das 8 às 5, grande conquista do sindicalismo já era. Empurradas pela concorrência, as pessoas estão trabalhando cada vez mais*”. *Revista Veja*, nº 14, 5 de abril de 2000.

⁴⁰ DURHAN, Eunice R. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

⁴¹ LOPES, Juarez R. B. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967; LOPES, Juarez R. Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo-SP: Difel, 1971.

⁴² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970.

do industrialismo estadunidense em nível mundial, que indicava novas tendências no campo da organização da produção, no perfil do trabalhador coletivo, nas relações de produção e na sociabilidade entre Estado, capital e operariado.

As pesquisas citadas são também particularmente importantes, pois, abordam temáticas diretamente implicadas na análise aqui proposta: a migração de empresas para novas regiões, constituindo novas áreas industriais; o fenômeno industrial em pequenas cidades do interior brasileiro; o contato entre trabalhadores originários de áreas desindustrializadas com a grande fábrica moderna. Os autores convergem ainda para duas situações que são caras ao presente trabalho. A primeira é o processo de constituição de um operariado recente, em novas áreas industriais no Brasil – no caso de Rodrigues trata-se da 2ª onda migratória de indústrias automotivas no país. A segunda situação é universo operário em pequenas comunidades ainda muito ligadas ao universo pré-industrial. Enfim, são dois estudos de caso que examinam o surgimento do moderno operário fordista no cenário brasileiro (L. M. Rodrigues), a industrialização localizada fora dos centros operários pioneiros e a relação estabelecida entre trabalhadores originários de áreas ligadas ao mundo rural com a grande indústria (Lopes).

Os trabalhos em questão se reportam às mudanças no seio das relações de produção – Lopes não usa o conceito de relações de produção, mas o de relações industriais – e no modo de ser dos trabalhadores fabris no momento em que avança o projeto urbano-industrial no Brasil. Isso se dá a partir da primeira metade e do terceiro quartel do século XX. Ambos tratam ainda da relação entre o “moderno” e o “tradicional”, de acordo com o a problemática sociológica citada anteriormente. Lopes enfoca essa relação em pequenas cidades do interior – no que chama de “Brasil arcaico” – bem como nas mudanças nas

relações de produção industriais naquelas localidades. Rodrigues examina esse tipo de relação com o surgimento do operariado da indústria automobilística fordista no ABC. A pesquisa foi feita na Willis Overland, que à época seguia a tendência que se manifestava entre as grandes indústrias, de se instalar fora dos centros operários mais antigos de São Paulo, como os bairros da Mooca e Belém, lócus do modo de vida da primeira geração operária sob o padrão grande indústria no Brasil – O controle acionário da Willis Overland foi comprado pela Ford em 1967, que a partir dali começou a concentrar a produção de automóveis no ABC. Vale destacar que o novo operariado que L. M. Rodrigues identificava naquele momento é o princípio de uma geração operária atualmente em superação⁴³. Por fim, as obras demarcam um momento em que se tornavam claras mudanças importantes na estruturas do modo de produção capitalista no país, seja por um fenômeno que indicava o predomínio da sociabilidade urbano-industrial no Brasil do II Pós-Guerra, seja pela consolidação da grande indústria fordista no ABC. Posto isso, serão examinadas agora mais detidamente as relações entre as problemáticas dos autores e a apresentada neste trabalho.

⁴³ Quando denomino o operariado do ABC de velho operariado fordista, não quero dizer que naquela região a classe operária não tenha se renovado, nem que as inovações da produção flexível não sejam ali introduzidas, ou que ali não existam elementos que caracterizariam um novo operariado brasileiro. Quero dizer que, a despeito dos jovens operários que hoje compõem a força de trabalho do ABC e a despeito da reestruturação produtiva ali em curso, a organização industrial que contribuiu para o surgimento da geração operária naquela região foi ancorada nos princípios do fordismo. O debate sobre a necessidade de renovação do sindicalismo, a crise do movimento sindical, bem como os conflitos em torno da manutenção do emprego nas regiões industriais mais antigas têm como referência a formação de classe sobre a matriz supracitada. Aparece ali claramente um fenômeno de transição de uma determinada forma de organização do trabalho para outra. Tanto isso é verdade que os conflitos que se originam no processo também motivaram as empresas a transferirem parte de suas atividades – ou mesmo todas elas – para outras regiões. Nos locais aonde surge um novo operariado no país, como se observa nas plantas baianas da Ford e da Azaléia, o operariado já nasce em um contexto muito diferente. Não há ali um cenário de transição, salvo no Pólo Petroquímico de Camaçari. Vale lembrar que o Pólo Petroquímico de Camaçari foi construído nos anos 60 e 70 e se organizou com base no fordismo. Ainda assim, as grandes empresas de matriz fordista do Pólo – localizadas na Região Metropolitana de Salvador – e que hoje também enfrentam uma reestruturação produtiva, representam uma industrialização que convive ilhada na Bahia, tendo em vista o seu grau de concentração espacial e setorial, diferentemente da industrialização na Grande São Paulo. Até o presente momento, quando surge um novo operariado na Bahia, a escassa e moderna indústria baiana era sinônimo de Pólo Petroquímico de Camaçari.

Em *Crise no Brasil Arcaico*, Lopes examina as relações industriais em duas comunidades da zona da mata mineira. Em *Sociedade Industrial no Brasil*, o autor trata do “ajustamento” de trabalhadores oriundos das áreas rurais com a sociabilidade da produção industrial em uma fábrica metalúrgica na cidade de São Paulo. O objetivo de Lopes é examinar a desagregação das chamadas relações tradicionais. No primeiro trabalho citado a análise é realizada no *locus* em que, segundo o autor, estaria caracterizado o pólo arcaico da sociedade brasileira nos anos 40 e 50⁴⁴. Na segunda obra, Lopes desenvolve a mesma problemática, mas incluindo a relação entre o *arcaico* e o *moderno* no local em que o capitalismo industrial estava mais maduro no Brasil da segunda metade do século XX.

Em *Crise no Brasil Arcaico* a análise privilegia o impacto das transformações políticas, econômicas nacionais e a organização social de comunidades do interior do Brasil, identificadas na pesquisa como *Sobrado* e *Mundo Novo*. Pretende verificar

*A quebra patrimonialista de relações de trabalho em cidades industriais de Minas Gerais, como componente de um processo global de desintegração da ordem tradicional no Brasil, provocando, a seu turno, pelo desenvolvimento social e econômico.*⁴⁵

As orientações gerais da pesquisa de Lopes seriam as seguintes⁴⁶:

- a) Fazer a “caracterização sociológica das relações industriais em empresas, em duas comunidades brasileiras, onde o tradicionalismo da organização social ainda se faz sentir com bastante nitidez;
- b) “Essas relações de trabalho foram consideradas como parte da organização social da comunidade e esta última, por seu turno, foi colocada no contexto da sociedade global em mudança;

⁴⁴LOPES, Juarez R. B. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

⁴⁵ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 17-18.

- c) “O interesse nas relações de e na organização social foi analítico, isto é, procurou-se constatar a medida em que exibem características de determinados tipos puros de autoridade e de dominação”;
- d) “A enfocação foi dinâmica, procurando-se evidenciar os principais fatores responsáveis pela mudança da natureza daquelas relações”.

A problemática dualista que toma como base os pressupostos da Teoria da Modernização surge claramente quando Lopez desintegra o velho e o novo como elementos de uma mesma totalidade materialmente determinada que caracteriza o capitalismo brasileiro. Situa as mudanças em questão nos marcos da industrialização sob o capitalismo monopolista, na tendência de concentração industrial, de desenvolvimento dos sindicatos e da burocratização, que seriam aspectos tipificados das sociedades modernas. O nome da obra se deve ao fato de que, para Lopes, a industrialização e o desenvolvimento de relações industriais “modernas” contribuem para a desestruturação do que ele denomina de “Brasil arcaico”, ou seja, das sociedades tradicionais entremeadas por elementos paternalistas e pré-capitalistas. Para Lopes, a permanência de aspectos arcaicos na sociedade brasileira levaria ao ajustamento das técnicas de administração a esses contornos tradicionais, sendo que nos locais tradicionais o “moderno” é ofuscado pelo “arcaico”, opondo-se assim essas duas realidades.

Para Lopes os elementos arcaicos, em seu sentido pré-capitalista, dificultariam a elevação da produtividade empresarial. É por isto que a tendência de ampliação da produtividade capitalista implicaria na de desestruturação do pólo arcaico pelo moderno. Em outros termos, tudo dependeria da maior penetração da racionalidade burguesa nas relações de produção.

A análise enfoca o pólo arcaico, pois, aquele seria um campo ainda pouco explorado na época do estudo realizado. O pressuposto fundamental é de que “as relações de trabalho internas a cada empresa, para serem compreendidas, precisam ser consideradas à luz da organização social global”⁴⁷. Nesse sentido, as relações dinásticas presentes no modo de vida em Sobrado e Mundo Novo contribuem para dar origem a relações paternalistas nas empresas, entre operários, seus patrões e prepostos. Com a chamada modernização da sociedade brasileira esse grupo tradicional se cinde em “realistas e tradicionalistas”. Este último fomentaria relações paternalistas que favorecem atitudes operárias dóceis ao invés de competitivas, mais próximas de uma concepção “realista”. Em algumas empresas a distinção não se aplicaria dessa forma, havendo uma interpenetração de aspectos “realistas” e “tradicionalistas”. Nas comunidades estudadas esse fenômeno ocorreria naquelas empresas mais modernas, no entanto, mesmo naquelas fábricas, essa mistura indicaria a existência do tradicionalismo. Para o autor, “a mudança das relações de trabalho locais torna-se um componente do processo de desintegração de toda a ordem tradicional no Brasil, decorrente daquele desenvolvimento”, que estaria nos marcos do paternalismo.

A crítica a esta perspectiva dualista na análise do capitalismo brasileiro é conhecida⁴⁸. Destacarei somente alguns elementos metodológicos já apontados por outros autores na medida em que são relevantes para o objeto da pesquisa que ora apresento. A razão dualista, já criticada, por exemplo, por Francisco de Oliveira, opera com uma concepção de contradição simples que tende a impedir uma compreensão mais satisfatória das relações e determinações que atuam no complexo de formações sociais que compõem o

⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica a razão dualista*. Petrópolis-RJ: Vozes; Cebrap, 1981.

modo de produção. A formação do capitalismo brasileiro e a sua heterogeneidade quanto aos níveis de maturidade e desenvolvimento apontam não para uma relação de oposição entre os referidos estágios ou níveis de desenvolvimento. Ao contrário, a realidade se expressa como uma totalidade integrada e haveria relações de complementaridade entre as periferias e o núcleo orgânico do sistema, ambas estruturando o funcionamento do capitalismo no Brasil. Assim, as diferenças regionais podem ser visualizadas como predominâncias de características imanentes à história de cada lugar. Elas atuam estruturando a reprodução ampliada do modo de produção no país. Nesse sentido, o “arcaico” e o “moderno” comporiam uma síntese própria do capitalismo brasileiro. As particularidades relacionadas às diferenças de desenvolvimento sócio-econômico das diversas realidades que integram o modo de produção capitalista no Brasil não seriam anomalias frente a modelos de desenvolvimento mais homogêneos ou mais próximos de um modelo de desenvolvimento capitalista clássico, como afirma a Teoria da Modernização e a Teoria Marginal. Os elementos em questão fariam parte da própria forma de ser do modo de produção no país, e seriam essas diferenças que alimentam o processo de acumulação.

Um dos exemplos dos processos de integração dos pólos que a lógica dualista separa pode ser compreendido na alimentação da industrialização com a força de trabalho e capital. Em primeiro lugar, o ciclo de acumulação que ocorre na segunda metade do século XX nas regiões industriais pioneiras se deve muito à participação da mão-de-obra emigrada das regiões mais pobres. Em segundo lugar, a opção política de reconcentração de capitais de regiões como o Nordeste em proveito do projeto desenvolvimentista e urbano-industrial capitaneado pelo Estado beneficiou o Sudeste. As relações entre o pólo mais industrializado

e o menos industrializado ou não industrializado, são menos de oposição e mais de complementaridade, compõem um todo contraditório integrado materialmente determinado.

Além disso, é preciso considerar as determinações e sobredeterminações que atuam concretamente nas regiões que compõem o modo de produção capitalista no País. No presente caso, as relações sociais ditas arcaicas atuam sobre as determinações estruturais relacionados à constituição de um operariado que, à luz das tendências recentes no padrão de acumulação do capital, é atualíssimo. No interior da Bahia, ou mesmo na Região Metropolitana de Salvador, a ausência de uma sociabilidade em que os direitos dos trabalhadores sejam formalmente reconhecidos e minimamente respeitados contribui para estruturar as relações de trabalho precárias que a moderna burguesia industrial procura estabelecer em um novo bloco histórico.

No que se trata dessas sobredeterminações e sua relação com a reprodução ampliada do capital, as cidades estudadas por Lopes – bem como o seu problema de pesquisa – possuem semelhanças e diferenças importantes em relação àquelas aonde se instalam as indústrias calçadistas cujos trabalhadores pesquisei no interior do Bahia. Em primeiro lugar, elas assemelham-se às cidades baianas por serem pequenos municípios do interior brasileiro ainda muito ligados ao mundo rural.

Em segundo lugar, no perfil socioeconômico de ambos os casos, a propriedade fundiária é o fundamento da hierarquização social. Em terceiro lugar, ali os trabalhadores ainda sofrem a tendência de confluência da subordinação econômica e política, algo que nos reporta a elementos pré-capitalistas ainda presentes em algumas regiões periféricas no modo de produção capitalista no país. Em terceiro lugar, o “contrato” de trabalho sempre foi precário, com exceção dos funcionários de grandes empresas estatais e instituições

federais. Como ocorre nas realidades estudadas por Lopes nos anos 50, o “contrato” pressupõe não apenas a realização de serviços de sentido econômico, mas também a “sujeição política do trabalhador ao patrão. Este não admite dúvida sobre o seu direito ao voto do trabalhador e dos demais componentes da família deste”⁴⁹. As semelhanças acabam por aí. Vejamos agora as diferenças e alguns limites da abordagem que o autor faz.

As comunidades do estudo de Lopes pertencem ao Brasil dos anos 50, quando o *télos* industrialista ainda não havia se consolidado⁵⁰. Eram empresas pequenas e médias que concentram os operários em um mesmo espaço, empregando um contingente considerável de trabalhadores em relação ao número da população daquelas cidades. O surgimento das indústrias em Mundo Novo, por exemplo, data do início do século, em Sobrado as fábricas surgem nos anos 30. A facilidade de mão-de-obra, a liberação de capitais antes aplicados na agricultura, a chegada da ferrovia em 1877 e a construção de uma companhia hidroelétrica em 1906 são mencionados como fatores que contribuíram para o aparecimento da atividade industrial nas duas cidades. No momento da pesquisa de Lopes, existiam em Mundo Novo quatro indústrias, todas pertencentes a uma mesma família. Em 1958 a cidade contava com 2.200 operários em uma população total de 12.000 habitantes (censo de 1950)⁵¹. Em Sobrado a população era de 10.000 habitantes em 1950. No momento da pesquisa Sobrado contava com uma fábrica, estabelecida em 1925 por uma família tradicional local. A empresa ocupava 900 operários. A obra mostra ainda que, nos anos 50, a ação do Estado

⁴⁹ LOPES, Juarez R. B. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 27.

⁵⁰ Sobre a noção de *télos* industrialista ver: RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

⁵¹ Um número relativamente alto quando se leva em conta que, nas cidades em que se instala a rede industrial da Azaléia, a população média é de cerca de 20.000 habitantes para cerca de 300 operários em cada unidade produtiva.

Burguês já se fazia sentir naquelas localidades, contribuindo, segundo o seu estudo, para a desestruturação daquelas relações de produção ditas arcaicas.

Já as cidades envolvidas com o objeto da presente pesquisa pertencem ao Brasil do século XXI, quando o país já é predominantemente urbano-industrial, quando a sociabilidade capitalista avançou muito no processo de homogeneização das relações de produção nas diversas regiões brasileiras. No entanto, com exceção de Vitória da Conquista e, em certa medida Jequié e Itapetinga, nas cidades baianas em que as empresas calçadistas se localizam, nunca existiram indústrias até finais de 1998, nenhuma delas teve sequer ferrovias. A única estrada razoável para o transporte de caminhões e ônibus que as conecta as rodovias que levam ao porto de Ilhéus e à Salvador só foram completamente asfaltadas na década de 90. Possuem em média 20.000 habitantes e nelas as unidades produtivas da Azaléia, por exemplo, empregam em torno de 300 operários, ou seja, a participação do contingente operário em relação à população total é bem menor do que nas cidades estudadas por Lopes. Os donos das fábricas do estudo de Lopes são famílias do chamado “mundo tradicional”. Os donos da Azaléia e das outras empresas calçadistas delimitadas pertencem à moderna burguesia industrial brasileira. Este setor possui laços consolidados no mercado internacional e o seu cenário original é o da “modernidade urbano-industrial” do Sul e Sudeste⁵², particularmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde existem sindicatos, contratos de trabalho, greves, conflitos de classes e um nível mais avançado de reconhecimento dos direitos trabalhistas. É essa realidade que as empresas procuram atualmente evitar⁵³. Não é por acaso que, por exemplo, que a Azaléia e as fábricas do

⁵² Ver: BARBOZA, Nathália. *Calçado Brasileiro já Chega a 135 países*. *Folha de São Paulo* 18/09/2003.

⁵³ Ver as seguintes matérias: RIPARDO, Sérgio. *Fuga de Indústrias do Sul para o Nordeste estancou, diz Abicalçados*. *Folha de São Paulo*, 16/01/2001

Grupo Dass Clássico (Dilly e Clássico) fecharam plantas na Região Metropolitana de Porto Alegre, após décadas de atuação naquela localidade⁵⁴.

Diferentemente daquela realidade, nas cidades baianas onde hoje a empresa opera esses fenômenos característicos da sociabilidade urbano-industrial operária ainda não ocorrem. Quando se manifestam enfrentam uma correlação de forças muito pior do que nos locais de origem das empresas. A influência do Estado Burguês no plano das relações de produção nas empresas locais e no âmbito do poder público municipal é recente. Os prefeitos, chefes políticos locais e famílias com maior poder econômico se sobrepõem ao Estado, até porque cumprem um papel importante na estrutura do poder estadual, pois, garantem ali a reprodução do poder político dos grupos e famílias que detém o governo do Estado e o sustenta eleitoralmente. Um exemplo claro disso é família Magalhães, cujo expoente é ex-senador Antônio Carlos Magalhães, que reproduz e se beneficia das relações dinásticas em nível estadual e nacional e se beneficia também da sua reprodução em nível local, na maioria dos municípios baianos. O fato de um Governo petista ter assumido o poder na Bahia (Governo de Jaques Wagner em 2006) não garante necessariamente uma ruptura com as relações anteriores, até porque promove uma aliança orgânica com setores da velha direita baiana que agora se declaram base do Governo Wagner e esperam manter em seus redutos políticos as práticas de captura do Estado que sempre alimentaram em benefício próprio. É importante dizer que, no Brasil, se por um lado, esta não é uma característica exclusiva das pequenas cidades do interior do Nordeste, por outro lado, ali isto se manifesta de maneira mais clara e intensa.

⁵⁴ GERCHMANN, Léo. *Azaléia Fecha fábrica no Rio Grande do Sul e Demite 800. Folha de São Paulo*, 06/12/2005; GERCHMANN, Léo. *Fim de Fábrica Expõe Crise da Indústria Calçadista. Folha de São Paulo*, 09/12/2005.

Nos municípios pesquisados o funcionalismo municipal é contratado sem concurso público. A regra estabelecida é de que os prefeitos e chefes políticos locais usem os empregos nas prefeituras como instrumento de subordinação econômica e política de parcelas significativas do eleitorado. Isso ocorre, sobretudo, nas prefeituras carlistas, mas não somente. Em algumas destas cidades esse tipo de prática começou a ser contestada no final dos anos 90. No entanto, a exigência de concurso público para ingresso no funcionalismo municipal vem sendo contestada na justiça pelos prefeitos e grupos políticos que se viram privados do uso da máquina para os fins já declarados.

Se formos coerentes com a problemática de Lopes, a herança pré-capitalista na mentalidade dos operários que residem nas cidades baianas que acolhem as atualíssimas plantas da Azaléia e de outras empresas calçadistas seria um enclave de tradicionalismo em plena modernidade urbano-industrial: a presença ali naquelas localidades de grandes empresas calçadistas do mercado mundial seria então uma anomalia. Por certo, na problemática em que se situa o autor, com a ação da empresa haveria a “modernização” das relações de produção. No entanto o que buscam as empresas calçadistas que se estruturam com base no padrão de acumulação flexível é justamente o contrário. Se pensarmos o objeto desta pesquisa dentro da problemática dualista e opusermos o “avançado” ao “arcaico”, cairíamos em uma aporia: as contradições entre forças produtivas e relações de produção no então pólo avançado da sociedade brasileira, representando pelo capital industrial mundializado da automobilística Ford, da Azaléia, Dilly e outras empresas calçadistas, levam estas firmas a buscarem resquícios do que seria o pólo arcaico da sociedade brasileira para se tornarem mais competitivas no mercado interno e externo.

É fato que Lopes mostra o tempo todo que, tanto em Sobrado quanto Mundo Novo, relações de produção tradicionais e modernas se avizinham na própria sociabilidade e que se complementam muitas vezes. Mas, aponta sempre para a perspectiva de desintegração do arcaico pelo moderno. A problemática não abre satisfatoriamente a possibilidade para a uma possível interpenetração de ambos os pólos que em verdade não se opõem. Aparentemente o autor incorre em certa linearidade de pensamento. Atribui racionalidade apenas ao que não é “tradicional”, a idéia que se tem é de que o “moderno” e o “tradicional” seriam variáveis analíticas e não mediações no processo de investigação. Seriam como óleo e água que, não se misturando, não compõem uma “solução” engendrada pelo modo de ser do capitalismo naquelas comunidades. Na problemática da modernização o chamado “pólo moderno” acaba sempre tendendo a excluir o “pólo arcaico”, sugerindo, metodologicamente, certa linearidade na superação das relações tradicionais: o avanço do capitalismo tenderia sempre a fazer prevalecer as chamadas relações de produção modernas.

Por fim, a problemática se desarmonizaria quando se observa o moderno capital industrial restabelecendo laços com o “Brasil arcaico”, em lugares ainda pouco urbanizados e repletos de elementos pré-capitalistas. O depoimento do diretor Adjunto da Administração de Patrimônio da Azaléia é revelador a esse respeito e mostra a busca de uma síntese mais orgânica entre o “arcaico” e “moderno”:

Tínhamos propostas dos governos do Ceará e da Bahia, ambos concedendo isenção do ICMS por dez anos, para a instalação de uma unidade no Nordeste. Optamos pela Bahia. Aqui, quebramos paradigmas, pois encontramos trabalhadores que vinham da atividade agrícola e que tiveram

*de se adaptar rapidamente a novas tarefas. Nossa filosofia coincidia com o projeto do governo do Estado, rumo à interiorização*⁵⁵.

Pode-se argumentar que, não sendo o ramo calçadista um setor industrial cujo processo produtivo exija tecnologia muito avançada, não haveria prejuízo para as empresas buscarem reforçar aspectos pré-industriais nos locais em que instalam suas novas plantas. No entanto, o mesmo fenômeno ocorre na indústria automobilística, caracterizada como mais avançada tecnologicamente. Isso sem falar que em ambos os setores as mudanças organizacionais obedecem a princípios semelhantes.

Na indústria automotiva, a atual geração operária também se diferencia daquela que surgiu a partir dos anos 50, no Estado de São Paulo. Inicialmente instalada na capital paulista, a indústria automotiva nacional ganhou força e se expandiu na região do ABC. Consolidou-se como o mais importante pólo da indústria brasileira e contribuiu para construir em volta daquela região uma área de modernidade, desenvolvimento econômico e de organização operária. Trabalhar nas “firmas de São Paulo” era um sonho acalentado por grande parte dos trabalhadores brasileiros que não usufruíram do projeto concentrador do desenvolvimentismo, centralizado no Sudeste. A migração em direção ao mundo urbano-industrial foi uma constante durante todo o período desenvolvimentista, sempre alimentada por histórias de sucesso na cidade grande. Nordestinos de diversos Estados se incorporaram ao projeto industrialista. Atualmente, quando se circula por São Bernardo do Campo, é muito comum identificar entre os pais e avós daqueles trabalhadores nascidos e criados em São Paulo algum antepassado da Bahia, Ceará, Piauí ou Pernambuco. Mesmo após a finalização do ciclo desenvolvimentista a migração continuou. Hoje em dia, nas

⁵⁵ *Interior é opção para indústrias. Interiorização industrial já é uma realidade que beneficia municípios até então marcados pela falta de dinamismo.* In: **BAHIAINDÚSTRIA**. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XI, nº 111, abril de 2002, p 11

periferias de São Bernardo, é possível identificar favelas e trechos de favelas com designações que remetem à origem dos migrantes. Um exemplo é o setor conhecido como Água Vermelha, nas imediações da Vila São Pedro, em São Bernardo do Campo. O nome Água Vermelha se origina de um distrito da zona rural de Iguai-Ba, um dos municípios baianos que atualmente integram a rede da Azaléia e onde quase todos têm um parente em São Paulo. Em São Bernardo, naquele trecho da Vila São Pedro, existe tanta gente do distrito iguaiense que o local foi rebatizado pelos moradores em homenagem ao local de origem de suas famílias. Muitos dos seus parentes, que migraram para São Paulo nos anos 60 e 70 se integraram ao projeto desenvolvimentista. Trabalharam, por exemplo, na Volkswagen e na Ford e nos finais de ano voltavam para visitar suas famílias na Bahia, sempre em condições melhores do que os que ficaram. Era comum juntar dinheiro para voltar para a Bahia em condição que possibilitasse desde a aquisição de um pequeno “pedaço de terra” ao investimento no pequeno comércio local. Alguns arriscavam “viver por conta própria” em São Paulo mesmo, como alguns parentes deste autor. Cito o exemplo de um tio que se deslocou para São Paulo nos anos 60, trabalhou alguns anos na Volkswagen, acompanhou as lutas protagonizadas pelo então metalúrgico Luis Inácio da Silva, constituiu família e resolveu viver por conta própria quando adoeceu por causa das condições de trabalho na fábrica. Passou a vender cintos e bolsas nas portas das fábricas no ABC, atividade que lhe permitia viver de maneira relativamente confortável. Posteriormente montou sua floricultura em São Bernardo, prosperou e sempre que visitava a família na Bahia era tido como o exemplo vivo das possibilidades abertas pelo “mundo urbano-industrial”. Embora ainda tivesse pouca idade, me recordo que quando me hospedava em sua casa em São Paulo no começo dos anos 80, tio Israel colocava os parentes em seu Fusca zero quilômetro e os levava para ver onde Lula morava.

É claro que a grande maioria dos parentes e amigos que seguiram seus passos não alcançou o mesmo objetivo. Mas, as histórias como a dele repercutiam mais do que as de fracasso e serviram para amalgamar os sonhos de muitos trabalhadores que abandonaram a sua região em direção a São Paulo. A relação entre duas realidades tão distintas, mas que se entrelaçam na Grande São Paulo produzindo uma nova síntese por conta da dinâmica concentradora do projeto desenvolvimentista aparece ali com toda a sua força.

A relação do trabalhador oriundo do pólo menos dinâmicos da economia nacional frente aos setores mais avançados do capitalismo brasileiro, bem como a relação dos trabalhadores com as instituições e o modo de vida da sociedade urbano-industrial é um tema caro nas Ciências Sociais e na historiografia brasileiras. O amplo conjunto de problemas que tal realidade suscita consolidou uma importante tradição no campo da pesquisa em História e Ciências Sociais no círculo acadêmico do Sudeste, particularmente durante os anos nos anos 60 e 70 do século XX. Os temas de pesquisa tomavam como ponto de partida duas grandes problemáticas sobre o universo dos trabalhadores: as relações entre o “moderno” e o “arcaico” na industrialização brasileira e o processo de constituição do proletariado industrial brasileiro, suas influências, organizações, ideologias e trajetórias⁵⁶. É nesse corpo de importantes trabalhos que se situam as pesquisas de Lopes

⁵⁶ Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1981; FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense 1984; CARONE, Edgar. *O Movimento Operário no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1979; BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; KOWARICK, Lúcio (Coord.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. São Paulo: Pontes; Campinas: Ed. da Unicamp, 1988; GUZZO, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004; PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999; LOPES, Sérgio Leite (Org) *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987; MARTINS, Heloisa Helena T. S. *O*

sobre o ajustamento dos trabalhadores de origem rural à ordem urbano-industrial e a pesquisa de L. M. Rodrigues sobre industrialização e atitudes operárias. Destaco tais pesquisas por colocarem, mesmo que dentro de outra problemática teórica, uma questão diretamente ligado com o tema deste trabalho: a investigação sobre constituição de uma nova geração operária no Brasil em momento de mudanças estruturais no capitalismo industrial no país. Examinarei mais detalhadamente o trabalho de L. M. Rodrigues, embora a pesquisa de Lopes trate do mesmo assunto. Isso porque a pesquisa do primeiro autor apresenta mais dados e, a exemplo de uma das fábricas da amostra desta pesquisa, aborda o trabalho em uma grande multinacional do setor automotivo que se instalava fora do *locus* onde se desenvolveu o operariado mais antigo no seu período de referência.

A pesquisa de L. M. Rodrigues foi realizada em 1963 e, como já foi dito, na Willys Overland, multinacional automobilística que se instalava no ABC no contexto da segunda onda migratória do setor no Brasil. A fábrica escolhida por L. M. Rodrigues instalara-se recentemente no Brasil, nos arredores da Grande São Paulo, em São Bernardo do Campo. Naquele contexto surgia uma nova geração do operariado brasileiro e, segundo o autor, faltavam estudos sobre aquele “novo proletariado”. Era necessário compreender melhor as suas atitudes, valores e ideologia ante a empresa, o trabalho fabril, a sociedade urbana, o sindicato e a política. A opção por aquela indústria se deu porque, sendo uma empresa recentemente instalada no Brasil, passando por uma fase de crescimento, tendia a absorver novas camadas operárias, entre as quais aqueles chegados da agricultura ou das chamadas

Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1979; RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. DIFEL, 1968; LOPES, Juarez R. Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1971; SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus Editora, 1966; Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Editora Ática, 1990; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970.

áreas tradicionais. A empresa condensaria ainda a tensão entre o “moderno” e o “tradicional”, pois, ao simbolizar o avanço da industrialização, sob a forma de capital privado e estrangeiro, constituía um local privilegiado para o exame das atitudes operárias ante o capitalismo contemporâneo implantando-se numa sociedade pouco industrializada. Se em *Crise no Brasil arcaico*, o pólo moderno da sociedade destrutura o arcaico em seu próprio lócus, na pesquisa de L. M. Rodrigues, o arcaico (modos de vida e relações eivadas de elementos pré-capitalistas) busca o pólo moderno e lá se destrutura. Passa então a ocorrer um fenômeno de corrosão das relações de produção de produção denominadas tradicionais. Vale destacar a definição que o autor dá para o que chama de “áreas tradicionais”:

Usamos o termo “áreas tradicionais” na falta de outro melhor para designar as regiões escassamente industriaizadas e urbanizadas. Dada a presença, no Brasil, da grande lavoura produzindo para o mercado (externo principalmente), objetivando o lucro e utilizando mão-de-obra assalariada, faltam aqui alguns elementos que tipicamente são tomados para a caracterização da comunidade tradicional. Porém, o sistema de relações sociais, a cultura dessas áreas e os padrões de comportamento de suas populações afastam-se tipicamente daqueles vigentes nas civilizações industriais modernas; por isso, não pareceu excessivamente arbitrário a utilização do conceito.⁵⁷

L. M. Rodrigues tenta mediar o uso do conceito, mas acaba reproduzindo o procedimento de Lopes com relação ao uso do termo “tradicionalismo”. Em *Ajustamento do Trabalhador à Indústria: mobilidade social e motivação*⁵⁸, a semelhança é ainda maior,

⁵⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970, p. XIX.

⁵⁸ LOPES, Juarez R. Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo-SP: Difel, 1971, cap 2.

na medida em que ambos passam a tratar da desagregação de um tipo de mentalidade inerente ao *pólo arcaico* no ambiente urbano-industrial.

Diferentemente da investigação de Lopes em *Sociedade Industrial no Brasil*, o tema de L. M. Rodrigues é também o surgimento de novos segmentos operários no Brasil, fora dos centros industriais mais antigos. O objeto se aproxima da presente problemática relacionada à Ford em Camaçari (40 Km de Salvador), haja vista que uma das principais preocupações do autor na época era entender quem era aquela nova classe operária que surgia periférica, fora dos bairros operários mais antigos de São Paulo, a exemplo do Brás e Belém.

Passado mais de 40 anos permanece a mesma tendência do capital de ocupar novos espaços e reorganizar o processo produtivo para potencializar a exploração de sobre-trabalho em um cenário de mudança estrutural. Do ponto de vista geracional, aquele operariado da grande indústria fordista examinado por L. M. Rodrigues tende a se tornar velho, bem como a organização produtiva na qual ele surgiu, que simbolizava na época um patamar mais avançado de acumulação de capital. Atualmente, o novo operariado é aquele que surge na esteira da crise do fordismo, em cidades localizadas fora do ABC, seja no Sul Fluminense (Volkswagen, PSA Peugeot), interior da Bahia ou Região Metropolitana de Salvador (Azaléia, Dilly, Clássico e Ford), Juiz de Fora-MG (Mercedes-Benz), Catalão-GO (Mitsubishi) ou em Sumaré-SP (Honda).

Em seu trabalho L. M. Rodrigues também estabelece relações entre o “moderno e o tradicional” na análise do operariado frente ao mundo urbano-industrial. O autor considera que as camadas sociais “características das sociedades modernas”, dentre elas o operariado, adquirem importância política no Brasil na segunda metade do século XX, com o avanço

do desenvolvimento industrial no país. O exame das orientações e atitudes dos grupos sócio-profissionais engendradas por essa realidade e, portanto, de “formação” recente, começam a ser colocados em destaque. Mas as análises do período priorizavam a investigação dos “grandes processos macrosociais” em detrimento dos estudos de âmbito mais restrito sobre os trabalhadores. Criava-se assim uma lacuna significativa para a compreensão do fenômeno. Seria preciso suprir a ausência em questão, em função mesmo do interesse que despertavam as indagações sobre a viabilidade das formas alternativas do desenvolvimento. O autor destacava então a necessidade de se investigar, especialmente, as novas categorias sociais surgidas com a industrialização em virtude, inclusive, da escassez de pesquisas empíricas nessa área, apesar do impulso que esses estudos vinham tomando naquele momento. Sobre essas novas categorias sociais, o objetivo da pesquisa seria identificar suas

*Orientações políticas, os valores e expectativas que balizam sua conduta, o modo como buscam expressar suas reivindicações ante a sociedade global e os poderes instituídos, o tipo de relacionamento que estabelecem entre si, etc.*⁵⁹

A problemática definida circunscrevia-se à investigação das “atitudes e orientações de um grupo operário de uma grande indústria estrangeira operando no ramo automobilístico”⁶⁰. À primeira vista a abordagem de L. M. Rodrigues pode parecer setorial, a exemplo do que já identificamos em trabalhos mais recentes cujo enfoque principal é a reestruturação produtiva do capital. No entanto, incorporando o espírito de problemáticas clássicas no campo das Ciências Sociais, a questão central do autor é a classe social. Diferentemente das

⁵⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970, p. XI.

⁶⁰ *Ibidem*, p. XII.

análises contemporâneas, a questão primordial da pesquisa não era a dinâmica do processo de trabalho e da exploração no setor industrial em si, mas a relação entre as características entre a nova fase da grande indústria com o processo de constituição da classe. Do ponto de vista do objeto, também incorporamos em nosso trabalho tal problemática. É certo que o trabalho de Rodrigues detalha mais aspectos relacionados ao modo de vida dos trabalhadores. No nosso caso, foi ampliada a amostra de trabalhadores e empresas pesquisados, o que nos permite ter uma percepção mais heterogênea do novo operariado atual. As fábricas delimitadas também são recentes, com a que foi pesquisada por Rodrigues, e também seguem a mesma tendência de se instalar em novas localidades. Mas, o momento histórico é diferente, no assim como é distinta a forma como encaminho a questão do surgimento de um novo operariado no Brasil.

Relaciono duas gerações de operários em uma mesma conjuntura. No caso da empresa automotiva delimitada, os operários da Ford de São Bernardo do Campo são os herdeiros da mesma matriz e estrutura de produção daquele novo operariado que Rodrigues identificava, mas que agora se converte em velho operariado. Os operários da Ford na Bahia, como também os trabalhadores do ramo calçadista, representam a amostra de um fenômeno nacional, e mesmo mundial. Constituem um novo tipo de trabalhador coletivo em uma indústria que se transforma e procura se equiparar às concorrentes de mesmo paradigma organizacional em seu mercado interno e externo. É importante dizer que as inovações introduzidas por estas indústrias representam estratégias de sobrevivência frente ao desafio colocado pelas concorrentes. O depoimento do coordenador pedagógico do Projeto Amazon da Ford demonstra isso claramente. Segundo ele, “a planta de Camaçari

salvou a Ford na América Latina”⁶¹, ele acrescentou que muita gente duvidava disso, mesmo na direção da Ford. Em 2002, apenas um ano depois do início das operações da Ford, o empresariado já divulgava a recuperação:

Apesar da indústria automobilística estar passando por um momento difícil a unidade da Ford na Bahia é uma das únicas do setor em todo país que está vivendo um crescimento de produção. No entender do superintendente de Relações Institucionais do Sistema Fieb, Carlos Gouveia, o equilíbrio conquistado nas relações de trabalho está apoiando a obtenção dos elevados índices de produtividade alcançados. A Fieb apoiou a formulação e implantação do modelo de relação capital/trabalho em vigor no Complexo Amazon”⁶². (sem grifos no original)

E em 2003:

Novo Fiesta tem grande procura. A fila para compra do novo modelo do Fiesta fabricado na Bahia está virando quarteirão. Apesar dos reflexos da crise econômica internacional no setor automobilístico, a unidade de produção da Ford, em Camaçari, está adicionando um segundo turno de trabalho para dar conta da demanda. A fábrica vai passar a operar das 6h às 24h, o dobro do tempo em que vem funcionando. Hoje o complexo Amazon já emprega 3.420 operários, dos quais 1.1145 são contratados da Ford. Além do mercado nacional, o novo Fiesta passou a ser exportado para o México.⁶³

E ainda:

Novos Mercados. A fábrica da Ford, em Camaçari, já está operando com cerca de 80% da sua capacidade instalada, com uma produção de 650

⁶¹ Relatório de entrevista concedida por José Almiro de Lima e Silva em 02/02/2006 no Senai-Ba Unidade Dendezeiros. O entrevistado não permitiu a gravação do depoimento.

⁶² **BAHIAINDÚSTRIA**. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XI, n° 117, outubro de 2002, p. 5.

⁶³ **BAHIAINDÚSTRIA**. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XI, n° 127 agosto de 2003, p. 25.

carros ao dia, faltando 16 meses do nível pleno de atividade, previsto para 2005. De acordo com o Jornal inglês Financial Times, a montadora, que já exporta os modelos Fiesta e EcoSport, para o Mercosul, México, Peru e Chile, está prospectando novos mercados, como Europa, Canadá, Austrália, Japão e Ásia⁶⁴.

O sucesso foi amplamente noticiado pela imprensa:

*A cada 82 segundos, um carro sai da linha de montagem da Ford, em Camaçari, na Bahia, “menos tempo do que uma baiana precisa para fazer um acarajé”, como dizem alguns funcionários da empresa. A fábrica não pára, trabalha 24 horas por dia em três turnos e despeja anualmente 250 mil unidades de três modelos de sucesso: o Novo Fiesta, o Novo Fiesta Sedan e o Ecosport. **Aos olhos dos dirigentes mundiais do grupo, trata-se de uma referência, seja pela modernidade de seus equipamentos, seja pelo conceito arrojado de produção.** Na visão dos executivos brasileiros é isso tudo e mais um pouco. Para eles, o Complexo Industrial Camaçari, como é pomposamente chamado, transformou-se na fábrica que salvou a empresa no Brasil. **Quando o primeiro veículo deixou a linha de produção de Camaçari, a Ford começou a reverter um longo processo de decadência, que a mantinha permanentemente mergulhada em boatos sobre sua saída do País. “Para superar esse quadro, precisávamos de fábricas altamente produtivas, baixo custo e produtos novos”, afirma Antônio Maciel Neto, presidente da Ford para a América do Sul. “Camaçari nos trouxe esse tripé de sucesso. Atingimos em quatro anos a meta prevista para seis anos.” (...)** o tempo de produção de um veículo em Camaçari é 20% menor do que em fábricas convencionais. **O sistema de produção também garante custos menores (sic).** Dentro da fábrica, as partes do veículo (sistemas de iluminação, bancos, entre outros) são produzidas por 25 fornecedores minutos antes da montagem final do automóvel, o que elimina os estoques de*

⁶⁴ **BAHIAINDÚSTRIA.** Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XII, nº 128, setembro de 2003, p. 25

*peças na empresa. O máximo de estoques “permitido” pela companhia é de dois dias.*⁶⁵ (sem grifos no original)

A planta de Camaçari pôs fim à crise que a Ford atravessava desde o fim da Autolatina. Em 2006 a fábrica já operava acima de sua capacidade, ao contrário das plantas localizadas na América do Norte, onde existe a previsão do corte de 75.000 empregos (EUA e Canadá) e o fechamento de mais de uma dezena de fábricas⁶⁶. Em São Bernardo do Campo e Taubaté as políticas de cortes são praticadas de forma mais sistemática desde 2002⁶⁷.

Na indústria calçadista a realidade é semelhante. Existe a mesma relação entre elevação da produtividade e valorização do capital via instalação de plantas nos novos territórios em detrimento da redução de empregos e fechamento de fábricas nas áreas de origem das empresas. O aparecimento do novo operariado brasileiro ocorre com o fenômeno de desindustrialização das áreas industriais mais antigas⁶⁸.

Nos novos territórios industriais a constituição do operariado parte do zero, e isto inclusive no campo da formação técnica e das atitudes relacionadas ao trabalho industrial. No caso da fábrica da Ford em Camaçari, uma das exigências iniciais para a formação técnica do operariado através do projeto Amazon era de que os trabalhadores não tivessem

⁶⁵ JOAQUIM CASTANHEIRA . *A fábrica que salvou a Ford A unidade de Camaçari, na Bahia, completa quatro anos, atinge a capacidade máxima de produção, estanca a decadência da empresa no Brasil e traz o lucro de volta.* **Folha de São Paulo**, 23/11/2005.

⁶⁶ Ver: *Ford Demitirá 10.000 para economizar US\$ 5 bilhões.* In: **Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro)**, 16/09/2006; *Em Crise. Ford mundial planeja trocar executivos e se aliar com rivais.* In: **Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro)**, 04/09/2006; HAKIM, Danny. *Modelos das montadoras americanas não agradam mais aos consumidores, e empresas perdem espaço para orientais Ford e GM perdem encanto e entram em crise.* In: **Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro)**, 17/04/2005.

⁶⁷ *Ford cortará 35 mil funcionários no mundo. 5 fábricas serão fechadas e 4 modelos deixarão de ser produzidos, entre os quais o Escort; objetivo é aumentar lucros.* **Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro)**, 12/01/2002.

⁶⁸ Ver: PEREIRA, Diamantino. *A Nova Espacialidade do Trabalho: o fordismo e a “produção enxuta” na Ford.* **Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.** Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (90), 1 de agosto de 2002.

nenhuma experiência anterior com o trabalho fabril, nenhuma cultura elaborada no contato com a experiência operária. Segundo o coordenador do projeto, apareceram trabalhadores com experiência nas diversas ocupações, “do vendedor de acarajé e o cara que fazia bico, até o rapaz em busca do primeiro emprego”. Nem mesmo o pessoal do Senai que efetuará o treinamento dos trabalhadores tinha experiência com o ramo automotivo, foram formados especificamente para o projeto Amazon. A necessidade de um se implantar um novo sistema de produção exigiu essa postura por parte da Ford, que fez questão de uma “mão-de-obra sem vícios”. Apesar da inexperiência dos operários com o trabalho em outras fábricas e com o mercado de trabalho formal – e possivelmente graças a esses dois fatores ao criar condições para a super exploração – as metas da empresa fossem alcançadas, conforme se pôde verificar nos dados disponibilizados na grande imprensa:

Ford faz dois anos e antecipa metas. Montadora exporta EcoSport e Fiesta para o mercado latino. Dois anos depois de inaugurada, a fábrica da montadora da Ford em Camaçari está quase que a pleno vapor. Enquanto unidades da multinacional na Europa anunciam demissão de funcionários, a fábrica baiana já produz 730 veículos/dia, meta que só deveria ser alcançada pelo cronograma inicial em meados do próximo ano. E não é só: este ano, a montadora pretende exportar para países como México, Argentina, Venezuela e Chile, em torno de 30% de sua produção, o que deverá gerar uma receita de US\$ 170 milhões em veículos, incluindo o novo Fiesta e EcoSport.⁶⁹

A elevação da produtividade na Ford se dá também não somente pelos mecanismos de extorsão da mais-valia relativa através do novo maquinário e padrões de organização do trabalho. Ocorre também em nível de mais-valia absoluta ao estender a jornada de trabalho,

⁶⁹ **BAHIAINDÚSTRIA**. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XII, nº 130, novembro de 2003, p. 5.

o número de horas extra, além remunerar os trabalhadores com salários muito mais baixos do que os que são pagos em São Bernardo ou Taubaté. A mesma coisa acontece com a Azaléia Calçados e demais empresas calçadistas que compõem a amostra desta pesquisa. O capital industrial mundializado utiliza e procura manter nos novos territórios industriais características locais que são pouco avançadas em relação às conquistas econômico-corporativas dos operários nas áreas industriais mais antigas. Seleciona inclusive entre os trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador aqueles que não tiveram contato prático com uma relação de trabalho semelhante às dos operários das grandes indústrias do Sudeste, em termos salariais, de direitos e ação sindical.

Outra questão importante sobre o novo operariado diz respeito à sua percepção sobre a integração ao trabalho industrial na atual fase capitalista. O exame dessa relação entre condições materiais e expectativas é fundamental entender as diferenças e semelhanças entre as duas gerações no que se refere ao seu perfil político-ideológico. Entre a geração anterior, durante o período desenvolvimentista, havia uma valorização significativa do trabalho nas multinacionais. Aquelas empresas representavam a *modernidade urbano-industrial*, em um ambiente ideológico saturado pela ideologia do desenvolvimentismo. A pesquisa de L. M. Rodrigues sobre industrialização e atitudes operárias procura captar este fenômeno. Segundo o autor a valorização do trabalho na grande indústria multinacional tinha relação com os processos de industrialização que dão origem ao operariado. Apesar de seus aspectos universais estes fenômenos também possuem suas particularidades, não ocorrendo da mesma forma em todos os lugares. No começo dos anos 60, a forma que assume a industrialização no Brasil, que foge ao modo clássico de como se desenvolveu a industrialização em países pioneiros como a Inglaterra,

determinaria a percepção do operariado sobre o trabalho na indústria. Entre as múltiplas *variáveis* (o autor usa mais a idéia de *variável* e menos de mediação) capazes de afetar as orientações dos grupos operários, o estudo dá ênfase à *origem* do trabalhador, ao meio social de onde ele vem: setor rural, artesanal, operário, serviços, classes médias. O autor argumenta que, no conjunto da classe, a origem pode ser bem variada. A constituição do operariado e suas características, bem como a formação de determinada sociedade industrial estaria marcada pelo peso relativo de cada um dos segmentos sociais apontados. A tese sustentada é de que a especificidade da história da sociedade urbano-industrial no Brasil fez com que, neste país, as ideologias operárias se afastassem do modelo primitivo europeu⁷⁰. Nos países europeus onde temos a industrialização nos moldes clássicos, o trabalho industrial implicou em desvalorização e empobrecimento dos processos de trabalho. No Brasil, ao contrário, houve a valorização do trabalho industrial, sobretudo pelos nativos oriundos do meio rural. No meio urbano a industrialização abriu novas oportunidades de emprego. Na zona rural não contribuiu para degradar as condições de vida e os já baixos níveis de consumo, resultado das relações estabelecidas entre a produção rural e o mercado internacional desde os tempos da Colônia. Nesse sentido, segundo o autor, não existiram no Brasil o mesmo campo fértil para a penetração das sementes e florescimento das ideologias coletivistas e anticapitalistas que foram um traço característico do operariado europeu nos países de antiga industrialização.

Durante o período desenvolvimentista, a burguesia industrial e o Estado criaram no seio da população a expectativa de que o país ascenderia ao *status* de primeiro mundo. Com isso procuraram ocultar os impactos sociais negativos em determinadas regiões do país em

⁷⁰ No Brasil a industrialização não atravessou as formas clássicas relativas ao movimento que vai da subsunção formal do trabalho ao capital até subsunção real, que caracterizaria a transição da manufatura à grande indústria, desqualificando o artesão ao convertê-lo em operário fabril.

virtude da reconcentração de capitais no Sudeste, o que aprofundou as desigualdades regionais em um sistema de troca desigual. Entre os trabalhadores a ideologia do desenvolvimentismo também encontrou eco. A promessa de crescimento econômico soava como possibilidade real de melhoria das condições de vida, o que de fato ocorreu com alguns setores do operariado que se integraram ao projeto desenvolvimentista no Sudeste, particularmente os trabalhadores da indústria automobilística.

No entanto, mesmo nos Estados que sofreram com o processo como os do Nordeste, a ideologia do desenvolvimentismo atuou fortemente para estabelecer uma mentalidade de valorização do processo que se concentrava em São Paulo, sobretudo. A pobreza e a falta de empregos na terra natal, aliados a imagem que se construía sobre a industrialização paulista geravam o desejo de integração à vida na cidade grande e converteram a cidade de São Paulo em pólo de atração para os migrantes nordestinos. Se o desejo de integração à ordem urbano-industrial contribuiu em um primeiro momento para arrefecer o surgimento de posturas anticapitalistas entre o trabalhador migrante, anos mais tarde surge daquela geração de trabalhadores um dos mais importantes movimentos operários do mundo e que produziu o fenômeno do Novo Sindicalismo, o Partido dos Trabalhadores – PT, além de lideranças que hoje ocupam posições importantes na cena política nacional. O ex-metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva, atualmente Presidente da República, é um exemplo disso. Lula é um nordestino que se integrou à industrialização fordista localizada no ABC e foi um dos expoentes daquele movimento social. Contraditoriamente, atualmente, Lula e o PT contribuem para criar as condições políticas e institucionais para que sejam desmontados direitos e conquistas dos trabalhadores, nos marcos do neoliberalismo. Os

rumos da Reforma Sindical e Trabalhista do Governo Lula demonstram essa direção programática.⁷¹

Um aspecto importante chama atenção no que diz respeito às motivações e expectativas dos trabalhadores com relação a sua integração ao processo de trabalho na grande indústria fordista e pós-fordista no país. Entre a geração operária estudada por L. M. Rodrigues a valorização da atividade nas grandes indústrias do tipo Willys Overland também tinha relação com a origem social. Os trabalhadores oriundos das chamadas “áreas tradicionais” valorizavam mais o emprego nessas fábricas. Os salários mais altos na Willys e o maior desenvolvimento tecnológico daquela empresa no cenário produtivo concorriam para criar entre os operários um *status* diferenciado em relação aos demais. Ao passo em que os operários da Willys Overland tinham parte de suas expectativas econômicas e de *status* contempladas, passava também a existir certo compromisso dos operários com as metas da empresa. A fábrica era vista como um instrumento concreto para “melhorar de vida”. Os operários mais qualificados se encontravam, inclusive, em uma situação de classe que os aproximavam de outras categorias profissionais melhor remuneradas. A Willys Overland caracterizava muito bem algumas características do projeto desenvolvimentista no país, ou seja: simbolizava uma nova fase capitalista no Brasil, integrava de forma seletiva trabalhadores e regiões ao processo e intensificava a exploração do operariado contemplando inicialmente algumas das suas expectativas econômicas. Ao passo em que se submetiam às duras condições de trabalho nas multinacionais automobilísticas, lhes eram apresentados, por exemplo, perspectivas de melhores salários do que a média, formalização

⁷¹ GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; FAPESP, 2007.

de direitos nas relações de trabalho, melhoria nas condições de consumo, além de terem uma atividade profissional que apresentava horizonte de longo prazo.

No decorrer do avanço da industrialização do tipo grande indústria fordista surge a “nova classe operária” estudada por L. M. Rodrigues, geograficamente periférica na Grande São Paulo. Segundo o autor,

*As poucas pesquisas realizadas permitem supor que se trata de setores operários de algum modo diferentes do proletariado dos velhos bairros operários. É provável que, nas áreas de indústria tradicional, a mão-de-obra atualmente empregada seja, em muito maior proporção, originada do próprio meio operário, de famílias de origem européia, ao passo que, na periferia do “Grande São Paulo”, de industrialização recente, a composição da força de trabalho mostre a presença de ponderáveis efetivos originários de “áreas tradicionais”, isto é, da agricultura e de pequenas cidades do interior. **Para estas novas camadas, o processo de incorporação à indústria adquire outro significado, associam-se com frequência a um processo de ascensão social ou de melhoria de vida, o que não poderia ocorrer com os trabalhadores dos antigos bairros, originários de famílias operárias.**⁷² [sem grifo no original]*

Decorre daí, segundo L. M. Rodrigues, o fato de alguns autores falarem do “aburguesamento” do segmento. Isso porque o seu crescimento não foi acompanhado por correspondente fortalecimento das reivindicações e do sindicato – no caso dos metalúrgicos do ABC houve fortalecimento das ações reivindicativas e dos sindicatos no decorrer dos anos 60, 70 e 80. Rodrigues não concorda com o termo “aburguesamento” por considerá-lo inadequado neste caso. De todo modo, é fato que décadas mais tarde ao período estudado

⁷² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970, p. XVIII.

por L. M. Rodrigues os metalúrgicos do ABC se tornariam, no âmbito da indústria privada, o segmento operário com o melhor patamar de remuneração do país

A questão já fora colocada por L. M. Rodrigues no momento em que estudava os representantes da geração operária anterior. Naquela ocasião o autor se colocava a questão de saber como se comportam não os indivíduos considerados isoladamente, mas como categoria social orientada por valores de ascensão num dado contexto político, social e econômico (política governamental, relações com as demais categorias sociais, possibilidades de expressão e ação política autônoma, vias de acesso e comunicação com o poder etc). A partir dessas situações dadas, era importante considerar que, se por um lado, as aspirações de ascensão social contribuem para ações motivadas por interesses individuais em detrimento de padrões coletivos ou de solidariedade profissional, por outro lado, frustradas essas aspirações ao não serem atendidas, estas tendem a se transformar em um elemento potencializador do descontentamento. No entanto, isso não ocorria inicialmente com a aquela geração operária:

Tais aspirações, quando não preenchidas, não se traduzem no fortalecimento da solidariedade interna do grupo, mesmo sem a emergência de uma consciência negadora do sistema⁷³.

Contudo, antes de se examinar o problema da fraca coesão grupal e da baixa participação sindical do operariado, é importante identificar os níveis de expectativas e aspirações dos operários estudados, bem como as possibilidades de atendimento que a ordem urbano-industrial lhe oferece e os instrumentos existentes para realizar essas expectativas:

⁷³ Ibidem, p. 38.

*Deste ângulo, a questão da continuidade de modos de pensar, agir e sentir herdados do ambiente do ambiente tradicional e a problemática do comportamento de mobilidade adquirem outra significação e podem ser incorporados numa análise mais inclusiva, a fim de se estabelecerem as conexões com o modo como se vem efetuando a industrialização brasileira, a formação da classe operária, as singularidades do sistema político e administrativo – especialmente a atuação do Estado como medidor [sic] das relações entre as classes e os grupos sociais – papel e alcance dos sindicatos nas condições do subdesenvolvimento brasileiro.*⁷⁴

O autor vai então procurar entender primeiro os nexos entre as expectativas dos operários e a busca de emprego na empresa estudada. É importante destacar que as aspirações dos primeiros operários das novas fábricas baianas se assemelham com as aspirações da geração operária estudada por L. M. Rodrigues, no sentido de esperar uma melhora de vida. Isto pode ser observado no seguinte depoimento de um operário da Ford em Camaçari:

*O primeiro sentimento que me veio na cabeça quando entrei na Ford foi esperança. Esperança de crescer, mudar de vida, aprender coisas novas. Depois vi que não era nada disso*⁷⁵.

A frustração daquele operário tem raízes na contradição que se instala imediatamente ao se vivenciar a inserção na industrialização pós-fordista, tomando-se como referência outro momento da industrialização brasileira. A forma de operação das novas plantas e as práticas sociais que elas simbolizam se confrontam com a imagem construída pelos trabalhadores sobre como seria o trabalho nas montadoras automobilísticas. A referência tem relação com as características da geração anterior à sua e

⁷⁴ Ibidem, p. 38.

⁷⁵ Transcrição de entrevista concedida por um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari em 20 de abril de 2005.

que ainda permaneciam no imaginário social: a imagem da indústria como sinal de progresso e de melhoria das condições de vida. Como vimos, essa imagem encontrava certa correspondência com a realidade de alguns setores do operariado que se formou naquelas condições particulares da industrialização brasileira. Inicialmente isso dificultava o surgimento de uma consciência anticapitalista entre o proletariado, conforme argumenta L.M. Rodrigues:

O fato significativo é que a percepção dos interesses opostos e os conflitos surgidos, em termos de seus equacionamentos teóricos, não pode se inserir num arcabouço ideológico mais amplo que localize os fundamentos dos antagonismos na propriedade privada dos meios de produção. Esta não é sentida como “moralmente reprovável”, como fonte da “miséria operária”. A luta contra a propriedade privada, ponto nuclear dos movimentos operários europeus do século passado, dos socialistas utópicos e de Proudhon a Marx, para o trabalhador brasileiro não pode cumprir as mesmas funções na motivação da ação sindical ou política.⁷⁶

Assim,

Em meio à pobreza reinante entre as populações das áreas tradicionais, a industrialização, mesmo sob o capital privado, identifica-se fortemente com melhores salários, novas oportunidades profissionais, novas vias de participação nas formas modernas da vida social. A valorização do industrialismo tem trazido consigo a aceitação do capitalismo e da grande empresa, o que dificulta o aparecimento de ideologias “proletárias” entre as camadas operárias recém-formadas⁷⁷.

⁷⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970, p. 85.

⁷⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1970, p. 89.

A situação descrita sobre a situação em que surge o operariado da grande indústria fordista no país não encontra correspondência no contexto atual. A integração da nova geração operária à fase capitalista contemporânea e ao processo de produção pós-fordista nos novos territórios apresenta uma situação inversa. No caso do Estado da Bahia, os salários correspondem em média a um terço do que ainda é pago no lócus da geração operária anterior e não representam um diferencial substantivo em relação às grandes e médias empresas conhecidas pelos trabalhadores no Estado.

Segundo dados do DIEESE (dados de 2003), existem

Grandes diferenças dos ganhos salariais entre as regiões no Brasil. Apenas para dar um exemplo, a nova planta da VW Resende paga uma média salarial de R\$ 400 (US\$ 220), enquanto na região do ABC a média salarial das montadoras é de R\$ 1.500 (US\$ 830)⁷⁸

Nas empresas pesquisadas na Bahia a tendência de desigualdade é a mesma. Enquanto no ABC ocorre um processo de transição que tende com o tempo a fazer desaparecer a geração operária forjada com referencia na organização fordista da produção, nos novos territórios a relação contratual já materializa uma maior intensidade de exploração da força-de-trabalho, flexibiliza direitos e reduzi mecanismos de proteção social conquistados pela geração anterior. A garantia do emprego e o horizonte profissional estão cada vez mais sujeitos às instabilidades do mercado. Tanto o emprego, quanto o posto de trabalho podem eventualmente desaparecer, a depender das demandas aceleradas por mudanças na organização da produção em virtude de um mercado mais instável e competitivo. As relações de trabalho passam a ser permeadas pela lógica do *Just in Time* e

⁷⁸SUBSEÇÃO DIEESE – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Do Holerite às Compras: remuneração, preços e poder aquisitivo do tempo de trabalho em 17 municípios com produção automobilística no Brasil*. São Bernardo do Campo-SP: Gráfica FG, 2003, p. 8.

são substancialmente modificadas. Nos novos territórios a burguesia industrial já eliminou muitas mediações existentes (contratos de trabalho que garantam direitos e proteção social) entre a esfera da produção e esfera da circulação de mercadorias, transportando para o processo de trabalho na primeira esfera a instabilidade e riscos que caracterizam a segunda. O argumento é o da necessidade de se dividir com os operários as responsabilidades e os riscos presentes no processo de produção. Do ponto de vista prático isso quer dizer que os trabalhadores podem ser descartados mais rapidamente e que qualquer perspectiva de longo prazo no emprego deve ser vista como algo do passado.

O empresário Noberto Odebretch em entrevista a um periódico da Federação das Indústrias da Bahia – FIEB apresenta claramente essa ideologia, vinculada ao *ethos* empresarial⁷⁹ e que se contrapõe ao marco das relações de trabalho que caracterizaram a integração dos trabalhadores à grande indústria no país, a partir dos anos 50. O novo projeto ideológico do qual Odebretch atua como importante intelectual orgânico mescla princípios das teses contemporâneas sobre o fim das classes sociais e o advento da Sociedade do Conhecimento. Assim, se no momento em que L. M. Rodrigues estudava os operários da Willys Overland, em São Bernardo, uma das compensações ao extenuante trabalho nas automobilísticas era a possibilidade de um emprego que possibilitasse ao operário algum planejamento sobre o seu futuro no âmbito de uma relação salarial formal, atualmente, segundo Odebretch,

A pessoa de conhecimento deve comportar-se como empresária de seu saber, de sua competência e de suas habilidades. Em vez de ambicionar salário, deve ambicionar a justa partilha dos resultados que contribui para gerar. É

⁷⁹ Sobre o novo projeto de hegemonia da burguesia industrial, calcada no *ethos* empresarial ver: RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

por esta razão que devemos preocupar-nos muito em oferecer, sobretudo aos adolescentes, uma nova educação; uma educação empresarial que os habilite a enriquecer moral e materialmente num mundo no qual teremos cada vez menos assalariados. Nossos jovens precisam aprender que, em vez de patrões, precisam é identificar, conquistar e satisfazer clientes.⁸⁰ [sem grifo no original]

Existe, evidentemente, uma distância entre a proposição e a realização deste projeto. Mas, não se pode deixar de considerar que é esta concepção que orienta as ações do empresariado organizado, nos limites possibilitados pela institucionalidade atual. Isso cria um horizonte perigoso para o novo operariado pós-fordista na medida em que a correlação de forças atual tende a desenhar um cenário institucional e político-ideológico no âmbito das relações de trabalho saturado pelos princípios supracitados.

Portanto, a integração do operário ao industrialismo pós-fordista não apresenta os mesmos atrativos que a geração operária anterior experimentou. Ao longo da pesquisa observei que a frustração das expectativas do novo operariado com o trabalho industrial ocorre de forma mais rápida. A resposta à pergunta sobre o que faz os trabalhadores se submeterem a um nível mais intenso de exploração nas novas indústrias não se apóia na existência de altos salários em indústrias de ponta, que representariam ascensão social ou mesmo no *status*, como ocorreu com a geração operária anterior. Não existem muitas contrapartidas da burguesia para o operariado, a não ser a manutenção do emprego. Não há por parte do empresariado muita preocupação em conseguir o consenso dos trabalhadores através do convencimento ou através de concessões. O que existe é um nível mais duro de

⁸⁰ Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **BAHIAINDÚSTRIA**. Salvador, ano VIII, nº 88, abril de 1999, p. 9.

coerção, onde a ameaça do desemprego e a ausência de outras oportunidades nas novas localidades pesa de maneira decisiva.

Mesmo no caso dos trabalhadores que residiam na zona rural – no interior da Bahia isso significa vir de áreas onde a miséria assola –, não há linearidade, se é que houve antes, entre integração à ordem urbano-industrial e uma possível satisfação das expectativas. O depoimento dos trabalhadores entrevistados seja na Ford ou nas empresas calçadistas do interior baiano mostra isso. Os entrevistados foram unânimes em afirmar a frustração com a nova situação. O fato de estarem anteriormente desempregados, de terem recebido salários menores no último emprego ou terem saindo recentemente do trabalho no campo não reduz a frustração com o novo trabalho. Isto ocorre porque o universo daqueles trabalhadores era atravessado por uma estrutura de mentalidade que atribuía um sentido de valorização muito grande ao trabalho na grande indústria, sobretudo entre trabalhadores das cidades menores, para os quais o trabalho nas “grandes empresas do Sul” era um divisor de águas para o crescimento profissional e pessoal. É importante ressaltar é que se a matriz que L.M. Rodrigues utiliza para situar a postura de classe daquele novo segmento do operariado brasileiro nos anos 60 é o velho operariado inglês, a referência mais próxima que baliza a presente análise sobre o novo operariado brasileiro é a geração de trabalhadores que o autor testemunhava o nascimento. A história daquele setor nas décadas seguintes confunde-se com a consolidação do capitalismo monopolista e com o amadurecimento da moderna industrialização no país. Mescla-se também com a história de mudanças estruturais no Brasil da segunda metade do século XX. Entre os trabalhadores pesquisados neste trabalho a comparação também ocorre. Quando representantes do novo operariado falam em classe operária e luta sindical no país é para aquele setor que o olhar se desloca, seja entre os

operários da Ford na Região Metropolitana de Salvador, seja entre os “operários sapateiros” localizados a 500 Km do Recôncavo Baiano.

Evidentemente os efeitos da industrialização sobre as duas gerações são bastante diferentes no que se refere ao atendimento mínimo das aspirações operárias. Para L. M. Rodrigues, se por um lado, a industrialização brasileira não foi sentida negativamente pelas diferentes camadas sociais, por outro lado, nem todos se beneficiaram da mesma forma. Em virtude disso, as reações da classe e os modos concretos por meio dos quais as “aspirações universais” da classe se manifestavam deveriam ser relativizados. Ao afirmar isso o autor não frisa as diferenças no seio da categoria metalúrgica, se refere ao conjunto do operariado brasileiro. Atualmente, a percepção dos trabalhadores sobre os ganhos gerados pela industrialização difere muito entre operários de uma mesma empresa, no mesmo país. É o caso dos operários das empresas delimitadas na nossa amostra.

A situação econômica dos dois segmentos é bem diversa e os interesses das duas gerações operárias que coexistem na atual quadra história tendem a se distanciar já no nível econômico-corporativo mais imediato, sobretudo entre as suas representações sindicais. No caso dos metalúrgicos, isto é muito claro, como demonstra a experiência recente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC, cuja influencia nos rumos adotados pela CUT foi decisiva. Ao longo dos anos 90, quando se intensificam a reestruturação produtiva e a desindustrialização no ABC, o referido sindicato se colocou na defensiva com o objetivo de preservar os empregos naquela região. O SMABC e a CUT passaram a privilegiar uma postura de “cooperação conflitiva”⁸¹, o enfoque foi dado às negociações

⁸¹ RODRIGUES, Iram J. *O Sindicalismo Brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo em Perspectiva*. v.09/ n.º.3/ Jul-Set 1995.

setoriais por empresa com o objetivo de garantir os empregos, em detrimento de mobilizações mais amplas, de cunho classista.

Diferentemente da geração atual, os operários organizados que surgiram durante a primeira fase da industrialização brasileira se vinculavam às perspectivas de classe mais universais, particularmente os trabalhadores qualificados que compunham a primeira geração do operariado paulista. Aqueles trabalhadores ainda estavam ligados aos setores artesanais e a consciência profissional guardava muita importância. Com o advento da grande indústria o peso daqueles operários diminuiu em meio à massa de trabalhadores da produção em série nas fábricas tradicionais (têxteis, calçados, bebidas, etc.). No entanto, os trabalhadores daqueles setores tradicionais se tornaram os segmentos mais aguerridos ao lado dos metalúrgicos, a partir dos anos 50. Um dos pontos que motiva a presente pesquisa se encontra exatamente aí. A questão que se coloca é saber se entre o novo operariado se forma um *ethos* do trabalho vinculado a uma ação política mais incisiva de reação à exploração a que se encontram submetidos. Cabe questionar se é possível que os novos métodos de comprometimento intelecto-afetivo do trabalho ao capital contrabalanceiam as contradições geradas pelas piores condições de trabalho do novo operariado.

Outra questão que merece a atenção diz respeito à relação de identidade e de aliança entre os distintos segmentos operários. É fato que no ABC e nas regiões de industrialização mais antiga o velho operariado da grande fábrica fordista era – e de certa forma ainda é – visto como uma espécie de “casta” diante dos trabalhadores das pequenas e médias empresas, bem como aqueles desempregados ou que se encontram na informalidade. É importante avaliar em que medida a menor diferença salarial do novo operariado em relação aos trabalhadores locais contribui ou não para criar uma solidariedade de classe que

transcenda os limites do ramo de ocupação. Por fim, é preciso saber se a situação econômica do novo operariado potencializa o surgimento de posturas anticapitalistas.

Tendo em vista a questão colocada por L. M. Rodrigues sobre os empecilhos ao surgimento de um sentimento anticapitalista do operariado por ele estudado, é importante avaliar se o mesmo ocorre com os trabalhadores da “senzaleia” (senzala+Azaleia), como alguns operários baianos chamam a empresa gaúcha. Isso porque a frustração das expectativas com relação ao trabalho na grande indústria começa a destruir uma mentalidade há décadas construída sobre o papel progressista da indústria. Vale destacar que dentre as empresas calçadistas pesquisadas, os trabalhadores da Azaleia são os que estão em melhores condições salariais. A mesma questão sobre o surgimento do sentimento anticapitalista pode ser aplicada aos operários da Ford, que já nascem em contexto de aprofundamento da precarização do trabalho. Vale dizer que os novos segmentos operários não se beneficiam de contrapartidas em termos salariais ou de proteção social, como ocorreu com a geração operária que lhe é anterior.

Em todo este fenômeno existe ainda outro aspecto que chama a atenção: a inversão geográfica no movimento de instalação das fábricas. Anteriormente ao contexto do padrão de acumulação flexível, as indústrias privilegiavam para sua instalação ambientes urbano-industriais mais consolidados. Atualmente as fábricas “retornam” para áreas onde os laços com o universo pré-capitalista ainda são muito claros, particularmente no Nordeste brasileiro, mas não somente. No caso das chamadas “indústrias de ponta”, como a automobilística, as novas localidades não possuem laços tão estreitos com relações sociais pré-capitalistas, mas lá existe um nível menos intenso de conflitos no âmbito das relações de trabalho e até mesmo a ausência de mobilização significativa dos trabalhadores em

defesa de pautas da categoria. A ausência de uma cultura relacionada ao trabalho industrial dificulta, por parte dos trabalhadores, o amadurecimento de ações mais organizadas e de cunho classista na relação entre capital/trabalho. Isso porque, em muitas situações, como veremos no caso da indústria calçadista, não havia nos novos locais nem mesmo capital industrial, demonstrando ali a ocorrência de uma tendência histórica do capitalismo, que passa pela ocupação de novos espaços, o que torna mais densa a sua teia. Nesse movimento, potencializa-se inclusive o surgimento de parcelas do proletariado industrial que, quanto às estratégias de organização e mobilização, se diferenciam dos segmentos operários dos centros industriais mais antigos. Também merece destaque o fato dos operários baianos não possuírem elementos de comparação com o modelo anterior de organização do processo de trabalho e de remuneração praticado pela empresa em que passam a trabalhar

De qualquer forma, ali nos novos territórios os trabalhadores se encontram submetidos a um grau mais intenso de exploração, mas isso não implica necessariamente no desenvolvimento de ações anticapitalistas entre esses trabalhadores. Na perspectiva economicista das classes sociais, as características da estrutura de produção que levam a frustração das expectativas de ascensão social ou de melhoria de vida, conduziriam inevitavelmente esse novo operariado assumir posições anticapitalistas. No entanto, antes de se chegar teoricamente à conclusão, é preciso considerar não somente o universo do processo de trabalho, mas também o substrato cultural e político-ideológico em que se constitui este novo operariado. Em outras palavras, para avançar no exame do novo operariado é necessário avançar para além da problemática economicista. É o que procurarei demonstrar no capítulo seguinte.

3 O NOVO OPERARIADO E O DEBATE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE SOCIAL

3.1 O ECONOMICISMO

“Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda”.

(Friedrich Engels, 1890⁸²)

Em Camaçari, a Avenida Henry Ford, que conduz ao Complexo Industrial Ford Nordeste ainda hoje é um prelúdio para a novidade. Foi com certa apreensão que passei ali pela primeira vez. Ao final do trajeto estaria diante de um segmento emblemático do novo do operariado brasileiro. Essa era a hipótese que me guiava.

Ao fazer o contorno que conduzia à entrada do Complexo foi possível ver melhor a fábrica. Lá embaixo estava uma indústria diferente de tudo o que havia visto até então.

⁸² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 1*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986 284.

Grandes construções, várias empresas consorciadas fundidas em uma mesma rede de cooperação cujo único objetivo era produzir, cada vez mais e com menos custos, uma quantidade impressionante de EcoSports e Fiestas. De acordo com o depoimento do coordenador do Projeto Amazon e segundo diversos especialistas do setor, aquele complexo salvou a Ford na América Latina.

Ao redor do complexo, uma grande área verde. Não havia chaminés borrandando o céu, ruídos, tudo muito limpo e arrumado, pelo menos por fora. Mas, desejava mesmo era ver a *classe* operária. Afinal estavam todos ali, num mesmo local produzindo carros em larga escala, integrados em um sistema pós-fordista.

Ao final do turno os operários lotavam os ônibus que os conduziam ao centro da cidade. Muitos jovens, a maior parte de negros e pardos, segundo a classificação utilizada pelo IBGE. Entre eles via-se também muitas mulheres. Todos tão diferentes e colocados em uma situação tão igual: vendem sua força de trabalho, produzem mais-valia para a Ford e estão inseridos em um sistema de produção que se pauta pela intensificação da exploração.

Diante daquele grande número de trabalhadores entrando nos ônibus a problemática teórica sobre a classe social assaltou rapidamente a mente do observador e percebi que a questão não seria simples. Embora aquele pessoal estivesse economicamente em uma mesma situação frente ao processo de produção, faltava saber se, além disso, existia entre eles algum nível de identidade que possibilitassem laços de pertencimento, modos de vida comuns e ação social com base nestes parâmetros. Faltava saber se e de que maneira isso ocorria naquela particularidade, o que determinaria o fenômeno. Para saber isso não bastava considerar a situação econômica dos operários, embora fosse esse o ponto de partida.

Aquele contingente de trabalhadores simboliza uma nova fase na história do operariado brasileiro. O novo não aparecia somente ali na planta da Ford, em Camaçari. Mas também em diversos locais do interior da Bahia. Foi necessário ver a novidade em cidades como Iguai, Ibicuí, Firmino Alves, Itororó, Rio do Meio, todas ligadas à pecuária e com indicadores sociais dos mais baixos. Estes traços caracterizam a maioria das pequenas cidades nordestinas localizadas fora das regiões metropolitanas. No caso dos municípios citados, todos estão a 500 Km de Salvador, em média.

Naquelas localidades, a reorganização capitalista que produz a realocização industrial instalou não somente novas plantas, mas também um traço do que se observa em outros lugares do mundo, sobretudo em países da Ásia. Ou seja, avizinhou de maneira impressionante um tipo de miséria com nítidas características pré-capitalistas com a produção contemporânea internacionalizada. No caso baiano, em muitas situações, sobretudo no ramo calçadista, as novas plantas estão próximas de casas de pau-a-pique e cobertas com palha seca. Estas moradias ficam quase sempre nas franjas de latifúndios e a beira das rodovias, entre as cercas das fazendas e as estradas. Ali residem famílias numerosas que durante décadas trabalharam como diaristas nas fazendas (a diária custa em média R\$ 8,00). Elas viram com bons olhos os galpões da Azaléia sendo erguidos e os mais velhos observam com certa admiração os operários com seu guarda-pó azul.

Estes trabalhadores de guarda-pó azul destoam da paisagem local, como também as fábricas. Observei várias vezes os grupos de operários se dirigindo para a fábrica para o começo da jornada. Após darem a sua cota de produção, retornavam em grupos, com passos lentos e semblantes cansados, alguns de bicicleta.

A novidade que a cena significava se repetia em outras cidades e foi necessário ir lá observar. O fenômeno não ocorria apenas nas cidades mais pobres da região, mas também em Vitória da Conquista, o município mais rico e desenvolvido da Região Sudoeste da Bahia, mas onde o setor industrial nunca fora o forte da sua economia. Nesta última cidade, à margem da rodovia que a liga ao município de Itapetinga a novidade também estava na paisagem: três grandes construções em seqüência, dedicadas à produção de modernos tênis e material esportivo para grandes marcas do setor, cujos produtos se destinam aos mercados interno e externo. Em seus portões levam de trabalhadores que chegavam e outras que saíam. Não havia ali muito tempo para a troca de impressões, o tempo da fábrica, que condiciona todos os outros no modo de vida operário não permitia.

Em Itapetinga, a fábrica é bem maior, empregava nos primeiros anos cerca de 4 mil trabalhadores. Hoje esse número gira em torno de 9.500 trabalhadores. Em alguns momentos a quantidade de ônibus que transportam o pessoal me fez lembrar alguns bairros de São Bernardo do Campo, quando via grupos de trabalhadores nos pontos no começo da manhã esperando os ônibus que os levavam para a Volkswagen, para a Termodinâmica etc. Mas no caso das cidades baianas, não se trata da mesma geração operária de São Bernardo. A questão inicial diante da novidade era saber se estava correta a hipótese de ali estava uma parcela da nova classe operária brasileira.

A problemática política e teórica acerca das classes sociais e da organização em classe do operariado entram aqui pela porta da frente. Sabe-se, no entanto, que no campo científico esta problemática não unívoca. Urge delimitar o campo teórico para limpar a área sobre o encaminhamento empírico e teórico aqui adotado. Examinaremos duas das principais matrizes teóricas que informam o debate sobre as classes sociais. Refiro-me às

tradições marxista e weberiana. As questões que me coloco ao dialogar com as duas tradições frente ao problema concreto suscitado pelo objeto são as seguintes: o que é uma classe social e como é possível delimitá-la, bem como se podemos falar nos novos segmentos operários como uma nova classe social.

Na perspectiva weberiana os trabalhadores observados na Ford, na Azaléia, Ramarim, Dilly e Clássico do Nordeste integrariam uma classe social, a classe operária. A sua situação de mercado seria o elemento central para sua determinação de classe. Weber é uma das principais referências no campo da teoria das classes sociais. No entanto, a problemática weberiana das classes sociais limita a investigação acerca dos novos segmentos operários no Brasil contemporâneo, sobretudo quando é necessário integrar na problemática das classes sociais os aspectos políticos, ideológicos e culturais relacionados ao modo de vida e ações daqueles trabalhadores.

Weber não define as classes sociais como comunidades, embora sejam bases possíveis para o que o autor chama de “ação comunal”. A classe é definida como um grupo de pessoas que possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida. Mas, componentes estritamente vinculados aos interesses econômicos, ligados à posse de bens e oportunidades de rendimentos, representados sob condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho. Para Weber, a classe se definiria a partir de *situações de classe*, que estaria relacionada à determinada forma

De suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica. O termo ‘classe’

*refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe.*⁸³

Sabe-se que Weber reconhece, no entanto, que somente a esfera do mercado não é suficiente para explicar a dinâmica social. É o que demonstra a conhecida tese presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, segundo o qual o protestantismo foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no ocidente. Neste caso, mesmo partindo de outra problemática, que não considera em sua teorização sobre as classes sociais o lugar dos grupos humanos na organização social da produção, mas na situação de mercado, o próprio Weber nos faz pensar sobre um ponto importante acerca das determinações que explicam a ação social dos grupos humanos. Trata-se da afirmação de que nem todas as determinações do processo social são econômicas. Reconhecendo que as relações entre os agentes não se explicam somente pela situação de mercado, mas também pela política, relações de poder, idéias e valores, Weber traz um novo elemento para o exame das relações sociais. Trata-se do conceito de *grupos de status*.

Por um lado, pode parecer à primeira vista que isto enriqueceria a teoria das classes. Por outro lado, quando Weber fala de *grupos de status*, não se trata mais da problemática de classe, haja vista a cisão que o autor faz entre ordem econômica e ordem social. Os *grupos de status* não são classes, embora estejam relacionados com elas. A classe se explicaria na *ordem econômica*, mas pelo fato do poder político e a honra social não se definirem para Weber apenas nesse nível, o autor vai acrescentar à problemática dos grupos de *status* a *ordem social*, distinguindo-a de ordem econômica:

⁸³ WEBER, Max. *Classe, "Status", Partido*. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs) *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1971, p. 63.

Podemos denominar de “ordem social” a forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade entre grupos típicos participantes dessa distribuição. A ordem social e a ordem econômica estão ambas, é evidente, relacionadas com a “ordem legal”. Entretanto, a ordem social e a econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela. Assim: “classes”, “grupos de status” e “partidos” são fenômenos de distribuição de poder dentro duma comunidade.⁸⁴

O limite de Weber está em determinar a classe pela situação de mercado (onde haveria uma miríade de classificações: classe dos banqueiros, dos industriais, dos operários, das lavadeiras etc), além de reduzir economia ao mercado. A economia se restringe a distribuição de capital, bens, mercadorias e serviços, ou seja, à esfera da circulação. A problemática do poder político, das idéias e valores não ocupa lugar na ordem econômica, determinante da classe social. Por fim, embora Weber defina a propriedade e a ausência de propriedade como categorias básicas de todas as situações de classe, permanece a ênfase na problemática da situação de mercado⁸⁵. Weber distingue ordem econômica de ordem social, classe e grupos de *status* respectivamente, aspectos que estão profundamente relacionados com a explicação da organização social da produção material, fundamento determinante na dinâmica histórica de constituição dos grupos humanos em classes sociais.

Levando-se em conta que os grupos humanos agem em interação com os vários aspectos (políticos, culturais, econômicos etc) que motivam e explicam a dinâmica social e os processos históricos, entendidos em termos de mudanças estruturais, a ação dos grupos

⁸⁴ Ibidem, p. 62.

⁸⁵ Ibidem, p. 74.

humanos na dinâmica social impõe a necessidade de uma teorização que abra possibilidades para que se integrem no conceito de classe social as múltiplas determinações que explicam as ações e o modo de vida dos grupos específicos, colocados em determinada posição frente aos meios de produção, aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade. Diante da definição weberiana de classe pela situação de mercado, que correspondente à noção de economia, e já que nem tudo se define pelo mercado ou pela economia, é preciso ampliar a análise para além da situação de classe ou de mercado, ou seja, para além da problemática economicista das classes sociais.

Defenderemos então a tese já apresentada por Marx, também detalhada por Boito⁸⁶, de que a política, as ideologias, e inclusive a cultura, junto com as determinações econômicas, atuam no processo de constituição da classe social. Isso porque na problemática marxista, o que Weber separa em ordem social e ordem econômica integra uma mesma totalidade complexa materialmente determinada, a organização da produção social da existência. Aqui economia se refere à organização da produção material, que pode ser em sociedades onde predomina o mercado, como no capitalismo, ou onde não há predominância do mercado, como ocorreu, por exemplo, durante a Alta Idade Média.

No “Capítulo Inédito de O Capital”, Marx tecia as seguintes considerações sobre a relação entre o mundo da mercadoria e a produção social:

A dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (porém apenas como meios de dominação do capital), não são mais do que simples

⁸⁶Ver: BOITO Jr. Armando. *A (Difícil) Formação da Classe Operária*. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

*resultados do processo de produção, do que produtos do mesmo. Na produção material, no verdadeiro processo da vida social – pois é isso o processo de produção – dá-se exatamente a mesma relação que se apresenta na religião, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa*⁸⁷.

Ou seja, no capitalismo, o mercado tende a se converter na única expressão de organização da produção social. Percebe-se aqui como Weber transita por uma possível teoria da história sem incorporar a história como instrumento teórico-metodológico. A produção social tende assim a se converter em economia apenas como mercado, como lugar do primado do valor de troca em detrimento do valor de uso, ou seja, do primado da mercadoria, algo que é *característico da economia capitalista*, mas não de todas as economias tomadas como formas sociais da produção material. Esse tipo de problema teórico e metodológico, que recai sobre a reflexão do processo de trabalho e também sobre a teoria das classes sociais, é sintetizado por Marx da seguinte maneira:

Considerando o seu lado real – considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – o processo de produção do capital é antes do mais um processo real de trabalho. Como tal, os seus elementos, as suas componentes conceptualmente determinadas, serão os do processo de trabalho em geral, os de qualquer processo de trabalho, seja qual for o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua. Como, portanto, a forma real ou a forma dos valores de uso objetivas compõem o capital, o seu substrato material, é necessariamente a forma dos meios de produção – meios de trabalho e objetos de trabalho – que servem para a produção de novos produtos; como, além do mais, no processo de circulação, estes valores de uso existem já (no mercado) sob a forma de mercadorias – como existem, portanto, nas mãos

⁸⁷ Marx, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1995.

do capitalista enquanto possuidor de mercadorias – como existem, portanto, nas mãos do capitalista enquanto possuidor de mercadorias – antes de operarem no processo de trabalho em conformidade com o seu destino específico; como, pois o capital – na medida em que se apresenta nas condições de trabalho objetivas – é composto, com respeito aos seus valores de uso por meios de produção, matérias primas elementos auxiliares e meios de trabalho, ferramentas, construções, máquinas, etc., chega-se à conclusão de que todos os meios de produção são potencialmente (...) capital – e, na medida em que funcionem como meios de produção, são-no realmente; e, por conseguinte, de que o capital é um elemento necessário do processo de trabalho humano em geral, abstraindo de qualquer forma histórica do mesmo; e portanto, de que o capital é algo eterno e condicionado pela natureza do trabalho humano⁸⁸.

Os resultados diretos ou indiretos deste problema teórico indicado por Marx traz implicações importantes para a teoria das classes sociais. Por exemplo, ao se tomar uma forma particular, mercado como economia mercantil capitalista, como única expressão de todo o desenvolvimento histórico da classe, a tradição weberiana fica impedida de transcender a análise das classes sociais para realidades que se diferenciam do modo de produção capitalista e desvelar melhor as ações dos grupos humanos na história. Assim, em momentos onde não exista o panorama clássico para a identificação das classes sociais, não se pode falar em classes. Em outros termos, se somente no capitalismo haveria a predominância do mercado, ou classes como situação de mercado como “bases possíveis e freqüentes de ação comunal”, seria inadequado falar em classes ou lutas de classes em outros momentos da história. Outro limite nesta problemática está no fato de restringir a análise das classes sociais à esfera da circulação de mercadorias em detrimento da

⁸⁸ Ibidem, idem.

organização social que materializa a sua produção. Para Marx, o extremo do resultado dessa concepção mais de fundo sobre o real leva à

Conclusão de que, como o processo de produção do capital é em geral um processo de trabalho, o processo de trabalho enquanto tal, o processo de trabalho em todas as formas sociais é necessariamente o processo do capital. Considera-se assim o capital como uma coisa que no processo de produção desempenha certo papel próprio de uma coisa, adequado à sua situação de coisa. É a mesma lógica que infere que ouro é dinheiro em si e para si do fato de o dinheiro ser ouro (...). Demonstra-se identidade retendo o que é idêntico em todos os processos de produção e prescindindo das suas diferenças específicas. A identidade demonstra-se deixando de lado a diferença⁸⁹.

As análises de Claus Offe e Jurgen Habermas sobre as relações entre trabalho e mudanças contemporâneas na economia capitalista tomam um caminho semelhante ao apontado no texto supracitado. Ambos partilham da concepção weberiana de classe social como *determinada pela situação de mercado* e, para Habermas, tendo em vista as mudanças nas situações de classe propiciadas pela situação de mercado desses agentes no capitalismo nas últimas décadas, o conflito de classe estaria apaziguado, as classes em luta, que seriam expressão do duro capitalismo liberal perderiam a força para a explicação sociológica:

O sistema do capitalismo em fase tardia é definido por uma política de indenizações que garante a fidelidade das massas assalariadas, isto é, por uma política de evitar conflitos, de tal modo que o conflito que, tanto agora como antes, é incorporado na estrutura da sociedade, com a valorização à maneira privada, é aquele conflito que permanece latente com uma probabilidade relativamente maior. Ele recua face a outros conflitos que

⁸⁹ Ibidem, p. 46-47.

*decerto também dependem do modo de produção, porém, que não podem mais tomar a forma de um conflito de classes*⁹⁰.

Se as classes se definem no plano da economia, na situação de mercado, ou no âmbito do *sistema* e não no *mundo da vida* (Habermas⁹¹), não havendo conflitos econômicos seria equivocado falar em classes sociais: o método torna *intransparente* o reconhecimento da existência da classe social. Na análise de Offe⁹², percebe-se que em virtude da mudança na economia capitalista, a situação de mercado contemporânea poria em questão a sociedade do trabalho e o operariado como classe. Na linha desses autores, um exemplo de mudança na *situação de mercado* que converteria o operariado em uma não-classe-operária seriam as relações de trabalho estabelecidas nas grandes fábricas que terceirizam trabalhadores ou que criam sistemas de cooperativa onde são praticadas formas de assalariamento indireto via pagamento por peça.

A crise do contrato de trabalho clássico *no mercado de empregos* também contribuiria para engrossar o coro daqueles que argumentam o fim da chamada “classe operária”, haja vista que essa situação contribuiria para romper a situação de mercado que engendra a condição de classe, digamos assim, operária. Em alguns casos o próprio Marx parece dar margem a esse tipo de interpretação:

O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista, uma forma socialmente necessária do trabalho, assim como o capital, valor elevado a uma potência, é uma forma necessária que devem adotar as condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. De

⁹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência Enquanto Ideologia*. In: *Textos Escolhidos*. Os Pensadores. São Paulo-SP: Editora Abril, 1975, p. 323.

⁹¹ Ver: HABERMAS, Jürgen. *Teoría de La Acción Comunicativa*. Vol. II. Madrid: Taurus, 1987, p. 469-502.

⁹² Cf: Capítulo I de: OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1989, Volume I.

*modo que o trabalho assalariado constitui uma condição necessária para a formação de capital e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista*⁹³

Essa afirmação talvez dê a idéia de que somente o trabalho assalariado formal no mercado de empregos produza mais-valia, ou seja, valoriza o capital. Assim sendo, o capitalista não poderia se valer, por exemplo, trabalho escravo para valorizar o capital, como usa ainda hoje, e se usasse não haveria mesmo classe, pois os escravos seriam *grupos de status*, caso tomemos como principio a separação que Weber realiza entre ordem econômica e ordem social. No entanto, o que constitui a processo de trabalho capitalista é a produção de mercadorias (em que prevalece o valor de troca) com mais-valor agregado, quando os meios de produção se convertem em capital, servindo à acumulação. Para isso é fundamental a incorporação do trabalhador, uma vez que é a sua atividade que valoriza os meios dispostos pelo capitalista no início do processo. Esse mais-valor advém de trabalho não-pago. O fundamental é que

*O capital é, portanto, não apenas comando sobre trabalho, como diz A. Smith. Ele é essencialmente comando sobre trabalho não-pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc., em que ela mais tarde se cristalice, é segundo sua substancia, materialização de tempo de trabalho não-pago. O segredo da auto-valorização do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago.*⁹⁴

Ou seja, o capital se valoriza ao incorporar trabalho não-pago que, por sua vez, se incorpora no produto-mercadoria. Nesta relação, não havendo equiparação sobre o que o

⁹³ MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1995, p. 73.

⁹⁴ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo-SP: Abril Cultural, 1984. Livro I, Volume I. Tomo II, p. 120.

trabalhador produz e o que recebe, a lei do valor-trabalho continua atuando. Digamos que, por exemplo, ao terceirizar ou criar as cooperativas de produção, o capitalista *externaliza*, para usarmos aqui uma linguagem empresarial, os “inconvenientes” (custos sociais do trabalho, negociação com os trabalhadores, conflitos etc) que acompanham a produção de mais-valia e *internaliza* apenas o seu acúmulo.

Em outra passagem Marx comenta o núcleo duro da produção capitalista:

*O produto do processo de produção capitalista não é nem mero produto (valor de uso), nem uma mera mercadoria, quer dizer um produto que tem valor de troca; o seu produto específico é a mais-valia. O seu produto são mercadorias que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que o que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção, o processo de trabalho só se apresenta como meio, o processo de valorização ou a produção de mais-valia como fim*⁹⁵.

Posto isso podemos considerar que a existência da classe operária não está condicionada necessariamente a condições de assalariamento direto. Além disso, o salário é uma forma social que fetichiza a existência do trabalho não-pago, que era mais visível no escravismo e no sistema feudal:

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corvéia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto,

⁹⁵ MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1995, p. 68.

*realmente só trabalho para si mesmo, aparece como trabalho para o seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho escravo para si mesmo; aqui a relação do dinheiro oculta trabalho gratuito do assalariamento.*⁹⁶

Desta forma, o capitalista pode obter a força de trabalho do produtor direto e produzir mercadorias com maior valor de troca sem necessariamente pagar salário, ressuscitando (ou tornando mais clara) a natureza servil do trabalho sob o capital. O capitalista pode ainda assalariar indiretamente na medida em que condiciona o pagamento da produção “autônoma” do trabalhador a condições de compra pré-estabelecidas pelo empresário. Este é o caso do trabalho doméstico e das cooperativas de produção.

Em muitos casos os trabalhadores estão fora da relação salarial clássica que, no caso da problemática weberiana, os colocariam na situação de mercado como classe operária. Passariam então a ser a *classe dos prestadores de serviços, dos proprietários dos meios de produção da cooperativa, a classe dos cooperativados*, etc. Poder-se-ia inclusive argumentar que os trabalhadores de cooperativas de empresas são agora capitalistas, pois são proprietários de meios de produção. Contudo, se nos ativermos à questão mais fundamental, não são capitalistas na medida em que *eles próprios realizam o processo de trabalho produzindo partes ou mesmo mercadorias inteiras, não controlam os rumos da produção e nem usufruem plenamente dos seus resultados*. No final das contas, através do contrato com o grande capitalista, trabalham para alguém que controla o processo global e que não os remunera na mesma medida do que resulta da produção. O exemplo da Benetton e de diversas marcas de roupas, que compram a produção de ateliers e pequenos grupos de

⁹⁶ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo-SP: Abril Cultural, 1984. Livro I, Volume I. Tomo II, p. 124.

trabalhadores ilustram bem essa situação. Ao realizar o trabalho desta maneira o operário deixa de ter qualquer contrato de venda da força de trabalho para com o capitalista, que se desobriga da garantia de qualquer proteção social formalizada, prevista no contrato de trabalho. O operário passa a vivenciar uma situação potencialmente explosiva, pois, sem nenhum tipo de proteção social, continua a incorporar ele mesmo mais-valor às mercadorias inicialmente disponibilizadas no início do processo de trabalho como capital.

Tomando também como pano de fundo essa realidade, Lessa comenta que:

Ao converter o trabalhador em proprietário da máquina, parte do capital constante é agora fornecido pelo próprio trabalhador. Ao transformar o trabalhador em proprietário da máquina na qual ele e sua família trabalham, faz do antigo operário o capataz de si e de sua família. Ao fazer da casa do operário o lugar da produção, (...), temos uma brutal economia nos custos das instalações. Ao fazer o trabalhador ser o seu próprio operário (ou, se quiserem, ao forçar o operário, além de trabalhar, também personificar o capitalista), o capital amplia sua lucratividade economizando nos “custos sociais” e administrativos. E, por fim, o operário, ao não encontrar no mercado ninguém disposto a comprar as peças que ele fabrica e na escala em que o faz a não ser seu antigo patrão, termina submetido a um processo de produção cuja razão continua sendo dada pelo capital (ironicamente, muitas vezes pelo mesmo grupo capitalista que antes assinava sua carteira de trabalho)⁹⁷

O produto e a força de trabalho desses operários não constituem valor de uso para eles como o capital (que também subsume a força de trabalho) o é para o capitalista. Na medida em que não se colocam na condição de capitalista frente ao burguês de quem valorizam o capital, aqueles operários não produzem mais-valia para si mesmos, algo que

⁹⁷ LESSA, Sergio. Trabalho Imaterial, Classe Expandida e Revolução Passiva [crítica a Negri, Lazzarato e Hardt]. In: **Crítica Marxista**. Nº 15. São Paulo-SP: Boitempo, 2002, p. 124-125.

seria no mínimo esdrúxulo. Reedita-se ali algo semelhante ao salário por peça⁹⁸, quando o operário recebe de acordo com sua produção, na fábrica ou fora dela.

Ao examinamos a sociedade, tendo como parâmetro a *organização da produção social da existência*, ao invés da situação de mercado, é possível vislumbrar a existência de grupos que se diferenciam pelo lugar que nela ocupam e que podem vir a se constituírem enquanto classes sociais. Tais grupos tendem a estabelecer o seu modo de vida, a sua percepção acerca das relações sociais, da política e da vida cultural a partir da sua experiência com o lugar que ocupam na organização da produção material. Não seria a situação de mercado que criaria esses grupos, a situação de mercado é, digamos assim, algo posterior à sua condição de classe, determinada economicamente pelo seu lugar organização social da produção da existência. Portanto, a análise da classe pela situação de mercado estaria na superfície dos fatos. Conclui-se que, mesmo diante de situações de mercado que aparentemente afastem o trabalhador da condição operária, isso não impede que a classe exista como potência, e que dela ele pertença como parte dos explorados que valorizam capital a partir do seu *lugar na organização da produção social da existência* em sua forma capitalista, embora seja dificultada a sua emergência como classe ativa, enquanto força social. No campo da problemática marxista das classes sociais, Boito defende que

*As relações de produção são, de fato, a referencia última das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários e não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Mas isso como possibilidade.*⁹⁹

⁹⁸ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo-SP: Abril Cultural, 1984. Livro I, Volume I. Tomo II, p. 133-138.

⁹⁹ BOITO Jr. Armando. *A (Difícil) Formação da Classe Operária*. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. VVAA. Marxismo e Ciências Humanas. São Paulo: Xamã, 2003. p. 199.

Ainda assim, a formação de coletivos organizados em torno de interesses opostos não possibilitaria necessariamente a formação da classe social. Os trabalhadores organizados em sindicatos quase sempre defendem interesses opostos aos dos patrões. Mas, a ação política de tal coletivo se dá quase sempre na esfera econômica e corporativa e não transcende a ação para lutas políticas que contestem de forma mais radical o resultado da sua posição na organização da produção social e, por conseguinte, a própria estrutura de classes, ou apresenta valores éticos e culturais que os diferenciam de forma substantiva dos segmentos sociais potencialmente antagônicos. Por exemplo, apesar dos trabalhadores investigados na presente pesquisa estarem em condição econômica que os coloca em situação potencialmente antagônica em relação à empresa, essa potencialidade ainda não se desenvolve de forma generalizada em direção a ação de contestação mais radical da sua condição na estrutura de classes. O que se percebeu na fala de muitos operários é o desejo de alcançarem ascensão social via integração na estrutura de classes e naquela organização da produção. O questionamento não tem como alvo a estrutura de classes ou as relações de produção. O maior problema identificado por eles com relação à sua condição não é de caráter classista, mas a falta de oportunidades de crescimento na empresa, a ausência de um melhor tratamento por parte da gerencia, a impossibilidade de mudar de função e auferir um salário maior etc. A grande maioria ambiciona uma posição melhor na estrutura social, mas não questiona a própria estrutura. Questioná-la seria o mesmo que pensar elementos de uma base simbólica diferente daquela que, a rigor, partilham: o projeto identificatório do capital¹⁰⁰.

¹⁰⁰RUMMERT, Sônia Maria. *Educação e Identidade dos Trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo-SP: Xamã; Niterói-RJ: Intertexto, 2000.

Atualmente, mesmo a organização de um coletivo com interesses opostos aos dos padrões em nível econômico corporativo apresenta dificuldades mais acentuadas¹⁰¹. Além disto, a metamorfose na chamada situação de mercado do operariado prevê obstáculos à constituição da classe social até mesmo nas aparentemente mais simples designações do que seja trabalhador. Em meio à reorganização contemporânea da empresa capitalista pode-se observar em várias situações os trabalhadores não serem chamados de empregados, peões, operários etc. Agora são designados *colaboradores*. Há toda uma estratégia de convencimento passivo e ativo cuja intenção é enfraquecer qualquer identidade de classe derivada da experiência compartilhada no trabalho e na condição operária. Procura-se, assim, dificultar e obscurecer o surgimento de referências que contribuam para unificar os trabalhadores tanto no plano simbólico, quanto no campo de atribuição de significados que possibilite uma identidade cultural e ações classistas, como ocorreu de forma inicial em alguns momentos da história do operariado no Brasil. Alguns autores argumentam que tais estratégias conduzem a um grau mais profundo de subordinação do trabalho ao capital, dessa vez em nível intelecto-afetivo¹⁰². Contudo, embora exista esta tendência, a pesquisa de campo entre os novos segmentos operários demonstra que tais estratégias de refinamento do processo de subordinação do trabalho ao capital não podem ser generalizadas no contexto da reestruturação produtiva e no cenário das plantas pós-fordistas. Há uma combinação mais orgânica entre o que há de mais atual com o que há de mais arcaico no processo de trabalho e nas estratégias de controle operário. Isto sinaliza para uma síntese bem mais contraditória e que apresenta em contornos claros a especificidade do capitalismo pós-moderno. Farei um breve parêntese para demonstrar como isto ocorre entre o novo

¹⁰¹ Na seção 5.5 do Capítulo 5 deste trabalho tratamos mais detalhadamente deste assunto.

¹⁰² Ver: ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo-SP: Boitempo, 2000.

operariado e como, mesmo diante da ausência de formas mais sutis de desagregação do coletivo operário, os trabalhadores não atuam politicamente de forma coesa em defesa dos seus interesses de classe.

A resposta de um operário da Azaléia sobre como é trabalhar em uma empresa tão grande e com presença importante no cenário nacional e internacional identifica traços da síntese contraditória que potencializariam, em tese, a revolta operária, e que se estende mesmo às grandes empresas automotivas como a Ford. Perguntado sobre se trabalhar numa grande empresa como a Azaléia altera ou não o status ou o seu modo de vida em relação ao conjunto dos trabalhadores do município de Itapetinga, ele responde:

Não, é igual. É igual, é igual... É igual porque às vezes nós trabalhamos numa empresa de primeiro mundo e ganhamos como numa empresa de fundo quintal. (...). Então essa é a diferença, você trabalha numa empresa de primeiro mundo, mas você ganha como se estivesse trabalhando numa empresa de fundo de quintal. A única coisa que você faz é a propaganda, com o guarda-pó e o crachá da empresa¹⁰³.

Além disso, o registro de maus tratos entre os operários é alto. Nas empresas calçadistas o número de operários que declarou sofrer maus tratos é maior do que na Ford, mas, também nesta última fábrica, os operários mencionaram maus tratos, casos de truculência, assédio moral e sexual, este último entre as mulheres trabalhadoras. No caso da Azaléia o despotismo fabril se revela ainda no alto índice de operários mutilados. Segundo informações do Sindicato de Trabalhadores de Calçados de Itapetinga e Região, desde que a empresa começou a funcionar, há 11 anos, 82 operários já perderam falanges, dedos, mãos e antebraços. Isto sem contar as lesões causadas por LER, bursite e hérnia de disco.

¹⁰³ Transcrição de entrevista concedida por operário da Azaléia em 14 de maio de 2006.

No último acidente grave até a conclusão deste trabalho, um operário perdeu três dedos da mão esquerda enquanto operava uma prensa¹⁰⁴. Os fatos que narro a seguir demonstram a síntese contraditória entre o que há de mais avançado em termos de processos de produção com o que formas de tratamento dos trabalhadores que lembram o capitalismo industrial do séc. XIX. No caso do último acidente mencionado na Azaléia, o diretor de recursos humanos alegou que a máquina era segura e sugeriu que a culpa pelo acidente foi do operário, que se descuidou. Segundo o diretor de RH, “o posto de trabalho é seguro. É uma máquina italiana que atende todas as normas de segurança européias”. Em contrapartida, o operário argumenta que o acidente foi causado por causa das metas de produção cobradas pela empresa. O braço mecânico da máquina não retirou todos os resíduos da matéria prima e o operário resolveu dar mais agilidade ao processo retirando manualmente o material, a mutilação ocorreu naquele momento. O operário explicou a situação da seguinte maneira:

*Trabalhamos sob pressão psicológica. Se não conseguirmos atingir a meta de produção somos penalizados com demissão por justa-causa e com advertências*¹⁰⁵.

Somando-se ao ritmo intenso e à pressão psicológica, existe ainda o problema do assédio moral por parte da empresa. Segundo o presidente do sindicato, “se o funcionário for três vezes ao banheiro e quatro vezes ao bebedouro durante o turno, o gerente acusa de estar fazendo corpo mole”¹⁰⁶. Na ocasião deste último acidente a Azaléia foi notificada pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – CESAT, órgão vinculado à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, que sugeriu pausas para descanso e revisão das metas de produção da empresa.

¹⁰⁴ Ribeiro, Perla. *Acidente Gera Denúncia de Falta de Segurança*. *Correio da Bahia*, Salvador, 29/02/2008.

¹⁰⁵ *Ibidem*, *idem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*, *idem*.

Mas, este não é um fato isolado. Já em 2000, o CESAT alertava sobre as condições de trabalho na Azaléia. Com base em inspeções realizadas em julho 1999 e outubro de 2000, cujo objetivo era mapear riscos para os trabalhadores, a análise do órgão do Governo foi taxativa: na maioria absoluta dos postos de trabalho na fábrica da Azaléia em Itapetinga as condições de trabalho eram insalubres e contrariavam as normas de segurança previstas pela legislação e era preciso realizar uma intervenção imediata para a solução dos problemas. Os trabalhadores estavam expostos ao calor, vapores tóxicos e manuseavam produtos químicos perigosos sem proteção; os níveis de ruídos extrapolavam os patamares de segurança; os operários realizavam o trabalho sem equipamentos de proteção tais como luvas, máscaras e calçados adequados à realização das tarefas; os procedimentos de segurança na operação das máquinas não eram suficientes e a ergonomia favorecia o surgimento de doenças¹⁰⁷. Enfim, as condições de trabalho não eram adequadas em 1999-2000 e continuava da mesma maneira em 2008, o que demonstra que nas novas plantas é este tipo de situação não é uma exceção, mas uma característica recorrente.

De todo modo, e aqui retomo a questão da formação da classe social em uma condição estrutural que potencializa contradições entre capital e trabalho, a situação de trabalho descrita acima e que se explica pela posição dos operários na organização da produção, não tem se mostrado ainda suficiente para que os trabalhadores desenvolvam ações conjuntas voltadas à solução desta condição estrutural. As reclamações, tanto do sindicato, quanto dos trabalhadores não se ampliam para além das reivindicações por melhores condições de trabalho e possibilidades de melhoria de vida. Por se encontrarem

¹⁰⁷ BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia; Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde; Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador. *Documento Técnico nº 32/2000. Mapeamento Preliminar de Riscos da Empresa azaléia Calçados Nordeste S/A*. Salvador, janeiro de 2001.

em uma condição mais precária do que os operários dos locais de origem das fábricas, o centro das suas reivindicações é o nivelamento da situação, em termos de relação salarial e de relações de trabalho. Não há questionamento da estrutura de classes que lhes destina àquela situação. Portanto, a situação econômica dos operários não deve ser tomada como única mediação no processo de constituição da classe.

A abordagem que localiza a classe social apenas na dimensão econômica, sem levar em conta na problemática os aspectos políticos e culturais relacionados a esta experiência e à sua formação, torna limitada a compreensão do fenômeno. Isto se estende até mesmo aos debates recentes sobre o fim da classe operária. Para muitos autores, a crise econômica e político-ideológica da *sociedade do trabalho assalariado* é tomada como um dos aspectos do fim da classe operária e da teoria do valor-trabalho. Este tipo de análise tende a confluir com a retórica pós-moderna do fim das classes sociais.

No campo marxista a análise é distinta, a problemática teórica de Marx, que se desdobra na teoria das classes sociais, incorpora múltiplas determinações. Isto não impediu que determinadas correntes do marxismo também adotassem o viés economicista e relegassem às contradições produzidas no terreno da economia o papel principal na constituição das classes e dos conflitos entre capital e trabalho subjacentes a este processo. A idéia era de que a própria dinâmica da economia capitalista levaria à revolução socialista, haja vista o acirramento crescente de suas contradições, ou produziria a consciência de classe necessária ao desencadeamento do processo revolucionário. Essa era uma visão predominante no campo do marxismo tradicional. No entanto, as derrotas das experiências ditas socialistas ocorreram no mesmo período em que o capitalismo mundial apresentava sinais urgentes de uma ampla reorganização, que intensificou a exploração dos

trabalhadores em todo o mundo. Ainda assim a plataforma socialista refluíu, inclusive entre as organizações vinculadas aos interesses dos trabalhadores que disputavam a ampliação dos seus espaços na cena política em diversos países.

Em todo este debate, se há algo que unifica a tese da dinâmica histórica entre analistas conseqüentes, weberianas, ou marxistas, é de que esta é determinada pela ação dos agentes sociais. Também é fato que no âmbito das Ciências Sociais tais ações não são entendidas como motivadas apenas pelos interesses econômicos ou ao nível da estrutura econômica. É necessário, portanto, pensar a constituição e ação dos agentes em uma problemática que incorpore múltiplas determinações. No entanto, mesmo no campo de certas correntes do marxismo, como vimos, outras possibilidades de determinação no nível político-ideológico e cultural não foram tão consideradas. Para Boito,

O descuido no exame dessa questão não é casual. Ele é conseqüência da orientação teórica predominante tanto na antiga tradição socialista, representada pela II Internacional, quanto na tradição comunista, representada pela III Internacional. Vale dizer, esse descuido decorre da orientação teórica que dominou o marxismo organizado e militante durante o século XX. Tal orientação consiste em definir a classe operária no plano estritamente econômico – a posição dos agentes no processo de produção – e, em decorrência disso, dar por resolvido, pelo menos no plano teórico, o problema do processo de formação da classe operária como coletivo organizado em torno de um programa político. Dessa perspectiva teórica o processo de formação da classe operária seria uma decorrência necessária da situação dos agentes no processo de produção [econômica] – e, em decorrência disso, dar por resolvido, pelo menos no plano teórico, o

*problema do processo de formação da classe operária como coletivo organizado em torno de um programa político próprio*¹⁰⁸.

Enfim, se por um lado, o entendimento da classe como lugar na organização da produção (econômica) é cara ao marxismo, por outro lado, conforme o próprio método aponta, não é suficiente para produzir uma identidade que distinga os segmentos sociais em nível político-ideológico e cultural, possibilitando a construção de uma ação social que tome esta distinção como referência. Isso sem falar no desencadeamento de um processo revolucionário frente à hegemonia do capital na totalidade da produção social, ao qual se inclui, junto com a economia propriamente dita, o campo da política e a dimensão simbólica no que se refere à atribuição de significados relacionados ao modo de vida dos agentes no âmbito da estrutura de classes.

Ao fazermos a crítica de fundamentos da problemática weberiana das classes sociais à luz da problemática marxista, destacamos as seguintes aporias que limitam o avanço do exame dos novos segmentos operários e do seu processo de constituição em classe:

- Para Weber o terreno das classes sociais está relacionado estritamente com a dimensão econômica;
- No que se trata da relação entre classes sociais e economia, Weber define as classes somente no âmbito da circulação e não da produção;
- Tal concepção tende a impedir a incorporação das determinações político-ideológicas e culturais nas mediações que envolvem a dinâmica dos grupos humanos constituídos em classe ou em processo de constituição;

¹⁰⁸BOITO JR. Armando. *A (Difícil) Formação da Classe Operária*. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. VVAA. Marxismo e Ciências Humanas. São Paulo: Xamã, 2003, p. 194.

No entanto, acerca do economicismo, cabe limpar a área no seio do próprio marxismo, haja vista que, como foi pontuado acima, o economicismo presente em certa tradição marxista também impede que a análise sobre o processo de constituição das classes sociais avance. São vários os autores que desposaram o economicismo em suas análises sobre o operariado. Seria aqui impossível tratar aqui de cada um deles especificamente. Destacaremos apenas o núcleo duro que alimenta tal elaboração.

Para as vertentes economicistas do marxismo que aqui identificaremos como o marxismo tradicional, o lugar na organização da produção econômica por si só determina a classe social, e no caso do operariado, o conduz à situação revolucionária¹⁰⁹, sobretudo quando entra em cena o partido revolucionário ou quando a consciência de classe é adjudicada ao operariado¹¹⁰. Para vários autores vinculados as correntes economicistas, haveria no capitalismo uma polarização cada vez mais acentuada da população ativa dos principais países capitalistas, aumentando a massa de assalariados e diminuindo o percentual de autônomos. Isso levaria necessariamente à radicalização das contradições do capitalismo forçando o processo revolucionário. Essa era uma visão recorrente nos anos 60 e 70 do século XX.

Para os marxistas tradicionais, a idéia era de que o capitalismo monopolista ao intensificar o seu controle sobre as dimensões produtivas e improdutivas da reprodução ampliada do capital transformava em classe operária todos os trabalhadores direta (trabalho produtivo) ou indiretamente (trabalho improdutivo) envolvidos na produção de mais-valia.

¹⁰⁹ Ver: RUMIÁNTSEV, A.; AMBARTÚMOV, E. y OSTOVITIÁNOV, Y. Prologo. In: RUMIÁNTSEV, Alexei. (Org.) *La Estructura de la Clase Obrera de los Países Capitalistas: materiales del intercambio de opiniones. Revista Internacional (Problemas de la Paz e del Socialismo) – 1960-1961*. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963.

¹¹⁰ Ver: Gyorgy, Lukács. *A Consciência de Classe*. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs) *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1971, p. 18-19.

Haveria ainda uma tendência de generalização com relação à tese da crescente desqualificação da força de trabalho na produção capitalista¹¹¹.

Na perspectiva economicista até mesmo os engenheiros fariam parte da classe operária, isso ao se aferrarem e levar ao limite a tese de que não é necessariamente a ligação direta com os meios de produção que determina o pertencimento à classe operária, mas o assalariamento. Assim contrapondo às teses contrárias, alguns defensores de tal perspectiva afirmavam em um grande colóquio marxista de início dos anos 60 que:

Lo errôneo de este punto de vista quedó demostrado em el curso de la discusión. Los participantes en el coloquio se refirieron a este propósito al concepto de “obrero colectivo”, puesto en circulación por Marx, que lo identificaba en el sentido social con la clase obrera, o con el proletariado. Por obrero colectivo”, el autor de El Capital entendía un personal obrero combinado “cuyos” miembros tienen una intervención más o menos directa en el manejo del objeto sobre que recae el trabajo”, o sea, dicho de otro modo, que también pueden estar ligados no directamente con los medios de producción¹¹².

Do ponto de vista estritamente das relações com os meios de produção os engenheiros seriam proletários¹¹³, já que vendem sua força de trabalho, portanto, classe operária para aquele marxismo tradicional. A não propriedade seria o critério principal de determinação e

¹¹¹ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Guanabara, 1987.

¹¹² WEBER, Max. *Classe, “Status”, Partido*. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs) *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1971. p. 32.

¹¹³ Na parte do Manifesto Comunista intitulada “Burgueses e Proletários”, Engels definia em uma nota à edição inglesa de 1888: “por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. (Org. Oswaldo Coggiola). São Paulo-SP: Boitempo, 1999, p. 40.

pertencimento dos agentes à classe operária. Citando uma passagem de Marx, os autores tiram suas conclusões:

“Em los comentarios finales se decía: “El rasgo fundamental de la situación de clase del proletariado no es la unión directa con los medios de producción, sino su separación de los mismos”. Por cuando los empleados de oficina y de comercio y los ingenieros y peritos, al igual que los obreros (como se puso de relieve a lo largo de la discusión), no poseen, en general, la propiedad de los medios de producción, deben ser considerados, en virtud de este rasgo fundamental, parte integrante de la clase obrera¹¹⁴.

No entanto, no caso dos engenheiros, se por um lado estes não são proprietários, o que lhes conferiria a condição de classe operária, por outro lado, do ponto de vista da sua função na organização da produção social da existência e da sua consciência social nesse processo, não necessariamente fariam parte da classe operária. Isto porque, no processo de trabalho, a tendência dos engenheiros é a de formar o corpo dos prepostos que realizam o planejamento do processo de trabalho capitalista, ou seja, dos mecanismos de exploração de mais-trabalho dos operários. Os engenheiros estariam ali para garantir o funcionamento desse sistema social e técnico de exploração. Se os agentes operários estariam potencialmente mais próximos da plataforma política revolucionária pela sua situação na organização social da produção, o mesmo não se pode dizer dos engenheiros. Ampliando a análise para além da determinação econômica, pode-se argumentar que, tendencialmente, para os engenheiros e afins, o processo revolucionário entraria em contradição com seus interesses materiais, políticos e ideológicos. Para evitar o reducionismo com sinal trocado,

¹¹⁴ RUMIÁNTSEV, A.; AMBARTÚMOV, E. y OSTOVITIÁNOV, Y. Prologo. In: RUMIÁNTSEV, Alexei. (Org.) *La Estructura de la Clase Obrera de los Países Capitalistas: materiales del intercambio de opiniones* organizado por *Revista Internacional (Problemas de la Paz e del Socialismo) – 1960-1961*. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963, p. 31-32.

que atribui à esfera político-ideológica um papel isolado frente à determinação econômica, é preciso dizer que os valores político-ideológicos tendem a ser condicionados pelos interesses materiais relacionados ao seu modo de vida. Desse ponto de vista, trabalhadores como os engenheiros constituiriam uma camada intermediária entre a burguesia e operariado, visão que aquele marxismo tradicional tende a desconsiderar.

A dificuldade de certas correntes do marxismo se desvencilharem do economicismo decorre do limite presente na concepção de um tipo de totalidade atribuída ao pensamento de Marx, mas cuja origem é hegeliana e que se ocupava lugar no pensamento do Jovem Marx, não o faz no período de maturidade, quando de fato Marx opera no terreno do Materialismo Histórico Dialético. Trata-se da totalidade simples, que opera com o princípio de dois pólos contraditórios que, se por um lado, em Hegel se traduz na *Dialética do Senhor e do Escravo*, no marxismo economicista se traduz na determinação da dinâmica histórica apenas pela contradição entre Capital e Trabalho, entre forças produtivas e relações de produção. As múltiplas determinações tão caras ao método de Marx perdem espaço para o terreno da economia como determinante em última instância e não como *somente em última instância*¹¹⁵ e impondo-se como necessidade. Engels enuncia isso de forma muito clara¹¹⁶.

Em síntese, havendo apenas uma única contradição entre dois pólos, não existiria espaço para outras contradições determinando ou sobredeterminando a produção social da existência material e sofrendo sua influência. Este procedimento analítico entra em desacordo com o método de Marx, pois, para este, a totalidade social não se compõe ou se

¹¹⁵ Ver o capítulo “*Contradição e Sobredeterminação*” de: ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1979.

¹¹⁶ ENGELS, Friedrich. *Engels a Bloch* [carta]. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 3*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986.

explica somente pela polaridade forças produtivas/relações de produção, base infraestrutural e superestrutura (na prática, uma falsa separação), Capital/Trabalho, economia/política e ideologia.

3.2 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO NOVO OPERARIADO EM CLASSE

“O povo aqui ainda tá muito desunido. O que a gente ouve falar é que o pessoal de São Paulo ganha mais porque é mais organizado, aqui ainda falta muito”

(Depoimento de operária da Ford em Camaçari-Ba, junho de 2006).

“A Maioria do pessoal daqui é muito novo, falta experiência e mais organização pra gente tentar melhorar as coisas”.

(Depoimento de operário da Azaléia Calçados em Itapetinga-Ba, novembro de 2005).

A presente pesquisa e seu objeto exigiram como ponto de partida alguns princípios caros ao marxismo, no sentido de considerar, como a possibilidade de múltiplas determinações para a explicação do objeto, conforme vimos na seção anterior do texto. Isso

não quer dizer que a estrutura econômica deixe de exercer um papel importante neste processo, mas que ela não é única dimensão substantiva do processo. Para começar a aprofundar o esclarecimento desta questão, utilizo como exemplo o sentido inicial dado por Marx às relações entre estrutura econômica e produção social da existência humana:

*Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção **que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais**. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. **O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.** [Sem grifo no original]¹¹⁷.*

Transportando esta problemática teórica mais ampla para o campo da teoria das classes sociais, percebe-se que, embora se possamos privilegiar na análise um dos aspectos (econômicos, políticos, culturais etc.) do objeto em foco, estes não podem estar dissociados dos outros elementos que atuam na dinâmica histórica. Em outras palavras, da mesma forma como ocorre com a dinâmica histórica, uma classe social não se encontra hermeticamente isolada do complexo de influências que atuam sobre a sua existência, que lhes dão os contornos e que pode diferenciá-la em relação às outras classes.

Conforme Boito¹¹⁸, a organização da produção econômica e os lugares dos agentes neste processo condicionam a determinação de classe e a sua existência como

¹¹⁷ MARX, Karl. *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 1*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986, p. 331.

¹¹⁸BOITO JR. Armando. *A (Difícil) Formação da Classe Operária*. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. VVAA. Marxismo e Ciências Humanas. São Paulo: Xamã, 2003. p. 199..

possibilidade. Na organização da produção social da vida humana (totalidade social) outros aspectos atuam determinando e sobredeterminando a produção material bem como a dinâmica das classes. Ao discutir o lugar da política na teoria marxista, particularmente com relação à problemática da transição dos modos de produção, o autor argumenta que sem o primado da transformação política as possibilidades colocadas no terreno da economia não necessariamente se realizam. Haja vista que não há automatismo no desenvolvimento histórico, no sentido de ser alavancado somente pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção, visão corrente no marxismo economicista que, segundo Boito, encontrava guarida em parte do Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política que enfatiza como determinante que move a história exatamente a contradição entre forças produtivas e relações de produção ¹¹⁹. Segundo o autor, naquele texto, embora Marx esboce elementos da sua ruptura com a dialética hegeliana, ainda se encontrava preso às estruturas da contradição simples de Hegel, incorporada às correntes economicistas do marxismo. Em 1890 Engels já alertava sobre as distorções promovidas pelo economicismo:

*Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. **Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda.** A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe dominante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas no cérebro dos que nela participam, as teorias políticas, jurídicas,*

¹¹⁹ BOITO JR, Armando. *Estado, Política e Classes Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, p. 57.

*filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma** como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau¹²⁰.*

Entendo aqui a relação a *necessidade* e o *econômico* como impositivos da existência material, da manutenção imediata da existência física, imanentes ao chamado *reino da necessidade*.

A análise de Engels recupera o aspecto anti-economicista da teoria marxista ao precisar que “embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isto não impede que a esfera ideológica **reaja por sua vez sobre elas**, ainda que sua influência seja secundária”¹²¹ [sem grifo no original]. Nesses termos, falar em “influência secundária” não significa hierarquizar a importância dessas esferas na dinâmica social, pois, elas se confundem na prática. No entanto, as construções culturais e político-ideológicas precisam ter, digamos assim, um campo de objetivação sob o qual atuam e que condiciona a concreticidade de sua existência, do seu estatuto de realidade, caso contrário estaríamos no terreno da metafísica.

Estendendo a análise de Engels sobre o papel da economia na mudança histórica à teoria das classes sociais, podemos afirmar que os agentes elaboram significados sobre sua

¹²⁰ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 1*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986 284-285.

¹²¹ ENGELS, Friedrich. *Engels a Schmidt* [carta]. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 3*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986, p. 282-283.

experiência, produzem as ideologias, cultura e as modificam de acordo como vivenciam sua existência material. Os agentes sofrem influência decisiva da estrutura de classes e dos imperativos das necessidades materiais que se impõem, em última instância como determinação econômica. As elaborações e significados sobre o modo de vida podem ser transformados e contribuem para alterar a própria existência, mas, sempre tendo como base a questão primeira, colocada nos termos de “produção e reprodução da vida real”¹²², sem a qual as construções superestruturais tornam-se abstrações vazias. Um exemplo que pode levar a esse extremo é a perspectiva thompsoniana de formação das classes sociais. Thompson atribui um peso decisivo a experiência dos agentes com a situação de exploração no processo de formação da classe, que se faz a partir de elaborações simbólicas, culturais e políticas sobre si mesma. Não se pode negar a importância da experiência, já que se relaciona com a construção da identidade de classe e à luta política. Mas, a análise que atribui um caráter voluntarioso ao processo de formação da classe, como tudo indica na análise de Thompson¹²³, obscurece o devido lugar das determinações econômicas e da estrutura de classes nesse processo. Isso porque determinados grupos humanos só partilham da experiência de classe, em virtude da sua posição em uma estrutura de classe quase sempre pré-existente. Em síntese, é diferente afirmar que as superestruturas reagem sobre base material modificando-a inclusive, de afirmar que a superestrutura é *reflexo* da base material. Dizer que algo reage sobre alguma coisa, sobredeterminando-a, é também diferente do argumento de que o que sofre a reação ou o que reage podem assumir o papel principal, de determinação mesmo, dependendo da situação. Pensando essa indicação

¹²² Ver: MARX, Karl. *A Ideologia Alemã* [Vol I]. 4ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

¹²³ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo-SP: Cia das Letras, 1998. THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.) *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. E. P. Thompson. Campinas-SP: Textos Didáticos IFCH, nº 10, Vol. 1, 1998.

metodológica com vistas à teoria das classes sociais, por um lado é correto o argumento de que a superestrutura político-ideológica muitas vezes condiciona as opções políticas dos operários, bem como os “acazos” de um contexto (guerras, pestes, catástrofes naturais, crises etc), o que pode influenciar na coesão dos interesses de classe distintos em um mesmo bloco. Por outro lado, são os constrangimentos advindos da necessidade econômica relacionados à realização da existência que tende a atuar como determinação fundamental de classe.

Apesar de a história ser feita pelos homens, desenrola-se também “independente da vontade dos homens”. Não raro, isso aparece como resultados de processos históricos que resultam no fortalecimento da estrutura de classes e de tendências que assumem um poder de determinação muito grande frente à ação dos grupos humanos em seu cotidiano. Assim, os imperativos da necessidade econômica e os imperativos ideológicos não estariam no mesmo *plano de determinação*. Não estão, pois, tem eficiências distintas e desiguais, embora estejam no mesmo plano de importância para a análise das classes, caso contrário o resultado será sempre circunscrito em torno do economicismo, culturalismo ou do politicismo.

Acredito que o desenvolvimento proposto por Althusser com o conceito de *sobredeterminação* aponta um caminho que ilumina o problema histórico e teórico de constituição das classes sociais. Ou seja, haveria sim determinações principais e secundárias, mas, não que uma ou outra assumiria o papel de secundária ou principal dependendo da situação. Haveria determinações principais, com particularidades dependendo de situações concretas, *sobredeterminadas* por determinações secundárias, sendo que as principais tendem a se imporem sempre como econômicas, no campo das

necessidades imperativas da produção da existência material. Se o determinante de classe não é exclusivamente o lugar na organização da produção [econômica], os outros determinantes (culturais, político-ideológicos) atuam sempre sobre este determinante (sobredeterminando-o), muitas vezes mudando-lhe a forma, contribuindo para constituir a determinação mais total, a saber, o *lugar na produção e reprodução da vida real*, conforme enuncia Engels. Teríamos então: determinações da estrutura (impondo-se somente em última instância, como necessidade) + (sobre) determinações da superestrutura = múltiplas determinações, e múltiplas contradições em um tipo de dialética não está mais no terreno da contradição simples característica da dialética hegeliana. A constituição das classes sociais seria então fenômeno onde atuam um conjunto de mediações históricas (sobredeterminações) *sobre determinações fundamentais dadas, imanescentes ao próprio modo de ser do capitalismo, como por exemplo, a estrutura de classes e a propriedade privada dos meios de produção.*

Portanto, no exame da constituição dos novos segmentos operários é preciso considerar como determinações o lugar que lhes foi relegado dentro da estrutura social de produção e reprodução do capital, que lhe estende a possibilidade concreta de vivenciar a experiência da exploração, além da relação potencialmente conflituosa entre capital/trabalho. Esse conjunto de elementos constitui a sua determinação principal de classe, mas, não garante a sua constituição em classe social, embora possa ser o prelúdio desse processo. Se a determinação principal, que se impõe em última instância como necessidade, não é suficiente para estabelecer os contornos da classe, nem necessariamente garantem uma ação coletiva motivada por interesses fundamentais de classe, que revertam sua condição de agente explorado, é preciso lançar luz sobre os aspectos que atuam sobre a

determinação principal. Esses outros aspectos podem contribuir para explicar melhor ou a existência da classe ou o processo de constituição do operariado em classe. De um modo geral, sobre a determinação principal, atuam elementos sobredeterminantes decisivos, como por exemplo, a política, a cultura, as ideologias e o modo de vida, todas relacionadas à sua especificidade histórica dentro do contexto social e territorial em que esses segmentos operários se encontram.

Temos então as determinações atuando em três níveis distintos e entrelaçados da realidade social, a saber, o modo de produção, as formações sociais e o modo de vida. Tomo aqui de empréstimo a possibilidade aberta por Poulantzas com a sua análise da relação entre formações sociais e modo de produção. Para aquele autor uma formação social capitalista historicamente determinada resulta da coexistência de vários modos de produção com dominância do modo de produção capitalista, tudo em uma mesma temporalidade cronológica. O processo de constituição das classes sociais e do Estado em uma formação social estaria, portanto, condicionados pelas permanências desses elementos anteriores no modo de produção capitalista. Isso porque, para Poulantzas, em um nível mais abstrato, seria possível imaginar um modo de produção capitalista puro, na medida em que possamos identificar aspectos que possam ser isolados de certa forma no momento da exposição do que é fundamental para a compreensão das leis internas que regem a dinâmica do capital. Isso pode ser percebido, por exemplo, na forma como Marx expõe o resultado de suas pesquisas sobre a mercadoria no Livro I do Capital. No entanto, no nível das formações sociais concretas, onde haveria permanências – termo melhor do que “superposição”, utilizando por Poulantzas – de elementos pré-capitalistas atuando, aquelas leis mais essenciais se encontrariam mescladas por determinações outras que não apenas a

dinâmica de valorização do capital. Ainda assim, apesar do caminho aberto por Poulantzas, se levarmos em conta a necessidade da investigação da ação dos grupos humanos em seu processo de constituição em classe frente às determinações e sobredeterminações do modo de produção e das formações sociais, é preciso ampliar a possibilidade metodológica supracitada. Necessitamos de um nível de análise que nos permita avaliar como tais determinações e sobredeterminações no modo de produção e nas formações sociais se manifestam no universo do indivíduo social. Este nível da análise é o modo de vida.

O exame desta dimensão é importante porque traz à luz as práticas e percepções dos agentes frente às manifestações da dinâmica do capital nos locais em que vivem. Em outras palavras, se o lugar da determinação principal e a possibilidade da experiência da exploração podem ser identificados na dimensão estrutural do modo de produção, o lugar de atuação das sobredeterminações encontra-se na esfera do modo de vida dos trabalhadores nas formações sociais concretas.

A partir daqui tratarei mais detidamente das relações entre determinação e sobredeterminações de classe do no operariado. Para isso começarei, no capítulo seguinte, pela exposição da sua determinação inicial de classe nos dois setores da produção delimitados na presente pesquisa.

4 DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO EM DOIS SETORES DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

4.1 ASPECTOS GERAIS DA DETERMINAÇÃO DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO

“Não se sai são de lá. Tenho medo de perder o juízo! Tenho medo de sair na rua porque os sapatos estão correndo atrás de mim!”

(Depoimento de operária que trabalha em fábrica de calçados pós-fordista, onde adquiriu distúrbios psicológicos, na cidade de Serrinha-Ba)¹²⁴

A determinação do processo de constituição do novo operariado brasileiro é a situação histórica que engendra mudanças estruturais na organização da produção e reprodução ampliada do capital. O surgimento do novo operariado brasileiro é, portanto, expressão de um fenômeno global que ocorre na esteira da crise de um ciclo relativamente

¹²⁴ VAZQUEZ Petilda S.; VAZQUEZ Vanessa S. *Gênero, Trabalho e Saúde. A experiência das Mulheres do Setor Calçadista na Bahia*. Salvador: Fast Dsign, 2007, p 11.

longo de acumulação, sustentado por um tipo de organização do trabalho identificada com o fordismo, base técnica e organizacional do industrialismo americanista¹²⁵.

Hegemônicas no II Pós Guerra, as bases de acumulação do capitalismo industrial, alicerçadas sobre o industrialismo americanista, se encontram abaladas desde finais dos anos 60 no núcleo orgânico capitalista tradicional. Não foi a toa que por volta dos anos 70 transformações estruturais começaram a ocorrer no núcleo orgânico. No Brasil, essas mudanças foram percebidas já nos anos 80, e com mais força nos anos 90 e final do século XX. Esse cenário vai afetar de forma importante o operariado que se constituiu sobre o velho paradigma americanista, seja por conta do quadro intenso de reorganização da indústria e de seus produtos, o que leva a uma onda crescente de demissões, seja em suas formas de organização sindical. O paradigma americanista de organização do trabalho industrial alcançou o seu limite e já se revela velho, no sentido de já estar em superação. E isso ocorre desde finais do século XX.

A base técnica do americanismo emergiu da síntese de dois conjuntos de inovações fundamentais. O primeiro se constitui nos princípios de administração e rotinização do trabalho praticados por Taylor na fábrica da Midvale Steel Company (EUA), onde iniciara os seus estudos sobre os tempos de trabalho em 1881¹²⁶. O taylorismo, como ficou conhecido, revolucionava a produtividade industrial já em finais do Século XIX.

¹²⁵ Costuma-se designar o industrialismo americanista de fordismo. No entanto, a expressão “fordismo” é apenas um aspecto do industrialismo americanista. Sobre a gênese do industrialismo americanista como tendência de caracterização de um bloco histórico em nível mundial, ver: *Americanismo e Fordismo* In: GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª edição, 1989.

¹²⁶ Ver: TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo-SP: Editora Atlas S.A., 1966.

O segundo conjunto de inovações importantes foram as que Henri Ford introduziu em sua fábrica de automóveis em Highland Park (Grande Detroit, EUA), em 1913. O sistema de produção passou a integrar um complexo de novas práticas no mundo da produção, além de mudanças na relação capital/trabalho. A nova forma de organizar tanto a produção de mercadorias, quando a relação entre trabalhadores e capitalistas ficou conhecida pelo nome de Fordismo. Algumas das principais características desse sistema de produção foi o uso da linha de montagem móvel com esteira, o uso de máquinas ferramentas e de peças intercambiáveis na montagem de automóveis, além da burocratização e centralização das estratégias de ação da empresa capitalista. A síntese entre o taylorismo e o fordismo contribuiu para a padronização e simplificação na fabricação das mercadorias, para o seu barateamento e ampliação do seu consumo. Inaugurava-se, no começo do século XX, a produção e consumo em massa. Emergia uma nova fase de acumulação de capital que se diferenciava dos padrões praticados durante o capitalismo concorrencial.

Nos países mais industrializados do Ocidente, a produção em massa conheceu o seu auge de maturidade em meados dos anos 50¹²⁷. A partir da segunda metade dos anos 60, as taxas de lucratividade dos capitalistas já manifestavam tendência crescente de queda¹²⁸. Isso contribuiu para dar mais força à tendência do capital industrial de ocupar novos espaços. Sob a égide do imperialismo estadunidense procuram assim recompor seus níveis de acumulação ao agregas novos territórios em sua teia. Não é por acaso que se observa a implantação do parque automotivo no Brasil nos anos 60 e 70. Os ganhos de produtividade, as políticas desenvolvimentistas então vigentes no país e a militarização da política

¹²⁷ WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 31.

¹²⁸ Ver: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1992, p. 135.

contribuíram para que aquelas multinacionais fortalecessem a concentração de capital, o que concorreu para resguardá-las da crise que se anunciava nos países centrais, sobretudo por que os níveis de crescimento do Brasil se mantinham satisfatórios¹²⁹. Quando a crise eclodiu, inclusive nos países periféricos latino-americanos, como foi o caso do Brasil nos anos 80, somando-se a isso a intensificação da concorrência da indústria automobilística japonesa, a situação se agrava para as montadoras que se organizavam com base no fordismo. A partir daí as empresas começam de fato a tentar se reestruturar, sobretudo nos anos 90. Dentre as soluções vislumbradas pelas empresas, se encontram a aceleração do circuito do capital, o aumento da produtividade do trabalho e a otimização dos custos¹³⁰. Daí a necessidade de se procurar dar plena vazão à tendência de flexibilização imanente ao capital.

Esse fenômeno demonstra a atuação de outra tendência histórica do modo de produção capitalista: suas contradições econômicas e sociais geram crises cíclicas. Para solucioná-las a burguesia industrial organizada – inclusive no Estado – precisa concentrar força política para intensificar a flexibilidade para alocar capital, reorganizar a base técnica e social do processo de trabalho com a finalidade de criar condições adequadas para manter a crescente necessidade de maior acumulação de capital. Isso implica em minar ou destruir a organização e poder político dos trabalhadores, em redefinir ou romper acordos históricos, cujo conteúdo se encontrava presente, tanto em acordos por categorias profissionais quanto, por exemplo, em políticas públicas e na legislação. A hegemonia do

¹²⁹ Ver: CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2º Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1985; SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (oRS). *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995, p. 35-36.

¹³⁰ Nas décadas seguintes isso se traduziria em diminuição do tempo de consumo das mercadorias, pela compressão dos mercados, pela redução na relação espaço-tempo e, particularmente nos anos 90 pela aceleração e redução do tempo da formação profissional e sua flexibilização.

neoliberalismo e, em seu bojo, as contra-reformas que se apresentam na conjuntura do final dos anos 90 expressam bem essa intenção. Isso porque, soma-se ainda outra tendência histórica da relação entre capital e trabalho, que é o ajustamento das crises no processo de valorização do capital a custa dos trabalhadores, via elevação da produtividade do trabalho vivo, pela extensão da jornada de trabalho, pela queda nos patamares de remuneração do trabalho e pela retirada de direitos que, na visão empresaria, onerariam a produção. Quando essa necessidade se exacerba nos anos 90, as demandas crescentes por flexibilização tecnológica e organizacional passam a pautar as novas estratégias de acumulação na indústria.

Em maior ou menor grau, essa nova tendência repercute em todos os níveis da organização da produção material, em algumas regiões de forma mais profunda do que em outras. Apesar dessas variações, há consenso na literatura no que se refere à tendência do padrão de acumulação flexível afirmar-se enquanto lógica do capitalismo contemporâneo. Seus avanços no campo da produtividade não poderiam mais ser descartados¹³¹.

Se por um lado as mudanças no terreno da economia e do processo de trabalho chamam a atenção, principalmente nas esferas da sociologia e das teorias da administração, por outro lado, elas também devem ser compreendidas como parte de um todo materialmente determinado. Não é por acaso que no plano cultural, político e ideológico o pós-modernismo e o neoliberalismo (sobretudo no Ocidente) dão sinergia ao ultra-

¹³¹ Sobre esse debate, ver: HIRATA, Helena Sumiko (Org.) *O “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*. São Paulo-SP: Editora Universidade de São Paulo, 1993; WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

individualismo e à construção de um novo bloco histórico que institucionalize as relações de produção flexibilizadas¹³².

No campo da técnica e do processo de trabalho a flexibilização produtiva avançou de forma decisiva no Japão, sobretudo com a internacionalização industrial promovida pelo investimento direto japonês na Ásia (ASEAN, NICs e China) durante os anos 70 e 80. Desde então as indústrias automobilísticas e calçadistas ocidentais – apenas para se ater aos setores delimitados para a amostra desta pesquisa – enfrentam uma séria concorrência das empresas japonesas, chinesas e coreanas. Uma das soluções encontradas foi tentar aprender com aquele exemplo¹³³. Essa intenção produziu um importante debate sobre as possibilidades de implantação do chamado “modelo japonês” no ocidente¹³⁴. A conclusão é de que não adianta apenas mudar conceitos ou informatizar a planta industrial, é necessário promover uma ampla mudança política e cultural. Isso porque muito do sucesso do chamado “modelo japonês” se deve às condições culturais daquele povo. Pode-se destacar como elementos culturais fundamentais, a rígida norma de hierarquia e compromisso com os resultados do trabalho (“cada um fazendo o melhor segundo o seu lugar”), entremeando as relações de trabalho e entre empresas como relações de dívida pessoal, definidas no campo da honra¹³⁵. Essas características contribuíram inclusive para que as empresas japonesas promovessem o desmonte de métodos de organização sindical operária caracterizada pelo viés reivindicativo e de confronto frente ao capital.

¹³² Ver: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª Ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1996, pp. 117 a 177 e pp. 293 e 317 e JAMENSON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1996.

¹³³ WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. Op. Cit.

¹³⁴ HIRATA, Helena Sumiko (Org.) *O “Modelo” Japonês: Automação, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*. São Paulo-SP: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

¹³⁵ Ver: BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

O universo cultural contribui ainda para o entendimento do funcionamento não somente da empresa fabril japonesa, mas também do próprio capitalismo nipônico, particularmente no que se trata da importância e do significado que a honra em relação à manutenção dos compromissos e convenções desempenha na mentalidade do povo japonês¹³⁶. Isso facilita uma relação de cooperação mais estável entre as empresas, e cria condições mais favoráveis para o complexo sistema de sub-contratação multiestratificada que caracteriza o capitalismo no Japão¹³⁷. Nos anos 70 vários sistemas de subcontratação haviam se expandido pelo mundo capitalista. No entanto, o sistema japonês tem características específicas que lhe conferem vantagens em relação às demais.

Em primeiro lugar, a organização industrial japonesa se baseia em uma estrutura menos centralizada do que as empresas capitalistas ocidentais. Apresenta um sistema de várias camadas estratificadas de sub-contratantes primários diretamente sub-contratados do estrato superior, sub-contratantes secundários que sub-contratam dos sub-contratantes primários, e assim sucessivamente até se chegar à cadeia mais baixa, formada por uma grande massa de “casas que sub-contratam operações simples”¹³⁸. Formalmente todos são independentes, mas compõem uma sólida relação que abastece as grandes empresas-redes japonesas¹³⁹. Tais complexos de cooperação entre as firmas são muito maiores e estáveis do que as equivalentes americanas e européias. Isso contribuiu de forma importante para que, por exemplo,

Em 1973, entre os grandes fabricantes de automóveis o valor adicionado bruto dos veículos acabados foi de 18% no Japão, 43% nas “três grandes”

¹³⁶ Ibidem, idem.

¹³⁷ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª Ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1996.

¹³⁸ Isso se reflete tanto na hierarquia da apropriação da ciência, bem como nas qualificações profissionais quanto na hierarquização de quem produz as mercadorias com maior valor agregado.

¹³⁹ CASTELS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 3ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000, Vol. I, p. 179.

dos Estados Unidos e 44% na Volkswagen e na Mercedes Bens na Alemanha (...). A maior dependência de fontes externas, por sua vez, foi o mais importante fator isolado a permitir que a Toyota Motor Corporation produzisse 3,22 milhões de automóveis em 1981, com apenas 48 mil empregados, enquanto a General Motors precisou de 758 mil empregados para produzir 4,62 milhões de carros.¹⁴⁰

Não é de se admirar que os produtos da Toyota se tornassem mais competitivos. A relação entre capital físico e capital variável na composição orgânica do capital industrial japonês torna as suas empresas mais produtivas e competitivas no mercado internacional.

Um segundo aspecto diz respeito às redes de subcontratação japonesas que – conforme o argumento acima – são ainda bem mais estáveis e eficazes do que as americanas e européias. No caso do ocidente, os sub-contratantes têm que renegociar com outros sub-contratantes com mais freqüência e sob maior pressão competitiva. Torna-se assim mais difícil a cooperação entre as jurisdições organizacionais das empresas integradas na rede de sub-contratação com vistas a alcançar uma meta comum, como, por exemplo, melhor qualidade com preços mais baixos. No Japão, até por conta da sua tradição cultural, essa relação é encarada como uma relação “familiar” entre “empresas matrizes” e “filiais sub-contratadas”¹⁴¹. Elas formam as conhecidas *Keiretsu*.

Em tais organizações a cooperação entre firmas é tão estreita que muitas vezes é difícil fazer uma distinção entre elas. Isso porque algumas companhias fornecedoras localizam-se dentro da própria matriz. Vale destacar aqui que as grandes empresas estadunidenses e européias atualmente tentam copiar esse princípio em locais onde não

¹⁴⁰ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto; São Paulo-SP: UNESP, 1996, p. 356.

¹⁴¹ Do ponto de vista organizacional esse sistema se assemelha às estratégias de produção da Azaléia (várias filiais descentralizadas fornecendo etapas de fabricação dos calçados) e de outras empresas que utilizam cooperativas de trabalhadores como forma de realizar sub-contratações.

existe tradição industrial e sindical, como se pode observar com as plantas da Ford e da Volkswagen em Camaçari-Ba e Resende-RJ, respectivamente. O modelo de cooperação é semelhante, mas o conteúdo da relação estabelecida é diferente. No Japão elas são mais próximas, no sentido de produzir uma relação de compromisso própria dos padrões daquela cultura, a exemplo dos rigores no processo de constituição da mentalidade japonesa no que se refere ao respeito às tradições e ao preceito, estabelecido nesse escopo mais geral, de que cada um deve viver e respeitar as relações sociais inerentes “à sua posição”. Segundo Benedict

O modo de vida japonês determina a autoridade devida e define a sua devida esfera. Atribui muito maior deferência – e portanto liberdade de ação – aos “superiores” do que as culturas ocidentais, mas estes também devem manter sua posição. O lema japonês é: cada coisa no seu lugar¹⁴²

Tal estrutura de mentalidade se estabeleceu em uma temporalidade de longa duração, na qual se encerram também o rigor das obrigações, sempre ligadas à honra e à tradição a exemplo do *On*, *Giri* e do *Gimu*¹⁴³.

Essas especificidades da cultura japonesa atuam na própria estrutura empresarial, sobretudo quando se leva em conta que, nos complexos industriais japoneses, as empresas menores são, não raro, administradas por ex-funcionários da maior. Muitas vezes, a parte mais cara dos equipamentos da empresa menor é fornecida em vendas de segunda mão por

¹⁴² BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p 78.

¹⁴³ “On: obrigações incorridas passivamente. “Aceitar um *on*”, “dever um *on*”, isto é, *on* são obrigações do ponto de vista do receptor passivo” O *ko on* seria o *on* aceito do imperador. O *oya on* refere-se ao *on* aceito dos pais. O *nushi on* é o *on* aceito do chefe. Todas as pessoas de quem se aceita o *on*, tornam-se o “homem do *on*” (*on jin*). As recíprocas do *on* implicam no pagamento destas dívidas, quando se devolvem estas obrigações do ponto de vista do pagador ativo ao “homem do *on*”. O *gimu* é, segundo Benedict, o pagamento contínuo destas obrigações, sem limite de tempo. No âmbito do *Gimu* registra-se o *chu*, dever com o Imperador e com o Japão; o *ko* dever para com os pais e o *nimmu*, que é o dever com o próprio trabalho. O *Giri* constitui deveres e dívidas que devem ser cumpridos e pagos em relação ao favor recebido, havendo limites de tempo. Cf: BENEDICT, Op. Cit. p 101.

seu principal cliente, que facilita a aquisição dos bens de capital pela empresa menor que compõem a rede. A relação de cooperação se solidifica, inclusive, no topo da pirâmide:

Arranjos de cooperação entre matrizes e subcontratadas são reforçados por arranjos entre as próprias matrizes, sob a forma de acordos de comércio semipermanentes e de propriedade intergrupar das ações¹⁴⁴.

A meta é facilitar a obtenção e distribuição de insumos nas redes de sub-contratação e evitar aquisições indesejadas de empresas, além de garantir que as empresas concentrem a estratégia nos lucros em longo prazo (contando para isso com grandes bancos dentro dos grupos afiliados), e não somente em rendimentos de curto prazo. Atuam ainda em conjunto com este tipo de rede empresarial as *sogo shosha*, grandes empresas de comercialização.

A terceira característica importante é que a organização multiestratificada do capital industrial japonês possibilita às grandes redes empresariais uma maior integração em termos de informação e logística. Isto lhes cria melhores possibilidades para se beneficiarem das diferenças salariais e outros insumos, reproduzindo a lógica desejada na remuneração do esforço entre os diferentes segmentos e camadas da força de trabalho. Espera-se assim minimizar a concorrência entre pequenas e grandes empresas no mercado de trabalho. Com este tipo de controle os grupos empresariais japoneses colocam em prática estratégias de discriminação de grandes setores da força de trabalho – como as mulheres – destinadas a formar um exército para ser superexplorado nas camadas inferiores do sistema.

A quarta e última característica que merece ser destacada é o fato de que o sistema japonês de sub-contratação multiestratificado desenvolveu-se internamente (como ocorreu

¹⁴⁴ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto; São Paulo-SP: UNESP, 1996, p. 357.

com o fordismo nos EUA), e em seguida se expandiu transnacionalmente. A burguesia industrial japonesa baseou esse processo no esquema dos *gansos voadores*¹⁴⁵. Assim, os nichos produtivos de menor valor adicionado foram se espalhando por todo o leste e sudeste asiático, o que possibilitou o aproveitamento da abundante oferta de mão-de-obra barata e competitiva nessas regiões do globo. A expansão japonesa ocorria para contrabalancear as restrições econômicas que lhe eram impostas no Ocidente pelas empresas americanas e européias. Contraditoriamente o capital japonês se tornava ainda mais produtivo, pois, intensificava a reespecialização e se instalava em territórios onde a havia a ausência de um coletivo operário mais organizado ou com um significativo leque de conquistas políticas e econômicas como, por exemplo, salários mais altos. A ausência desses aspectos facilitaria tanto o aprofundamento da exploração da mais-valia relativa e absoluta, como também a implantação de uma cultura do trabalho naquelas regiões que se diferenciava do que ocorria no Ocidente. Os países do Leste Asiático, particularmente o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, são as principais referências na formação de redes de

¹⁴⁵ De forma simplificada essa conceituação baseia-se no seguinte: em uma determinada região há o país industrialmente mais avançado e os que não se encontram naquele estágio de industrialização, particularmente no que se trata das atividades tecnologicamente mais avançadas. Buscando elevar sua competitividade no mercado internacional, o país hegemônico descentraliza e realocaliza a sua indústria repassando tecnologia – em parte, já que o monopólio das tecnologias de última geração ainda ficam no país hegemônico – e financiando a implementação do parque produtivos nos países periféricos, desde que os mesmos ofereçam vantagens comparativas para seu capital industrial. Assim, o país hegemônico não concorrerá com os periféricos pelos mercados mundiais destinados aos produtos produzidos no processo de descentralização e realocalização industrial. O país hegemônico estabelecerá seu quinhão com produtos de altíssima tecnologia e alto valor agregado, e os periféricos produtos de segunda geração por assim dizer. Estabelecem-se também um forte comércio intra-regional liderado pelo país hegemônico (a produção atende ao mercado interno e externo), o que contribui também para o acesso ao crédito internacional. Um exemplo disso foi o que ocorreu na Ásia com a relação estabelecida entre o Japão os “Tigres Asiáticos” e a China, quando nos anos 80, em reação às restrições comerciais impostas pelos EUA (dentro de uma estratégia de reordenamento da economia mundial visando a retomada/reafirmção de sua hegemonia), os japoneses deram curso a tal processo de descentralização e realocalização industrial, com base na flexibilização de subcontratações e.t.c., buscando vantagens relativas no Sudeste Asiático, elevando assim seu potencial competitivo nos mercados na Europa e EUA. Em tese, todos avançam sob a direção do país mais desenvolvido, daí a simbologia com os gansos voadores. No caso latino-americano o ganso líder, os EUA, vem voando ao contrário. Ver: MEDEIROS, Carlos A. *Globalização e a Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina*. IN: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (ORGs). *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

subcontratação. Na Coréia do Sul, o sistema de subcontratação é mais recente e não tão desenvolvido quanto no Japão. Em Taiwan, sobretudo no setor de informática, o sistema permite que diversas indústrias atuem como fornecedoras de grandes empresas americanas e japonesas.

No Brasil, A Ford, o Grupo Dass Clássico (na Bahia as fábricas são conhecidas como Dilly e Clássico do Nordeste), A Azaléia e Ramarim, enfrentaram a concorrência asiática no mercado interno e externo e perderam competitividade frente às novas formas de organização da produção, mais flexíveis. Tomaram então iniciativas semelhantes ao capital japonês, como a realocação industrial, sobretudo para regiões sem tradição sindical e operária em seus ramos de atuação. Para elevar a produtividade e ampliar o patamar de valorização do capital, as novas fábricas passam a adotar conceitos organizacionais que aumentam a flexibilidade e intensificam os ritmos do processo de trabalho, combinados com o pagamento de baixos salários e redução de direitos e proteção social dos trabalhadores.

Segundo Arrighi, Barr e Hisaeda, se por um lado é cedo demais para dizer que tipo de sistema dominante de empresas se afirmará dessa tendência muito diversificada do que eles chamam de “concentração sem centralização”,

Não obstante, podemos esperar, com certa confiança, que tal sistema dominante se caracterize por maior informalidade e coordenação mercadológica do que o sistema de empresas verticalmente integradas e burocraticamente administradas que se tornou dominante sob a hegemonia norte-americana¹⁴⁶.

¹⁴⁶ ARRIGHI, Givanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto; Editora UFRJ, 2001, p. 158.

Esse modelo apresenta-se como um macro sistema de organização em nível capilar, ao qual se soma a flexibilização tecnológica de base microeletrônica além da super-exploração da força de trabalho e ataques aos sindicatos mais combativos. Para Harvey, esta nova forma de organizar a produção capitalista e de intensificar a exploração dos trabalhadores integra o que o autor chama de “padrão de acumulação flexível”:

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional¹⁴⁷.

O padrão de acumulação flexível *internalizou* e reverteu de forma mais eficiente à tendência de queda nas taxas de lucro verificadas no final dos anos 60. Ao se expandir pelo leste asiático, contribuiu para dar início ao “milagre econômico” da região nos anos seguintes. Naquele mesmo momento, as empresas americanas e européias, particularmente as automotivas, entravam em uma longa crise, que passa pela redefinição do próprio paradigma organizacional e tecnológico que caracterizou o Gramsci denominou por Fordismo. As inovações organizacionais e tecnológicas japonesas desequilibraram a balança em prejuízo para o núcleo orgânico tradicional.

A virada japonesa no campo da produtividade industrial tem incentivado a indústria capitalista a adotar desde a década de 70 (inicialmente e, principalmente no Hemisfério Norte, no Brasil em meados e final da década de 80, mais precisamente na grande indústria) várias transformações na organização do trabalho. A polivalência é uma das características

¹⁴⁷ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1992, p. 140.

principais do processo – o que vem contrapor o “gorila amestrado” fordista, idealizado por Taylor¹⁴⁸. Soma-se a isso a adoção de tecnologias de base microeletrônica com a finalidade de flexibilizar a fábrica e reduzir a participação do trabalho vivo na composição orgânica do capital. A nova organização da fábrica cria condições mais eficientes para se produzir em série de acordo com as flutuações das demandas de quantidade e qualidade em um mercado cada vez mais instável e competitivo. A utilização de tecnologias informatizadas, bem como estratégias diferenciadas de organização do trabalho (como células de produção, círculos de controle de qualidade, Kamban.), vem em tese eliminando os “tempos mortos” da produção fordista. No entanto, se por um lado, esse novo padrão técnico e organizacional possibilita maiores ganhos de produtividade e qualidade, por outro lado, resulta também em novos mecanismos de controle operário e social, modificando as regras de negociação coletiva e os modos de intervenção estatal nas políticas econômicas e sociais, apontando para uma mudança qualitativa na relação entre Estado e produção capitalista¹⁴⁹.

Estes fenômenos econômicos mais gerais, já se apresentam como tendência estrutural na medida em que a luta política da burguesia e seus agentes cria as condições para que se materializem, de forma mais acabada em algumas situações, de maneira menos completa em outras. No Brasil, atuam, portanto, como determinação estruturante inicial para o processo de constituição do novo operariado no país.

¹⁴⁸ O “gorila amestrado” idealizado por Taylor seria aquele trabalhador que realizasse sem refletir as tarefas programadas. Ver: NEVES, Magda. *Mudanças tecnológicas e Organizacionais e os impactos Sobre o Trabalho e a Qualificação Profissional*. In: MACHADO, L. R. S.; FRIGOTTO, G.; PICANSO, I. Et alli. **Coletânea CBE: Trabalho e Educação**. Campinas: Papyrus, 1992, p. 25-37.

¹⁴⁹ BRAGA, Ruy. *Luta de Classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia*. In: KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 109-117.

Trataremos agora da atuação desta determinação estruturante inicial na situação concreta dos trabalhadores das automobilísticas, de onde se origina um importante segmento do novo operariado brasileiro.

4.2 A DETERMINAÇÃO DE CLASSE NO SETOR AUTOMOTIVO

“Cada um dos 8.500 trabalhadores, por terem participado do processo de produção e montagem dos veículos Ford, receberá, por cada carro fabricado 0,05 reais. Ou seja, 0,05 centavos por automóvel produzido! (...) Não queremos com estes números aproximados, todavia, afirmar que o Complexo Industrial Ford Nordeste gaste com o fabrico de cada um seus veículos apenas 850 reais (equivalente à remuneração individualizada de cada um dos seus 8.500 funcionários diretos). Sabemos que os custos que se somam para a composição final do preço do produto incluem outros gastos relativos à aquisição da matéria prima, ao pagamento de seus fornecedores, à manutenção dos seus 512 robôs, ao investimento em iniciativas ambientais, à pesada carga tributária de nosso país, bem como a outros gastos tais que não nos cabem enumerar. Entretanto, e aqui está o peso de nossa denúncia, é inimaginável admitir que os demais custos agregados de um veículo, estes que ainda agora exemplificamos, acrescidos de uma margem de lucro “razoável” (estimada em 30%), resultem num montante equivalente ao preço cobrado hoje pelo produto final! São, portanto, matematicamente injustificáveis tais valores pagos, ainda que estes estejam plenamente de acordo com a nova lógica de exploração e precarização imposta pelos atuais moldes de produção”.

(André Luis Silva em “Fantástica Fábrica de Automóveis”: um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia”¹⁵⁰)

Vimos que o surgimento de um novo operariado no Brasil se relaciona com as próprias contradições da econômica capitalista, que exige transformações na organização da produção de mercadorias. Não é por acaso que, mais uma vez, novos segmentos operários emergem na esteira de outra crise orgânica do capital, a exemplo do que ocorreu nas primeiras décadas do século XX.

No caso da Ford, que no próprio nome simboliza o industrialismo americanista, a crise se manifestou com gravidade, sobretudo em seu país de origem. O mesmo ocorreu com as outras grandes empresas automotivas estadunidenses. A situação foi amplamente noticiada:

***Modelos das montadoras americanas não agradam mais aos consumidores, e empresas perdem espaço para orientais.** Nas últimas semanas, desabaram os grandes planos que deveriam ter carregado a GM e a Ford para o segundo século de suas existências. As vendas da GM caíram e os lucros se transformaram em prejuízos. Na quinta-feira, em novo revés, o sindicato da GM recusou-se a fazer concessões extensas quanto à cobertura de saúde oferecida pela empresa. E, se isso não fosse o bastante, as ações da GM atingiram seu ponto mais baixo em 12 anos. Na semana passada, a Ford também lançou um alerta sobre a queda em seus lucros. As duas grandes do setor automobilístico oferecem inúmeras explicações para essa situação - da disparada nos custos de saúde ao aumento dos preços da gasolina, passando pelas taxas de juros, cada vez mais elevadas. Mas os consumidores e os especialistas do setor dizem que a GM e a Ford*

¹⁵⁰ SILVA, André L. “*Fantástica Fábrica de Automóveis*”: um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia. Revista da Rede de Estudos do Trabalho. Ano 1, nº 2, 2008.

perderam o rumo por um motivo muito mais simples: caiu o número de pessoas que gostam de seus carros. A despeito dos empréstimos a juro zero e de descontos, GM e Ford vêm perdendo vendas para concorrentes como a Toyota e a Hyundai, que vêm acertando na fórmula de produção dos carros. A GM e a Ford estão encontrando tantas dificuldades para atrair o verdadeiro consumidor norte-americano que cerca de um terço de suas vendas acontecem para funcionários, familiares e amigos.¹⁵¹

A perda crescente de produtividade nas últimas décadas culminou em cenário dramático para a empresa no final dos anos 90 e começo da primeira década do século atual:

Uma sensação de frustração é evidente nos escritórios executivos. O presidente-executivo e do conselho da GM, Rick Wagoner, que recusou pedidos de entrevista feitos nas últimas semanas, reorganizou o comando da empresa na América do Norte. Os problemas da Ford se tornaram evidentes na semana passada quando a empresa reduziu acentuadamente sua projeção de lucros. As ações do grupo caíram para perto de seu ponto mais baixo em dois anos. Se a maioria das pessoas em Wall Street não acredita que a falência esteja próxima, os analistas também não vêem um caminho claro para a recuperação. Os preços elevados da gasolina estão prejudicando as vendas. Analistas se preocupam com a possibilidade de a Honda e a Toyota estarem em posição melhor para encarar a alta da gasolina, porque estão muito à frente no desenvolvimento de carros híbridos (gasolina e eletricidade).¹⁵²

Cortes de postos de trabalho, fechamento de plantas, queda nas ações e perda de competitividade dos seus produtos e prejuízos, este é um cenário que a Ford enfrenta nos

¹⁵¹ HAKIN, Danny. *Ford e GM Perdem Encanto e Entram em Crise. Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)*. São Paulo, 17/04/2005

¹⁵² *Ibidem*, *idem*.

últimos anos. A previsão, até 2008, é de que sejam fechadas 14 plantas e que sejam cortados de 30 a 35 mil empregos em todo o mundo. Na América do Norte as atividades seriam encerradas em 5 plantas. Nos EUA a previsão eram que fechassem as fábricas de Edison (Nova Jersey), Brook Park (Ohio), Hazelwood (Montana), Dearborn (Michigan). No Canadá seria fechada uma fábrica, a de Oakville (Ontário). Ao todo seriam demitidos 22 mil trabalhadores na América do Norte. A meta era economizar US\$ 6 bilhões em custos anuais até 2010.

Na América do Sul a situação também não era animadora. Como vimos anteriormente, o cenário melhora quando a Ford de Camaçari passa a operar com maior capacidade. No entanto, no terceiro trimestre de 2002, a Ford registrava um prejuízo de cerca de US\$ 138 milhões, contra US\$ 56 milhões no mesmo período em 2001. Aquele era apenas um dos momentos negativos da história recente da Ford na América Latina, isso porque há anos a empresa não obtinha lucros na região e tentava diversas reestruturações para sair do vermelho. A situação só começou a se alterar em maio de 2001, quando a montadora começou a produzir o modelo Fiesta na nova fábrica da Bahia.

Em 2001 a multinacional contava quase um ano de um processo de reestruturação que lhe custava US\$ 9 bilhões. Deste valor, US\$ 1,2 bilhão foi gasto na planta de Camaçari. Para iniciar as atividades na planta de Camaçari a empresa contou com um empréstimo de R\$ 1 bilhão do BNDES, além de incentivos fiscais da União (cerca de R\$ 553 milhões por ano) e do Governo baiano, pagamento de custos com infra-estrutura e qualificação da mão-de-obra pelo Estado da Bahia. Segundo documento elaborado na época pela Secretaria da Fazenda, Ministério de Orçamento e Gestão e Receita Federal, quando a fábrica de

Camaçari estivesse em pleno funcionamento, a Ford deixaria de recolher R\$ 700 milhões em impostos federais por ano.

Em 2002 a previsão era de que com o plano de reestruturação 1.600 trabalhadores fossem demitidos na América do Sul. No Brasil, a planta de São Bernardo já havia sofrido um corte de mais de 600 trabalhadores entre 2000 e 2001 e um acordo previa que novas demissões ocorreriam, mas somente após abril de 2006. Naquele momento a fábrica de Taubaté seria o principal foco de demissões. Segundo a direção da empresa, aquele plano de reestruturação seria a “última chance dada à América do Sul”, cinco outros planos de reestruturação já haviam sido tentados. William Clay Ford Jr (bisneto de Henry Ford) afirmava em 2002: “se o plano funcionar, acredito que teremos um projeto de negócios viável para a América do Sul. Se não, suspeito que não teremos um novo ‘plano final’”¹⁵³.

O quadro de crise nas indústrias automotivas que se organizam com base no paradigma fordista já era objeto de reflexão por parte de especialistas há mais de uma década. Nos anos 80, a reestruturação produtiva já havia se tornado o foco principal das empresas que se organizavam com base no industrialismo americanista. No Brasil o processo avança nos anos 90. No princípio da década de 90, ao examinar o imperativo da indústria nacional se reestruturar por conta da tendência mundial de transição do fordismo para a chamada produção enxuta, particularmente no ramo automotivo, Ferro previa que

A transição no Brasil vai ser difícil. O alto grau de verticalização, as diferenças históricas entre as partes envolvidas, os hábitos enraizados, as

¹⁵³ GRANT, Jeremy. Ford dá “última chance” à América do Sul. **Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)**. São Paulo, 26/10/2002.

*plantas antigas, certamente são alguns dos fatores que tornarão o processo bastante intrincado*¹⁵⁴.

O autor se atinha mais a dimensão da organização técnica e empresarial e menos aos aspectos relacionados ao conflito entre patrões e trabalhadores. Afirmava, com base na experiência internacional e nacional que, para alcançar sucesso, a reestruturação não poderia ser pontual, mas ampla e sistêmica. No decorrer dos anos 80 e 90, do ponto de vista da relação capital/trabalho, a transição se mostrou realmente difícil nas regiões industriais mais antigas, sobretudo para os trabalhadores. Um exemplo claro disso é a situação no ABC, principal reduto da grande empresa automotiva fordista no país e onde o processo de reestruturação produtiva e de desindustrialização causou um profundo impacto nos empregos da região. Entre janeiro de 1980 e dezembro de 2002 o nível de emprego nas montadoras do ABC caiu 55%. Se no início de 1980 havia um total de 69.154 trabalhadores nas plantas automobilísticas do ABC, no final de 2002 restavam apenas 31.475¹⁵⁵. Tendência semelhante se manifesta nas regiões de industrialização mais antiga no setor calçadista, como Franca-SP e Vale dos Sinos-RS.

Segundo Ferro, no início da década passada, a empresa que talvez estivesse mais próxima da produção enxuta no Brasil era a fábrica de motocicletas da Honda, em Manaus-AM, que utilizava como operários migrantes rurais sem nenhuma experiência prévia, e longe do coração industrial de São Paulo. Segundo um amplo estudo mundial sobre o advento da chamada produção enxuta¹⁵⁶, aquele seria o ambiente mais difícil em que tal

¹⁵⁴ FERRO, J. Roberto. *A Produção Enxuta no Brasil*. In: WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 335.

¹⁵⁵ Ver: CONCEIÇÃO, Jefferson José. *As Fábricas do ABC no Olho do Furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. Dissertação de Mestrado, IMES, São Caetano do Sul, 2001.

¹⁵⁶ WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 269 e 275.

experiência jamais havia sido testada. O caso da Honda de Manaus provava ser possível transpor os obstáculos do processo de transição do fordismo para novos tipos de organização da produção em locais sem tradição operária no seu ramo de atuação, sobretudo porque ali a organização política dos trabalhadores era mais frágil. Mas, o caso da Honda de Manaus era ainda um caso isolado nos anos 90.

Conforme também acontecia com o setor calçadista, o que estava em jogo para o setor automotivo que se estruturara com base nos princípios do fordismo era a sua própria sobrevivência frente à concorrência, que adotava o padrão de acumulação flexível como paradigma de gestão empresarial, de definição de produtos, de organização do processo de trabalho e relações políticas com os trabalhadores e sindicatos. Não me deterei aqui no exame detalhado do processo de reestruturação produtiva do setor automotivo no Brasil. Diversas pesquisas se dedicaram a esse assunto. O que é mais significativo para a presente pesquisa é a relação daquele processo com o surgimento do novo operariado brasileiro.

No processo de produção, a transição para o padrão de acumulação flexível gerou mudanças regressivas para o campo operário, tanto nos setores de ponta, como o automotivo, como nos setores tradicionais, a exemplo do calçadista. Nos locais mais avançados em termos de concentração industrial, produtividade e laços com o mercado internacional, o embate inicial com as organizações dos trabalhadores foi e, em alguns casos, ainda está sendo realmente difícil. Isto porque, se há um consenso entre as diversas pesquisas que tratam do impacto das mudanças no processo de trabalho sobre os trabalhadores dos locais de industrialização mais antiga, é que em todo o processo e nas negociações dele decorrentes, o que está em jogo são os empregos e direitos adquiridos. Na ótica da burguesia industrial, a estrutura de empregos correspondente ao tipo de

organização da produção que se deseja suplantar, bem como a relação salarial correspondente, onera a produção e contribuem para tornar a indústria regional menos eficiente face aos novos requisitos de produtividade demandados pela fase atual da concorrência capitalista. Ao longo dos anos 90 estes temas estiveram em debate no ABC e nas regiões industriais mais antigas, com laços consolidados no mercado cenário nacional e internacional.

Consulta feita ao banco de dados de um grande jornal paulista de circulação nacional (1990/2007) demonstra que praticamente todas as negociações divulgadas entre capital e trabalho no setor automotivo, sobretudo ABC, além mobilizações regionais e nacionais dos metalúrgicos daquela região, foram pautados a partir da tendência manifesta de redução de empregos e de direitos, ameaças de fechamento de plantas, corte de produtos, etc. O material mostra também a estratégia do recuo adotada pelas organizações sindicais na região, que passaram a negociar redução de salários e flexibilização de direitos para manter os empregos. No entanto, a forma de condução e o resultado dos acordos era fruto de polêmica, mesmo no campo hegemônico da CUT, como demonstra o caso do banco de horas:

*O chamado banco de horas, ou flexibilização da jornada de trabalho, tem ganhado espaço nos acordos coletivos deste ano. Foi regulamentado no início deste ano [1998], por intermédio de lei do Executivo, e é defendido para minimizar o desemprego. O assunto, no entanto, ainda é polêmico na Central Única dos Trabalhadores. **O petroleiro Antônio Carlos Spis é contra. O metalúrgico Luiz Marinho é a favor. Os dois são da corrente Articulação Sindical, majoritária na CUT.**"A Petrobrás tentou colocar algo parecido com o banco de horas no nosso acordo coletivo do ano passado. Jogamos pesado e conseguimos barrar", diz Spis. Para ele, com o banco de horas, "acaba a vida pessoal do funcionário. Ele não tem mais feriados com*

a família. Trabalha quanto a empresa quer, folga quando a empresa quer". Além disso, diz Spis, o banco de horas é uma forma de a empresa se livrar do pagamento do adicional de 100% do salário sobre as horas extras. Para cada hora trabalhada a mais, a empresa tem de dar a folga de uma hora. "Na CUT, somos contra hora extra. Mas, se ela é inevitável, queremos receber em dinheiro", diz Spis¹⁵⁷.

A posição de Marinho:

"Nós, metalúrgicos do ABC, fomos os pioneiros no Brasil na implantação do banco de horas", diz ele. Segundo Marinho, os metalúrgicos do ABC fecharam um acordo com as montadoras nesse sentido já em 95. "Conseguimos a redução da jornada aliada à flexibilização." Na Ford, apesar de implantado o banco de horas, houve 2.000 demissões desde então. Segundo Marinho, no entanto, 800 demissões deixaram de acontecer graças à flexibilização. "O banco de horas não é um remédio para todos os males." Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria, o banco de horas já aparece em 16 instrumentos, 12 convenções, três acordos e um acordo em dissídio fechados no início deste ano. Na semana passada, representantes dos patrões e empregados das indústrias de autopeças se reuniram para discutir meios de barrar as demissões. Da reunião surgiu a idéia de o sindicato patronal promover uma enquete com as 507 empresas associadas para verificar qual é a opção mais adotada: redução de jornada, férias coletivas ou banco de horas. Com o resultado na mão, o sindicato patronal (Sindipeças) e o dos trabalhadores esperam fazer um "acordo de gabinete". Uma espécie de negociação-modelo, que poderá ser seguida ou não pelas empresas do ramo. De janeiro a junho deste ano, o setor extinguiu 4.800 empregos. Só em junho foram eliminados 1.200 postos. No caso dos bancários, a situação não é diferente. De janeiro a junho deste ano foram eliminados 16,6 mil postos de trabalho. Só em junho, último dado da pesquisa, foram extintos 1.900

¹⁵⁷ Flexibilização da Jornada Causa Polêmica: banco de horas ganha mais participação nos acordos coletivos, mas ainda existe divergência na CUT. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 de setembro de 1998.

empregos. Desde abril de 1990, a categoria registra sucessivas quedas no nível de emprego.¹⁵⁸ [Sem grifos no original]

A despeito da polêmica sobre o assunto, o fato é que o enxugamento da produção, a redução de empregos e direitos avança a passos largos. Mas, ainda assim, a burguesia industrial enfrenta a resistência dos trabalhadores. Em alguns momentos ela foi mais intensa, em outros mais frágil. Mas, em qualquer nível, seja nos marcos do confronto, ou da “cooperação conflitiva”, a organização e a mobilização dos operários sempre coloca algum obstáculo às metas do empresariado.

No ABC, a mobilização dos operários do setor automobilístico se manifestava de diversas formas, seja como greves, paralisações curtas, pressão junto ao governo federal ou utilização dos espaços da mídia. Outro aspecto que diferenciou a mobilização nos locais mais industrializados contra os impactos negativos da reorganização do capital foi o espírito de solidariedade forjado ao longo de décadas de experiência de luta operária no setor. Em alguns momentos chave do processo de reorganização da produção, mesmo aqueles trabalhadores de outras fábricas que não seriam diretamente afetados pelas medidas tomadas pela direção de uma determinada empresa, pararam as atividades em solidariedade aos companheiros de outra empresa. A ação do empresariado enfrentava não somente a resistência operária no local de trabalho, como também no âmbito do setor, haja vista a concentração física das empresas na região, que em princípio tende a facilitar a ação sindical e a construção das mobilizações:

Metalúrgicos do ABC ameaçam reagir contra demissões na Ford. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC enviou ontem uma carta para a direção

¹⁵⁸ Ibidem, idem.

da Ford exigindo a suspensão das demissões e a abertura imediata de negociações para evitar as dispensas. No final da tarde de sexta-feira, a Ford divulgou nota informando que vai demitir 2.800 trabalhadores de sua fábrica de São Bernardo a partir do dia 4 de janeiro, quando os funcionários retornam das férias coletivas. Esse número representa cerca de 40% do total de empregados na fábrica de São Bernardo. Se a montadora não quiser negociar as demissões anunciadas na semana passada, o sindicato do ABC promete reagir. "Foi um absurdo e para isso greve é muito pouco", disse o presidente da entidade, Luiz Marinho. "Não estamos pregando a violência, mas existe muita coisa além da greve", acrescentou o dirigente¹⁵⁹.

Apesar da extinção dos postos de trabalho e do ataque sistemático à organização dos trabalhadores no chão-da-fábrica via reestruturação do processo de trabalho, a unidade econômica-corporativa entre os metalúrgicos do ABC sustentava níveis consideráveis de coesão para a luta, diferentemente do que acontece em outras regiões do país. No caso das demissões na Ford, os protestos dos trabalhadores culminaram com um ato público com participação dos trabalhadores de várias fábricas, mesmo aquelas que não estavam sendo afetadas pelas demissões. Isso porque as demissões na Ford representavam um processo que ameaçava todos:

Metalúrgicos da região do ABC paulista farão na próxima quinta-feira uma passeata em solidariedade aos 2.800 trabalhadores demitidos pela Ford. A intenção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que está organizando o protesto, é paralisar as atividades das montadoras e principais fábricas da região para que todos os funcionários participem da passeata. Ontem, cerca de 4 mil metalúrgicos da Ford, entre demitidos e empregados, não respeitaram a licença remunerada anunciada pela montadora e compareceram à assembléia convocada pelo sindicato, no pátio da empresa.

¹⁵⁹ *Metalúrgicos do ABC Ameaçam Reagir Contra Demissões na Ford. Folha de São Paulo.* São Paulo, 22 de dezembro de 1998.

Desde o dia 5 de janeiro, quando os funcionários da Ford retornaram das férias coletivas, os 2.800 demitidos ocupam diariamente a fábrica da montadora no ABC. Como a Ford não vinha ativando a linha de produção enquanto os demitidos estivessem na unidade, a fábrica permaneceu paralisada todos os dias.(...)Funcionários da outras montadoras também prometem ajudar. Os trabalhadores da Volkswagen darão o valor de duas horas de trabalho (R\$ 15, em média) para os demitidos da Ford. No caso da Mercedes, a colaboração será de uma hora de trabalho (cerca de R\$ 6, em média).

Tudo isso demonstrava ali no ABC a tendência de esgotamento do industrialismo americanista e mais uma tentativa da burguesia para solucionar a crise instalada no processo de acumulação de capital. Em várias fontes pesquisadas o argumento é de que seria preciso produzir com menos mão-de-obra, criar mecanismos que facilitassem o desenrolar de automóveis nos pátios das montadoras, reduzir o custo do trabalho e fechar plantas.

Em um cenário como aquele se revela a intensificação das dificuldades cíclicas no processo de realização da mercadoria e do lucro. Na história do capitalismo industrial, tal dificuldade se configura quando na composição orgânica do capital, passa haver um desequilíbrio comprometedor entre a massa de capital constante (capital inicial disponibilizado pelo capitalista, estruturas físicas, máquinas, instalações, produtos etc.) e o capital variável, que pode ser entendido como o montante utilizado pelo capitalista para custear o trabalho vivo na geração do valor, que supõe a exploração de mais-valia. Esta última é a fonte de riqueza concreta no capitalismo, em última instância, haja vista que, historicamente, os momentos de financeirização do capital expressam mais a crise do fenômeno de geração e exploração da riqueza concreta do que um novo ciclo de crescimento. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas leva a uma massa crescente

de matérias primas, máquinas, instalações, equipamentos (capital constante) empregados no processo de produção, passando-se assim a transformar um número maior de mercadorias usando o mesmo número de trabalhadores (capital variável), no mesmo tempo de trabalho. Em outros termos, a taxa média de mais-valia decresce em relação ao valor do capital global empregado no processo de produção. Além de um menor número de trabalhadores produzindo trabalho não pago para os capitalistas, o desenvolvimento das forças produtivas anunciado pela maior participação no capital constante tende a baratear as mercadorias. Produz-se assim a elevação dos custos que o capitalista tem com o valor das forças produtivas (muitas vezes, inclusive, com elevação dos salários) em comparação ao valor gerado pela força de trabalho¹⁶⁰.

Em um cenário de crise orgânica, configura-se um cenário em que as contraditórias isoladas que visam contrabalancear as contradições inerentes ao processo de produção capitalista não são mais suficientes. A crise apresenta a necessidade de um reordenamento mais sistêmico. Nesses momentos em que se aprofundam as dificuldades de realização da mercadoria observa-se a potencialização de uma tendência histórica no modo de produção capitalista, que é a recorrente produção do desequilíbrio entre o montante do capital constante e o capital variável na composição orgânica do capital. Quando no conjunto da organização da produção em determinado país ou região se estabelece e se generaliza esta tendência de se produzir mais mercadorias com menos trabalho vivo gerando o excedente de mais-valia, a burguesia organizada envida o poder político e econômico para promover a mudança no padrão técnico e social de produção. O processo

¹⁶⁰ MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas Vol. 1*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986.

de elevação dos patamares de acumulação de capital é geralmente algo lento e, não raro, conflituoso.

Segundo Marx¹⁶¹, essa realidade no campo da produção pode variar de uma região para outra, dependendo do estágio de desenvolvimento local das forças produtivas. Nos locais em que o estágio de desenvolvimento das forças produtivas esteja mais avançado, a tendência é de que os resultados negativos do fenômeno supracitado se manifestem primeiro. Duas alternativas vêm sendo adotadas pela burguesia para conter a tendência citada no parágrafo anterior. Uma é estratégia usual e revolucionar constantemente as técnicas produtivas, como ocorre com o fenômeno de reestruturação produtiva, reduzindo a ainda mais participação do trabalho vivo¹⁶², potencializando a produtividade do trabalho final em relação ao que é destinado à remuneração dos trabalhadores. Dessa forma o capitalista individual procura inovar e durante determinado período se sobressai em relação aos demais em termos de produtividade auferindo o chamado super lucro. A situação, no entanto, tende a não perdurar na medida em que as inovações técnicas e organizacionais se disseminam entre as outras empresas. Isso, de todo modo, não elimina a tendência de queda na taxa de lucro haja vista que a lógica do processo de produção é sempre a de se reduzir parte do capital variável representando pelo trabalho vivo, ou seja, produzir mais mercadorias com um número menor de trabalhadores. Na busca de melhores condições para potencializar a produção de mais-valia, outra estratégia utilizada pelos capitalistas é ocupar novos espaços e mercados para aumentar a intensidade do trabalho se beneficiando, sobretudo, do grau de desorganização do operariado em diferentes contextos. Em muitos casos, os capitalistas alteram ao mesmo tempo a base técnica, reduzem salários e aumentam

¹⁶¹ Ibidem, p. 374.

¹⁶² Sempre há um limite para isso, pois, as máquinas não valorizam o capital, ao contrário, o consomem. O trabalho humano é o único que agrega mais-valor ao dispêndio inicial de recursos do capitalista

a jornada de trabalho. Intensificam assim, ao mesmo tempo, a produção de mais-valia relativa e absoluta. É essa a situação das empresas aqui pesquisadas.

No caso em tela, as regiões mais frágeis economicamente se vêm premidas a captar atividades industriais que gerem maior valor agregado. Nessas áreas a correlação de forças tende a ser mais favorável à burguesia industrial do que nas regiões de industrialização mais antiga. Isso produz maior pressão sobre o novo operariado. Na particularidade do Estado da Bahia essa tendência se manifesta de duas formas relacionadas.

Em primeiro lugar porque, em nível macro, os representantes da burguesia na aparelhagem estatal e na sociedade civil, agora investidos do papel de agentes defensores dos novos empreendimentos industriais e das relações trabalhistas que estes produzem, tendem a buscar um consenso passivo por parte desse novo operariado, inculcando-lhes o chamado “espírito da cooperação”. A idéia que se tenta passar é que a sua cooperação contribuiria para o desenvolvimento da região e que as lutas por melhores condições de trabalho em nada ajudariam. O argumento é de que mesmo que a situação esteja ruim para os trabalhadores, era pior quando não havia os empregos. Além disso, as ações reivindicativas e as lutas por melhores condições de trabalho e salário colocam em cheque as estratégias do empresariado, que em alguns momentos chegam a ameaçar fechar fábricas. É o que fica demonstrado em matéria intitulada “*Pólo Calçadista pode Migrar da Bahia*”, publicada em 2001 no maior jornal do Estado. Ali as ameaças começam veladas, depois assumem um tom mais agressivo:

A Bahia corre sério risco de não se transformar em sede de um pólo nordestino de calçados, perdendo posição para estados com Ceará ou mesmo a Paraíba. A interferência de sindicalistas, a falta de uma cultura industrial do setor, a baixa produtividade dos fornecedores de matéria-prima

e o custo com o deslocamento de técnicos para as unidades locais seria os principais fatores impeditivos para que o estado atinja esse objetivo. A opinião é do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados) [também presidente da Azaléia], Nestor Herculano de Paula, que abriu ontem, o 1º Seminário de tecnologia em Couro e Calçados, no Bahia Othon Palace Hotel. “Estamos iniciando a montagem de um setor que novidade para a Bahia. O sistema era artesanal, agora é em série, com tecnologia, mecanizado, e vem junto com uma nova cultura. A cultura calçadista é diferente”, afirmou.¹⁶³ [sem grifos no original]

Apesar do que declara o presidente da Azaléia, as chamadas dificuldades eram amplamente conhecidas. A empresa não investia no escuro. Tudo aquilo que Herculano de Paula relatava era do seu pleno conhecimento, até porque isso não impediu a Azaléia de concentrar esforços naquela região da Bahia. A ausência de cultura industrial é inclusive vista como vantagem para a implantação de um novo sistema de produção, conforme esclareceu o coordenador do Projeto Amazon da Ford Camaçari.

Vejamos outros trechos da matéria:

“Para Nestor de Paula, é hora de o governo do estado reunir todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva – trabalhador, fornecedor de componentes, fabricante de produto final – “para conversar e clarear as coisas, sob pena de perder o esforço, tempo e dinheiro que investiu”. “Mão de obra, incentivo fiscal, doação de área para construção de pavilhão, tudo isso é positivo, mas não suficiente”, enfatizou”.¹⁶⁴[sem grifos no original]

Se mão de obra barata, incentivo fiscal e doação de áreas e treinamento da força de trabalho pago pelo Estado não são suficientes, cabe saber o que mais seria necessário. O presidente da Azaléia esclarece de forma precisa:

¹⁶³ FARIAS, BERNA. *Pólo Calçadista pode Migrar da Bahia. Jornal À Tarde*, 30 de março de 200, p. 13.

¹⁶⁴ *Ibidem*, *idem*.

“Fiz um alerta ao secretário” [da Indústria e Comércio], adiantou Nestor de Paula, “porque estão acontecendo coisas absurdas”. Um desses “absurdos”, segundo de Paula, são as exigências das entidades de classe dos trabalhadores. “Querem que o nosso operário trabalhe calçando botinas. Num parque de produção calçadista isso não faz sentido, isto é abobrinha e deixa a gente nervoso. Essa gente que quer apenas fazer política é contra o mundo e contra eles mesmos. Nossa fábrica é a mais moderna do mundo e emprega, no Pavilhão de Itapetinga, mais de 4 mil pessoas”. (...). Segundo de Paula, a Bahia ainda está apenas com 60% a 70% do que pode atingir, em termos de produtividade, e pode perder posição para estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba ou Sergipe, caso não se adéqüe às necessidades do setor. Ele citou, como exemplo, o custo de que representa a distância dos centros fornecedores e a falta de técnicos especializados, cujas viagens ao estado representam sempre um custo a mais. “A indústria calçadista migra com muita facilidade. A norte-americana se instalou na Coreia, mudou para a China e já vai migrar para outro país da Ásia. As condições de incentivos oferecidas pela Bahia são as mesmas de outros estados, como o Ceará, e daqui a dois anos não se sabe quem estará à frente, no setor”, advertiu”.¹⁶⁵ [sem grifos no original].

Evidentemente, o presidente da Azaléia superestimava propositalmente a ação dos sindicalistas de Itapetinga e região. Sem uma estrutura adequada para atuar no sistema de produção descentralizado da Azaléia, com uma base refratária e temerosa em relação à ação sindical, o sindicato não poderia naquele momento criar tamanha dificuldade ao ponto de fazer a Azaléia cancelar seu investimento na Bahia. Mas, era preciso sufocar em seu nascedouro aquilo que a empresa mais procurava evitar, ou seja, trabalhadores organizados e com capacidade de se contrapor às estratégias de super exploração praticadas pela empresa, comprometendo o super lucro proveniente da alta produtividade aliada ao

¹⁶⁵ Ibidem, idem.

pagamento de baixos salários em troca de jornadas de trabalho mais longas do que o usual (pelo menos no Vale dos Sinos-RS).

Com isso os agentes vinculados aos interesses da burguesia industrial procuram criar a idéia de que o novo operariado na Bahia é responsável pelo sucesso ou fracasso dos novos empreendimentos. Amplia-se assim para fora da fábrica o raio de ação da pressão político-ideológica por mais colaboração com a empresa que, normalmente, se localizaria no processo de trabalho.

Em segundo lugar, o novo operariado sofre ainda a pressão na fábrica e fora dela para se submeter à nova rotinização do trabalho e aos baixos salários em virtude do quadro de desemprego local. Na conjuntura de finais dos anos 90 e início dos anos 2000, o desemprego total no Estado da Bahia era alarmante, e ainda é. Em 1998, por exemplo, na Região Metropolitana de Salvador – RMS, local mais industrializado do Estado e com maior concentração nas atividades de comércio e serviços, a taxa de desemprego total (soma do desemprego aberto e desemprego oculto) ultrapassava os 20% (21,8%). Naquele momento, o rendimento médio real dos assalariados na RMS era de R\$ 501,00¹⁶⁶. No interior do Estado a taxa de desemprego era significativamente maior e correspondia a 28,0%, segundo dados do DIEESE¹⁶⁷. Em dezembro de 2000 as taxas de desemprego na RMS e no interior da Bahia representavam 24,8% e 28,7%, respectivamente.

Atualmente registra-se uma melhora pouco significativa em relação ao começo da década. Em março de 2008 o desemprego total de 21,0% e 26,7% na RMS e demais

¹⁶⁶ Taxa de Desemprego na RMS fica em 21,8%. *Jornal À Tarde*, 9 de janeiro de 2008.

¹⁶⁷ <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa0997.xml>, consultado em março de 2006.

municípios da Bahia, respectivamente¹⁶⁸. Os dados de 2008 são semelhantes aos de 1997, período em que as políticas de atração dos investimentos industriais estavam em vigor. Ou seja, após uma década de políticas de atração de empresas através de diversos incentivos patrocinados pelo Estado da Bahia, os patamares de desemprego não se alteraram.

Pesquisa realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI aponta ainda que nos onze municípios localizados no entorno de Salvador existem atualmente cerca de 408 mil pessoas desempregadas¹⁶⁹. O número de desempregados aumentou em 9.000 desde a última pesquisa da SEI.

Além do baixo número de empregos criados em relação à demanda da população economicamente ativa, o problema se agrava na RMS por conta da própria estrutura econômica da maioria dos municípios baianos. Existem poucas cidades no interior do Estado que podem ser caracterizadas como cidades médias, e que possuem uma dinâmica econômica que não esteja concentrada na lavoura e pecuária. As pessoas são obrigadas a migrar para a RMS em busca de melhores oportunidades. É ilustrativo o exemplo desse tipo de migração levantado pela imprensa:

Esse é o caso de José Carlos Soares, 29, que trocou Cruz das Almas (142 Km da capital) por Salvador. "Na minha cidade, ajudava meu pai na roça. Todo emprego que procuro exige ensino médio. Como parei de estudar na 5ª série, comecei a vender protetor solar, óculos e prendedores de cabelo na praia." Em média, Soares recebe R\$ 400 por mês¹⁷⁰.

¹⁶⁸ http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=T225&tmp.volta=, Consultado em maio de 2008. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

¹⁶⁹ IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais*. Série Estudos e Pesquisas, nº 17, Rio de Janeiro, 2005. *Salvador Lidera em Desemprego. Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)*. São Paulo, 01/02/2006.

¹⁷⁰ *Ibidem*, *idem*.

Em 2004 (e a situação não se alterou de forma substantiva), entre os estados brasileiros, a Bahia ocupava a primeira posição em população rural, em termos absolutos. Entre os demais estados da federação era o que possuía o menor número de cidades de médio porte¹⁷¹, tradicionalmente mais dinâmicas das que as pequenas cidades de 20 a 30 mil habitantes que representam a maior parte dos municípios baianos.

Enfim, é no cenário de elevado desemprego e de poucas perspectivas concretas de melhoria de vida que são potencializadas as pressões político-ideológicas para que o novo operariado brasileiro se acomode à sua situação estrutural super-exploração.

Este sub-capítulo do trabalho tratou basicamente das mudanças na indústria automobilística enquanto expressão setorial da determinação estruturante inicial de classe do novo operariado. No final do presente capítulo apresentei ao leitor alguns aspectos de como a mudança recai sobre o novo operariado, quando a burguesia organizada tenta comprometê-lo individual e coletivamente com um projeto político que procura criar as condições propícias para a manutenção do super lucro das empresas que se instalam no interior da Bahia com base nos princípios do padrão de acumulação flexível. Para isso utilizei também como exemplo o caso da Azaléia Calçados, que integra o setor calçadista, objeto de análise do próximo sub-capítulo, que tratará das manifestações da determinação inicial de classe do novo operariado no âmbito da indústria calçadista

¹⁷¹ Ver depoimento de Armando Avena, ex-Secretário de Planejamento do Governo Paulo Souto, em: http://www.seplantec.ba.gov.br/maio_2004.htm, consultado em janeiro de 2007.

4.3 A DETERMINAÇÃO DE CLASSE NA INDÚSTRIA CALÇADISTA

“Eu começava a trabalhar 5 horas da manhã; às 4 da manhã a máquina já estava ligada para aquecer a 140 graus. Eu trabalhava até às 14 horas e 18 minutos. Só parava meia hora para almoçar”.

(Depoimento de trabalhadora de fábrica calçadista pós-fordista em 2006, apud Barros)¹⁷²

O quadro mais geral tratado nas seções anteriores, que se reporta às mudanças estruturais no processo de acumulação de capital em nível mundial, entendidas aqui como determinações iniciais de classe do novo operariado, também se estende ao setor calçadista. No setor calçadista nacional, o surgimento do novo operariado torna-se mais visível com a migração de indústrias do Sul do país para a Bahia e outros Estados do Nordeste.

A migração tem início em um contexto de crise estrutural para o setor. É grande o impacto social produzido por esta situação, tanto nos locais onde as empresas fecham plantas ou reduzem postos de trabalho, quanto nos municípios baianos onde elas reabrem as portas.

A indústria calçadista brasileira é uma das maiores do mundo. Conforme ocorre em outros países, ela encontra-se aglomerada em algumas regiões. Atualmente as fábricas ainda se concentram na região do Vale dos Sinos – RS e nas cidades de Franca, Jaú e Birigui, em São Paulo. No Brasil, o setor ocupava em 2004 o terceiro lugar na produção

¹⁷² BARROS, Rogério de Andrade. *A Baixa-Estima da Mulher Trabalhadora: a visão do trabalho como possibilidade de significações negativas de si*. In: VAZQUEZ Petilda S.; VAZQUEZ Vanessa S. *Gênero, Trabalho e Saúde. A experiência das Mulheres do Setor Calçadista na Bahia*. Salvador: Fast Dsign, 2007, p. 94.

mundial, com 665 milhões de pares de calçados fabricados. Já atuava fortemente no mercado externo e em 2003 exportava para mais de 135 países, sobretudo através do sistema *private label*, quando as fábricas brasileiras são contratadas para produzirem componentes para marcas estrangeiras. Esse é o caso das fábricas do grupo Dass Clássico em Vitória da Conquista, que fabricam componentes e produtos para as marcas Umbro, Kappa, Asics, Adidas, Nike, dentre outras. De acordo com a Abicalçados, quase 90% das exportações brasileiras do setor são feitas nesse modelo de subcontratação. Uma das exceções é a Azaléia, que exporta seus próprios produtos e possui fábricas no exterior.

O setor calçadista brasileiro enfrenta um amplo processo de reorganização desde os anos 90 do século passado, quando se viu frente a uma séria crise em virtude da concorrência internacional. Essa situação desfavorável para o setor se configurou no decorrer da abertura econômica promovida pelo Governo Collor, que expôs sem muita mediação a indústria nacional à concorrência estrangeira. Ampliaram-se nesse cenário as exportações de calçados produzidos na Ásia para América do Sul, América do Norte e Europa, desbancando as indústrias brasileiras no mercado externo com produtos mais baratos e competitivos. As grandes empresas de calçados localizadas na Coréia do Sul contribuíram decisivamente para esse processo quando migraram para a China em busca de “vantagens comparativas” para elevar sua competitividade frente ao mercado internacional. Elas foram bem sucedidas. Basearam seu processo de produção em sistemas flexíveis, utilizaram o recurso da descentralização produtiva em rede e se valeram da precarização do trabalho e dos baixíssimos salários ali praticados¹⁷³.

¹⁷³ Para uma discussão sobre o conceito de empresa rede ver: CASTELS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 3ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000, Vol. I; CHESNAIS, Jean. *A Mundialização do Capital*. São Paulo-SP: Xamã, 1996.

O mercado externo é um dos principais clientes das empresas gaúchas, mas o problema da perda de competitividade não se repercutiu apenas externamente. Elas também passaram a sofrer com a concorrência estrangeira no próprio mercado doméstico. As empresas da Ásia ofereciam aqui produtos mais baratos e com qualidade.

Ao passo em que perdiam mercado por conta da desvantagem competitiva, as empresas gaúchas perceberam que a ameaça que sofriam no mercado externo e interno não era conjuntural. As perdas não foram pequenas. No começo dos anos 90, em menos de três anos as exportações brasileiras no setor caíram de US\$ 1 bilhão para US\$ 300 milhões¹⁷⁴. A situação anunciava a necessidade de mudanças de fundo no setor calçadista nacional.

E foi isso o que aconteceu. As grandes empresas nacionais começaram a modificar mais amplamente a produção. Reorganização sistêmica do processo de trabalho, enxugamento da produção (eufemismo que significa para os trabalhadores significa demissões), terceirizações e a realocação industrial passaram à ordem do dia. A intenção era recuperar o espaço do calçado brasileiro no mercado nacional e internacional. Era urgente para a burguesia calçadista recuperar os patamares de valorização do capital, pelo menos nos níveis anteriores ao fenômeno de “invasão dos produtos asiáticos” no mercado nacional e internacional.

Para potencializar a extração de mais-valia absoluta e relativa e viabilizar uma fase necessária de super lucro, era necessário implantar um modelo de super exploração do trabalho que se aproximasse daquilo que as empresas rivais praticavam no Sudeste e Leste Asiático. Diversas formas de precarização praticadas nas indústrias calçadistas passaram a ser intensificadas, a exemplo do trabalho infantil, trabalho em domicílio, etc. Segundo

¹⁷⁴ *Indústria de Calçados Anunciam Instalações no Interior do Estado*. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **BAHIAINDÚSTRIA**. Salvador, ano IV, n° 58, out. de 1997, p. 5.

Navarro¹⁷⁵, os instrumentos de precarização que no setor representavam a exceção, passaram a ser regra. Evidentemente, os empresários enfrentaram a resistência dos operários do setor nos locais em havia um maior nível de organização sindical, como no Vale dos Sinos-RS e na região de Franca-SP. Para fazer frente às novas necessidades de exploração do trabalho foi preciso realocar a produção.

A partir da segunda metade da década de 90 começa o processo de realocação industrial no setor. Na Região de Franca e Vale dos Sinos o impacto foi significativo e continuou no começo da década atual. Segundo dados divulgados na imprensa sobre o Rio Grande do Sul:

O fechamento de unidades da indústria calçadista tem aumentado no Rio Grande do Sul em 2005. Assim como a unidade da Dilly em Mato Leitão (que vendia para o exterior 70% da produção), o setor é voltado para a exportação e sente forte retração. Somente neste ano, foram fechadas 41 fábricas (incluindo a da Dilly) e encerradas 13,6 mil vagas de emprego no setor, segundo o Ministério do Trabalho. A explicação apresentada pela direção da Dilly é praticamente a mesma utilizada pela Azaléia. Os prejuízos causados pela retenção dos créditos de ICMS, a carga tributária, a desvalorização do dólar, a pirataria e a concorrência chinesa determinaram a medida¹⁷⁶.

Com esse argumento a burguesia do setor calçadista criava o discurso que procurava justificar a precarização e o rebaixamento dos custos com a força de trabalho, nivelando por baixo a situação dos trabalhadores no Brasil:

Além das dificuldades para as exportações em razão do câmbio, da pirataria e da "invasão" chinesa, a indústria calçadista gaúcha enfrenta problemas

¹⁷⁵ NAVARRO, Vera. *A Indústria Calçadista no Turbilhão da Reestruturação*. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 424.

¹⁷⁶ GERCHMANN, Léo. *Folha de São Paulo*. Suplemento *Dinheiro*, 09/09/2005.

*como o custo da força de trabalho. No Rio Grande do Sul, o sapateiro ganha US\$ 1,04 por hora. Na China, US\$ 0,25 por hora.*¹⁷⁷

O que se vê aqui é a essência de um fenômeno que envolve vários ramos industriais e não apenas o calçadista. Apresenta claramente a lógica do capital, onde um dos fundamentos principais é a necessidade que o capital tem de se auto-expandir e de alterar constantemente as técnicas e relações sociais de produção para elevar a produtividade via redução do custo com a remuneração do trabalho vivo.

Essa realidade apontou para os sindicatos operários das regiões calçadistas tradicionais a urgência de resistir à tendência de intensificar a exploração dos trabalhadores e a redução de conquistas, sejam salariais, sejam de direitos formalizados. No Vale dos Sinos, assim como ocorreu no ABC, os sindicatos procuraram participar como agentes atuantes na reorganização produtiva pela via da negociação. Esperavam que o rumo do fenômeno não fosse dado apenas pelo empresariado e acreditavam que seria “possível reivindicar melhores salários, obter a distribuição dos lucros/resultados, melhorar as condições do trabalho, de participação e de qualificação da mão-de-obra”¹⁷⁸. Este era um horizonte que a burguesia do setor calçadista procura evitar, pois, inviabilizaria a estratégia já em curso de recomposição dos lucros. Apesar da resistência dos sindicatos a reorganização produtiva seguiu seu curso.

Na reorganização da produção o foco foi dado à integração dos processos com outros setores da fábrica, à desverticalização, à terceirização e à automação. Os empresários esperavam assim encurtar o prazo de realização de projetos dos produtos, desverticalizar a

¹⁷⁷ Ibidem, idem.

¹⁷⁸ PICCININI, Valmira Carolina; ANTUNES, Elaine Di Diego; FARIA, Márcio Sardá. *Estratégia Sindical dos Trabalhadores do Setor Calçadista*. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). *O Trabalho em Movimentos: reestruturação, produtiva e sindicalismo no Brasil*. Campinas-SP: Papius, 1997, p. 205.

fábrica em unidades menores e mais flexíveis interligadas de forma horizontal (como faz a Azaléia no interior da Bahia) e produzir de forma mais enxuta. O trabalho em células também passou a ser largamente utilizado, substituindo o sistema tradicional de esteiras. As células são dispostas no Sistema Rink, onde as máquinas são organizadas em anel ou em “U” na seqüência operacional. A lógica da nova organização do processo de trabalho pretende incorporar em maior grau a dimensão criativa e o comprometimento do trabalhador com os objetivos da empresa no que diz respeito a uma maior colaboração com qualidade da mercadoria e com o processo de trabalho. Não é à toa que quase todas as publicações pesquisadas que foram produzidas pelas organizações do empresariado destinadas à formação do trabalhador se referem ao mesmo não como operário, operador, ou mesmo trabalhador, mas como **colaborador**. Na visão dos patrões as novas formas de produção caracterizam-se por:

*Valorizar mais o **colaborador** em todas as suas capacidades e atitudes, aliando a sua experiência e criatividade, provocando assim uma sinergia dentro do grupo e promovendo também a polivalência dos colaboradores. Realmente existe uma equipe de trabalho, no que decorre uma maior satisfação no trabalho, responsabilidade e também a hierarquia horizontal;*

Flexibilidade do processo: as máquinas podem ser facilmente readequadas em caso de mudança no produto ou introdução de novas tecnologias;

Qualidade total: rápida identificação dos problemas e defeitos com participação dos colaboradores na solução destes;

Gargalos: facilidade de controle preventivo;

*Baixos níveis de estoques, devido ao arranjo físico*¹⁷⁹.

No entanto, no Vale dos Sinos, os operários perceberam a implantação dessas novas estratégias produção como a realização de uma “lavagem cerebral” que afastou muitos deles do sindicato¹⁸⁰. Além disso, os operários argumentavam ainda que os programas de elevação da produtividade do trabalho vêm sempre de cima, sem consulta aos trabalhadores. Ou seja, havia certo nível de resistência dos trabalhadores e isso dificultava a rápida disseminação dos novos processos de produção.

Além dos métodos de organização do trabalho que procuravam comprometer cada vez mais os operários com os objetivos da imprensa na perspectiva de subsunção intelectual-afetiva do trabalho ao capital, existia ainda intenção de *liberar* o trabalhador para realizar funções múltiplas no processo de trabalho:

*A renovação do maquinário em termos de tecnologia hard mais avançadas (CAD) [Computer Aided Design] não constitui preocupação para os sindicalistas, por não perceberem investimentos por parte das empresas que possam afetar o nível de emprego. Chamam a atenção, entretanto, para a adoção por parte de grandes empresas de máquinas de costura que geram maior desgaste físico nas mulheres ao exigir trabalho em pé e polivalência (execução de três ou quatro operações)*¹⁸¹.

A competição interna entre os grupos e células de produção, que operam sobre metas pré-estabelecidas e o princípio da polivalência, *enxugam* o processo de trabalho do chamado excesso de mão-de-obra. No sistema de metas do grupo ou da célula os

¹⁷⁹ Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Centro tecnológico do Calçado. *Tecnologia do Calçado: agregando valor ao produto*. Novo Hamburgo: Abicalçados, 2001, p. 53.

¹⁸⁰ PICCININI, Valmira Carolina; ANTUNES, Elaine Di Diego; FARIA, Márcio Sardá. *Estratégia Sindical dos Trabalhadores do Setor Calçadista*. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). *O Trabalho em Movimentos: reestruturação, produtividade e sindicalismo no Brasil*. Campinas-SP: Papyrus, 1997, p. 206.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 208.

trabalhadores tendem a dispensar uma supervisão mais próxima na medida em que interiorizam a responsabilidade por manter e até superar o ritmo da produção. Ao mesmo tempo, cada trabalhador do grupo executa um maior número de funções sem ganhar a mais por isso, e substitui qualquer membro do grupo caso este falte ou precise se ausentar do posto de trabalho. Nas plantas das empresas calçadistas que se implantam na Bahia este sistema é utilizado desde o princípio, bem como o tipo de máquina em que se trabalha em pé. O argumento da empresa é de que aquelas máquinas facilitam a vida do trabalhador, pois incorporam novos conceitos de ergonomia – o que não é verdade, conforme denúncia dos órgãos oficiais que investigam a saúde do trabalhador. Por outro lado, ao trabalharem em pé, esses trabalhadores podem executar mais funções e “dar mais produção em menos tempo”, conforme eles dizem, do que no sistema anteriormente utilizado. E ainda ganham salários mais baixos do que os operários gaúchos ou do que os paulistas da Região de Barueri e Franca.

Não é por acaso que essa lógica enfrentou obstáculos junto aos sindicatos dos operários calçadistas nas regiões industriais mais antigas, no *lôcus* do *velho operariado*. Lá, a despeito da postura sindical de negociar o processo sem necessariamente combatê-lo de frente, há uma maior organização dos trabalhadores. Os empresários se vêm assim obrigados a estabelecer algum patamar de interlocução com os sindicatos.

Veremos que a situação é bastante diferente nos territórios do novo operariado. Os trabalhadores ainda não se encontram organizados o suficiente para fazer frente ao nível de exploração do trabalho praticado nas plantas pós-fordistas. Neste cenário político diferenciado, as empresas tendem a se fechar para qualquer tipo negociação, nem há ênfase nas estratégias de convencimento dos operários e sindicatos. Nas plantas baianas, por

exemplo, não houve transição para um novo modelo de produção nem readaptação frente a um longo costume com determinada rotinização do trabalho, como ocorreu no ABC ou no Vale dos Sinos. No interior da Bahia, as empresas já se instalaram com novos conceitos de produção, ocupando trabalhadores que em sua imensa maioria nunca trabalhou em fábricas. E, mesmo nas empresas que se instalaram primeiro na Bahia, há cerca de dez anos, não existe ainda qualquer nível de negociação em eventuais mudanças no processo de trabalho. Entretanto, a adaptação psico-física dos trabalhadores ao trabalho nestas plantas não vem ocorrendo sem dificuldades¹⁸².

O ritmo intenso do trabalho e o despotismo fabril são os principais obstáculos que os novos operários enfrentam, tanto no setor calçadista quanto no automotivo. A denúncia é de que a Ford produz “um exército de estropiados”¹⁸³ e de que na “Senzaléia” – como muitos operários chamam a Azaléia – e demais fábricas de calçados, ninguém consegue ficar muito tempo por conta do desgaste físico. A alta produtividade dessas plantas se dá a um custo alto demais para os operários.

De todo modo, apesar dos operários se referirem a Azaléia como “Senzaléia”, não há uma resistência ao sistema de produção em si. Pelo que se percebe nas entrevistas exploratórias feitas em 2002, início da pesquisa, não havia sequer queixas contra os baixos salários, até porque essa é uma realidade em toda à região. Hoje isso já existe. O principal

¹⁸² Conforme acontecia na última mudança qualitativa no industrialismo com o advento do fordismo nas primeiras décadas do século XX, nos anos 90 os trabalhadores baianos vem encontrando dificuldades para se adaptarem às longas jornadas de trabalho e ao ritmo estressante da moderna produção industrial, somando-se a isso os baixos salários, o que se diferencia política de altos salários na fábrica pioneira de Ford. Como na fábrica de Ford, registra-se assim nas fábricas calçadistas no interior do Estado da Bahia um alto índice de rotatividade dos trabalhadores calçadistas, eles permanecem menos de um ano no emprego por “não se adaptarem” ao ritmo intenso do trabalho. Cf. BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A Indústria Calçadista na Bahia*. Salvador, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000, p. 77.

¹⁸³ Expressão de um ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia.

problema levantado pelos trabalhadores no começo da pesquisa se referia mais à dificuldade de se adaptarem ao ritmo de trabalho exigido pela empresa e ao tratamento recebido pelos prepostos da fábrica. Esse tipo de avaliação ainda permanece entre os trabalhadores.

No Sul a situação é outra. No Vale dos Sinos (RS) a resistência sindical incorpora o questionamento aos fundamentos da nova organização do trabalho, tanto naquilo que se expressa estritamente dentro da fábrica, como o trabalho em pé, quanto ao que se passa fora da planta, é o que demonstra, por exemplo, a resistência às estratégias de terceirização praticadas pelas empresas.

Ao longo do presente capítulo tratei das mudanças contemporâneas na economia capitalista como determinação inicial de classe do novo operariado. Dessa vez no setor calçadista. É importante dizer que, embora atue para a existência do novo operariado como potencial classe social, a mudança econômica na organização da produção não é sozinha decisiva para o processo. Se é no terreno da política, da ideologia e das elaborações culturais que fazem de si próprios é que os agentes tomam consciência do lugar que ocupam na organização da produção, e se essa compreensão é fundamental para que se produza uma ação que distinga tais agentes dos demais, é necessário considerar a ação de outras dimensões importantes no processo de constituição da classe social, ou seja, as sobredeterminações. É importante aqui recuperar o sentido aqui utilizado para conceitos de determinação e sobredeterminação na problemática marxista das classes sociais.

Vimos, inclusive, no exame das mudanças atuais na economia capitalista, que a determinação inicial de classe compõe-se de um conjunto de fenômenos que compõem as estruturas do modo de produção capitalista que, em seu processo de reprodução ampliada,

reproduz também a estrutura econômica necessária para viabilizar a valorização de capital com foco na produção de mercadorias. Reproduz ainda a estrutura de classes que instaurou e garante a divisão social entre os agentes que detêm a propriedade privada dos meios de produção e aqueles que são despossuídos de tudo, cuja manutenção da existência material depende da venda da sua força de trabalho. As determinações iniciais de classe seriam então aquelas relacionadas à reprodução da estrutura econômica do modo de produção capitalista nos mais diferentes contextos históricos. Podem mudar as formas como essas determinações se manifestam, mas o seu conteúdo e finalidade são sempre os mesmos: assegurar a continuidade do processo de valorização e acúmulo de capital. No entanto, embora essas determinações criem as condições estruturais para a existência do operariado como classe, elas não garantem essa existência. Isso porque a existência da classe depende de outros aspectos. É aqui que se revela a importância das sobredeterminações.

Para entender o papel das sobredeterminações é necessário se perguntar sobre as condições que possibilitam a existência da classe social, bem como se perguntar por que a situação econômica de exploração em que se encontra o proletariado não o coloca necessariamente oposição aberta em relação à burguesia organizada. Sabemos que existem determinações mais gerais que atuam como tendências históricas relacionadas à reprodução do processo de acumulação de capital. Em um nível mais abstrato, elas são invariantes no conteúdo e na finalidade ao se manifestarem como expressão do modo de produção capitalista. Mas, embora sejam invariantes no conteúdo e na finalidade a que se destinam, a sua forma muda de acordo com os contextos históricos concretos. A forma atual com que se manifestam o conjunto de determinações que é aqui apresentado como determinação inicial de classe do novo operariado foi examinado nas seções anteriores que tratam das mudanças

na economia capitalista a partir dos setores delimitados para a pesquisa. Ao contrário da determinação inicial de classe, a classe social não se manifesta como tendência histórica, mas como fenômeno concreto que surge como possibilitado a partir de tendências históricas. Para saber se e como a classe se manifesta a partir dessas tendências históricas é necessário compreender aquilo que atua sobre essas tendências históricas e que pode completar um fenômeno que até o momento só existia como possibilidade engendrada por essas tendências. Aquilo que atua sobre as tendências apontadas eu chamo de sobreterminação. Como já foi dito, aqui a contribuição althusseriana é direta. No caso em tela, sabemos como operam as tendências em questão, ou seja, como a determinação inicial de classe se manifesta nos casos aqui estudados. É preciso saber o que atua sobre as tendências históricas aqui discutidas e determinam a possibilidade de constituição de uma nova classe operária no Brasil contemporâneo. Em outros termos, é preciso refletir sobre como os trabalhadores reagem a essas tendências a partir das condições históricas concretas em que vivenciam essa experiência. Tais condições concretas são as sobre-determinações de classe do novo operariado.

Pode-se afirmar que são muitas as sobre-determinações de classe do novo operariado, seria possível enumerar dezenas. Ocorre que ao longo da pesquisa foram identificadas algumas que se revelaram mais decisivas. Foram elevadas então ao estatuto de sobre-determinações principais. São elas: o perfil social e as condições materiais de vida dos trabalhadores, o cenário político e sindical, a ação do Estado e, por fim, as relações entre trabalho, cultura e ideologias nos territórios do novo operariado. As sobre-determinações destacadas serão examinadas no próximo capítulo.

5 SOBREDETERMINAÇÕES DE CLASSE DO NOVO OPERARIADO

5.1 O PERFIL SOCIAL E CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA

“Tô aqui porque não tem jeito, o trabalho é muito cansativo, é muita pressão pra fazer hora extra pra dar produção, no domingo a gente não agüenta nada. A maioria dos supervisores pisa muito na gente também, nem todos, mas a maioria. (...) Sabe quem vai valer por nós: só Deus!”

(Operária da Clássico do Nordeste em Vitória da Conquista-Ba, novembro de 2005)

Para entender as sobredeterminações de classe dos segmentos do novo operariado aqui pesquisado é preciso se ater às suas condições materiais de vida. Os dados que apresentarei não procuram tomar os aspectos sócio-econômicos como perfil da classe, mas sim como elementos que contribuam para explicar o comportamento e o modo de vida daqueles operários.

A amostra significativa aqui delimitada para análise do novo operariado brasileiro constitui-se basicamente de trabalhadores jovens, tanto na Ford como nas empresas

calçadistas. Os trabalhadores das empresas calçadistas da amostra possuem um perfil etário ainda menor.

No início das suas operações na Bahia a Ford priorizava trabalhadores mais jovens. Atualmente, segundo informações do sindicato, a empresa não se mostra tão rigorosa nesse quesito. Ainda assim, no Complexo Ford 42,6% dos operários pesquisados têm entre 18 e 30 anos. Os que estão entre 30 e 35 anos somam 29,8%, o que dá um percentual de 72,4% de trabalhadores entre 18 e 35 anos, número próximo aos 65,5% de trabalhadores entre 18 e 34 anos encontrados por Rodrigues et al no Consórcio Modular da Volkswagen em Resende, Sul Fluminense¹⁸⁴, outro local onde surge a nova geração operária.

No Complexo Ford de Camaçari, o percentual de trabalhadores mais velhos, na faixa dos 35 a 40 anos correspondem a 23,4%. Na pesquisa no Consórcio Modular da Volkswagen feita por Rodrigues et al percentual de trabalhadores na faixa dos 35 aos 44 anos é de 28,9%. Entre os trabalhadores da amostra do ABC (Volkswagen, Ford, Daimler-Chrysler e Scania) da referida pesquisa o percentual é de 48,6%, bem mais elevado do que nas novas plantas pós-fordistas.

No setor calçadista, como dissemos, o percentual de trabalhadores jovens é mais alto que os da automotiva de Camaçari. Nas fábricas calçadistas pesquisadas o menor número de trabalhadores entre 18 e 25 anos encontra-se na Azaléia, o percentual é de 52,2%. Os que estão entre 25 e 30 anos somam 32,6%. Ou seja, na Azaléia, 84,8% dos operários se encontram na faixa etária que vai de 18 a 30 anos.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Iram Jácome; PONTES, Cecília Carmen Cunha; RAMALHO José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. *Velhos e Novos Operários na Indústria Automobilística: comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense. Cadernos do CRH*. Salvador, Vol. 19, N° 46, 2006.

A fábrica Dilly apresenta um percentual ainda maior de trabalhadores com idade entre 18 e 25 anos, 58,1% da amostra pesquisada. Se acrescentarmos entre os jovens aqueles com idade entre 25 e 30 anos, teremos mais 18,6%. Existe ali um total de 76,7% de operários na faixa dos 18 aos 30 anos.

Na Clássico do Nordeste 54,5% dos trabalhadores pesquisados têm entre 18 e 25 anos, os que têm entre 25 e 30 anos somam 16,4%, o que dá um total de 70,9% de operários na faixa de 18 a 30 anos.

O percentual mais alto de trabalhadores jovens nas novas fábricas indica duas situações. A primeira se relaciona com as estratégias das empresas de utilizarem um operariado mais jovem, *sem vícios* com em certa ocasião me informou um supervisor da Dilly e o coordenador do curso de formação profissional do Projeto de Amazon. Assim, esperam construir um novo marco de relações de trabalho, de qualificação e de atitudes nas fábricas pós-fordistas. Pela idade, temos também um operário que ingressa no trabalho fabril em plena conjuntura de hegemonia neoliberal e que tende a tomar como referência no trabalho industrial as relações de trabalho precarizadas.

A segunda situação diz respeito às possibilidades de organização desse trabalhador para defender seus interesses de classe, ao menos em nível econômico-corporativo. Inexperiente nos conflitos entre capital e trabalho e assolado pela hegemonia regressiva do neoliberalismo, este trabalhador tende a ser encontrar menos suscetível aos apelos da luta classista e sindical.

Além da juventude, outra característica desse novo operariado é a sua maior heterogeneidade. Se o operariado fordista era basicamente masculino, atualmente temos um percentual considerável de mulheres na condição operária, e isso em setores não

exatamente onde a força de trabalho feminina sempre esteve presente, como o setor têxtil ou mesmo na indústria de calçados. Esta é a situação, por exemplo, das novas plantas automobilísticas, cujo Complexo Ford é um exemplo. No momento de realização da pesquisa, no Complexo Ford o percentual de operárias era de 23,4%. O sindicato e os próprios operários nos informaram que o número de operárias na fábrica foi maior no começo das atividades da Ford. O percentual no Complexo Ford é mais alto do que aquele encontrado por Rodrigues em montadoras do ABC, onde corresponde a apenas 4,5%, número próximo dos 3% encontrado pelo autor no estudo realizado em uma das novas plantas automotivas do Sul Fluminense.

Nas empresas calçadistas a força de trabalho feminina é muito mais presente, uma tendência no setor. Na Azaléia a amostra indicou uma divisão equilibrada entre homens e mulheres (50%). Na Dilly as mulheres somam 32,6% da amostra, número menor do que na Azaléia e maior do que na Ford, elas. Na fábrica da Clássico do Nordeste, o percentual de operárias é maior do que em todas as outras fábricas pesquisadas, correspondem a 80%. O diferencial se deve ao fato da empresa também produzir roupas esportivas, além de calçados e componentes. Ali, na fabricação de roupas, seguindo uma tendência no setor, a presença feminina ainda se sobrepõe à masculina. Ainda assim, a novidade, principalmente no setor automobilístico, é a intensidade com que as mulheres se incorporam à força de trabalho em setores tradicionalmente ocupados pelos homens.

A questão étnica é outro elemento importante para entender quem é o novo operariado. No caso da Ford, a composição étnica da Região Metropolitana de Salvador foi considerada no recrutamento da sua mão-de-obra. Assim, o percentual de negros e pardos que trabalham na empresa é maior do que os que pudemos verificar nas fábricas

calçadistas. Isso pôde ser constatado tanto em observações diretas nas imediações do local de trabalho, quanto nos resultados da enquête aplicada entre os operários. Na Ford apenas 12,8% dos operários da Ford se diz branco. Na RMS isso tem relação com a própria composição da população trabalhadora, sobretudo entre as camadas populares, que é predominantemente negra. No entanto, o percentual de trabalhadores que se declaram negros corresponde a apenas 27,7% e os que se identificam como pardos somam 53,2 %. O que foi percebido neste caso é a reprodução de um fenômeno muito comum de negação da cor em virtude do preconceito sofrido. Tal fenômeno de negação da cor ocorre com mais intensidade no interior do Estado do que na RMS. Isso porque, é naquela região onde historicamente se concentram, na Bahia, um fenômeno cultural de certa valorização e de reforço da identidade afro. Mas, ainda assim, permanece entre muitos trabalhadores negros a tendência de não se identificar como tal.

Na azaléia o número de trabalhadores brancos corresponde a 19,6%, negros 15,2% e pardos 56,5%. Na Dilly os dados apontam para um percentual de 27,9% de brancos, 14,0% de negros e 39,5% de trabalhadores pardos. Na Clássico do Nordeste foi onde encontramos o maior percentual de brancos e pardos, 23,6% e 63,6%, respectivamente. Já o percentual de trabalhadores negros é de 7,3%.

Embora exista uma participação importante de trabalhadores negros e pardos nas fábricas calçadistas, é na planta da Ford que se observa com mais intensidade a fusão da problemática de constituição da classe com a questão étnica. No entanto, é no interior da Bahia onde a formação da identidade de classe sofre uma clivagem importante, haja vista que o preconceito de cor entre as camadas populares é muito mais presente do que na RMS, o que não quer dizer que lá não exista o problema do preconceito. Apesar da clivagem

citada no seio do operariado, brancos, negros e pardos encontram-se em uma mesma situação de classe e, pelo menos nas regiões estudadas, apesar do preconceito de cor ser forte, o preconceito relacionado à condição de classe se sobrepõe.

No intuito de avaliar melhor as condições materiais de vida daqueles segmentos do novo operário, também se levou em consideração na pesquisa a situação conjugal dos trabalhadores, bem como o trabalho dos conjugues. O objetivo foi verificar o número de operários que eram arrimo de família, bem como de que maneira os conjugues contribuíam financeiramente para a manutenção da família. Observamos que na Ford mais da metade dos trabalhadores é casada, 53,2%. Deste total, 24,6% dos conjugues estavam desempregados no momento da pesquisa e apenas 29,% trabalhavam fora em período integral. No total de operários pesquisados 68,1% têm filhos.

Na Azaléia 47,8% da amostra é casada ou vivem maritalmente, sendo que somente 36,9% dos conjugues possuem alguma atividade remunerada. Destes, 8,7% trabalham fora em meio período, 23,9% trabalha fora em período integral e 4,3% realizam alguma atividade remunerada em casa. Na Azaléia 56,5% dos trabalhadores têm filhos.

O percentual de casados é menor na Dilly, representam 37,2% do total. O número de operários com filhos também é menor, 41,9%. Na fábrica da Clássico o número de trabalhadores casados é semelhante ao da Dilly, representam 36,4% do total. A metade dos operários tem filhos.

Os dados mostram que é entre as parcelas com mais idade do conjunto de operários pesquisado onde se registram os maiores percentuais de uniões estáveis e de operários com filhos. Temos então, na seqüência de maiores percentuais de casados ou vivendo maritalmente e de trabalhadores com filhos, os operários da Ford, Azaléia, Dilly e depois

Clássico. Isso relativiza a idéia que se tem, no senso comum, de que os trabalhadores da Ford estariam em uma condição financeira melhor do que o restante dos operários calçadistas pesquisados. Se por um lado, na Ford, o salário era maior do que nas empresas calçadistas, inicialmente a média na automotiva era de R\$ 600,00 contra cerca de R\$ 350,00 (dados de 2004-2005) nas plantas calçadistas, por outro lado, as demandas dos trabalhadores da Ford com a manutenção da família tendem a ser maiores. Aponta para essa situação o maior percentual de filhos e o número relativamente menor de conjugues que trabalham fora em período integral ou que tenham alguma atividade remunerada.

Outro aspecto fundamental para compreender quem as condições materiais de vida do novo operariado brasileiro é a sua situação educacional. Trata-s de um operariado com escolaridade mais elevada se comparado à média das antigas gerações do operariado fordista, e mesmo em relação ao operariado contemporâneo no ABC¹⁸⁵. Além do nível de escolaridade mais elevado, registra-se um percentual considerável de operários que estudavam no momento da pesquisa. Na Ford, 29,8% dos trabalhadores estudavam no momento em que a enquete foi aplicada, destes, 25,5% estudavam na rede privada. Para que se tenha uma visão mais geral do grau de escolaridade dos trabalhadores da Ford, vejamos a tabela abaixo.

Tabela 1

Grau de Escolaridade (Ford)	
Primário incompleto	2,1%
Ginásio completo (5º a 8º série do Ensino Fundamental)	2,1%

¹⁸⁵Cf. RODRIGUES, Iram Jácome; PONTES, Cecília Carmen Cunha; RAMALHO José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. Velhos e Novos Operários na Indústria Automobilística: comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense. *Cadernos do CRH*. Salvador, Vol. 19, N° 46, 2006.

Ensino Médio incompleto	2,1%
Ensino Médio completo	51,1%
Curso Superior incompleto	23,4%
Curso Superior completo	2,1%
Estuda o ensino médio	2,1%
Estuda curso superior	8,5%
Estuda em pré-vestibular	4,3%
Estuda curso profissionalizante	2,1%
Total	100,0%

No momento da pesquisa 57,4% dos trabalhadores da Ford haviam concluído curso profissionalizante, 27,7% no Senai e 21,3% na Escola Técnica Federal.

Nas empresas calçadistas a média de escolaridade também é alta quando comparada à situação do conjunto dos trabalhadores nas localidades onde as novas plantas se encontram instaladas. Na Azaléia 21,7% dos trabalhadores estudavam no momento da pesquisa, sendo 2,2% na rede pública municipal, 10,9% na rede pública estadual e 4,3% na rede particular. O número de trabalhadores pesquisados que tinham o Ensino Médio não chegava a 50,0%, conforme tabela abaixo.

Tabela 2

Grau de Escolaridade (Azaléia Calçados)	
Primário incompleto	6,5%
Completou o primário (1º a 4º série do Ensino Fundamental)	2,2%
Ginásio incompleto	4,3%
Ginásio completo (5º a 8º série do Ensino Fundamental)	17,4%
Ensino Médio incompleto	21,7%
Ensino Médio completo	45,7%

Curso Superior incompleto	2,2%
Total	100,0%

O número de trabalhadores que fizeram curso profissionalizante é mais alto do que na Ford. Na Azaléia 50,0% concluíram algum curso profissionalizante. Destes, 8,7% o fizeram na empresa, 6,5% em escola técnica, 26,1% concluíram o curso no Senai, 8,7% no Sesi e 2,2% pelo sindicato. Vejamos agora o caso dos operários da Dilly. Conforme foi observado nas outras empresas, o percentual de trabalhadores que ainda estudavam no momento da pesquisa gira em torno de 20% (23,3%). O grau de escolaridade encontra-se dividido conforme a tabela:

Tabela 3

Grau de Escolaridade (Dilly)	
Primário incompleto	9,3%
Completo o primário (1º a 4º série do Ensino Fundamental)	9,3%
Ginásio incompleto	4,7%
Ginásio completo (5º a 8º série do Ensino Fundamental)	9,3%
Ensino Médio incompleto	25,6%
Ensino Médio completo	32,6%
Curso Superior incompleto	2,3%
Não respondeu	7,0%
Total	100,0%

O número de operários que fizeram algum tipo de curso profissionalizante é mais baixo do que na Azaléia e Ford, apenas 18,6% concluíram algum curso profissionalizante. Entre os operários da Clássico 27,3% estudavam quando foi realizada a pesquisa, praticamente todos na rede pública estadual, o que significa dizer que estudavam a partir da

quinta série do Ensino Fundamental ou cursavam o Ensino Médio. A tabela a seguir mostra como se divide o nível de escolaridade dos trabalhadores da Clássico.

Tabela 4

Grau de Escolaridade (Clássico do Nordeste)	
Primário incompleto	1,8%
Ginásio incompleto	5,5%
Ginásio completo (5° a 8° série do Ensino Fundamental)	12,7%
Ensino Médio incompleto	23,6%
Ensino Médio completo	45,5%
Curso Superior incompleto	1,8%
Não respondeu	9,1%
Total	100,0%

Aqui o percentual de trabalhadores que fizeram algum curso profissionalizante é de 49,1%. Os cursos feitos na empresa representam 12,7% do total, mais do que o Senai (10,9%) e Sesi (3,6%).

Por fim, é necessário destacar que o grau de escolaridade mínimo definido pela Ford para os seus operários do complexo automotivo era o Ensino Médio completo. Para as empresas calçadistas o exigido era o Ensino Fundamental. No entanto, conforme informações dos sindicatos, após o processo de implantação das fábricas a exigência se tornou menos rígida.

O relativamente elevado perfil educacional do novo operariado possibilita uma recusa maior às relações de trabalho precárias que as novas plantas adotam. Isso não quer dizer que os trabalhadores menos qualificados também não tenham potencial de resistência, mas que aqueles com mais tempo no ensino oficial tendem a desenvolver com mais facilidade um referencial de comparação da sua situação com outras realidades e condições

de trabalho, que não as daquelas fábricas ou as que predominam em sua região. Desenvolve-se então uma contradição para as empresas. Embora procurem um tipo de operariado sem tradição sindical e sem costume no trabalho industrial, exigem trabalhadores com maiores patamares educacionais. Ao mesmo tempo em que fazem essas exigências, as empresas nivelam por baixo as relações de trabalho no setor, tomando como referencia as relações de trabalho locais, historicamente precárias, ou mesmo de países da Ásia que compõem os centros importantes da produção calçadista.

5.2 A CENA POLÍTICA E SINDICAL

“É sobre a Ford? É pro sindicato? Não tenho nada pra falar sobre a Ford não, nem tenho queixa contra a empresa... Olha brother , eu tô preocupado é em resolver o meu problema, desculpa aí, não vou falar não, fica pra outra vez”.

(Resposta de um jovem operário da Ford à abordagem do pesquisador em Camaçari, junho de 2006)

“Nunca eles me disseram, “olha eu vou dar um dinheiro pra você, eu vou comprar você...” “É associação, olhe só... É parceria! [reproduz fala do gerente da Azaléia]”. “Eles [os gerentes] falavam em parceria entre o capital e trabalho: “Pra quê que o capital e o trabalho tem que andar separado?!” Ai eu disse: “eu também acho, né? Não tem como, a gente tem

que trabalhar...”. Foi a primeira vez que ouvi esse termo na minha vida, capital/trabalho, foi dentro da Azaléia, capital/trabalho... E aí, como eu reneguei, eu disse a ele que minha alma não estava à venda: “você tá querendo me comprar, você tá me achando com cara de besta?”. Aí os ânimos se afloraram e ele me expulsou da sala dizendo: “Ah, então volta pra trabalhar!!”. Não me xingou não, só faltou me chamar de cabeçudo, mas não me xingou não”.

(Depoimento de um ex-operário da Azaléia, um dos fundadores do sindicato, em Itapetinga-Ba, descrevendo diálogo com um gerente de produção da Azaléia no ano de 2000. Vitória da Conquista, janeiro de 2008)

Nesta parte da exposição tomarei a cena político-sindical no Brasil contemporâneo como importante sobredeterminação para entender o processo de constituição do novo operariado brasileiro. Evidentemente será necessário fazer um recorte determinado pelo próprio objeto. Não examinarei a questão, portanto, a partir da conjuntura política e sindical em geral, mas com base em um campo específico do sindicalismo brasileiro que possui vinculação orgânica com a atual representação sindical do novo operariado: o sindicalismo operário abrigado no interior da CUT. Isso nos obrigará a percorrer os caminhos desse campo a partir do sindicalismo operário no ABC paulista, um importante pólo de elaboração de práticas que ecoaram no interior da CUT e que repercutiram em diversos sindicatos operários nas últimas décadas.

O leitor deve estar se perguntando o porquê de não se examinar aqui os caminhos do sindicalismo operário do setor calçadista no Vale dos Sinos, haja vista que é de lá que se originam as fábricas que compõem a amostra desta pesquisa. Embora se tenha tocado aqui na situação dos sindicatos operários daquela Região, eles não serão tomados como referência

para a análise do cenário que se desenha para a representação sindical dos segmentos que, no Estado da Bahia, compõem o novo operariado em exame. Isso porque os sindicatos calçadistas do Vale dos Sinos e da Bahia, particularmente na Azaléia, se organizam em campos opostos: enquanto na Bahia os sindicatos são todos cutistas, no Sul muitos sindicatos são filiados ainda à Força Sindical, como é o caso dos operários da Azaléia no Rio Grande do Sul. As diferenças entre as duas perspectivas são amplamente conhecidas e diversas pesquisas tratam do assunto. Os sindicalistas do setor calçadista na Bahia têm inclusive muita clareza sobre o papel desempenhado pela Força Sindical e em alguns momentos chegaram a recusar o diálogo com o sindicato do Sul, proposto pela Azaléia. Por hora é suficiente dizer que a Força Sindical representa não somente o peleguismo, mas também o braço neoliberal no movimento sindical brasileiro¹⁸⁶.

Nos segmentos do novo operariado tratados nesta pesquisa, todos os sindicatos são cutistas, embora a tendência do sindicato que representa os operários do Complexo Ford, o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, por conta da vinculação orgânica das diretorias com o PC do B, seja a de se incorporar à Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB, Central essa criada em 12 de dezembro de 2007, menos de três meses após a Corrente Sindical Classista – CSC (PC do B) ter saído da CUT em 30 de setembro de 2007 e após a legalização das centrais sindicais com a aprovação do Projeto de Lei 1990/07, em 17 de outubro de 2007. Sobre esse assunto gostaria de abrir um pequeno parêntese para demonstrar que mesmo que o sindicato dos metalúrgicos migre para a CTB, não haverá mudanças de rumos substantivas.

¹⁸⁶ Ver: GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; FAPESP, 2007. TRÓPIA, Patrícia Vieira. *A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo*. In: *Idéias (Dossiê: Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil)*. Campinas, ano 9, nº 1, IFCH-UNICAMP, 2002.

A saída da CSC da CUT e a fundação da CTB se devem menos a uma divergência política e programática do PC do B e da CSC sobre os rumos tomados pelo PT e pela CUT, e mais a uma intenção do PC do B e da corrente organizar sua base sindical em uma central própria, que possa assim usufruir das possibilidades de estruturação financeira e político-organizativas abertas com a legalização das centrais sindicais.

Por um lado, a CTB faz críticas à CUT, concentradas no processo de burocratização da Central, na sua relação orgânica com o PT e com Governo Lula e na sua posição frente à reforma sindical. A CTB argumenta ainda que após a saída de importantes correntes da CUT que deram origem à Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas e a Intersindical, o espaço para correntes de esquerda na Central estariam reduzidos, o que enfraqueceria ainda mais a democracia interna e dificultaria a sua permanência na CUT. Apesar de lamentarem a saída das correntes que deram origem a Conlutas e a Intersindical, a CTB não se alinha com nenhuma das duas. Para a CTB, a postura de oposição da Conlutas e da Intersindical ao Governo Lula e à CUT revela que as duas entidades padecem do sectarismo e do esquerdismo. Com isso a CTB desqualifica e oculta os argumentos da Conlutas e da Intersindical para se colocarem em oposição à CUT e ao Governo Lula: o pelequismo da CUT, a avaliação de que o Governo Lula só fez avançar a plataforma neoliberal e a decisão de que é preciso, mais enfaticamente no caso da Conlutas, recuperar antigas bandeiras da esquerda mundial, a exemplo da construção do socialismo, além de reorganizar um pólo combativo e classista do movimento sindical e popular em defesa dos interesses dos trabalhadores, algo que já não era mais possível no interior da CUT.

Por outro lado, do ponto de vista político e ideológico, a CTB não se opõe programaticamente à CUT, que vê como importante aliada, nem ao Governo Lula, que avaliam como um governo progressista¹⁸⁷.

Este breve parêntese foi necessário para demonstrar que as mudanças ocasionadas pela fundação da CTB e pela possível migração do Stim para aquela Central pouco alterará a linha político-ideológica do campo sindical que representa os operários do Complexo Ford, e não comprometerá os resultados da presente análise acerca do atual contexto político e sindical como sobredeterminação de classe do novo operariado brasileiro.

Vimos que o objetivo da burguesia organizada é constituir um novo bloco histórico, mais adequado às suas necessidades atuais de intensificação da exploração do trabalho e de valorização do capital. Embora já existam condições objetivas para tal, o novo bloco histórico somente se consolidará se a burguesia organizada obtiver sucesso em uma frente importante. Refiro-me à ação política e ideológica que viabilize junto à população a idéia de que tal projeto é o melhor, porque é mais racional e porque atenderá os interesses de todos. Isso supõe ainda uma ação organizada junto aos setores da sociedade civil que tenham de fato o poder de influenciar decisões e posições políticas de segmentos estratégicos para o projeto identificado com o capital. Nessa lógica, um segmento importante é o próprio operariado, além de suas representações, sobretudo porque é importante para o capital construir um novo senso comum acerca da relação capital/trabalho, na fábrica ou fora dela.

¹⁸⁷ Cf. *CTB: a novidade do sindicalismo*. Disponível em: http://www.csc.org.br/conteudo.php?conteudo_id=129. Consultado em junho de 2008; TURRA, Júlio. *Ainda é Tempo de reverter a saída da CSC da CUT*: Disponível em: <http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoId=11959&sid=21>. Consultado em junho de 2008.

Na reestruturação produtiva a necessidade de se adequar o trabalhador e suas representações sindicais às mudanças no processo de trabalho remete à feliz expressão utilizada por Frigotto quando, ao examinar as estratégias da burguesia industrial para a formação profissional do operariado, afirma que nesse processo o capital tende a “fazer pelas mãos a cabeça do trabalhador”¹⁸⁸. Isso porque não basta preparar o operário para o trabalho. É necessário colocar em prática toda uma estratégia de mudança político-ideológica e mesmo cultural, haja vista que a mudança estrutural no processo de trabalho, tende também a mudar no universo operário a relação entre trabalho e vida, entre trabalho e política, sobretudo porque tais mudanças, na contemporaneidade, vêm sendo acompanhadas por políticas regressivas no que se refere aos direitos sociais. É por isso que para a burguesia organizada é fundamental “fazer a cabeça do trabalhador”, ou seja, tentar fazê-lo se incorporar a um projeto de hegemonia onde as relações de dominação que alteram a relação entre trabalho e vida, entre trabalho e política, apareçam ou como algo avançado para o próprio trabalhador, ou como um fato consumado diante do qual não cabe mais alternativa. Não é nenhuma novidade o fato de que em todos os momentos em que se alteram estruturalmente o processo de trabalho com vistas a materializar maiores patamares de exploração do trabalho e valorização do capital, o horizonte da burguesia organizada sempre foi a formação ampliada de um novo trabalhador, tendo em vista a conformação de aspectos técnico-científicos e político-ideológicos, embora historicamente possa variar o alcance e o resultados do fenômeno. Tendo em vista essa realidade e entendendo que para a burguesia não bastaria reorganizar o processo de trabalho, diversos estudos que tratavam da

¹⁸⁸ FRIGOTTO, G. (org.) *Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: O trabalho como elemento pedagógico na formação profissional*. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 47, 1993. pp. 38-45.

transição do fordismo para a chamada “produção enxuta” apontavam que isso não se daria de forma tranqüila para o capital.

Nos anos 90 as dificuldades previstas para a reestruturação industrial nos locais da grande empresa fordista no Brasil se confirmaram. Isso porque as tentativas de reestruturação produtiva no país seguiram um roteiro semelhante ao que se passava em outros locais do mundo. Em primeiro lugar a burguesia industrial apresentava para as organizações sindicais a necessidade cortar postos de trabalho com o argumento de que para modernizar a produção e elevar a competitividade era preciso “enxugar” a produção. Em seguida apresentava “soluções” para conter temporariamente o inevitável corte de empregos, o que em outros termos significava estabelecer uma pauta para renegociar a manutenção de direitos e conquistas. As demissões sistemáticas e a retirada de direitos enfraqueceram sindicatos e trabalhadores e os colocaram na defensiva. E isso se deu de forma mais emblemática em setores que possuíam relações mais estreitas com o capital e mercado mundializados, como por exemplo, o setor automobilístico e o calçadista. Particularmente no caso do setor automobilístico, era preciso desarticular os operários onde o seu poder de organização e seu histórico de conquistas constituísse sua marca.

Na Região do ABC, a reestruturação produtiva e a perspectiva de redução drástica do emprego colocaram o SMABC na defensiva, conforme tendência manifesta nos sindicatos operários em diversos países onde a reorganização da produção tomava curso. Por se tratar do pólo industrial mais avançado do país, a reestruturação capitalista em direção ao padrão de acumulação flexível teve início no ABC já nos anos 80. Contraditoriamente, este era o momento em que o movimento operário no ABC se fortalecia. Mas como mostra Alves,

Apesar da “explosão do sindicalismo”, é possível já perceber, nos anos 80, as debilidades estratégicas do trabalho organizado diante da nova ofensiva do capital na produção, ou das investidas da nova hegemonia capitalista na produção, que mais tarde iria condensar-se na crise do sindicalismo, tal como nós a caracterizamos. Os anos 80 não podem ser considerados apenas como a “década dos trabalhadores”. De certo modo, ela pode ser considerada a “década do capital”, tendo em vista que é possível atestar, ainda que em seus primórdios, de modo lento (e incipiente), mas persistente, um processo de reestruturação produtiva, pelo menos nos setores da indústria de ponta, tais como a indústria automobilística. Surgiam, pouco a pouco, novos tipos de controle da força de trabalho nos pólos industriais em que o sindicalismo possuía presença organizada (e militante), como é o caso dos metalúrgicos do ABC.¹⁸⁹

O cenário delineado pela constituição do novo bloco histórico, caracterizado pelo impacto do padrão de acumulação flexível no processo de trabalho, bem como pelas as mudanças geradas em nível político-ideológico e institucional pela hegemonia neoliberal, provocaram uma mutação substantiva na prática do SMABC. Em finais dos anos 70, o sindicato representava de forma emblemática a emergência do Novo Sindicalismo. Defendia o confronto classista fortalecido pelas ações de massa contra o despotismo fabril e sua pauta transcendia as questões econômico-corporativas. No campo da estratégia o horizonte era a ampliação dos direitos via organização de um estado de bem-estar social no Brasil.

Ao final dos anos 80 já é possível identificar uma mudança de rumos no tanto no SMABC quanto na CUT. No caso da Central segundo Boito,

¹⁸⁹ ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo-SP: Boitempo, 2000, p. 277.

Em 1990, a CUT, reunida em plenária nacional na cidade de Belo Horizonte, adotou uma nova linha sindical que sua direção denominou, seguindo uma terminologia já consagrada na Europa, sindicalismo propositivo. A antiga linha sindical, conhecida como sindicalismo de confronto, deveria ser substituída por uma nova estratégia que passaria a valorizar o entendimento com o governo e com os empresários, em torno de propostas elaboradas pela CUT para os “problemas do país”. A estratégia propositiva levou a CUT a desviar-se do combate à política neoliberal e procurar, em inúmeros aspectos, uma acomodação com essa política¹⁹⁰.

Aquelas mudanças não eram meramente conjunturais. Indicavam a aproximação daquela parcela do movimento sindical combativo aos princípios político-ideológicos de um novo bloco histórico.

Do consenso passivo dos trabalhadores e sindicatos quando se vêem pressionados mais duramente para acatar as novas diretrizes para o processo de trabalho, além das bases político-ideológicas em que se estabelecem as negociações sobre as relações de trabalho, o movimento sindical evolui rapidamente para um consenso ativo. A dimensão ativa do consenso se revela quando os próprios trabalhadores incorporam a agenda proposta pelo empresariado. Nos termos colocados pela agenda da burguesia industrial, o SMABC e a CUT passam a propor as políticas de produtividade e de reestruturação das empresas.

A acomodação da CUT ao neoliberalismo rebate em parcelas importantes da atual burocracia de Estado do Governo Lula, originária do movimento sindical. Ao ocupar espaços na aparelhagem estatal, aqueles ex-sindicalistas se tornam trãsfugas, sua posição evolui para o transformismo, quando passam a representar o núcleo duro das idéias e interesses de antigos adversários de classe no âmbito das políticas econômicas e sociais,

¹⁹⁰ BOITO JR. Armando. *Neoliberalismo e Corporativismo de Estado no Brasil*. In: ARAÚJO, Angela (Org). *Do Corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 67.

bem como nas propostas relacionadas à legislação trabalhista e sindical. Se por um lado transitam para outra esfera de atuação, o Estado, por outro lado não abandonam os laços com o movimento sindical, até porque, no caso da CUT, a vinculação com o PT é tão estreita que, na atual conjuntura, a bandeira de autonomia do movimento sindical frente aos partidos políticos e governos se sustenta apenas no discurso.

O fenômeno de construção do consenso ativo pode ser observado, no final dos anos 90, pelo depoimento à imprensa dado por L. M. Rodrigues sobre a situação do sindicalismo operário no ABC:

Estudioso da história do sindicalismo brasileiro e testemunha das grandes manifestações que marcaram as greves de 1978 e 1979, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues disse ontem que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC continua a exercer um papel inovador na política nacional, mas se ressentido dos impasses criados pela globalização da economia. "A situação do sindicalismo hoje no mundo é muito difícil. Entre os fatores principais dessa crise estão a automação industrial, a terceirização, o trabalho precário e o crescimento da oferta de empregos em setores de difícil sindicalização como, por exemplo, a informática", afirmou Rodrigues¹⁹¹.

Sobre a nova fase em que se encontrava o sindicalismo cutista na Região:

Professor titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp, Rodrigues considera o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, filiado à CUT [futuro Ministro do Trabalho], um representante do sindicalismo que "percebe a necessidade de mudanças na atuação das entidades sindicais e tenta encontrar saídas inovadoras". Segundo Rodrigues, as greves de 78 e 79 marcaram o rompimento com o sindicalismo tradicional brasileiro que viveu seu auge no governo do

¹⁹¹ FURTADO, Bernardino. "Tática Agressiva não Dá Resultado". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 de abril de 1998.

*presidente João Goulart (1961-1964). "Na era janguista, a negociação direta entre empregados e patrões significava aderir ao modelo americano e isso era veemente rejeitado pelas correntes nacionalistas que dominavam o sindicalismo brasileiro. Essa alternativa era vista por esses líderes como algo reacionário." Na opinião de Rodrigues, da mesma forma a atual direção do sindicalismo do ABC sabe **"que as táticas mais agressivas de pressão não dão hoje muito resultado"**, ao contrário do que ocorreu no final da década de 70. **"Os sindicalistas da ala de Marinho sabem, por exemplo, que precisam ser mais cooperativos num momento em que muitas indústrias estão deixando o ABC e que o setor metal-mecânico perdeu importância na economia brasileira."** "Está havendo uma grande dispersão geográfica da produção e as novas fábricas são menores, dificultando a organização dos trabalhadores pelos sindicatos"¹⁹².*

O percurso de Luiz Marinho ilustra o transformismo. Em 1978 começou na Volkswagen como operário. Lá iniciou sua militância no movimento sindical como membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. Em 1984 integrou a diretoria do SMABC e ocupou o cargo de presidente do sindicato de 1996 a 2003, quando foi eleito para a presidência da CUT. Com a eleição de Lula, Marinho ascendeu ao cargo de Ministro do Trabalho em 2005 e posteriormente, no início de 2007, assume a cadeira de Ministro da Previdência Social. Em toda a sua trajetória no Governo Lula, Marinho deu continuidade às “reformas orientadas pelo mercado”, expressão que caracteriza o avanço do neoliberalismo na aparelhagem estatal e no desenho das políticas públicas.

Durante o Governo Lula campeia o transformismo entre os agentes instalados na aparelhagem estatal, particularmente entre aqueles oriundos do movimento sindical. Marinho é apenas um dos exemplos e expressa a exacerbação de tendências substantivas

¹⁹² Ibidem, idem.

que se operaram em diversos sindicatos cutistas, sobretudo aqueles controlados pela corrente Articulação Sindical. Nos sindicatos, os representantes ligados à corrente supracitada adotam a estratégia da cooperação com o capital com um argumento semelhante ao discurso de que se deve “negociar os anéis para não perder os dedos”, uma vez no Governo contribuem para o avanço do neoliberalismo. A ascensão de Jaques Wagner ao Governo da Bahia demonstrou isso claramente.¹⁹³

As relações entre sindicatos cutistas e o poder se estreitaram durante o Governo Lula. SMABC é um dos a relação muito próxima com o Planalto. Vale lembrar que Lula teve uma participação ativa nas lutas daquele sindicato. A história do SMABC é conhecida. Confunde-se com um amplo movimento de luta pela redemocratização do país e de reorganização dos trabalhadores em finais dos 70 do século XX e que deu origem ao “Novo

¹⁹³ Na Bahia, a ascensão de Jaques Wagner ao Governo do Estado demonstrou isso muito claramente. “Novo Governo, Velhas Práticas” foi o slogan usado pelos professores das universidades estaduais baianas durante uma greve deflagrada em maio de 2007 e que durou mais de dois meses. Com a veiculação do slogan os professores procuraram esclarecer a população do Estado da Bahia que, embora o carlismo tenha saído de cena, a ação do novo governo pouco se diferenciava dos anteriores. A greve foi motivada pelo recuo, tanto em negociações que avançavam, quanto pelo não cumprimento de algumas promessas que haviam sido feitas em reunião com o governo eleito logo antes da posse, em 20 de dezembro 2006. Naquela ocasião, Wagner e parte do seu futuro secretariado se comprometeu publicamente com a pauta dos professores, sendo que um deles seria resolvido assim que assumisse, no caso, a revogação da Lei 7176/97, que fere a autonomia universitária. Mais de um ano depois da greve da sua posse no começo de 2007, Wagner não revogou a lei criada pelo carlismo e que fere a autonomia universitária. Ao contrário, em maio de 2008 propôs uma que aumenta a intervenção do Governo Estadual das universidades. Em 2007, diversas categorias do funcionalismo público estadual baiano também pararam e endureceram o discurso contra o Governo Wagner. Algumas categorias, como os professores da Educação Básica, se rebelaram contra as suas diretorias (que apóiam Wagner) e pararam. Os ganhos foram muito pequenos. Nas negociações que se seguiram ficou ainda mais claro para o funcionalismo estadual que a frente principal da luta seria garantir direitos, particularmente nas negociações em torno da reestruturação das carreiras, pauta proposta pelo governo greve dos professores do ensino superior e e o seu desenrolar, bem como as negociações que se seguiram com o Governo Wagner está bem documentada nos sites das Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana – ADUFS (www.adufs-ba.org.br), da Associação dos Docentes da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia – ADUSB (www.adusb.org.br) e no site da Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia – ADUNEB (www.aduneb.com.br).

Sindicalismo”, cujas bandeiras ultrapassavam as questões econômicas e se alargavam em direção à luta em defesa de direitos sociais e políticos do operariado¹⁹⁴.

Nos anos 90, a reestruturação produtiva das montadoras automobilísticas e os rearranjos do setor no Brasil provocaram desindustrialização e desemprego no ABC. Isso afetou de forma dramática os metalúrgicos na região e, por conseguinte, o SMABC. A partir daí, como demonstra I. J. Rodrigues¹⁹⁵, o SMABC se depara com o que viria a ser o ponto principal da sua luta atual: a manutenção dos empregos na sua base. Evidentemente, as ações dos metalúrgicos do ABC estão bem delineadas em defesa dos interesses regionais. Ao mesmo tempo, sob influencia do próprio SMABC e da Corrente Articulação Sindical, se materializa no interior da CUT a postura propositiva na relação com o capital. Ao passo em que se orienta por essa nova postura o SMABC incorpora a prática do que I.J. Rodrigues chama de “cooperação conflitiva” com o capital. Segundo o autor,

Diante das transformações políticas, econômicas e sociais que estariam ocorrendo em nível internacional e que começam a se desenvolver também em nosso país, setores do movimento sindical já começam a se adaptar aos “novos” ventos das mudanças. Desse ponto de vista o que chamou mais a atenção por ocasião do segundo congresso dos metalúrgicos do ABC não foram, propriamente, as resoluções aprovadas – neste encontro – que certamente ajudarão a mudar a atual estrutura sindical corporativa, mas sim as declarações do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, observando que “as greves estão cada vez mais caras, para os trabalhadores e para a empresa. Se o ABC faz uma greve, a Fiat (que tem fábrica em Minas Gerais) aumenta sua participação no mercado, os modelos

¹⁹⁴ PARANHOS, Kátia R. *Era uma Vez em São Bernardo. O Discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971/1982*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória da Unicamp, 1999; MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1993.

¹⁹⁵ RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística*. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo-SP: Boitempo, 1998.

*importados aumentam suas vendas. Diminui o mercado das indústrias do ABC, diminui a produção, diminui o emprego”.*¹⁹⁶

Na interpretação de Ramalho e Santana¹⁹⁷, isso resulta de mudanças substantivas na ação dos sindicatos operários. Em um primeiro momento o abalo sofrido pelos trabalhadores e sindicatos com a emergência do padrão de acumulação flexível, a reorganização da produção capitalista e a ideologia neoliberal intensificam as dificuldades estruturais para a organização coletiva dos operários em defesa de pautas mais amplas, que transcendam as lutas econômico-corporativas, que tenham como horizonte a classe.

Em um segundo momento a situação se altera e novos elementos começam a integrar a avaliação sobre os rumos da ação sindical. A tentativa de negociar aspectos da reestruturação produtiva nas empresas, participação no debate sobre desenvolvimento regional, captação de recursos estatais para cursos de formação profissional, integração com o setor público e privado para a elaboração de políticas públicas de caráter reformista, essas são algumas das frentes nas quais o SMABC e outros sindicatos cutistas se envolveram, na perspectiva do “sindicalismo cidadão”¹⁹⁸. Se nos anos 80 as mobilizações em torno da pauta salarial ocupavam lugar de destaque no embate com o empresariado, na década seguinte passa ao primeiro plano as ações em defesa do emprego. De acordo com Ramalho e Santana,

As centrais sindicais de maior relevo acabaram por se envolver em projetos os mais variados em termos de formação profissional, constituição de

¹⁹⁶ Ibidem, p. 116.

¹⁹⁷ RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 33.

¹⁹⁸ CAMARGO, Zeira M. *O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as Ações Regionais na Década de 90*. In: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC e o Sul Fluminense*. São Paulo: Anna Blume, 2007

*cooperativas de trabalho e intermediação entre trabalhador e emprego, através de agências e centros de solidariedade. Em muitos casos, esse envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores.*¹⁹⁹

Para os autores supracitados, os sindicatos estariam às voltas com uma *nova questão social* e na expressão de I.J. Rodrigues o que se teria no ABC seria a expressão de um “*novo Novo Sindicalismo*”. O SMABC – no caso do ABC – e a CUT não se referenciarão mais no antagonismo de classe entre capital e trabalho. O enfoque agora seriam as negociações em torno da manutenção dos empregos em um cenário de *produção enxuta* e de flexibilização da legislação trabalhista e dos parâmetros de proteção social que orientaram as relações de trabalho nos últimos 50 anos. Ao invés de mediar o particular com o geral, a tática das negociações por empresa e o enfoque nos acordos locais e regionais com vistas à manutenção dos empregos se sobrepõem a estratégia de uma pauta classista que integrem o conjunto do operariado.

As negociações por empresa e o foco regional possibilitam situações em que a burguesia industrial coloca os trabalhadores em posições antagônicas, seja ao leiloar direitos como se viu nas negociações que a direção da Volkswagen estabeleceu com os operários do ABC e os sindicatos europeus para a fabricação do modelo Fox, seja por reafirmar o regionalismo.

O DIEESE, subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, formula a solução para o problema da seguinte maneira:

Os sindicatos brasileiros não são contra a abertura de mercado e a desconcentração regional da produção. Realmente, os Sindicatos

¹⁹⁹ Ibidem, p. 32

reconhecem que estes processos são necessários para a modernização e incremento da competitividade do país. Contudo nós insistimos que estes processos devem estar ligados a 3 requisitos fundamentais: ao crescimento econômico, ao estabelecimento de mecanismos de proteção social, e ao alicerce de uma discussão democrática, especialmente através do retorno da Câmara Setorial Automotiva em nível nacional²⁰⁰.

No entanto, a manutenção dos empregos e a permanência das empresas nos locais de industrialização mais antiga é a questão mais imediata. O DIEESE, portanto, defende o retorno da Câmara Setorial Automotiva, reivindicando ainda a participação dos sindicatos mais experimentados neste tipo de negociação, sem dúvida o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:

*As grandes diferenças nas condições de trabalho entre as plantas da região do ABC e as plantas das novas regiões, e os estrangulamentos que se colocam à expansão da indústria no ABC, tornaram-se ofensivas a novas conquistas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ao Estado de São Paulo e as prefeituras. O assim chamado “custo ABC” tem sido utilizado para justificar os cortes de postos de trabalho, programas de demissão voluntária, estagnação dos salários, descumprimento de acordos, poucos investimentos e assim por diante. É por isto que o Sindicato do ABC foi um dos atores sociais que promoveram a criação da “Câmara Regional do Grande ABC”. Este fórum multipartite é constituído pelos sindicatos, associações comerciais, indústria, representantes da sociedade civil, Prefeituras e governo. **O principal objetivo do fórum é manter o ABC como uma região forte, que também implica manter sua importante indústria.** [sem grifo no original].²⁰¹*

²⁰⁰ Documentos do DIEESE, Subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: *Brasil: perfil social; Histórico e Influência política dos Metalúrgicos do ABC; Desenvolvimento recente da indústria brasileira; Estratégia da Ford no Brasil; Tabelas; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – CUT Brasil; Sistema único de Representação da Ford*. São Bernardo do Campo – SP: Subseção Dieese, maio de 2000, p. 10.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 9.

Assim, embora o discurso considere os interesses mais gerais do operariado em uma perspectiva social-democrata que alie desenvolvimento econômico e proteção social, do ponto de vista prático, o que está em jogo são os interesses locais. O SMABC foi um dos principais agentes nas negociações da Câmara Setorial Automotiva. Participou também da construção da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que por seu turno se confunde com a própria trajetória do PT e do atual Presidente da República, que fora uma das principais lideranças do movimento sindical de São Bernardo, sobre o qual, na condição atual, recai a tarefa de responder a uma bandeira histórica das representações políticas regionais do Nordeste no sentido de contribuir desconcentrar a industrialização brasileira.

Ao focar somente a manutenção dos empregos, nota-se que parcelas importantes da esquerda e sua base sindical no ABC (ambas, amplamente representada pelos paulistas) se deparam com o problema de atender e transitar dos interesses imediatos do operariado no ABC, sem entrar em conflito com os interesses imediatos do novo operariado localizado fora daquela Região, e mesmo em outros locais do Estado de São Paulo. Mesmo que o PT tenha se afastado de sua base operária, o problema permanece no interior da CUT. Além disso, se na prática a conjuntura nos sindicatos operários aponta somente para a defesa do emprego e para a negociação setorial por empresa para alcançar esse objetivo, o horizonte tende a permanecer limitado ao terreno da economia, dificultando a constituição de um coletivo operário que tenha como referência o seu lugar subordinado na organização da produção social, a experiência da exploração e a luta contra tal situação de classe, algo que L.M. Rodrigues localizava no terreno das “aspirações universais” em seu estudo sobre o surgimento do operariado das automobilísticas no ABC. Atualmente as chamadas “aspirações universais” defendidas pelo SMABC e pela CUT – hegemônica pela corrente

Articulação Sindical – foram rebaixadas em detrimento das aspirações de trabalhadores de setores específicos ou mesmo de empresas específicas, fragmentando a luta em detrimento do horizonte de classe. Se cada segmento operário e suas representações priorizarem somente interesses econômico-corporativos em nível regional, do ponto de vista prático podem vir a figurar, inclusive, como adversários no cenário nacional. É difícil imaginar, por exemplo, como as aspirações desses dois setores poderiam confluir no momento em direção a uma perspectiva classista.

Esse cenário político sobredetermina a constituição do novo operariado brasileiro, sobretudo na Bahia, uma vez que, até o momento da presente pesquisa, os sindicatos que representam o novo operariado são vinculados à CUT, ao PC do B (metalúrgicos) e PT (operários calçadistas), que simbolizam o tipo de acomodação política e sindical ao projeto hegemônico acima mencionado. Mas, como veremos, essa postura sindical vai se revelar “fora de lugar” nos territórios do novo operariado.

No caso dos sindicatos que representam o novo operariado na Bahia, com exceção dos operários da Ford, todos são ainda muito recentes. Embora o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari tenha sido fundado em 2001 por conta da instalação da Ford no município, passando a integrar a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Bahia – Fetim, a sua origem é o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, fundado em Salvador no ano de 1919 e que conta com um histórico significativo de embates com os patrões.

O Sindicato de Verdade, que representa os operários calçadistas de Itapetinga e Região e cuja base encontra-se concentrada na Azaléia, começou a surgir em 1999. Nasceu sob influência do PC do B, posteriormente o PT torna-se o partido hegemônico entre os membros da diretoria daquele sindicato. Inicialmente, em 1997, a representação sindical

dos trabalhadores da Azaléia cabia ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Tecelagem e Fiação do Estado da Bahia – Sinditextil. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artigos de Borracha e Afins – Sindborracha disputava a base com o SindTextil. O argumento dos dois sindicatos era de que nas novas fábricas as matérias primas com as quais os operários trabalham os enquadrariam nos ramos de atividade dos seus respectivos setores de representação.

Em 2007 os sindicatos dos operários calçadistas da Bahia se fundiram em uma federação. Segundo membros do Sindicato de Verdade, a idéia era constituir um sindicato único, um “sindicatão”, como eles mesmo se referem. Divergências entre alguns dos sindicatos dificultaram o processo. Atualmente somente um deles não se encontra abrigado na federação. Integra ainda a federação o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral do Município de Jequié e Região – Sintracal. O Sintracal representa os trabalhadores da Dass Clássico (Dilly e Clássico do Nordeste), e Ramarim, em Vitória da Conquista e Jequié. Cobre ainda a base em outros municípios da Bahia, tais como Santo Estevão – próximo de Feira de Santana – Rui Barbosa, Conceição do Coité, Serrinha, Santo Antônio de Jesus e outros. Em Jequié, o Sintracal começou a atuar inicialmente na Ramarim, em 1998. Atualmente o Sintracal dirige ainda a Federação do setor criada em 2007.

Frente às péssimas condições salariais de sua base em relação aos operários que executavam a mesma função, na mesma empresa, em outras regiões, os sindicatos calçadistas logo que foram criados se viram obrigados a agir. Com muita dificuldade, é preciso dizer.

Na Azaléia a primeira greve ocorreu em 2000, quando os trabalhadores paralisaram a fábrica por uma semana. Em 2004 voltaram a paralisar as atividades por 12 dias. Em ambas as greves a pauta se constituía de pontos relacionados à melhoria das condições de trabalho e melhores salários. Nas fábricas de Vitória da Conquista até o momento não houve paralisação de atividades ocasionadas por greve.

Um traço que caracterizou todas as mobilizações do segmento baiano do novo operariado brasileiro em sua recente história foi a dura repressão. À ação repressiva da polícia militar contra os trabalhadores somou-se o seu isolamento em relação à comunidade local. Em todas as mobilizações e greves a população se voltou contra os sindicatos e contra os trabalhadores. Pesou para isso a ação dos prefeitos, vereadores, empresários e imprensa local.

Em Itapetinga a situação foi emblemática. Na primeira e na segunda greve, empresários do comércio e vereadores organizaram passeata na rua contra o movimento, chegaram a fechar o comércio da cidade em protesto contra a greve. Na segunda greve dos operários da Azaléia duas passeatas estavam programadas, uma dos trabalhadores, organizada pelo sindicato, e outra novamente organizada pelos empresários do comércio, dessa vez incluindo outros segmentos da comunidade local. Em um dado momento as duas passeatas se encontraram em uma das praças do centro da cidade e a agressão física contra os operários tomou o lugar do diálogo e das palavras de ordem. Vários operários saíram machucados, alguns dirigentes do sindicato tiveram que sair da cidade porque foram ameaçados de morte. A polícia militar agiu com extrema truculência e apreendeu a filmadora utilizada pelo sindicato para registrar a mobilização. De um modo geral, as rádios e TVs silenciaram sobre o fato e não deram voz aos trabalhadores, como se quisessem

ocultar em uma cidade de cerca de 80.000 habitantes que a maior fábrica do interior da Bahia ali localizada estava paralisada e os trabalhadores se encontravam protestando nas ruas. Até hoje os militantes do sindicato sofrem ameaças por parte de policiais. Um dos diretores chegou inclusive a informar que em três ocasiões teve que sair fugido da cidade para não morrer. Até hoje evita frequentar as festas da cidade por receio de represálias de policiais. No sub-capítulo 5.4 do presente trabalho voltarei a esses eventos procurando demonstrar que tal ação repressiva se combina com elementos de uma mentalidade pré-capitalista presente nas comunidades locais.

A repressão sofrida pelos trabalhadores da Azaléia demonstra também outro dado evidente: a ação reivindicatória dos operários. Nesse sentido, não somente entre os operários calçadistas da amostra, mas também no conjunto dos operários calçadistas do Nordeste, os trabalhadores da Azaléia são aqueles que possuem um maior nível de organização sindical e de ganhos. Tomando como referência as fábricas pesquisadas, os trabalhadores da Azaléia são os únicos que obtiveram auxílio educação (cerca de R\$ 80,00 divididos em duas parcelas durante o ano) e auxílio funeral. Mais recentemente obtiveram o auxílio creche, além da Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Na Ramarim, em Jequié, não havia o auxílio educação. As negociações a partir dos parâmetros dos trabalhadores da Azaléia fizeram com que os operários conquistassem aquele tipo de auxílio. A média salarial também é maior na Azaléia do que nas outras fábricas calçadistas. Os salários dos operários vão de R\$ 470 à R\$ 550,00, sendo que o piso é de R\$ 415,00. Na Dass Clássico e na Dilly o salário é de R\$ 425,00 e corresponde ao piso naquelas fábricas. No restante das fábricas, na Bahia e nos outros estados do Nordeste, o salário é o “piso do Governo”, como os operários chamam o salário mínimo. Enquanto nas outras fábricas

ainda existe o banco de horas, na Azaléia o sindicato conseguiu negociar com a empresa a sua extinção. Entretanto, o banco de horas continua para os trabalhadores terceirizados, que realizam o trabalho fora da produção ou, como dizem os operários, aqueles que “não pegam no tênis”. Atualmente, na Azaléia, quando a fábrica paralisa uma linha a produção de determinada linha de produtos o operário fica parado sem desconto salarial e a reposição é negociada com o sindicato, caso a caso. Segundo os dirigentes do sindicato, as condições de segurança no trabalho também melhoraram muito, mas ainda são ruins. Atualmente a mídia tem dado algum espaço às constantes denúncias do sindicato sobre os acidentes recorrentes que causam mutilação. Em 2008, várias denúncias sobre as condições de trabalho na fábrica resultaram, no mês de agosto, na interdição de dois dos seus pavilhões por três dias pela Delegacia Regional do Trabalho de Vitória da Conquista. Os pavilhões voltaram a operar após decisão de um juiz da comarca de Itapetinga. Em algumas filiais, após ação do sindicato a partir de denúncias dos operários, a fábrica foi obrigada a utilizar adesivos à base de água na colagem dos componentes dos tênis. O novo produto é mais caros, mas menos prejudiciais do que os adesivos à base de solventes. Recentemente a empresa contratou ainda 16 técnicos de segurança do trabalho em Salvador, em cada filial existe um técnico. Algumas máquinas foram substituídas ou modificadas para incorporar mecanismos de segurança mais eficientes. Para dar conta das tarefas nas filiais e na matriz, a diretoria do sindicato foi ampliada e conta com 22 diretores, sendo que apenas 4 estão afastados para o trabalho sindical. Hoje, em quase todas as filiais existe um diretor sindical.

Ao longo da pesquisa percebi que a estrutura de trabalho do sindicato em Itapetinga melhorou muito. A casa onde foi instalado o sindicato foi reformada e a diretoria adquiriu

um carro zero quilômetro para a entidade. A estrutura é muito melhor do que a existente no Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.

De acordo com os dados do sindicato, a adesão à entidade também melhorou. Nas filiais cerca de 30% dos operários são filiados. O total de filiados chega a 2.700 trabalhadores. Segundo os diretores do sindicato, a filiação só não é maior por conta da rotatividade da mão-de-obra e em virtude da pressão da gerência para conter a adesão ao sindicato, principalmente nas filiais que ficam nas cidades menores. No que se refere à rotatividade, a empresa demite em média 200 operários por mês, na lista de demissões os sindicalizados têm prioridade. A preocupação atual do sindicato é a compra recente da Azaléia pela Vulcabrás, do grupo Alpargatas. A Vulcabrás tem no Nordeste um histórico de péssimas relações com os sindicatos e com os trabalhadores. O receio do sindicato é que a Vulcabrás implante na Azaléia uma política ainda mais dura com relação aos trabalhadores e à entidade. No entanto, as mudanças já começaram. Recentemente foi implantada na azaléia uma esteira que liga os layouts (células de produção). Se antes as células operavam com base na meta definida pela empresa, organizando pausas para o banheiro e para o descanso, isso agora fica mais difícil já que o tempo é determinado exclusivamente pela velocidade da esteira, que deve estar sempre abastecida de componentes e de tênis.

Outro dado importante é a relação do sindicato com a comunidade, que também melhorou. Isso mais em virtude da comunidade ter contato com a real condição de trabalho dos operários do que à reversão da mentalidade anti-sindical. Além disso, os casos de esgotamento, de depressão e as mutilações são cada vez mais conhecidos.

Do ponto de vista político, os dirigentes sindicais têm atuado nos fóruns de debates e deliberações da CUT e atualmente fazem gestões para reativar a CUT Regional. Estão no

PT e vinculam-se à corrente Reencantar, denominação atual para os “independentes”, e procuram se distinguir da Articulação Sindical, que julgam pouco combativa.

Em síntese, do ponto de vista das condições de trabalho os trabalhadores da Azaléia conquistaram uma condição “menos pior” – como eles dizem – do que os demais operários do setor na Bahia e nos outros estados do Nordeste. Em Vitória da Conquista, onde se encontra parte da base do Sintracal, a situação é mais delicada. Conforme informações colhidas entre dirigentes sindicais e operários, o Sintracal não tem conseguido fazer frente às demandas organizativas da sua base.

Apesar da situação dos trabalhadores da Azaléia ser “menos pior” do que a dos demais operários do setor, a empresa ainda é conhecida como Senzaléia, até porque os ganhos relativos conquistados pelos operários não os distinguem de forma significativa do conjunto dos demais trabalhadores calçadistas. Outra questão que deve ser considerada é o fato de que, embora a situação política do sindicato também tenha melhorado no contexto de Itapetinga e região, a resistência da comunidade ao sindicato ainda é muito presente.

Em Camaçari, a resistência enfrentada pelo sindicato não é muito diferente. Ela também se manifesta na medida em que os trabalhadores começam a luta reivindicatória. A mobilização dos operários do complexo se inicia em 2001, quando começaram as primeiras reuniões entre a fábrica e os trabalhadores. Naquela ocasião a fábrica anunciou que o salário no chão da fábrica subiria dos R\$ 455,00 para apenas R\$ 503,00. Em 2002, uma simples assembléia dos operários do Complexo Ford realizada para discutir uma pauta a ser entregue à direção da empresa culminou em agressão e confronto com a polícia militar. Segundo informações divulgadas na imprensa estadual:

*Dezesseis funcionários foram internados no centro médico da Ford, nas primeiras horas da manhã de ontem, após uma ação violenta por parte de militares do 12º Distrito Policial, em Camaçari. Seria realizada uma assembléia para discutir a política salarial praticada pela montadora, mas os policiais chegaram ao local antes dos sindicalistas e, por volta das 5h30, apreenderam o carro de som. Mesmo assim, os trabalhadores da Ford se aglomeraram para a assembléia. **A PM decidiu esvaziar o encontro com bombas de gás lacrimogêneo e utilizando cacetetes. Aurino Pedreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (Stim), foi um dos primeiros a ser agredido. Nem mesmo uma mulher grávida foi poupada pelos policiais, que a espancaram sem medir as conseqüências. Os policiais agiam como se fossem seguranças da montadora. O gerente institucional da Ford, Miguel de Oliveira, confirmou que 15 pessoas foram internadas no centro médico da Ford e disse: "Não sabíamos que teria uma repressão desse nível por parte da polícia e a montadora lamenta um fato grave desse tipo. Em São Paulo nós sempre resolvemos esses casos pacificamente". Ele disse que a montadora não tinha chamado a PM para inviabilizar a assembléia, mas alegou que os sindicalistas também não avisaram à Ford que fariam a reunião. Miguel de Oliveira pediu para não divulgar a lista com o nome dos funcionários. "Devemos preservá-los", afirmou. Por outro lado, o presidente do Stim, Aurino Pedreira, argumentou que não seria necessário informar à Ford sobre a assembléia, visto que o objetivo era apenas o de informar aos funcionários de que o sindicato já tinha encaminhado pauta de reivindicações de equiparação salarial entre a montadora de São Paulo e da Bahia, além de solicitar à empresa transporte para os trabalhadores.**[sem grifos no original]²⁰²*

Embora a Ford tenha dito que não acionou a polícia para dispersar os trabalhadores, antes do confronto as viaturas circulavam pela área de produção da empresa. A PM apreendeu o carro de som do sindicato na Avenida Henri Ford, antes mesmo de chegar à

²⁰² *Manifestação na Ford Termina com 16 Feridos. Jornal à Tarde.* Salvador, 13/04/2002.

entrada da fábrica. Bloqueou ainda os ônibus dos trabalhadores que chegavam para a manifestação e impediu a sua circulação. Ou seja, além do livre acesso das viaturas ao interior do Complexo, para realizar a repressão aos trabalhadores a PM demonstrou um conhecimento prévio da situação que encontraria e planejou a sua ação com base nessas informações. Dificilmente isso ocorreria sem a participação da empresa.

No dia do confronto, que durou mais de uma hora, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, Aurino Pedreira, foi agredido por um policial com um soco no estômago e ficou descordado por 5 minutos. Aquele episódio deixou muito claro para todos a empresa não reconhecia o sindicato e não se dispunha a negociar.

Em 2003 e 2004 novas paralisações ocorreram e operários do Complexo mais uma vez foram agredidos pela polícia. Mas veio uma conquista importante, que foi a redução da jornada de 44 para semanais para 42 sem redução de salário. Em 2005 os operários continuaram as paralisações, o saldo foi um aumento diferenciado de 11% com 5% de aumento real. No final 2005 os salários dos operadores que era de R\$ 609,00 subiu para pouco mais de R\$ 750,00. Os ganhos parciais eram acompanhados pela continuidade da tendência de repressão e violência contra os trabalhadores, o que não era exclusividade dos operários do Complexo. No último ano citado diversas categorias de trabalhadores de Camaçari fizeram uma mobilização contra mudanças na CLT. Na ocasião, 15 dirigentes sindicais foram presos e espancados, o que segundo avaliação do Presidente da CUT-Ba na época, indicava o recrudescimento da violência contra os trabalhadores na cidade²⁰³.

Em 2006 a situação salarial dos operários do Complexo já se apresentava um pouco distinta do que se tinha no começo das operações. O salário dos operadores, que

²⁰³Ver: *Ford aciona Polícia para Dispersar Assembléia de Metalúrgicos*. Disponível em <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=3838>. Consultado em março de 2005.

correspondia a 30% do que era pago no ABC passava a corresponder a 50%, o salário médio passava a ser de R\$ 900,00. Em 2007 já se registrava uma jornada menor, das 44 horas semanais iniciais passava-se agora a trabalhar 40 horas e 50 minutos.

As conquistas parciais não podem ocultar um fato: a chegada da Ford endureceu as relações entre capital e trabalho na região e as ações dos trabalhadores passaram a encontrar mais resistência, inclusive entre a comunidade local. Ali, a ação dos sindicatos não encontra, portanto, o mesmo cenário da “cooperação conflitiva” existente no ABC. Diferentemente do ABC, nos territórios do novo operariado, as empresas assumem uma postura bem mais ofensiva no objetivo de deslegitimar e enfraquecer a organização dos trabalhadores. Isso porque as empresas precisam garantir ali a continuidade de uma política regressiva que caracteriza as relações de trabalho nas plantas pós-fordistas, no que se refere aos salários, direitos e benefícios. No caso da Ford de Camaçari, tal ação regressiva no âmbito dos direitos e conquistas dos trabalhadores atinge não somente os operários das empresas do Complexo. Por ser a maior empresa industrial de Camaçari e por simbolizar uma nova fase na industrialização da região, a política regressiva da Ford tende também a nivelar por baixo as relações de trabalho em empresas da região onde os trabalhadores acumularam ganhos ao longo dos anos, como é o caso de algumas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari. É o que informava em 2002 Iberê Luiz Nodari, professor do Departamento de Engenharia da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA:

A fábrica [Complexo Ford] está localizada no complexo industrial de Camaçari que abriga o Pólo Petroquímico, distante cerca de 55 km de Salvador. Pois a Ford não oferece nenhum tipo de transporte aos seus funcionários, ao contrário das outras empresas petroquímicas do complexo

que transportam os seus trabalhadores, conforme é, aliás, tradição nas relações de trabalho em indústrias que tem alguma distância do centro urbano. A Ford, o que fez em relação a esta prática? Foi exigir que a prefeitura de Camaçari, cidade que dista 7km. do distrito industrial do Pólo, construísse uma ciclovia, de Camaçari até a fábrica. Os empregos foram criados, em grande parte, no exterior. Por exemplo, a sistemista responsável pela pintura, uma empresa americana, trouxe todos os funcionários de nível, do México e dos Estados Unidos e pelo jeito que este pessoal está comprando residências, e trazendo a família, vieram para ficar, pelo menos, por algum tempo. Para os baianos restaram as vagas de emprego primário muito mal remuneradas, média de 500,00 reais quando as mesmas funções, em São Paulo, valem de 1.200,00 a 1500,00, no pólo petroquímico a média de funções equivalentes é de 760,00 reais (e sem transporte, de Salvador, ou mesmo Camaçari, até a fábrica).²⁰⁴

Em 2002 o piso salarial no Complexo Ford era menor do que o piso das grandes indústrias metalúrgicas da região²⁰⁵.

Além das políticas regressivas registra-se também uma clivagem importante entre os trabalhadores baianos e os trabalhadores de outros estados que trabalham no Complexo, mas não somente, haja vista que situação semelhante foi encontrada nas fábricas calçadistas. Os operários baianos entrevistados e mesmo a imprensa local identificam tal clivagem como discriminação, já que os baianos ganham salários significativamente menores dos que, por exemplo, os trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro em atividade no Complexo.

Discriminação com os/as trabalhadores/as baianos - A montadora Ford – inaugurada em Camaçari há seis meses – só emprega baiano em função

²⁰⁴ NODARI, Ibereê Luiz. *A Ford na Bahia, um exemplo de neocolonialismo e subserviência*. Salvador, 2 de fevereiro de 2002. In: <http://www.tv.ufba.br/sinapse/020327/ford/ford.html>, consultado em março de 2005.

²⁰⁵ *Ford aciona Polícia para Dispersar Assembléia de Metalúrgicos*. Disponível em <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=3838>. Consultado em março de 2005.

primária e com salários baixos. A Ford não forneceu à imprensa informações sobre sua estrutura administrativa e os dados apresentados foram coletados pela imprensa. A equipe de reportagem conseguiu entrar na fábrica da Ford em Camaçari e, após entrevistar dezenas de funcionários de várias funções, constatou que é quase impossível localizar um baiano com salário superior a R\$ 491.²⁰⁶ [dados de 2002]

Embora seja possível que os baianos sofram discriminação para a ocupação de funções administrativas, existem também diferenças entre trabalhadores baianos e paulistas que exercem a mesma função no Complexo, tanto na montagem na linha de produção, quanto nas atividades de engenharia:

*De acordo com o presidente do **Stim-CUT (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas da Bahia)** Aurino Pedreira, os operadores que vieram de São Paulo recebem salários de R\$ 2,5 mil, mas os treinados na Bahia ganham R\$ 495. "Os engenheiros de fora estão ganhando R\$ 8 mil, enquanto os da Bahia recebem R\$ 2,5 mil, fazendo a mesma coisa", afirma Hélio Soares, tesoureiro do Stim²⁰⁷. [dados de 2002]*

Isso indica no mesmo espaço de trabalho a convivência, ao menos temporária, de operários e engenheiros que pertencem a dois tempos históricos distintos, o tempo do velho e o tempo do novo operariado, mas que naquela situação determinada se cruzam na mesma temporalidade cronológica. Ou seja, o que se observa ali não é apenas uma clivagem motivada pelo preconceito e pela discriminação, mas uma distinção geracional entre trabalhadores originários de locais onde ocorre a transição do fordismo para o pós-fordismo e trabalhadores que constituem um novo operariado que, como sabemos, nasce em uma

²⁰⁶ *Discriminação Contra os Baianos. Jornal à Tarde*. Salvador, 12/04/2002.

²⁰⁷ *Ibidem*, *idem*.

fase capitalista marcada pela intensificação da produtividade e da exploração do trabalho, aliada a um rebaixamento significativo na esfera dos direitos e proteção social.

A luta dos sindicatos por melhores salários e condições de trabalho revela-se assim particularmente difícil. Além de sofrerem com uma postura mais ofensiva das empresas e do aparato de repressão do Estado, se vêem também no embate com uma posição ideológica amplamente difundida no Estado da Bahia – mas também em outros locais – que contrapõe a luta sindical ao desenvolvimento. Ali, no senso comum, o binômio “desenvolvimento/modernidade” é sinônimo de Ford, Azaléia, Dilly etc, ou seja, o desenvolvimento é identificado com as novas fábricas pós-fordistas. Assim, principal reivindicação dos sindicatos, a equiparação salarial com os operários dos locais de origem das fábricas, fica comprometida já no seu nascedouro, pois é frontalmente incompatível com os objetivos da empresa e, nesse sentido, torna-se inegociável, além de encontrar uma tendência de resistência em nível de senso comum pela própria forma como aparece na cena política.

Tanto em Camaçari, quando em Vitória da Conquista, Itapetinga ou nas demais cidades da amostra que foram visitadas o argumento dos trabalhadores é o mesmo. No caso da Ford a diferenciação salarial é mais evidente em virtude da visibilidade da empresa e dos seus produtos, bem como por causa das informações mais disseminadas sobre a luta sindical no ABC e sobre o modo de vida dos metalúrgicos daquela região:

A maior luta dos sindicalistas, porém, é mesmo contra a diferença salarial praticada pela Ford entre São Paulo e Bahia. "O preço do carro da montadora na Bahia é o mesmo de São Paulo e de todo o Brasil, então por que o salário é diferente?", questiona Wilson Júnior, diretor do sindicato.

A discriminação salarial atinge não apenas a própria Ford, mas também as prestadoras de serviços e as empresas sistemistas (fábricas que produzem peças para a montadora). Após mais de três horas circulando por alguns setores da empresa, conseguimos localizar os funcionários baianos com os melhores salários no setor de montagem de veículos. Eram mulheres trabalhando como soldadoras e recebendo R\$ 491. Elas foram treinadas pelo Senai e têm direito apenas a vale-refeição [dados de 2002].²⁰⁸

Demonstra a postura irredutível das empresas pela reivindicação supracitada o fato de que após as lutas iniciais, mesmo depois das mobilizações de 2002, 2003 e 2004, e mesmo após a fábrica de Camaçari ter batido recordes de produtividade ano a ano e de ter antecipado metas – uma característica das novas plantas pós-fordistas no Estado da Bahia – o eixo da política salarial não se alterou, conforme demonstra o depoimento de um trabalhador do Complexo concedido ao pesquisador em 2005, por volta de três anos após os eventos de 2002:

O salário (no Complexo Ford) é a mesma coisa. Inclusive isso é uma das coisas básicas pela qual a Ford briga: que todos tenham os mesmos benefícios, que todos ganhem a mesma coisa. Inclusive a Dow Automotiva já teve querendo dar mais benefícios, aumentar o salário da gente, aquela coisa toda, mas a Ford não deixou, ela não deixou (...), porque ela disse que se a Dow Automotiva começasse essas ações, os [operários] das outras empresas também iam querer. Pra você ter idéia, na Excel tinha o team leader, o team leader da Excel recebia mil [Reais] e uma coisa (...), e aí a Ford bateu em cima e agora os novos team leaders que tão sendo promovidos ganham novecentos [Reais] e alguma coisa²⁰⁹

²⁰⁸ Ibidem, idem.

²⁰⁹ Transcrição de entrevista realizada com operário de empresa sistemista do Complexo Ford, 11/2005, em Camaçari.

A política salarial que preza pela diferenciação e pelo rebaixamento relativo e absoluto em termos de ganhos também teve continuidade nas fábricas calçadistas. Manteve-se também a mesma prática ofensiva em relação aos sindicatos. Embora os sindicatos estejam na mira das empresas, que buscam nas novas regiões justamente a desarticulação dos trabalhadores, em Camaçari e, até certo ponto, também em Itapetinga, os operários pesquisados avaliam de forma positiva a ação dos sindicatos, diferentemente do que ocorre em Vitória da Conquista.

No quadro da amostra delimitada para esta pesquisa, os operários que possuem uma maior participação sindical são os operários da Ford, consideravelmente maior do que entre os operários das fábricas calçadistas. Entre os operários do Complexo uma parcela importante de trabalhadores informou que participam das atividades do sindicato. Perguntados com que frequência eles participam das atividades organizadas pelo sindicato, 29,8% disseram participar muito freqüentemente, 27,7% participam freqüentemente, 25,5% pouco freqüentemente e 14,9% não participa. A avaliação do sindicato é positiva, entre os trabalhadores que participaram da enquete. 25,5% avaliam a ação do sindicato como ótima, 29,8% como boa, 38,3% como regular e apenas 4,3% avaliou a ação do sindicato como ruim. Com relação ao empenho do sindicato para melhorar as condições de trabalho e saúde na fábrica a opinião dos trabalhadores sobre sua entidade representativa é também bastante favorável. Para 68,1% dos trabalhadores da amostra o sindicato desenvolve com empenho satisfatório (muito empenhado 31,9%, empenhado 36,2%) as ações com vistas à melhoria das condições de saúde e de trabalho na fábrica. No entanto, 27,7% dos trabalhadores consideram o sindicato pouco empenhado e somente 2,1% avaliaram que o sindicato não demonstra empenho algum. Outro conjunto de referências importantes para avaliar a visão

dos trabalhadores sobre o sindicato são as ações da entidade que tenham como objetivo fazer a empresa alterar as suas práticas de trabalho. Nesse quesito a avaliação também é positiva, 63,9% dos operários da amostra concordam com a postura do sindicato, sendo que deste total 27,7% entende que o sindicato empenha-se muito nessa questão, 36,2% considera o sindicato empenhado, 27,7% acha que o sindicato se empenha pouco e 6,4% diz que não há empenho algum. Pelo que foi observado no contato que tive com dirigentes sindicais e trabalhadores, a entidade procura sempre informar os operários sobre as práticas gerenciais e organizacionais da empresa. Os dados da enquete também demonstram isso, 70,2% dos operários aprovam a postura do sindicato sobre este ponto, sendo que 25,5% dos trabalhadores operários o sindicato é muito empenhado nesse tipo de ação e 44,7% avalia que o sindicato é empenhado. Apenas 21,3% dizem que o sindicato se empenha pouco, 6,4% dos trabalhadores afirmam que não há empenho algum.

À primeira vista a avaliação positiva do sindicato entre os operários pode surpreender. Isso porque não há ali tradição sindical naquele ramo de atividade e, além disso, teríamos o perfil dos operários, que são jovens e sem experiência anterior com a luta e a organização sindical. Isso sem contar com a pressão da empresa contra o sindicato. Mas, neste caso, é justamente esse conjunto de aspectos que explica a avaliação positiva do sindicato.

Já foi explicado anteriormente que as relações iniciais da empresa com o sindicato foram bastante truculentas, fora e dentro da fábrica. O processo e o ritmo de trabalho é notadamente extenuante e produz um número muito alto de operários lesionados. Á título de exemplo, entre janeiro e agosto de 2007 a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de

Camaçari já havia recebido 300 denúncias de lesões no Complexo Ford²¹⁰. Segundo o sindicato os números ali registrados indicavam mais de 500 operários lesionados, fora os que não procuravam o sindicato com receio de perseguição por parte da empresa. Vimos também que na comunidade as ações reivindicativas dos trabalhadores enfrentam a oposição de importantes grupos políticos na esfera dos poderes municipal e estadual, afinal de contas a imagem que se tem é de que o Complexo sinaliza o resultado de uma política acertada de atração de investimentos (argumento dos carlistas), sendo que, do ponto de vista ideológico, a grande imprensa baiana e representações políticas no interior da Bahia, além do próprio Governo Wagner que antes de ser governador era contra a vinda da Ford para a Bahia, desposaram a idéia de que o Complexo Ford do Nordeste sinaliza uma etapa avançada no desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Assim, dissemina-se a idéia de que qualquer ação “contra a Ford” estaria indo de encontro aos interesses do “município de Camaçari” e aos interesses “da Bahia” – discurso semelhante se dissemina em relação às fábricas calçadistas. Existe ainda um problema político-ideológico interno aos sindicatos, pois, suas direções são declaradamente base aliada do Governo Wagner na Bahia, bem como do Governo Lula. Ali a filiação partidária também é aberta. Tanto nos sindicatos calçadistas quanto no dos metalúrgicos de Camaçari as referências ao PT e ao PC do B são óbvias: ou as siglas dos partidos estão pintadas nas paredes ou presente nos cartazes dispostos no interior dos sindicatos.

Em novembro de 2007, a solenidade em comemoração ao sexto ano da Ford na Bahia e do milionésimo carro ali produzido demonstram a importância política do Complexo no Estado. Na solenidade, estiveram presentes no mesmo palanque o Presidente

²¹⁰ SILVA, André Luiz. “*Fantástica Fábrica de Automóveis*”: um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia. In: Estudos do Trabalho (Revista da Rede de Estudos do Trabalho). Ano I, nº 2, 2008.

Lula (PT), O Governador Jaques Wagner (PT), o Aurino Pedreira (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos), Luiz Caetano (Prefeito de Camaçari, PT), Clifford Sobel (embaixador dos EUA), Marcos Oliveira (Presidente da Ford do Brasil e Mercosul) e o Dep. Marcelo Nilo (Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia). Todos, com exceção do dirigente sindical, avaliaram a Ford como símbolo de uma nova fase de desenvolvimento econômico e social no Estado²¹¹.

Em síntese, as condições de trabalho extenuantes, os altos índices de Ler-Dort (Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), os baixos salários, a frustração das expectativas de crescimento profissional por trabalhar em uma multinacional, a repressão dos patrões, a blindagem política e ideologia que protege a montadora e o forte isolamento produzido deliberadamente contra as lutas e reivindicações dos operários do Complexo, produz entre os trabalhadores a sensação de que só lhes resta o sindicato. Mesmo que tenham críticas ao sindicato, a entidade lhes afigura como a única trincheira de onde se pode alguma coisa em defesa dos seus interesses. Nesse sentido as suas ações são valorizadas, mesmo quando são tímidas frente às demandas dos operários. Foi esse mesmo sentimento que a primeira diretoria do sindicato dos operários calçadistas em Itapetinga identificou entre os trabalhadores da Azaléia, conforme depoimento de um dos fundadores do sindicato:

Quem estava na festa [o sindicato foi criada em assembléia realizada em uma festa de confraternização, para despistar a empresa] e sabia nos olhava com outros olhos, mas no resto da fábrica ninguém sabia de nada. O pessoal nos olhava com esperança, entendeu? “Ôpa, e aí Tenório? E aí Sílvio? E aí Andrea? [primeiros diretores do sindicato] E aí?” Era esperança, esperança

²¹¹ Ver: Wagner e Lula Mudam Posição Sobre a Ford. *Correio da Bahia*, 31/10/2007; *Ford Vai Investir Mais na Planta de Camaçari*. Disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Camaçari: http://www.camacari.ba.gov.br/detalhe_noticia.php?cod_noticia=1065. Consultado em janeiro de 2008.

mesmo, tipo “pelo menos agora vai ter alguém que brigue pela gente, quem nos defenda”²¹²

A expectativa inicial dos trabalhadores encontrou uma série de obstáculos. Alguns partiam da própria condição dos operários, como por exemplo, a baixa participação nas ações do sindicato com medo de que os patrões os identificassem com a entidade e os demitissem. Entre os operários das fábricas de calçados, o desenvolvimento do trabalho sindical se revelou mais difícil do que entre os operários do Complexo Ford.

No setor calçadista a avaliação do sindicato não se mostrou tão positiva quando entre os metalúrgicos do Complexo. Essa diferença entre os operários de Camaçari e os trabalhadores do interior do Estado se deve há algumas peculiaridades da cultura política nos municípios do interior. Isso será retomando após a apresentação de alguns dados importantes para a análise.

Como já informei, nas empresas calçadistas o cenário é outro. Com alguma exceção por parte dos trabalhadores da Azaléia, a avaliação dos sindicatos pelos demais operários do setor não é tão positiva quando ao que se observou entre os operários do Complexo Ford. Na Azaléia, a participação sindical apesar de ter melhorado, ainda é baixa, como ocorre nas outras fábricas de calçados. Apesar disso, a percepção sobre o sindicato é positiva entre a maioria dos operários da amostra. Por exemplo, para 50% dos operários da amostra definida na Azaléia a avaliação sobre as ações do sindicato para mudar as práticas de trabalho na empresa é positiva. Um percentual semelhante pode ser observado com relação àqueles que julgam que o sindicato tem se empenhado em mantê-los informado sobre as práticas gerenciais e de organização do trabalho na empresa. Mas, conforme foi

²¹² Transcrição de entrevista realizada com ex-operário da Azaléia em 14 de maio de 2006.

apontado, a avaliação dos operários da Azaléia constitui exceção dentre os outros operários calçadistas pesquisados. Na Dilly e na Clássico do Nordeste a situação é um pouco pior para os sindicatos. Na fábrica da Dilly 65,0% dos trabalhadores não participam das atividades da entidade, na Clássico do Nordeste o número chega a 70,9%. Somente 25,6% dos trabalhadores pesquisados da Dilly declararam participar das atividades sindicais, mas destes apenas 2,3% o fazem com certa freqüência, enquanto 23,3% participam pouco freqüentemente. Na Clássico os dados são parecidos, 23,6% participa pouco e apenas 3,6% disse participar freqüentemente.

Nas duas fábricas citadas, além de ser baixa a participação dos operários nas atividades sindicais, a avaliação das ações dessas entidades não é das melhores. Segundo 41,9% dos operários da Dilly a atuação do sindicato é ruim, 37,2% acha razoável, 9,3% avalia como boa e 7,0% como ótima. Os números na Clássico são semelhantes. A visão dos trabalhadores sobre a ação do sindicato para melhorar as condições de trabalho e de saúde na fábrica acompanha a avaliação acima. Na fábrica da Dilly, 44,2% dos operários disseram que o sindicato mostra-se sem empenho para melhorar as condições supracitadas, 27,9% afirmaram que o sindicato é pouco empenhado, apenas 16,3% acha que a entidade se empenha nessa questão. Na Clássico, 21,8% dos trabalhadores afirmaram que o sindicato se empenha em melhorar as condições de saúde e segurança na empresa, mas, 40,0% revelou que a entidade se esforça pouco para resolver o assunto, 29,1% dos trabalhadores da amostra foram mais categóricos ao afirmar que não há empenho algum. No que se refere à ação do sindicato para fazer mudar as práticas de trabalho na Dilly a percepção dos trabalhadores é ainda pior. Segundo 20,9% não há empenho algum em resolver essa questão, na Clássico o número é praticamente igual. 51,2% dos operários da Dilly e 67,3%

dos operadores da Clássico acham que falta empenho e somente 20,9% na Dilly e 27,3% na Clássico acham que o sindicato tem se esforçado nesse quesito. Os trabalhadores reclamam ainda que o sindicato não se esforça para mantê-los informados sobre as novas práticas organizacionais e de trabalho na empresa, somente 16,3% na Dilly e 16,4% na Clássico afirmaram o contrário.

Nas entrevistas foi possível comprovar o que os dados da enquête apresentam. Tanto na Dilly quanto na Clássico os trabalhadores disseram que o sindicato “faz pouco por eles”. A partir dos depoimentos percebe-se que isso ocorre não só por causa das debilidades do sindicato, mas também pelo medo que os operários têm de se verem vinculados a alguma ação sindical e sofrerem represálias da empresa.

Embora exista uma pequena diferenciação entre os dados da enquete operária aplicada nas três fábricas, uma característica unifica os trabalhadores nas três situações. Trata-se da idéia comum de que o sindicato é quem deve fazer as lutas, foram eleitos para isso, “recebem” para isso. No depoimento dos operários percebe-se que há uma separação do tipo “nós e eles”, como se houvesse uma espécie de “terceirização” da luta, que deve ser realizada pelo sindicato em nome dos trabalhadores, que não necessariamente se sentem comprometidos com esse tipo de ação. Evidentemente que a situação muda em situações limite, como por exemplo, no caso de uma greve. Quando eclode um movimento dessa natureza o operário individual demonstra se sentir oculto no seio da mobilização geral, até porque nestes momentos a ênfase maior é dada aos sindicalistas, tanto por parte da empresa, quanto por parte da comunidade externa. Fora dessas situações a participação dos trabalhadores é muito pequena.

A participação dos operários calçadistas também é pequena em outras atividades sociais fora do cenário sindical. Entre os operários da Azaléia apenas 27,7% participa de alguma atividade em sua comunidade, na Dilly o percentual de participação é semelhante (27,9%). É entre os operadores da Clássico que se registra o menor índice de participação em atividades sociais comunitárias, 16,4%. Entre os operários da Dilly merecem destaque as atividades religiosas, onde há uma participação maior do que entre os trabalhadores da Azaléia e Ford. Na Dilly, 23,0% dos trabalhadores que participam de atividades sociais em sua comunidade dedicam-se às atividades religiosas, enquanto na Ford, na Azaléia e Clássico o percentual é de metade disso. O menor percentual existente na Clássico de trabalhadores que se envolvem em atividades sociais na comunidade se deve a uma diferenciação de gênero na composição do operariado daquela fábrica. Ali existe um percentual maior de mulheres do que nas outras fábricas, pois, a Clássico se dedica também à confecção de roupas esportivas, setor onde a predominância de mulheres é maior. A menor participação das mulheres em atividades sociais na comunidade se deve a um motivo principal relacionado à divisão do trabalho na família, que lhes dificulta conciliar o trabalho na fábrica com as atividades domésticas e as atividades sociais na comunidade em que vivem. Isso porque apesar das operárias da Clássico serem em sua grande maioria mulheres jovens, é comum entre elas o acúmulo de atividades profissionais como as tarefas domésticas, tais como os cuidados com a casa e com as crianças da família, sejam suas, de irmãos ou outros parentes com quem dividem tais tarefas.

Entre os trabalhadores do Complexo Ford a participação em atividades sociais da comunidade é maior, cerca de 40,4% dos trabalhadores participam de atividades ligadas ao lazer, religião ou na associação de moradores, sendo que 55,3% e 17,4% tenham declarado

ter participando de tais atividades antes e terem assumiram cargos em entidades de sua comunidade, respectivamente.

Na pesquisa também foi solicitado que os operários expressassem a sua opção partidária. Na enquete as opções foram organizadas da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------|-------------|
| (1) PMDB | (2) PSDB |
| (3) PT | (4) PFL |
| (5) PSB | (6) PDT |
| (7) PCB | (8) PC do B |
| (9) PTB | (10) PSTU |
| (11) Outro. Qual? _____ | (12) Nenhum |

O quadro da amostra é o seguinte:

Tabela 5

Preferência Partidária dos Operários da Ford	
PT	38,3%
PFL	2,1%
PC do B	31,9%
PSTU	2,1%
Nenhum	19,1%
Não respondeu	6,4%
Total	100,0%

Tabela 6

\$\$

Preferência Partidária dos Trabalhadores da Clássico	
PMDB	10,9%
PSDB	5,5%
PT	29,1%
PFL	18,2%
PSB	1,8%
PSTU	1,8%
Outro. Qual?	3,6%
Nenhum	21,8%
Não respondeu	7,3%

Total	100,0%
-------	--------

Tabela 7

Preferência Partidária dos Trabalhadores da Dilly	
PSDB	4,7%
PT	23,3%
PFL	20,9%
PCB	4,7%
PC do B	2,3%
PTB	2,3%
Nenhum	41,9%
Total	100,0%

Tabela 8

Preferência Partidária dos Trabalhadores da Azaléia	
PMDB	10,9%
PSDB	4,3%
PT	21,7%
PFL	4,3%
PC do B	2,2%
Outro. Qual?	4,3%
Nenhum	37,0%
Não respondeu	15,2%
Total	100,0%

Dentre os partidos da enquete, os operários identificam o PT, PC do B e PSTU com esquerda brasileira. Assim, no Complexo Ford, 72,3% dos trabalhadores da amostra se identificam com esse campo. Dentre os partidos ditos de esquerda o PC do B é o que possui o maior percentual de aceitação entre os operários, o que é perfeitamente compreensível haja vista que o sindicato dos metalúrgicos é vinculado ao partido e atua de forma orgânica

nessa vinculação. Apenas 19,1% dos operários declararam não ter partido político, o menor número dentre todos os operários pesquisados. Dentre os trabalhadores da amostra, os operários do Complexo Ford foram os que demonstraram o menor percentual de adesão ao PFL (atual DEM), partido tradicionalmente forte na cena política baiana, vinculado ao carlismo e que hegemoniza o campo da direita no Estado da Bahia. Entre os operários do interior do Estado a adesão ao PFL é muito maior.

No interior da Bahia temos entre os operários da Dylli e da Clássico o maior percentual de adesão aos partidos genericamente identificados com a esquerda, 30,3% e 30,9%, respectivamente. Na Azaléia o percentual é de 23,9. Em grande parte a diferença entre os percentuais representa à própria cena política em Vitória da Conquista, onde a coligação PT e PC do B (o PT é hegemônico) se encontra na terceira gestão municipal. Por outro lado a adesão ao PFL também é alta entre os operários das duas fábricas, o que é aparentemente contraditório, sobretudo se comparado aos 4,3% de adesão ao PFL entre os operários da Azaléia na cidade de Itapetinga, onde a hegemonia pertence ao campo genericamente identificado com a direita. A situação aparentemente contraditória pode ser explicada pela própria história recente daqueles segmentos do novo operariado.

Em Itapetinga, já aconteceram paralisações, conflitos e mobilizações, diferentemente dos operários em Vitória da Conquista. Apesar da hegemonia da direita na cidade, os trabalhadores da Azaléia perceberam com clareza as forças políticas que procurava isolá-los e pressioná-los nos momentos de conflito com a empresa, ou seja, aqueles grupos identificados com o carlismo que sempre procuraram se beneficiar politicamente da imagem de desenvolvimento simbolizada pela fábrica que, afinal de contas, no universo popular, era associada pela propaganda ideológica ao sucesso das

agressivas estratégias de atração de investimentos industriais praticadas pelos governos carlistas. No caso dos trabalhadores calçadistas das fábricas de Vitória da Conquista, a maior adesão aos partidos associados à esquerda não garantiu um maior sucesso na organização sindical.

Embora a maioria dos trabalhadores da amostra, particularmente na Ford, se reivindicasse de esquerda, o que pudemos observar nas entrevistas é mais uma simpatia pelo que eles compreendem genericamente como “esquerda”, do que com um projeto mais substantivo de perspectiva anticapitalista.

Feito o delineamento de como a cena política e sindical sobredetermina o processo de constituição de classe do novo operariado, examinarei agora uma outra importante sobredeterminação de classe, a ação do Estado.

5.1 A AÇÃO DO ESTADO

“Nossos corações pulsam neste momento de emoção como se fossem os sonoros motores da Ford. Eles indicam, senador [dirige-se ao falecido Antônio Carlos Magalhães], ainda simbolicamente, a direção de uma carreata de agradecimento a que a Bahia inteira neste momento tem a obrigação de se incorporar (...)

Nossos laços não são apenas comerciais. Num mergulho sentimental na

história dos 450 anos de Salvador, gostaria de lembrar que a maior invenção do carnaval brasileiro, o Trio Elétrico de Dodô e Osmar, nasceu há meio século em cima de uma Fobica, que nada mais era que um pequeno caminhão da Ford, adaptado para captar e transmitir a energia do paulétrico e a energia de seus saudosos inventores ao mundo carnavalesco do Brasil e do mundo. (...)

Permito-me outro mergulho sentimental em nossa história para recordar que a origem do nome de um dos mais conhecidos e bonitos trechos da orla marítima de Salvador revela vínculos antigos entre a empresa e a Bahia. Em razão de uma placa de metal da Ford ali fincada, que servia de ponto de encontro e consolidava uma frequência cada vez maior de banhistas, a praia localizada entre Piatã e Itapuã tornou-se famosa e foi batizada com o nome de Placaford.(...)

Não são, portanto, apenas comerciais as razões que me levam a exultar com a vinda da Ford para a Bahia. A Ford está ligada também aos sentimentos do povo baiano, como o trio e a praia, a praia e o trio”.

(trechos do discurso do governador César Borges na solenidade de assinatura do protocolo intenções para a vinda da Ford para a Bahia, junho de 1999)

Uma mediação importante que sobretermina de constituição de classe desses segmentos do novo operariado é a ação do Estado. Quando se pensa na ação estatal que potencializa o surgimento do novo operariado brasileiro no contexto da realocização, industrial, a primeira idéia que se vêm à cabeça é a de que os incentivos fiscais são a ação mais importante e de que o único papel do Estado nesse contexto é o apoio econômico.

Examinarei aqui esta idéia e apresentarei o argumento de que os incentivos fiscais exercem na verdade uma influência secundária frente à determinação geral de potencializar a produção de mais-valia²¹³ e de que a sua ação transcende em muito a concessão de incentivos fiscais. A rigor, os incentivos fiscais são apenas uma das nuances de uma ampla ação estatal que atua sobre a determinação econômica mais geral que produz o surgimento do novo operariado. Para além do papel desempenhado no âmbito econômico, o Estado realiza uma ação ao mesmo tempo muito importante e pouco visível no debate que envolve a realocação industrial, principalmente para o observador que não tem a oportunidade de acompanhar essas ações mais de perto nos territórios do novo operariado. Trata-se da criação de um ambiente institucional e político-ideológico cuja finalidade é servir aos interesses dos proprietários das fábricas no que se refere à propaganda que suaviza as duras relações de trabalho naquelas empresas e que as apresenta para a sociedade como aliadas no projeto genericamente identificado com a sempre declarada melhoria das condições de vida dos mais pobres. Com base nessa linha de ação, o Estado procura também disciplinar e

²¹³ Os incentivos fiscais se constituíram como um dos instrumentos de transferência unilateral dos recursos no Estado da Bahia vem sendo os incentivos fiscais praticados no bojo da “guerra fiscal”. Os incentivos fiscais fazem parte das políticas públicas de desenvolvimento no Nordeste desde os anos 50, como uma política federal via SUDENE, e de certa forma contribuíram para uma maior descentralização produtiva; mas só a partir da Constituição de 1988 que, buscando acelerar o processo de descentralização fiscal, foi ampliada a autonomia financeira de Estados e municípios para arrecadarem seus tributos e realizarem seus orçamentos. Isso contribuiu para melhorar a receita estadual, proporcionando a prática de benefícios fiscais concedidos pelos Estados. A estagnação econômica dos anos 90 fez com os Estados ampliassem ainda mais o regime de incentivos para atraírem investimentos externos, criando-se assim vários programas de atração, acirrando a “guerra fiscal”, o que se deu mais sistematicamente nos anos 90. Na Bahia o marco é o início das políticas de estabilização iniciadas com o Governo ACM em 1991. No entanto, se nos projetos da SUDENE os incentivos fiscais previam, ou bem ou mal, a articulação com políticas sociais, numa concepção de elevar o desenvolvimento social no Nordeste, este não é mais o caso das políticas onde se inserem os incentivos fiscais praticados pela a Bahia: não há ali uma perspectiva mais sistêmica de desenvolvimento regional, mas sim um conjunto de iniciativas isoladas que enfraquecem o papel do Estado em prover serviços básicos à população, em um contexto de ausência de políticas sociais e de desenvolvimentos efetivos do Governo Federal para o Nordeste. Ver: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A Indústria Calçadista na Bahia*. Salvador, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000, p. 27-28. Sobre as SUDENE e suas estratégias de desenvolvimento para o Nordeste ver: CARVALHO, Inaiá Maria de Carvalho. *O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

reprimir as iniciativas reivindicatórias dos trabalhadores que contestem a dureza das relações de trabalho e a super exploração. O Estado atua ainda para minar a organização dos trabalhadores de maneira mais sutil, se utiliza da propaganda ideológica e da articulação política a favor das empresas, isolando a luta do novo operariado em relação à comunidade em que vivem. Tentarei esclarecer melhor essas questões.

A partir da segunda metade dos anos 90 foi amplamente divulgado na grande imprensa o debate e os eventos relacionados à guerra fiscal entre os estados²¹⁴. Os incentivos fiscais foram vinculados ao movimento de deslocamento industrial. Essa era uma visão que informavam estudos importantes sobre a dinâmica de empresas ligadas ao setor automotivo:

*As fábricas inauguradas nos anos 90 o foram primordialmente no Estado de São Paulo. 52% das plantas inauguradas entre 1990 e 1995 o foram em São Paulo, contra 165 [sic] em Minas Gerais, 8% no Paraná e 8% no Rio Grande do Sul, 4% no Rio de Janeiro. Entre 1960 e 1965, esse percentual foi de 85% das novas fábricas (plantas) em São Paulo. A participação de São Paulo na recepção de novas plantas, como é de se esperar, veio caindo ao longo do tempo: 72% entre 1970 e 1979, 60,5% entre 1980 e 1989. Mas, após 1995, há uma redução brusca: São Paulo recebeu 35,4% das novas unidades fabris (plantas) do Brasil – se tal percentual é significativo em si, mostra uma queda brusca, provavelmente devido às novas fábricas instaladas nos condomínios industriais de novas unidades de montadoras, e associadamente, devido aos efeitos da assim chamada “guerra fiscal”.*²¹⁵
[sem grifo no original]

²¹⁴ Ver: “Disputa concentra economia, diz BNDES”. Seção Brasil P. 15. *Folha de São Paulo*, ano 80, Nº 25.890: São Paulo, 20 de fevereiro de 2000; “Evolução da Participação dos Estados no ICMS Brasileiro”. Seção Brasil P. 14. *Folha de São Paulo*, ano 80, Nº 25.890: São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

²¹⁵ SALERNO, Mário Sérgio [et al] *A Nova Configuração da Cadeia Automotiva Brasileira*. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção – Grupo de Estudo em Trabalho, Tecnologia e Organização; BNDS. São Paulo: 2002, p. 21.

Outro autor, Arbix, apesar de citar as dificuldades advindas do chamado “Custo ABC”, privilegia mais o enfoque sobre a ampliação dos fluxos de capitais estrangeiros no contexto do Novo Regime Automotivo, e menos sobre o processo de geração do valor no processo de trabalho, definindo mais enfaticamente os incentivos fiscais como motivo para o deslocamento de empresas:

*O principal fator capaz de explicar o processo relativo de desconcentração da indústria automobilística no Brasil é a guerra fiscal deflagrada entre Estados e municípios brasileiros à procura de investimentos.*²¹⁶

É necessário relativizar o peso real dos incentivos fiscais neste processo. No caso da indústria automotiva e calçadista o mais importante são os custos envolvidos com a remuneração e proteção social do trabalhador e as facilidades de exploração da mais-valia que, em tese, elevaria os níveis de valorização do capital e contribuiria ainda para a composição de preços mais competitivos do mercado nacional e internacional. No setor calçadista isso é muito visível. Segundo análise de especialistas no setor,

A oferta e o preço da mão-de-obra têm-se encaixado como um macio mocassin nos projetos de crescimento e sobrevivência de muitas empresas. “Tem gente sobrando no Nordeste. E gente desempregada, para a qual 100, 200, 300 reais é muito dinheiro”, anuncia Carlos Alberto Marcelo, diretor da Trevisan Associados. Ele recomenda olhares atentos sobre a região, para quem precisa de mão-de-obra intensiva associada a uma logística de exportação. (...) O atrativo do baixo salário é tão matematicamente claro que os empresários já não se incomodam em citá-lo. “O salário de lá é um terço do que pagamos em Santa Catarina”, compara

²¹⁶ ARBIX, Glauco. *Políticas do Desperdício e Assimetria Entre Público e Privado na Indústria Automobilística*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 48. São Paulo, Fevereiro de 2002, p. 115.

Vicente Donini, diretor-presidente da Marisol, de Jaraguá do Sul (SC).²¹⁷[sem grifos no original]

Veremos de que maneira a ação do Estado cria as condições para que o tipo de exploração do trabalho demandada acima seja viabilizada.

No caso do setor automobilístico, a mudança no regime automotivo e as pressões empresariais por uma maior disponibilização do fundo público no contexto da reforma do Estado expressam algo anterior, a saber, as dificuldades de valorização do capital industrial e a necessidade de se estimular no país um novo ciclo de empreendimentos que estabeleçam novas bases de exploração da mais-valia no processo de trabalho. Para Arbix, os incentivos estão em primeiro lugar por facilitarem as novas estratégias produtivas das empresas. No entanto, é preciso reiterar, a questão pode ser vista de outra forma: as pressões da burguesia industrial por tais incentivos decorrem da sua necessidade anterior de viabilizar novas formas de exploração no processo de trabalho²¹⁸. Os incentivos fiscais têm data para começar e para acabar, até porque foram declarados inconstitucionais. Na Bahia, por exemplo, não são mais oferecidos desde finais da década de 90, quando outras formas de incentivo começaram a ser pensadas²¹⁹.

Se os incentivos governamentais fossem o principal determinante, caberia indagar por que as empresas que delimitamos se reestruturariam com mais força no Estado da

²¹⁷ *A Última Trincheira. Revista Amanhã*. Porto Alegre-RS, Jun/1998.

²¹⁸ Sobre a postura propositiva do empresariado frente à reforma do Estado nos anos 90, ver: RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998. Ver também: FERRAZ, Cristiano Lima. *Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado, Produção e Formação Humana*. Dissertação [Mestrado em Educação]. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, Centro de Estudos Sociais Aplicados – Faculdade de Educação, área Trabalho e Educação. Niterói-RJ: 2002, cap 2.

²¹⁹ Em outro trabalho fizemos uma análise da reforma do Estado na Bahia, da presença empresarial nesse processo, bem como do estabelecimento do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA (lançado em 31/10/1991). *Ibidem*, *idem*..

Bahia, combinando intensamente tecnologia de ponta e novos conceitos de organização da produção com baixos salários. Os efeitos dos incentivos fiscais não determinam o fenômeno, embora seja um elemento que as empresas não descartam. O centro da questão gira em torno do custo da força de trabalho – Arbix, por exemplo, informa que o preço da hora trabalhada nas montadoras do ABC é 40% maior do que em outras regiões²²⁰ –, bem como em torno da maior maturidade do sistema antagônico entre trabalho e capital no tradicional eixo industrial brasileiro. O próprio autor reconhece a importância dessa dimensão:

As novas fábricas tendem a aumentar os indicadores de produtividade que são sempre acompanhados de um encolhimento nos postos de trabalho e mesmo de uma redução no número de empregos diretos criados. Essas novas unidades modularizadas, com nova tecnologia – tanto as de equipamentos quanto as que envolvem técnicas organizacionais – foram concebidas, em primeira instância, para serem poupadoras de emprego. Em segunda instância, essas novas fábricas tenderão a promover o fechamento de emprego nas unidades mais antigas, como as demissões na Ford e as da VW (Anchieta) mostram claramente. A racionalização industrial ocorre em todo o complexo e a na nova divisão de trabalho entre as unidades de uma mesma montadora²²¹

Essa tendência se manteria na ausência de incentivos fiscais. Na situação de inexistência de tais incentivos as empresas até poderiam não se instalar na Bahia, mas, certamente, permaneceria a tendência de se direcionar sua localização para fora do eixo geográfico industrial tradicional, a exemplo do ABC paulista, clássica região do operariado

²²⁰ ARBIX, Glauco. *Políticas do Desperdício e Assimetria Entre Público e Privado na Indústria Automobilística*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 48. São Paulo, Fevereiro de 2002, p. 115.

²²¹ *Ibidem*, p. 124.

fordista brasileiro, conforme também demonstra a pesquisa de Cunha Franca²²². Nesse sentido, como o próprio Arbix demonstra,

*Várias montadoras que haviam anunciado investimentos no Brasil, em regiões próximas a São Paulo, mudaram a localização de suas plantas após a edição do Regime Automotivo Especial para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste.*²²³ [sem grifo no original]

Apesar da singularidade do fenômeno que envolve a promoção dos incentivos fiscais no bojo da reforma do Estado na Bahia, o surgimento de um novo operariado com base nas necessidades de intensificação da exploração do trabalho na fase atual de desenvolvimento das forças produtivas é um fenômeno mais geral. Abordando a realocação de indústrias em uma escala mais internacional, Beynon nos informa que

Em 1979, pouco mais de 7 milhões de pessoas tinham emprego na indústria manufatureira do Reino Unido, em 1995, esse total foi reduzido para 3,75 milhões (...). Amplia-se a escala do declínio do mercado de trabalho se acrescentarmos a experiência da indústria mineradora, na qual mais de 220 mil postos de trabalho foram eliminados desde 1979. Tal declínio tem sido associado a padrões gerais de mudança relacionados à implementação de novas tecnologias e ao surgimento de unidades com baixo custo de produção nos NICs (Newly Industrialising Countries – países de industrialização recente) do pacífico. (...). O emprego nas indústrias têxtil e do couro, que atingia a casa dos 723 mil em 1979, diminuiu para 366,2 mil em 1995. O processo de fechamento de fábricas e realocação de mão-de-obra afetou também os ramos industriais manufatureiros de diferentes maneiras. Em setores disparez como vestuário, automotivo e químico, a

²²² Ver o estudo de FRANCA, Gilberto Cunha. *O Trabalho no Espaço da Fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

²²³ ARBIX, Glauco. *Políticas do Desperdício e Assimetria Entre Público e Privado na Indústria Automobilística*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 48. São Paulo, Fevereiro de 2002, p. 125.

*perda de postos de trabalho esteve associada à realocação geográfica de unidades produtivas*²²⁴. [sem grifo no original]

Vale realçar que, os próprios acordos entre Estado e burguesia industrial colocam o custo do trabalho e a decomposição das relações de produção e assalariamento “modernas” no centro do debate sobre a re-espacialização industrial. Isso não quer dizer que essa tendência no campo da economia capitalista se desenvolva de forma autônoma das sobre-determinações relacionadas à ação estatal.

No caso do ramo calçadista, segundo o Departamento de Economia da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia no final dos anos 90:

*Na Bahia, o governo está favorecendo a formação de cooperativas de trabalhadores, o que reduz o custo de produção. Enquanto no estado o salário de um trabalhador do setor de calçados está na faixa de R\$ 150 a R\$ 200, no Sul e Sudeste este valor sobe para R\$ 350,00, sem contabilizar os encargos trabalhistas. Já a mão-de-obra chinesa é cerca de um quinto mais barata do que a nordestina*²²⁵. [sem grifo no original]

As cooperativas ainda não deram certo na Bahia, mas em outros estados do Nordeste continuam na pauta dos governos estaduais como forma de garantir a realização das necessidades da burguesia industrial que realocaliza suas plantas. O objetivo é aproximar o custo da mão-de-obra nordestina da asiática, usada pelas modernas indústrias que se organizam a partir do Padrão de Acumulação Flexível. Isso revela que o fenômeno em questão se encontra articulado, mais globalmente, com o avanço das forças produtivas no

²²⁴ BEYNON, Huw. *As Práticas do Trabalho em Mutação*. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo-SP: Boitempo, 1998, p. 11

²²⁵ Depoimento de José Carlos de Oliveira, então coordenador da área de economia da FIEB em: *Indústria de Calçados Anunciam Instalações no Interior do Estado*. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. *BAHIAINDÚSTRIA*. Salvador, ano IV, nº 58, out. de 1997, p. 5.

setor. É importante localizar aqui a importância que tem para o empresariado a relação entre trabalho morto e custo/produtividade do trabalho vivo. Poder-se-ia ainda argumentar que o mais importante para essas empresas seria os incentivos fiscais, ou a apropriação mais direta do fundo público (do ante-valor, como diria Francisco de Oliveira²²⁶), mas, no período em que a realocização industrial já se encontrava em pleno desenvolvimento, o próprio empresariado mostrava que

Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado da Bahia ainda são pouco conhecidos pelos industriais e exercem um poder relativamente pequeno de atração de novos investimentos (...) Das 71 indústrias ouvidas, apenas 41% obtiveram até o momento algum tipo de incentivo estadual. Das que já foram contemplados, 32% foram incluídas no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – Probahia, o de caráter mais abrangente existente ora. A esmagadora maioria das empresas beneficiadas (88%) são de grande porte, médias empresas (4%) e pequenas (8%). Os incentivos pouco pesaram no instante de escolher a localização do empreendimento. De acordo com os depoimentos colhidos, 34% declaram que a proximidade das fontes supridoras de matérias-primas e insumos foi o principal fator levado em consideração; incentivos fiscais e financeiros influenciaram 15%; a existência de centros industriais na região, 12%; e a proximidade do mercado consumidor, outros 12%, sendo os demais fatores irrelevantes. Dessa forma, observa-se que uma vantagem competitiva de caráter estático – a existência de fontes supridoras – é que continua influenciando a localização das indústrias baianas.²²⁷ [sem grifo no original]

No início dos anos 90, Orlando Moscozo, então representante das organizações do empresariado industrial na Bahia, expunha mais claramente o que estava em jogo:

²²⁶ Ver: *O Surgimento do anti-valor*. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Anti-valor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

²²⁷ Cf. Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **Boletim Industrial**. Salvador, ano III, nº 27, mar. 1995, p. 3.

Oferecer recursos novos e isenção de impostos, tudo isso é muito importante. Agora, a Bahia tem condições de atrair novas indústrias, sabe por que? Porque aqui não há muitos problemas como greves, que são pacíficas. E o industrial tem medo de greve. Em estados como Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo, é uma desgraça! Agora, em segundo lugar, o governo tem que conseguir recursos mais baratos para a indústria, através do Desembanco [banco de fomento do Estado], e simplificar o processo. É isso que atrai a indústria²²⁸ [sem grifos no original]

A previsão de especialistas do setor automobilístico era de que na fábrica de Camaçari a economia com os custos finais da produção chegariam a 50% do custo de uma fábrica convencional em São Paulo²²⁹. Segundo o Departamento de Economia da FIEB, ainda em relação ao setor calçadista:

Hoje as empresas do setor buscam sua expansão em um modelo diverso do adotado com sucesso no passado, que priorizava sua localização em pólo industrial. O objetivo desse novo modelo, segundo o coordenador do Departamento de Economia da FIEB, Hélder Ribeiro, é uma mudança nas relações entre outros fatores, com a estrutura de fornecedores e com a mão-de-obra²³⁰ [sem grifo no original].

A organização industrial que estaria sendo substituída é a fordista com seu trabalhador coletivo, bem como sua correspondente relação salarial. Não é preciso muito esforço para se verificar aqui como a necessidade de uma maior apropriação dos resultados do trabalho do operariado por um pequeno grupo de capitalistas cria um sistema antagônico de classes, que por sua vez potencializa o desenvolvimento de novas técnicas no mundo da produção. Como no Rio Grande do Sul e em São Paulo, frente à necessidade de

²²⁸ *Liberdade para Crescer*. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **Boletim Industrial**. Salvador, v. 26, nº 415, dez. 1991, p. 5.

²²⁹ <http://www.automotivebusiness.com.br/out-nov.htm>, consultado em janeiro de 2005.

²³⁰ *Liberdade para Crescer*. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **Boletim Industrial**. Salvador, v. 26, nº 415, dez. 1991, p. 5.

acirramento da competitividade a intensificação da exploração do trabalho foi dificultada, na Bahia as condições são bem mais favoráveis. Temos ainda aqui um exemplo de como os fios invisíveis do capital entrelaçam o modo de vida dos operários no Sul e Sudeste e no interior da Bahia, realidades tão distantes. No Vale dos Sinos e no ABC, a classe em potencial, tomada inicialmente como lugar na organização da produção, se reduz. Na Bahia, segmentos operários surgem, mas com características bastante diferentes.

A ação estatal mais importante na atual fase de fomento a uma nova organização da produção de mercadorias não se localiza no âmbito dos incentivos fiscais. Para a burguesia organizada cabe ao estado um papel mais amplo, como demonstra a relação entre empresários e governo no Estado da Bahia. Na Bahia, há décadas que a desconcentração da geografia industrial e a descentralização do desenvolvimento fazem parte do discurso do empresariado organizado na FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia, integrante do Sistema CNI. O discurso era o da necessidade de se reverter a perversa tendência concentracionista intra-país observada no decorrer da fase desenvolvimentista, que promoveu a concentração das indústrias produtoras de mercadorias com maior valor agregado no Centro-Sul, intensificando ali uma expressiva reconcentração de capital ao longo do terceiro quartel do século XX. No entanto, apesar da desconcentração industrial em curso, *o processo de concentração do capital tende a se manter*. Uma das razões para isso é a transferência unilateral de recursos, praticada pelas políticas de atração de investimentos promovidas pelos Estados sem muita tradição industrial²³¹.

²³¹ Em outro trabalho analisei alguns aspectos dessas políticas no Estado da Bahia. Cf. FERRAZ, Cristiano Lima. *Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado, Produção e Formação Humana*. Dissertação [Mestrado em Educação]. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, Centro de Estudos Sociais Aplicados – Faculdade de Educação, área Trabalho e Educação. Niterói-RJ: 2002, cap 2.

Aparentemente a crítica ao desenvolvimentismo colocaria, por exemplo, os interesses do empresariado baiano organizado na FIEB em oposição aos interesses do empresariado paulista organizado na FIESP. No entanto essa oposição, mesmo que tenha sido declarada em alguns momentos, nunca chegou a ameaçar a unidade daqueles dois segmentos da burguesia industrial brasileira. Atualmente a crítica ao desenvolvimentismo, ou melhor, a crítica seletiva ao desenvolvimentismo particularizada em um tipo de institucionalização das relações de trabalho que caracterizou o Estado Desenvolvimentista, unifica as duas frações da burguesia industrial. Ou seja, uma nova bandeira unificou a militância do empresariado brasileiro organizado na CNI. Trata-se daquilo que ficou genericamente conhecido como “modernização da aparelhagem estatal”.

No caso da FIEB, é a partir de meados dos anos 80, que se passa a dar ênfase à “modernização da aparelhagem estatal”. Isso foi colocado na ordem do dia dos agentes da burguesia industrial alojados em postos importantes da aparelhagem estatal e da sociedade civil que seguiam uma doutrina mais geral defendida pelas correntes do empresariado industrial e que, no Brasil, estavam mais avançadas no debate em defesa dos seus interesses de classe mais gerais.

Portanto, ao observador que se ativer somente à chegada das novas indústrias, pode passar despercebido o processo de reforma do estado que, há mais de uma década, preparou o ambiente político, financeiro e institucional que encontramos na Bahia atualmente. A aliança entre o empresariado industrial e Governo na Bahia traduziram em políticas de Estado tendências mais gerais postas na agenda da burguesia brasileira, mas, não somente. Traduziram também aspectos dessa agenda na construção do ambiente político-ideológico propício ao processo de intensificação da super exploração e a tendência que exacerba

privatização do fundo público que caracteriza a atual fase capitalista e cuja expressão político-ideológica é o neoliberalismo, que prega a diminuição do papel do Estado na área social, ao passo que amplia sua participação nas concessões ao capital privado. Tudo isso beneficia as empresas que instalam as plantas industriais pós-fordistas na Bahia.

Com o surgimento de um novo operariado no Brasil se entrelaçam a reestruturação industrial propriamente dita com mecanismos estatais de atração de investimentos e de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada potencializados pela reforma do Estado. O estado atua assim como agente fundamental no processo de reestruturação capitalista que cria as condições para o surgimento do novo operariado brasileiro. No caso da Bahia e demais estados do nordeste o fenômeno é bastante claro, conforme se atesta em publicação empresarial especializada em 1998:

Os salários são cinco vezes maiores do que os padrões chineses. Há leis trabalhistas, encargos e impostos. Mesmo assim, é no Nordeste brasileiro que muitas indústrias estão encontrando o ambiente menos desfavorável para competir dentro e fora do país com a intensiva e barata produção asiática. (...). “O Nordeste é um exemplo de reforma tributária para enfrentar a concorrência internacional”, proclama o presidente da Calçados Bibi, de Parobé (RS), Marlin Kholrausch. Em abril, ele começa a produzir em Cruz das Almas (BA), embarcando no projeto do governo estadual de ter um pólo calçadista de 20 empresas. Destas, 17 já reservaram lugar. Devem investir R\$ 140 milhões, produzir 350 milhões de pares por ano e gerar 22 mil empregos. O secretário baiano de Indústria e Comércio, Jorge Khoury, quer atrair fabricantes de produtos finais, equilibrando o parque industrial baiano entre os recém-chegados e os muitos produtores de matérias-primas que gravitam em torno do Pólo de Camaçari. A reforma tributária exemplar, a que o presidente da Bibi se refere, passa pela cesta de

incentivos que a Bahia e outros Estados oferecem. Seguindo o manual da guerra fiscal, o governador Paulo Souto acena com alívios no ICMS. Mas vai muito além. Tem surpresas fiscais agradáveis para quem trazer produtos ainda não fabricados no Estado, bancar terreno e alavancar recursos a exportadores. Ofertas que ajudam a explicar por que a Azaléia está erguendo em Itapetinga (BA) um projeto de US\$ 70 milhões, 10 mil empregos e produção de 50 mil pares/dia basicamente do tênis Olympikus.

Penetrar nas entrelinhas das negociações entre empresas e governos não é tarefa fácil. A munição conhecida são os incentivos via ICMS, doação de área e alguns diferenciais por Estado (veja quadro). Mas os relatos de consultores e de empresários menos discretos sugerem que os governadores possuem uma espécie de fast track (carta-branca do parlamento ao presidente dos Estados Unidos), que lhes permite ser mais bondosos ainda na reta final das negociações. “Eu dou tudo e ainda mando um ramo de flores para o empresário que vier pra cá”, chega a dizer o governador cearense Tasso Jereissati. Alegando “compromissos assumidos”, empresas consultadas por AMANHÃ não revelaram oficialmente detalhes mais instigantes das negociações.”²³²

A ação estatal é sistêmica e abarca, além do ramo calçadista, outros setores industriais:

Mais que roupa e sapato - A atração de têxteis e calçadistas já é um feito digno de palanque na campanha eleitoral dos governadores. Mas é pouco diante dos projetos de alguns Estados. A Bahia cultiva em Ilhéus um núcleo de nove indústrias que, segundo o governo estadual, fabrica 10% dos equipamentos de informática vendidos no Brasil. Só faltou sorte na atração de montadoras - Asia, Hyundai e Skoda congelaram investimentos de US\$

²³² A Última Trincheira. *Revista Amanhã*. Porto Alegre-RS, Jun/1998.

1,1bilhão.²³³

No entanto, o papel do Estado em meio ao fenômeno que produz o surgimento da nova geração operária é ainda mais amplo do que supõe a intensa transferência do fundo público para a iniciativa privada. Significa a necessidade mudanças no aparelho de estado para criar novas institucionalidades que comportem relações de produção mais adequadas ao padrão de acumulação flexível. Para isso é preciso que o aparelho de estado se torne ainda mais permeável ao *ethos* empresarial, no sentido de fazer valer os princípios da iniciativa privada na gestão do fundo público, das políticas sociais e dos instrumentos de proteção social para os trabalhadores. E é isso o que ocorre na Bahia desde o começo da década de 90.

Em meados dos anos 80, Orlando Moscozo, presidente da FIEB naquela conjuntura, já demonstrava a intenção do empresariado em aumentar ainda mais a sua participação na definição das mudanças políticas e institucionais, na Bahia e no Brasil:

*Está vindo uma turma nova, uma turma jovem, que está se preparando, estudando. Esse pessoal novo está mudando a mentalidade dos mais velhos e, ao mesmo tempo, assumindo o comando. (...). O empresariado está querendo preparar-se para poder integrar-se com um governo que seja escolhido no Brasil, para ajudar o governo, ajudar a Nação e, em conseqüência ajudar o seu próprio negócio.*²³⁴

A finalidade da ação supracitada era mudar estruturalmente a aparelhagem estatal, nos anos seguintes a orientação neoliberal ficaria mais evidente no conteúdo das reformas.

²³³ *Ibidem, idem.*

²³⁴ Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Orlando Moscozo. **Pronunciamentos e Posições Assumidas: 1983-1986.** Salvador, 1986, p 25.

Na Bahia, a reforma do Estado que se inicia de forma sistemática a partir de finais da década de 80, também produz a capilarização do referencial neoliberal. Vale dizer que isso ocorre logo após a reorganização do pólo conservador da política regional representado pelo carlismo, que retoma o poder em 1991 após o tumultuado governo de Waldir Pires (na época PMDB) e de seu vice Nilo Coelho. Waldir Pires, declaradamente, também se preparava para desencadear a chamada “modernização do Estado” na Bahia. Mas, encontrou dificuldades logo em seu primeiro ano de mandato. Greves do funcionalismo público estadual e instabilidade política deram a tônica inicial do seu governo em 1987. Waldir Pires também não conseguiu apoio da burguesia industrial na Bahia, que via o seu governo com desconfiança. Isso se revelava particularmente problemático para o empresariado, sobretudo em um momento que desejava aumentar sua influencia nos rumos do Estado, definindo seus contornos de acordo com as novas demandas econômicas, políticos institucionais da classe.

Embora não haja linearidade no processo, o *ethos* neoliberal apontava para a necessidade de amalgamar uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no estado. Na medida em que isso se consolidou, fomentou a privatização do fundo público, inclusive pela via dos incentivos fiscais, mas, sobretudo, resultou em um ambiente político e ideológico que abriga as práticas de super exploração e de precarização do trabalho em nome da inserção da Bahia no “cenário da globalização” e da modernidade. Este é o papel essencial que a burguesia industrial espera que o estado exerça para que se consolide um bloco histórico que materialize o chamado padrão de acumulação flexível²³⁵. Ação política

²³⁵ Detalho a relação entre empresários e Governo do Estado na Bahia na definição de um ambiente político e institucional necessário à materialização do padrão de acumulação flexível em: FERRAZ, Cristiano L. *Empresários e Governo no Estado da Bahia: em direção a uma sociedade mais competitiva*.

dos agentes instalados na aparelhagem estatal atua sobre a determinação mais geral da mudança capitalista, realizando suas possibilidades de materialização em condições historicamente dadas, como é o exemplo do caso da Bahia. Embora o foco da presente análise tenha sido o Estado da Bahia, as mesmas tendências supracitadas atuam em outros estados do país.

Espero ter esclarecido o leitor sobre o papel dos incentivos fiscais na relação entre o novo operariado e sua determinação inicial de classe. Na forma como se relacionam com a definição dos novos empreendimentos industriais, os incentivos fiscais foram importantes, mas essa importância foi secundária. Eles representam expressões fenomênicas de determinações mais gerais que estão na raiz do próprio surgimento do novo operariado, sobredeterminado pela ação estatal.

Na próxima seção continuarei tratando de aspectos relacionados a ação estatal, mas de forma indireta. O foco será outra importante sobredeterminação de classe do novo operariado. Refiro-me às características “superestruturais” nos locais de origem desse segmento do novo operariado.

5.2 TRABALHO, CULTURA E IDEOLOGIAS NOS TERRITÓRIOS DO NOVO OPERARIADO

“(...) É possível flagrar a brutalidade das relações de trabalho e meio ambiente de trabalho nessas cidades. Em Ipirá Os dirigentes que se

TrabalhoNecessário. (Revista do Núcleo de Documentação e Dados em Trabalho e Educação – Faculdade de Educação da UFF), Ano 3, n. 3, Universidade Federal Fluminense, maio de 2005.

recusaram a proposta de implantação do banco de horas tiveram que trabalhar aos sábados, capinando as áreas externas da fábrica. Um deles se viu forçado a atender à solicitação de sua família para abandonar o sindicato, pois estava sendo ameaçado. Em serrinha, a equipe do Projeto [projeto de pesquisa] teve que sair da cidade antes de concluir os trabalhos, pois estávamos sendo seguidos por um carro, como também por motoboys quando realizávamos a aplicação dos questionários com as trabalhadoras na saída do turno, na praça principal. Esses motoboys dispersavam as/os trabalhadores/as na saída do expediente, impedindo-as/os que formassem grupos. São os novos capatazes

Foi possível testemunhar o medo que toma conta da população dessas cidades onde estão sendo implantadas as fábricas. As indústrias se constituem numa esfera de poder no âmbito local, semelhante ao dos antigos coronéis dos tempos da República Velha”

(Petilda e Vanessa Seva Vazquez²³⁶)

O exame do processo de constituição da classe social exige que sejam consideradas as características dos locais onde o fenômeno ocorre. Embora a determinação inicial de classe se manifeste ali enquanto tendência, ela sofre em sua realização a influência daquelas características. É nesse sentido que atuam como sobredeterminação as condições históricas dos territórios do novo operariado e sua materialização nas relações entre trabalho, cultura e ideologias. A questão que se coloca é também saber o que distingue essas realidades daquelas identificadas com a geração operária anterior, bem como de que maneira as relações sociais ali presentes influenciam a constituição do novo operariado enquanto classe social.

²³⁶ VAZQUEZ Petilda S.; VAZQUEZ Vanessa S. *Gênero, Trabalho e Saúde. A experiência das Mulheres do Setor Calçadista na Bahia*. Salvador: Fast Dsign, 2007, p 11.

Para começar a fazer tal distinção é necessário comparar os locais do novo operariado com os pólos da industrialização fordista no país. Os critérios iniciais de comparação tomarão como referência as cidades e seus indicadores de pobreza, emprego, desigualdade social, alfabetização e exclusão social. É preciso dizer que *o foco aqui não são as condições sociais do novo operariado, mas, inicialmente, as condições sociais nos territórios em que surge esse novo operariado*. Posteriormente a esta caracterização serão examinadas algumas relações entre trabalho, cultura, mentalidades e ideologias.

Os indicadores sociais aqui utilizados foram elaborados durante pesquisa que resultou na definição de índices de exclusão social, sistematizados no Atlas da Exclusão Social no Brasil (Vol II), por regiões e municípios. Quanto menor o número do índice, pior é a situação da cidade na escala geral²³⁷.

A definição dos parâmetros se baseou nas experiências da Secretaria de Desenvolvimento e Solidariedade da Prefeitura da Cidade de São Paulo (SDTS/PCSP), da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e de dados do Censo Demográfico de 2000. Os índices do Atlas sintetizam e ampliam os mecanismos de avaliação das experiências citadas, incorpora vários aspectos da vida econômica e aprofunda a análise, para além dos índices tradicionais supracitados, com o objetivo de estabelecer um panorama da exclusão social no país abarcando algumas dimensões chave. A primeira dessas dimensões chave é a *Vida Digna*, criada para avaliar o bem-estar material da população e inclui os seguintes indicadores:

²³⁷ POCHMAMN, Márcio; CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie. *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

- Indicador de pobreza baseado no percentual de chefes de família com renda insuficiente em cada cidade;
- Indicador de emprego que avalia o percentual da população em idade ativa empregada com carteira assinada;
- Indicador de desigualdade cujo fim é examinar a proporção de chefes de família que possuem rendimentos acima de dez salários mínimos e aqueles com rendimentos até este nível.

Outra dimensão utilizada para a definição dos índices aqui utilizados chama-se *Conhecimento*. Sua finalidade é mensurar o “o acúmulo simbólico e cultural da população” e, para isso, incorporou os seguintes indicadores:

- Indicador de alfabetização: percentual de cidadãos com mais de 5 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever;
- Indicador de estudo dos chefes de família: número médio de estudo

A terceira dimensão do estudo é designada por *Vulnerabilidade*. Volta-se para o exame da exposição que os jovens se encontram frente a situações de violência. Baseia-se em dois indicadores:

- Indicador de presença juvenil, ou seja, o percentual da população com até 19 anos de idade;
- Indicador de mortes violentas, que detalha a proporção de homicídios para cada 100.000 habitantes;

Para efeito de análise das cidades envolvidas com o objeto da pesquisa não utilizamos todos os índices, conforme se pode visualizar nos mapas²³⁸. No caso em tela seriam suficientes os índices de pobreza, emprego, desigualdade social, alfabetização e exclusão social.

O conjunto das cidades foi escolhido a partir de dois critérios. Em primeiro lugar porque aqueles municípios possuem plantas industriais que sofrem processos de reestruturação ou foram implantadas já com os novos conceitos que remetem ao padrão de acumulação flexível. Assim, mesmo que algumas cidades não tenham em seu espaço geográfico as plantas da Ford, Azaléia, Dilly ou Clássico as fábricas que lá se instalaram integram o mesmo fenômeno que potencializa o surgimento do novo operariado brasileiro, a exemplo da planta da Mitsubishi em Catalão-Go e da Honda em Sumaré-SP.

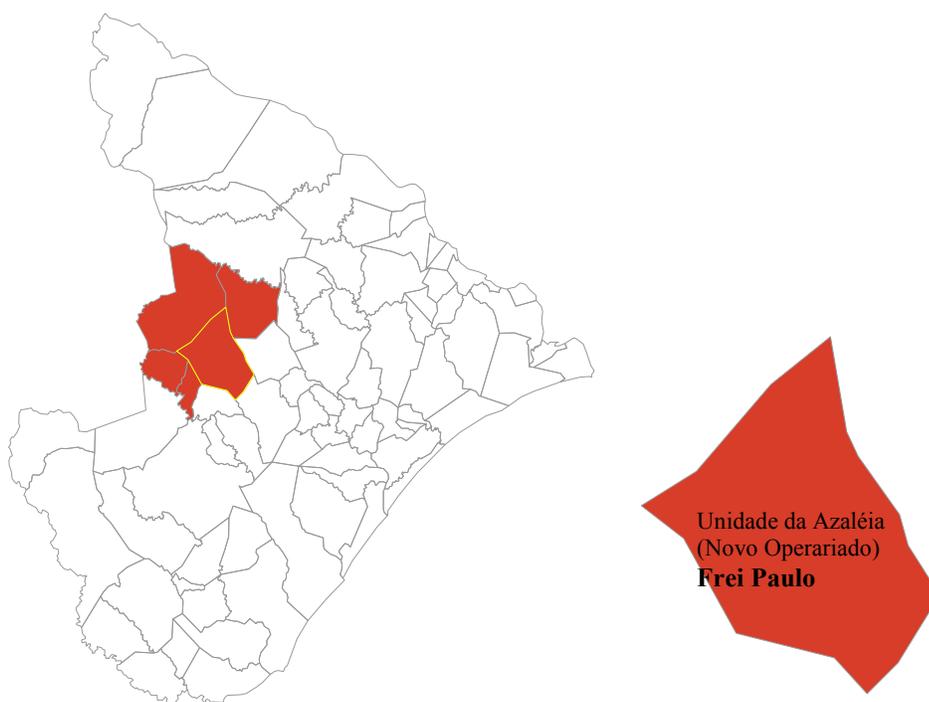
Em um segundo critério de escolha, pesou o fato de algumas cidades escolhidas representarem os locais de industrialização mais antiga, onde se localiza o operariado que surgiu a partir de uma matriz industrial anterior às plantas que se organizam com base no padrão de acumulação flexível. Naquelas localidades ocorre o processo de reestruturação produtiva, desindustrialização e redução dos níveis de emprego no setor.

Em algumas situações as condições sociais dos municípios que compõem as regiões onde se localiza a velha e a nova geração operária são semelhantes. Em determinados casos as cidades estão próximas geograficamente. Mas, mesmo nestas situações, permanece o diferencial entre os dois segmentos operários no que se trata dos baixos salários, maior intensidade da exploração e produtividade do trabalho, tendência de redução de direitos e proteção social, características observadas nas plantas flexíveis. Somam-se a essas

²³⁸ Todos os mapas foram elaborados pelo prof. Edvaldo Oliveira, a partir da base digital do Laboratório de Cartografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

características, maiores dificuldades de organização e luta sindical. Começaremos pelas cidades do Nordeste, onde os índices sociais delimitados são significativamente mais baixos.

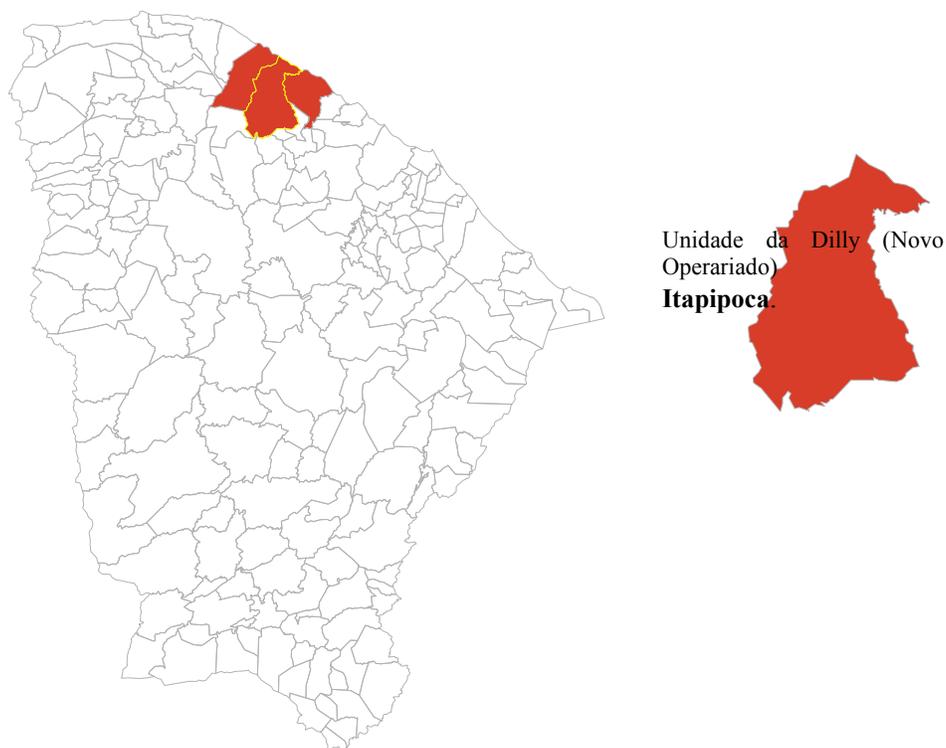
Estado de Sergipe
Mapa da Microregião de Carira



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Frei Paulo	0,299	0,079	0,038	0,578	0,271	0,378

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

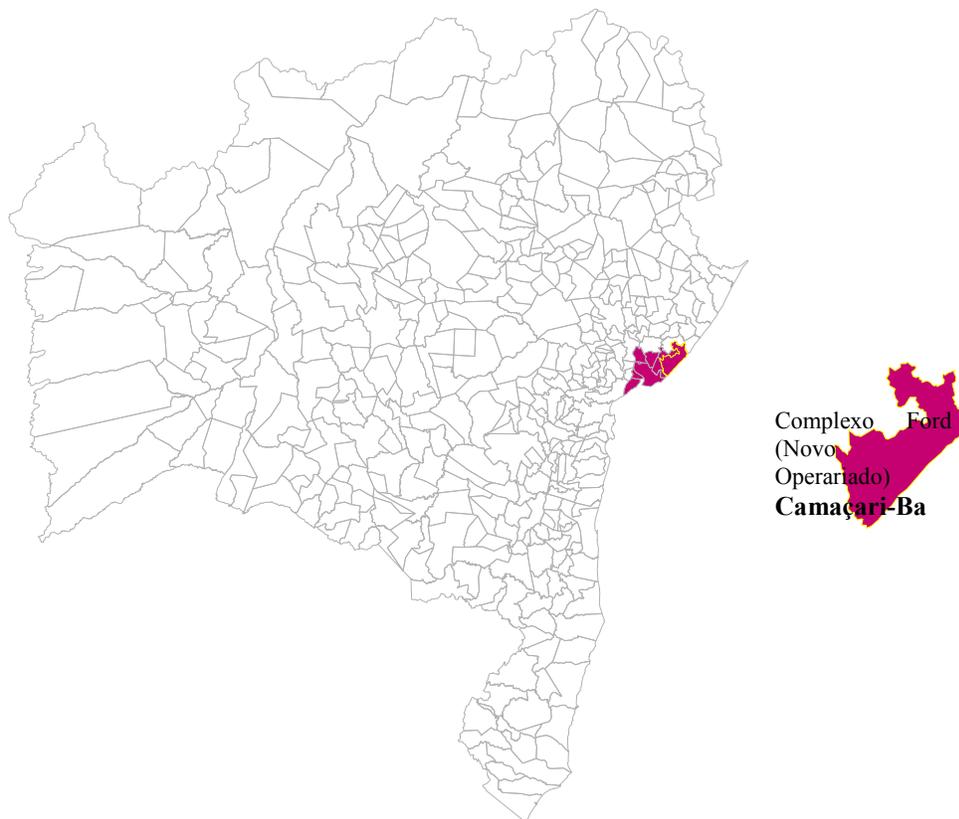
Estado do Ceará
Mapa da Microregião de Itapipoca



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Itapipoca	0,218	0,045	0,031	0,621	0,303	0,343

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

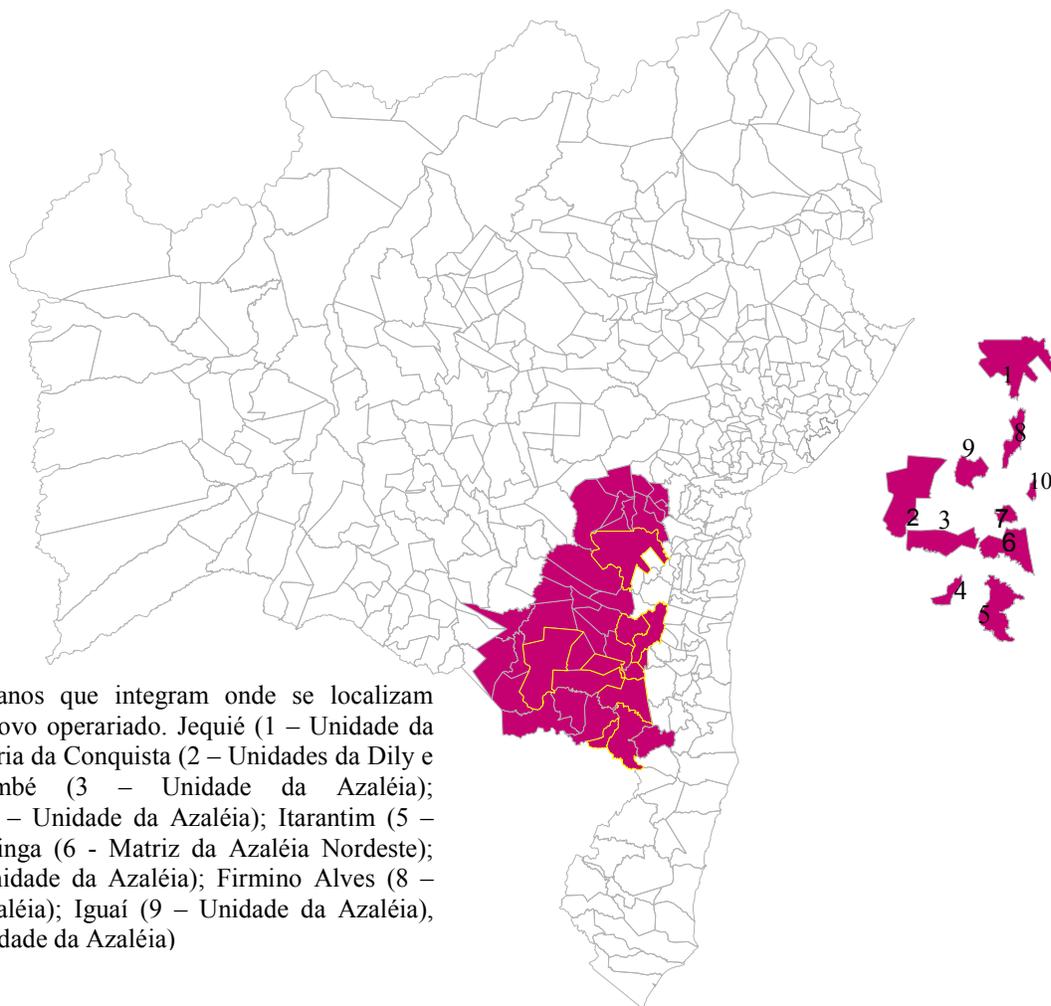
Estado da Bahia
Mapa Região Metropolitana de Salvador



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Camaçari	0,489	0,229	0,060	0,817	0,528	0,479

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Estado da Bahia Mapa da Região Sudoeste

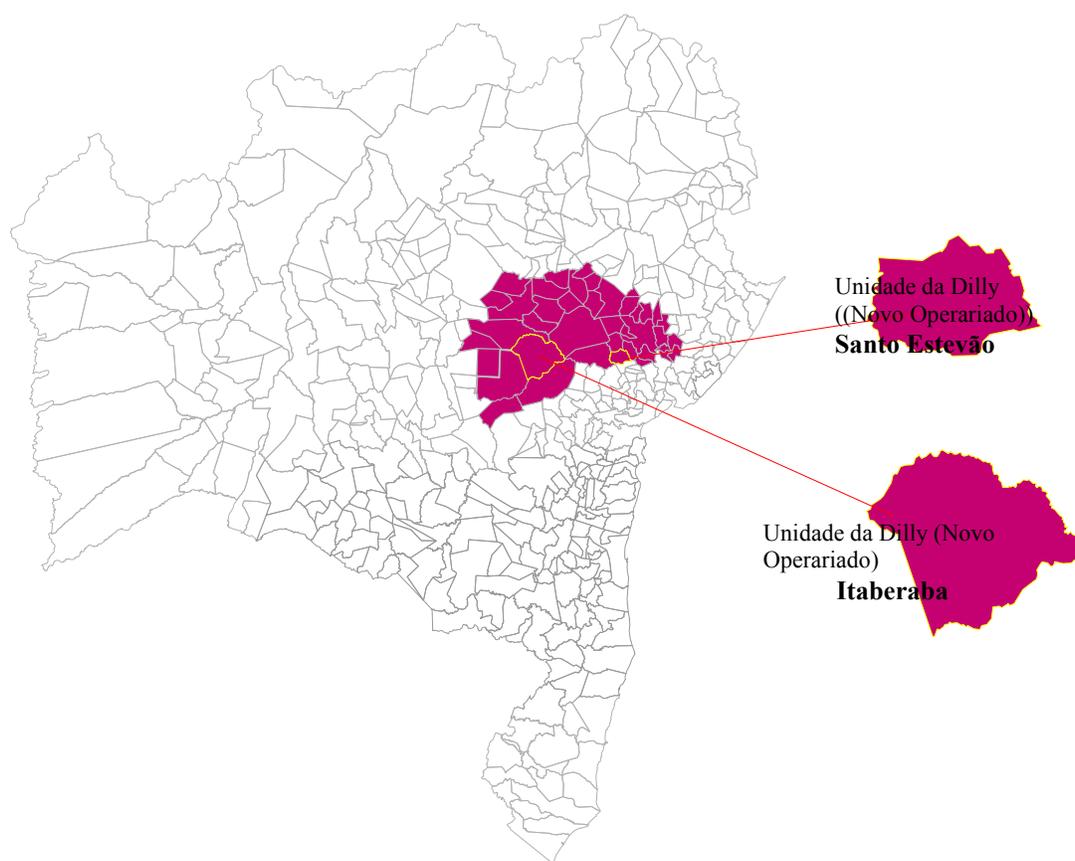


Municípios baianos que integram onde se localizam segmentos do novo operariado. Jequié (1 – Unidade da Ramarim); Vitória da Conquista (2 – Unidades da Dily e Clássico); Itambé (3 – Unidade da Azaléia); Maiquinique (4 – Unidade da Azaléia); Itarantim (5 – Azaléia); Itapetinga (6 - Matriz da Azaléia Nordeste); Itororó (7 – Unidade da Azaléia); Firmino Alves (8 – Unidade da Azaléia); Iguai (9 – Unidade da Azaléia), Ibicuí (10 – Unidade da Azaléia)

Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Jequié	0,331	0,094	0,060	0,722	0,410	0,422
Vitória da Conquista	0,440	0,129	0,105	0,757	0,456	0,459
Itambé	0,194	0,044	0,017	0,598	0,207	0,335
Maiquinique	0,225	0,053	0,032	0,620	0,252	0,363
Itapetinga	0,363	0,162	0,083	0,745	0,415	0,445
Itororó	0,273	0,051	0,031	0,643	0,275	0,375
Firmino Alves	0,206	0,084	0,023	0,599	0,231	0,359
Iguai	0,150	0,024	0,024	0,554	0,195	0,330
Ibicuí	0,236	0,053	0,035	0,597	0,247	0,362

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial, 2004.

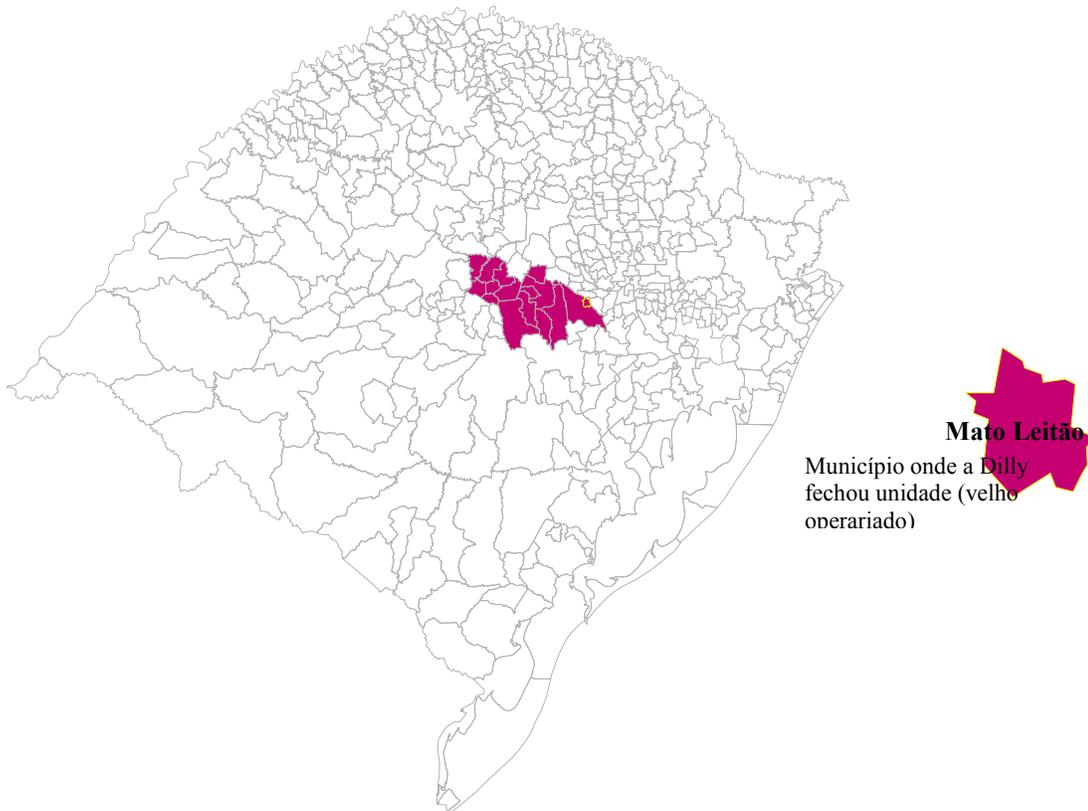
Estado da Bahia
Mapa da Região do Paraguaçu



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Santo Estêvão	0,259	0,042	0,028	0,639	0,258	0,349
Itaberaba	0,289	0,070	0,044	0,697	0,350	0,387

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

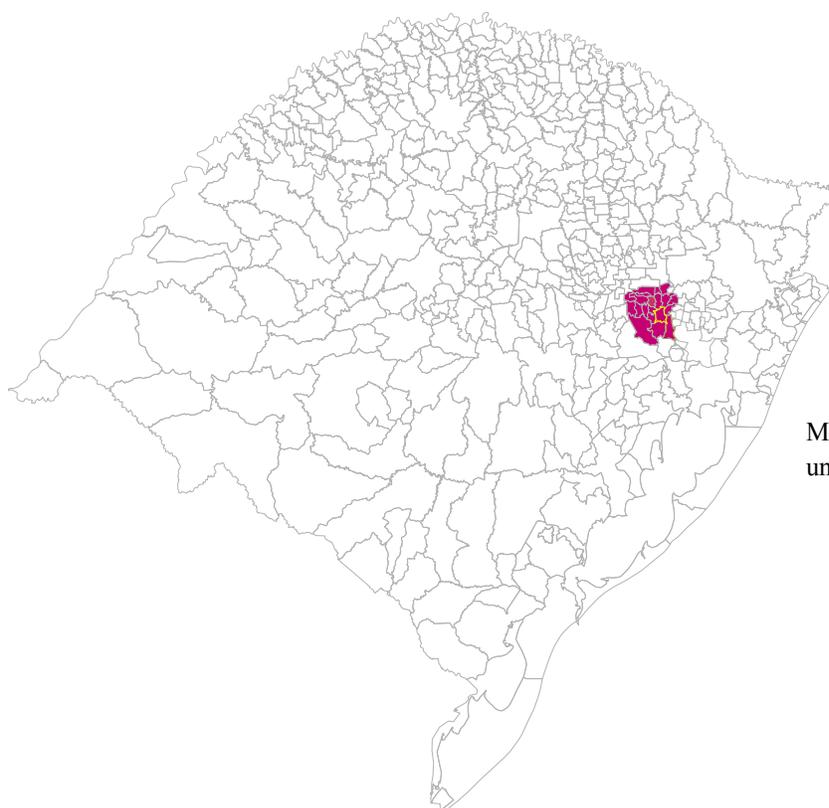
Estado do Rio Grande do Sul
Mapa da Microregião de Santa Cruz do Sul



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Mato Leitão	0,727	0,236	0,061	0,905	0,542	0,581

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Estado do Rio Grande do Sul
Mesoregião de Porto Alegre
Mapa Microregião de Montenegro

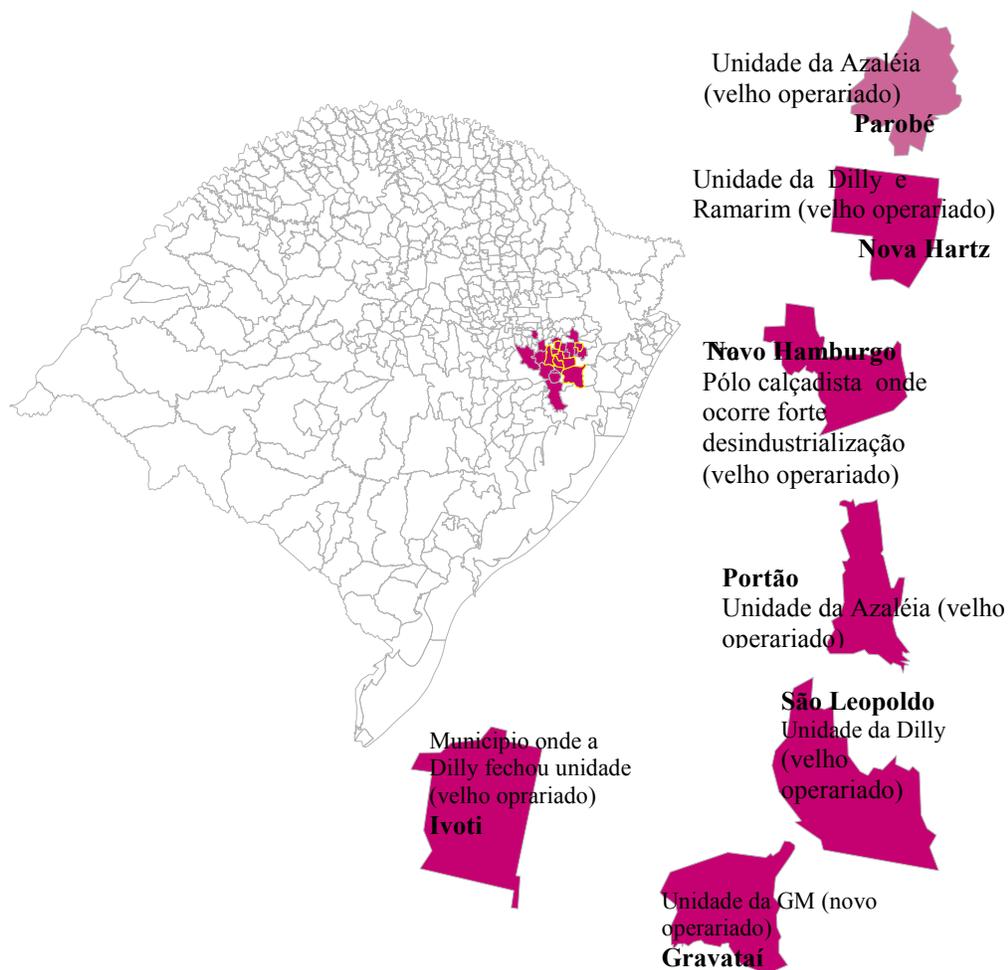


Município onde Azaléia fechou
unidade (velho operariado).

Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
São Sebastião do Caí	0,733	0,306	0,166	0,905	0,602	0,597

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

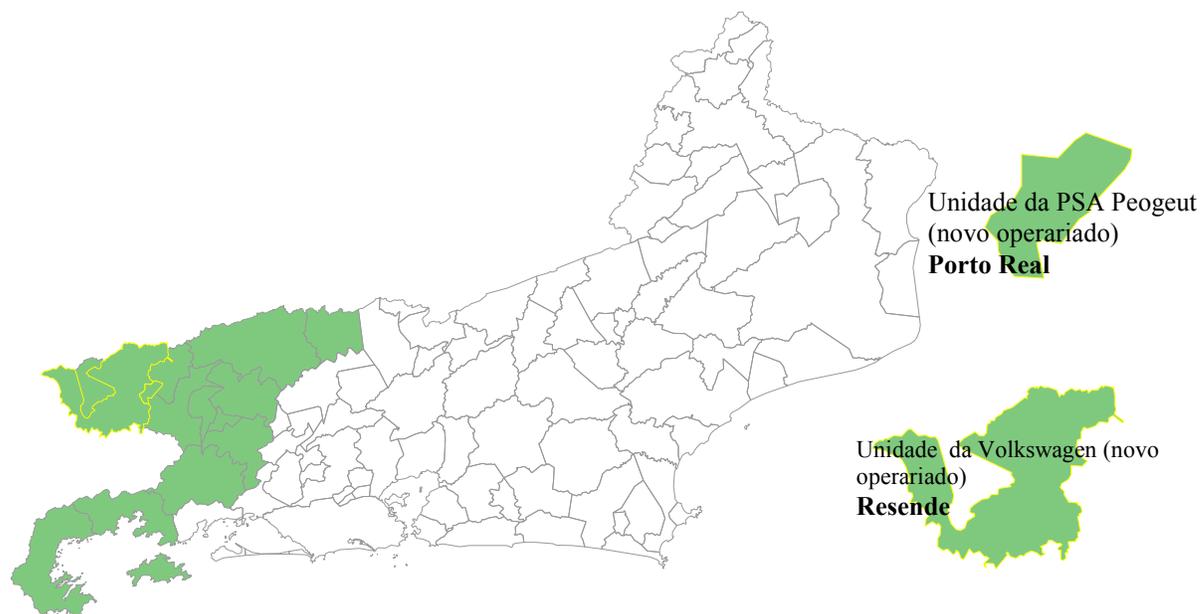
Estado do Rio Grande do Sul
Mapa da Mesoregião de Porto Agre
Mapa da Microregião de Porto Alegre



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Parobé	0,744	0,359	0,062	0,881	0,542	0,553
Nova Hartz	0,752	0,461	0,057	0,892	0,496	0,590
Novo Hamburgo	0,787	0,323	0,233	0,904	0,650	0,616
Portão	0,760	0,272	0,095	0,895	0,528	0,569
São Leopoldo	0,784	0,219	0,240	0,905	0,692	0,599
Gravataí	0,756	0,155	0,121	0,905	0,631	0,559
Ivoti	0,854	0,441	0,195	0,943	0,656	0,665

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

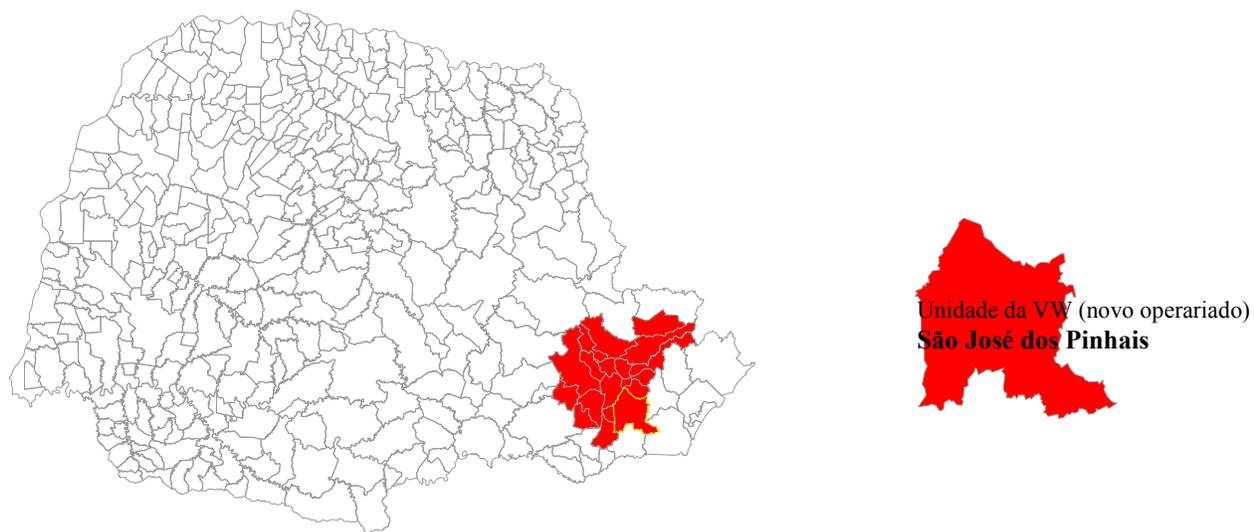
Estado do Rio de Janeiro
Mapa da Região do Sul Fluminense
Microregião do Vale do Paraíba Fluminense



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Porto Real	0,611	0,203	0,071	0,850	0,501	0,508
Resende	0,734	0,251	0,275	0,892	0,705	0,608

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

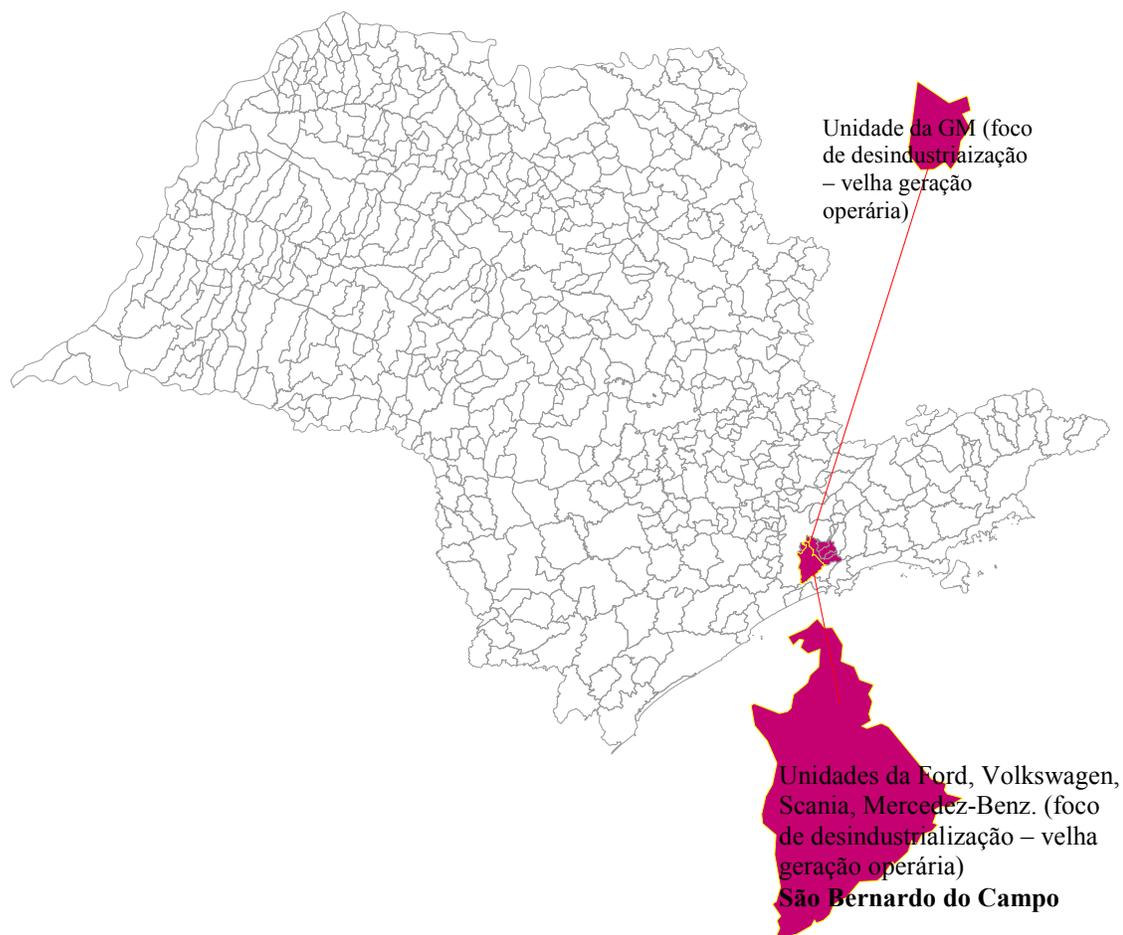
Estado do Paraná
Região Metropolitana de Curitiba
Mapa da Microregião de Curitiba



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
São José dos Pinhais	0,782	0,237	0,150	0,900	0,615	0,569

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

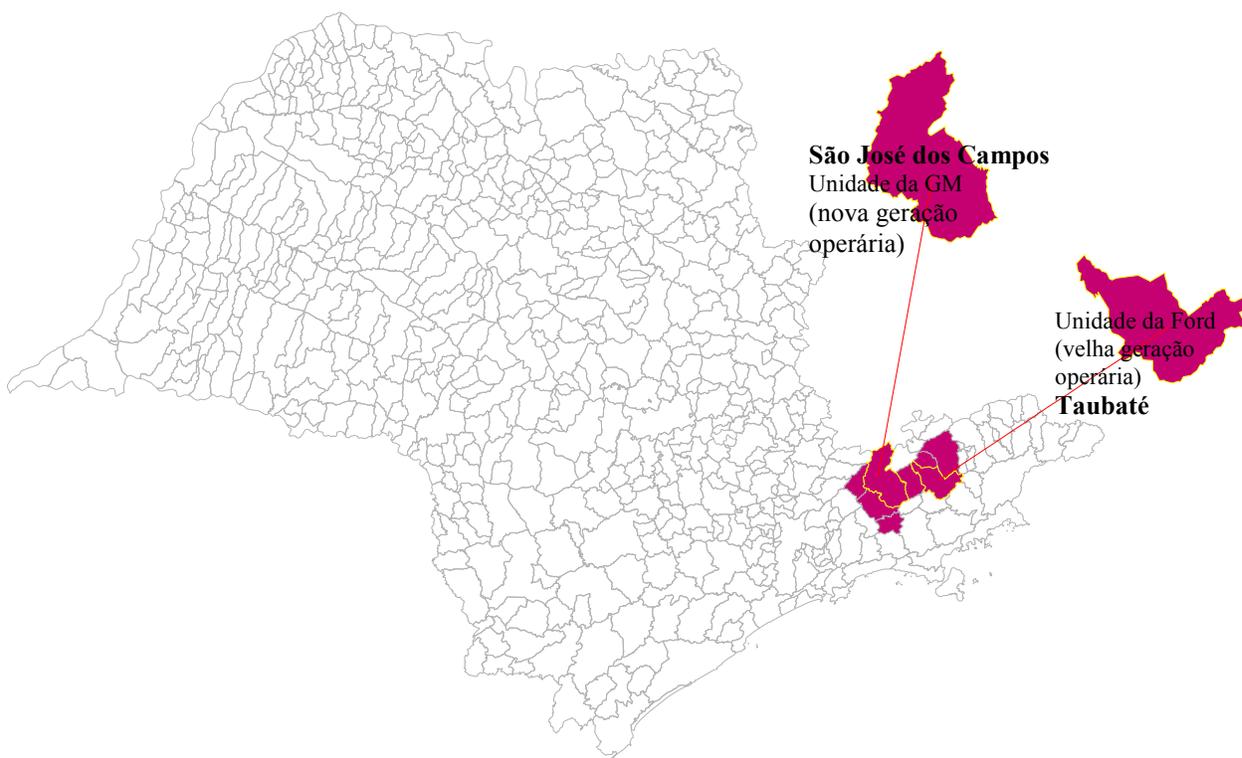
Estado de São Paulo
Região Metropolitana de São Paulo
Mapa da Microregião do ABC



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
São Caetano do Sul	0,886	0,740	0,786	0,949	0,878	0,864
S. B. do Campo	0,806	0,323	0,447	0,912	0,769	0,652

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

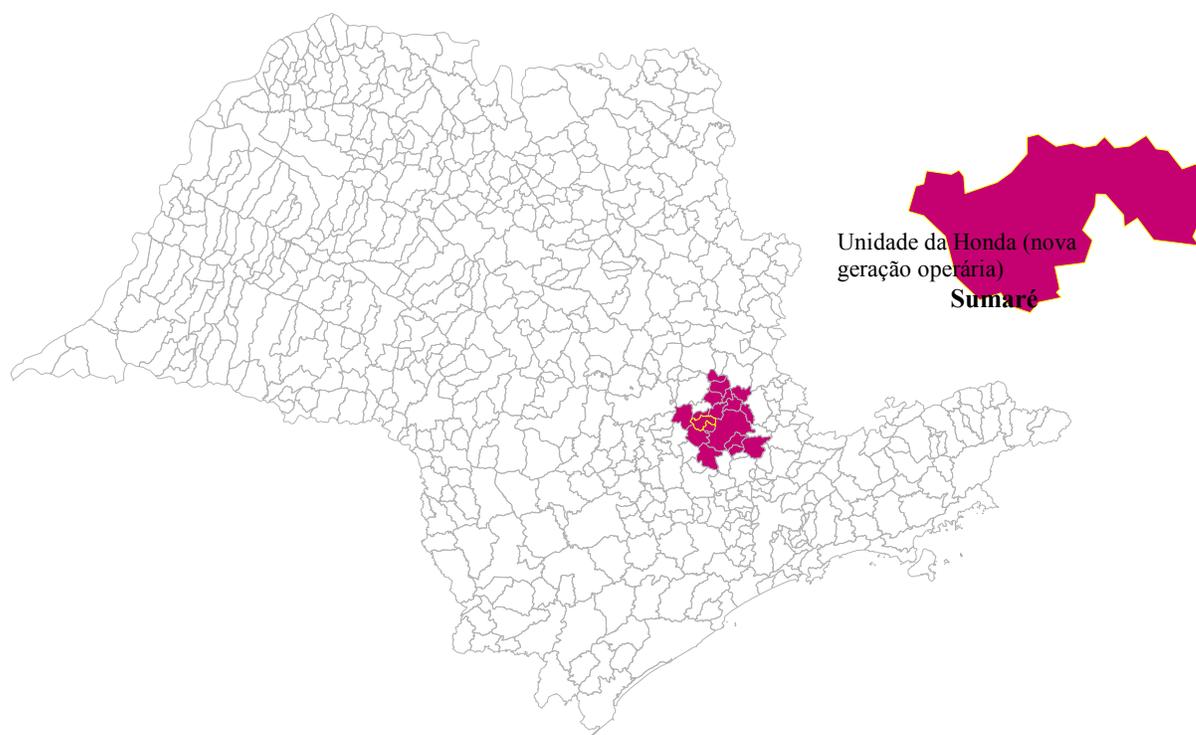
Estado de São Paulo
Mesoregião do Vale do Paraíba Paulista
Mapa da Microregião de São José dos Campos



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
S. José dos Campos	0,811	0,263	0,420	0,914	0,785	0,635
Taubaté	0,798	0,258	0,337	0,916	0,752	0,639

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

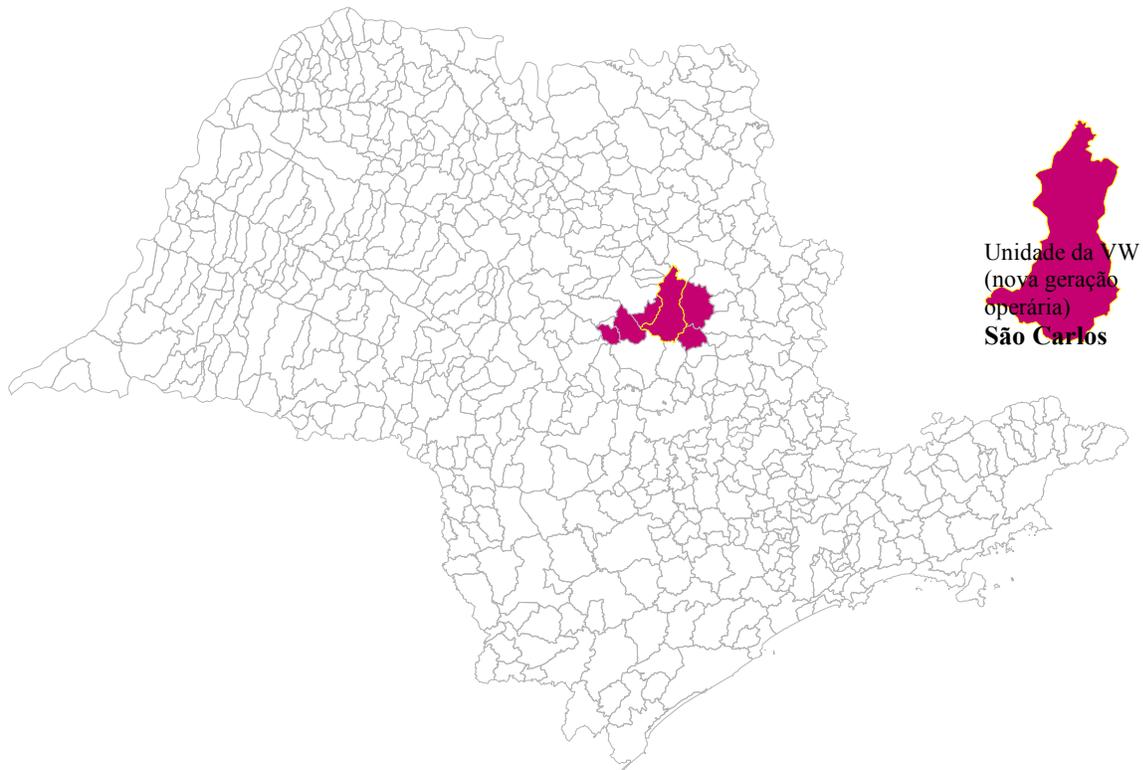
Estado de São Paulo
Mapa da Região Metropolitana de Campinas



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Sumaré	0,775	0,135	0,137	0,872	0,583	0,521

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

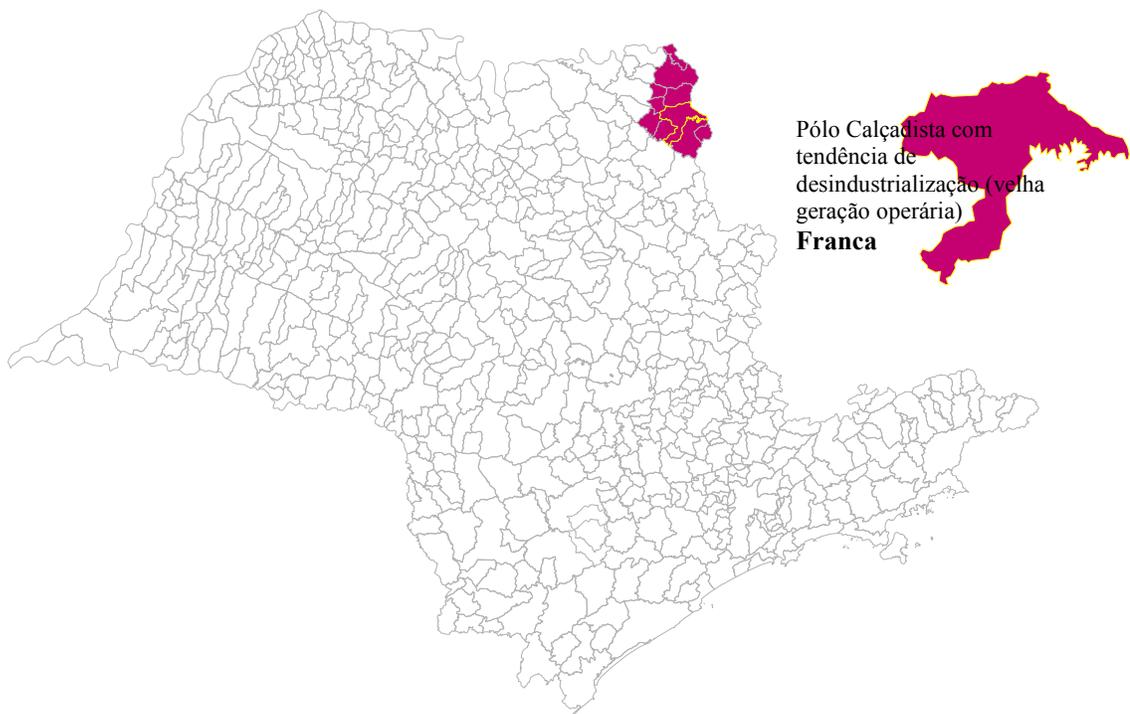
Estado de São Paulo
Meso Região de Araraquara
Mapa da Microregião de São Carlos



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
São Carlos	0,840	0,278	0,328	0,910	0,760	0,663

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Estado de São Paulo
Mesoregião de Ribeirão Preto
Mapa da Microregião de Franca



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Franca	0,802	0,221	0,210	0,905	0,657	0,607

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Estado de Santa Catarina
Mesoregião do Oeste Catarinense
Mapa da Microregião de Chapecó



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Saudades	0,717	0,196	0,104	0,912	0,543	0,549

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Estado de Goiás
Mesoregião do Sul Goiano
Mapa da Microregião de Catalão



Município	Índice de Pobreza	Índice de Emprego	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Exclusão
	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000	Ano 2000
Catalão	0,636	0,156	0,141	0,892	0,591	0,546

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Quadro Geral dos Municípios que Integram a Geografia da Indústria Automotiva e Calçadista no Brasil

Tabela 9

Município	Índice de Pobreza Ano 2000	Índice de Emprego Ano 2000	Índice de Desigualdade Ano 2000	Índice de Alfabetização Ano 2000	Índice de Escolaridade Ano 2000	Índice de Exclusão Ano 2000
Frei Paulo,	0,299	0,079	0,038	0,578	0,271	0,378
Itapipoca	0,218	0,045	0,031	0,621	0,303	0,343
Camaçari	0,489	0,229	0,060	0,817	0,528	0,479
Jequié	0,331	0,094	0,060	0,722	0,410	0,422
Vitória da Conquista	0,440	0,129	0,105	0,757	0,456	0,459
Itambé	0,194	0,044	0,017	0,598	0,207	0,335
Maiquinique	0,225	0,053	0,032	0,620	0,252	0,363
Itapetinga	0,363	0,162	0,083	0,745	0,415	0,445
Itororó	0,273	0,051	0,031	0,643	0,275	0,375
Firmino Alves	0,206	0,084	0,023	0,599	0,231	0,359
Iguaí	0,150	0,024	0,024	0,554	0,195	0,330
Ibicuí	0,236	0,053	0,035	0,597	0,247	0,362
Santo Estêvão	0,259	0,042	0,028	0,639	0,258	0,349
Itaberaba	0,289	0,070	0,044	0,697	0,350	0,387
Mato Leitão	0,727	0,236	0,061	0,905	0,542	0,581
São Sebastião do Cai	0,733	0,306	0,166	0,905	0,602	0,597
Parobé	0,744	0,359	0,062	0,881	0,542	0,553
Nova Hartz	0,752	0,461	0,057	0,892	0,496	0,590
Novo Hamburgo	0,787	0,323	0,233	0,904	0,650	0,616
Portão	0,760	0,272	0,095	0,895	0,528	0,569
São Leopoldo	0,784	0,219	0,240	0,905	0,692	0,599
Gravataí	0,756	0,155	0,121	0,905	0,631	0,559
Ivoti	0,854	0,441	0,195	0,943	0,656	0,665
Porto Real	0,611	0,203	0,071	0,850	0,501	0,508
Resende	0,734	0,251	0,275	0,892	0,705	0,608
São José dos Pinhais	0,782	0,237	0,150	0,900	0,615	0,569
São Caetano do Sul	0,886	0,740	0,786	0,949	0,878	0,864
São Bernardo do Campo	0,806	0,323	0,447	0,912	0,769	0,652
São José dos Campos	0,811	0,263	0,420	0,914	0,785	0,635
Taubaté	0,798	0,258	0,337	0,916	0,752	0,639
Sumaré	0,775	0,135	0,137	0,872	0,583	0,521
São Carlos	0,840	0,278	0,328	0,910	0,760	0,663
Franca	0,802	0,221	0,210	0,905	0,657	0,607
Saudades	0,717	0,196	0,104	0,912	0,543	0,549
Catalão	0,636	0,156	0,141	0,892	0,591	0,546

Fonte: *Atlas da Exclusão Social no Brasil Volume 2: dinâmica e manifestação territorial*, 2004.

Remuneração nas Empresas Montadoras de Veículos, por Município, Brasil, 2001
Tabela 10

Município	Horistas (em Reais)		Mensalistas (em Reais)	
	Diretos	Indiretos	Administrativos	Técnicos
S.B do Campo / S.C. do Sul – SP	1.999,83	2.609,48	2.200,06	3.888,66
S.J. dos Campos – SP	1.935,92	2.516,79	2.150,90	4.690,03
Taubaté – SP	1.870,44	2.466,74	2.116,21	2.575,69
Curitiba – SP	1.462,66	3.580,09	1.325,26	4.448,25
Sumaré – SP	1.111,60	1.367,41	1.820,92	2.317,63
Caxias do Sul – RS	1.075,55	1.616,53	1.023,98	1.603,65
Indaiatuba – SP	1.060,13	2.862,57	1.552,06	3.092,63
Betim – MG	971,57	1.445,89	1.836,90	2.514,63
S.J. dos Pinhais – PR	953,84	1.562,62	1.801,27	2.161,07
Resende / Porto Real –RJ	860,17	1.743,47	1.884,15	2.223,38
Juiz de Fora – MG	836,14	1.	1.587,85	1.737,26

		476,15		
São Carlos – SP	827,30	1.397,36	1.501,99	1.570,75
Gravataí – RS	821,26	1.626,28	1.155,86	1.528,99
Camaçari – Ba	608,36	2.592,00	2.020,34	6.460,14
Sete Lagoas – MG	456,38	583,75	1.011,49	1.662,80

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Subseção DIEESE – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (239).

**Remuneração nas Empresas Montadoras de Veículos, por Município, Brasil, 2001
(ABC Paulista = 100)**

Tabela 11

Município	Horistas		Mensalistas	
	Diretos	Indiretos	Administrativos	Técnicos
S.B do Campo / S.C. do Sul – SP	100,0	100,0	100,0	100,0
S.J. dos Campos – SP	96,8	96,4	97,8	120,6
Taubaté – SP	93,5	94,5	96,2	66,2

²³⁹ SUBSEÇÃO DIEESE – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Do Holerite às Compras: remuneração, preços e poder aquisitivo do tempo de trabalho em 17 municípios com produção automobilística no Brasil.* São Bernardo do Campo-SP: Gráfica FG, 2003.

Curitiba – SP	73,1	98,9	60,2	114,4
Sumaré – SP	55,6	52,4	82,8	59,6
Caxias do Sul – RS	53,8	61,9	46,5	41,2
Indaiatuba – SP	53,0	109,7	70,5	79,5
Betim – MG	46,6	55,4	83,5	64,7
S.J. dos Pinhais – PR	47,7	59,9	81,9	55,6
Resende / Porto Real –RJ	43,0	66,8	85,6	57,7
Juiz de Fora – MG	41,8	56,6	72,2	44,7
São Carlos – SP	41,4	53,5	68,3	40,4
Gravataí – RS	41,1	62,3	52,5	39,3
Camaçari – Ba	30,4	99,3	91,8	166,1
Sete Lagoas – MG	22,8	22,4	46,0	42,8

Fonte: RAIS Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Subseção DIEESE – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC²⁴⁰

²⁴⁰ Ibidem, idem.

Jornada de Trabalho nas Montadoras de Veículos por Município, Brasil, 2002
Tabela 12

Município	Jornada Semanal (em Horas)	
	Horistas	Mensalistas
S.B do Campo / S.C. do Sul - SP	40	40
S.J. dos Campos – SP	40	40
Taubaté – SP	40	40
Curitiba – SP	40	40
Sumaré – SP	44	42
Caxias do Sul – RS	44	44
Indaiatuba – SP	44	43
Betim – MG	42	42
S.J. dos Pinhais – PR	44	43
Resende / Porto Real -RJ	44	40/43

Juiz de Fora – MG	44	44
São Carlos – SP	43	42
Gravataí – RS	44	44
Camaçari – Ba	44	40
Sete Lagoas – MG	44	44

Fonte: RAIS Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração Subseção DIEESE – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ²⁴¹

Para a presente pesquisa não se dispôs de dados tão completos sobre as diferenciações de remuneração e jornada de trabalho entre as regiões relacionadas ao setor calçadista. O que se teve foram informações coletadas junto aos sindicatos, imprensa, entidades representativas do empresariado e governos. Mesmo que não sejam tão completos em termos comparativos, os dados do setor calçadista demonstram a mesma tendência no conjunto dos setores industriais que instalam sistemas pós-fordistas de produção fora das regiões industriais mais antigas. A situação de precarização, intensidade da produtividade e da exploração compatibilizados com baixos salários e menor proteção social tendem a ser semelhante.

Como se pôde observar nos mapas e tabelas, as condições em que surge o novo operariado são bem mais adversas do que as condições em que vive a geração operária nos locais de antiga industrialização. A exceção são as cidades do Sudeste e Sul do país, tais como São Carlos-SP, Porto Real-RJ ou São José dos Pinhais-PR. No entanto, embora as

²⁴¹ Ibidem, idem.

condições sociais naquelas cidades sejam melhores do que nas cidades do Nordeste, permanece ali a mesma tendência de baixos salários e redução de direitos e proteção social em relação a regiões como o ABC paulista. Isso porque naquelas cidades do Sudeste, não existiu tradição de organização operária e sindical nos setores inaugurados na região pelas novas fábricas e, em grande medida por causa disso mesmo, as empresas não reproduzem ali o mesmo padrão de relação entre capital e trabalho existente em cidades como São Bernardo do Campo, onde se concentrava a indústria automobilística no país. Assim, embora as condições sociais tendencialmente menos favoráveis onde surge o novo operariado possam facilitar a implementação de processos de trabalho que intensifiquem a exploração operária e a regressão nos patamares de negociação entre capital e trabalho, mesmo nos locais onde os trabalhadores tenham em tese melhores condições de vida o processo de exacerbação da exploração também ocorre.

Nas cidades do Nordeste, as condições de vida, historicamente precárias para os trabalhadores daquelas localidades, além do desemprego, potencializam entre aquele segmento do novo operariado uma maior pré-disposição para aceitar, por falta de opção, o que em outros locais figurariam como piores condições de trabalho e salariais. Isso repercute no espaço de atuação das empresas e contribui de forma decisiva para nivelar por baixo a relação salarial e o patamar de direitos. O jogo político-ideológico praticado pelos patrões, ao equilibrar as relações a partir do pólo mais precarizado, potencializa uma unidade geracional no sentido de semelhanças em termos de grandes tendências entre trabalhadores de realidades tão distintas como São José dos Pinhais-PR e Frei Paulo-CE.

Pode-se colocar em questão o contexto econômico e social de realidades distintas como sobredeterminação importante no exame das classes sociais sob o argumento de que,

sendo o capitalismo há muito o modo de produção predominante, as diferenças entre de uma região para outra teriam uma importância menor frente às linhas de força que engendram a forma de ser do capitalismo em qualquer situação, a saber, a valorização do capital via exploração de mais-valor. Por um lado é correto dizer que há muito o capitalismo é a organização da produção material predominante no Brasil, sendo a valorização do capital e a produção da mais-valia alguns dos aspectos centrais que unificam as regiões em uma formação social capitalista. Por outro lado, as formas de exploração da mais-valia, se realizam mediadas pelas características sociais materialmente determinadas nas diferentes regiões. Se, nesse sentido, a definição do conceito de região transcende os critérios físicos e territoriais tradicionais, é possível determinar o espaço regional do novo operariado a partir de elementos que constituem sua unidade.

Portanto, se por um lado é correto o argumento de Francisco de Oliveira com relação ao poder que as formas de valorização do capital exercem sobre os processos de constituição das classes sociais, na medida em que não se dão da mesma forma no espaço do país, embora aqueles processos tendam a se enquadrarem na determinação mais geral de valorização do capital que rege o sistema, por outro lado, a determinação mais geral em questão não define sozinha a existência da classe social, o próprio Oliveira sugere isso quando propõe um conceito de região que:

*Se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral*²⁴²

²⁴² OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. 6 Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 27.

O lugar de determinação principal que o autor confere ao processo de reprodução do capital na delimitação da região tende a focar o fenômeno de constituição das classes sociais nessa mesma determinação. Isso não é suficiente, algumas especificidades das diferentes regiões atuam sobre aquela determinação principal, sobredeterminando-a, em diferentes contextos. Isso porque, se tomarmos apenas o critério “mecanismos de expansão do capital” para demarcar as regiões, e nelas o desenrolar do processo de constituição das classes, poderíamos ofuscar, por exemplo, as heranças em termos de práticas sociais, mentalidades e ideologias dos agentes presentes na região e que determinam padrões de relações em outras. Pode-se obscurecer ainda o fato de que, frente aos mecanismos de expansão do capital essas heranças possam contribuir para sínteses diferenciadas em relação aos locais onde as formas de desenvolvimento do capital se deram de maneira mais “pura”. Além disso, discordo do autor, no sentido de que o capital procura homogeneizar as “regiões” no que se trata das relações de produção capitalistas. Talvez esse fosse o caso no momento em que o autor escrevia seu ensaio. Nesse aspecto, concordamos com Silveira, no sentido de que Francisco de Oliveira acaba por questionar a noção de singularidade, que teria um papel fundamental no entendimento do processo de constituição das classes sociais em distintas “regiões”. Segundo a autora,

Falta nessa concepção a noção de “espaço enquanto produção-produto da relação natureza-sociedade. Espaço enquanto expressão de historicidade incorporadas na paisagem. Raciocinando a partir desse conceito, e na medida que, portanto, os espaços são especificados por recursos naturais e por ações humanas diferenciadas, gerando cargas históricas desiguais, mesmo sob a ação do capital, como pensar que a ação homogeneizadora desse último passaria por cima dessas historicidades? (...) a homogeneização do espaço nacional não elimina as suas desigualdades internas, pois, caso contrário, se colocaria em questionamento a própria concentração de

capitais”[apud Martins]. A homogeneização seria sim a generalização das relações capitalistas de forma articulada entre os vários espaços²⁴³

Mas se crítica levanta problemas na idéia de generalização e homogeneização, por outro lado dá muita ênfase à heterogeneidade. Hoje é possível observar a combinação de duas tendências aparentemente opostas, mas que se complementam: uma tendência de heterogeneidade com vistas a fazer prevalecer determinado tipo de homogeneidade.

Os agentes do capital procuram reproduzir situações diferenciadas no plano das relações de produção, operando uma síntese entre as determinações mais gerais da produção capitalista com as singularidades locais. A idéia inicial é integrar diferentes regiões ao circuito da produção industrial relacionada com o mercado mundial. Essa integração se vale de um tipo de heterogeneidade que combina níveis mais intensos de precarização do trabalho possibilitados no lócus do novo operariado pelas peculiaridades, com níveis menos intensos nos locais da velha geração operária. Mas, apesar das peculiaridades locais no processo de constituição das classes, supõem uma futura homogeneidade no processo de integração tomando-se como referência *as relações de trabalho* do pólo mais precário. Para viabilizar esse fenômeno, se vale do reforço de elementos locais onde se instalam as novas fábricas de modo que possam atuar como instrumentos de desestruturação do coletivo operário tanto no lócus do novo operariado quanto no lócus do velho. Nesse sentido, o próprio conceito de região tende a incorporar essas peculiaridades, ou heranças históricas como define Silveira, que se mesclam com os elementos mais essenciais do modo de produção capitalista, como pontos de convergência para sua delimitação. É importante reter essa perspectiva, pois, segundo a lógica proposta

²⁴³ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *História e Região: questão de método*. In: ARRUDA, Marcos. **República em Migalhas: história local e regional**. São Paulo: Marco Zero, MCT, CNPq, 1990, p. 38.

por Francisco de Oliveira, a hegemonia de um determinado processo de valorização do capital nas diferentes áreas do país tenderia a dissolver as regiões. Segundo o autor, um exemplo disso seriam os EUA, onde a ampliação das relações sociais capitalistas homogeneizou o espaço nacional, pondo fim às regiões naquela lógica que ele propõe.

Poulantzas oferece uma solução teórica que se aproxima da maneira mais adequada de se tratar a questão. Em sua problemática teórica sobre o Estado, sugere que na superposição de modos de produção em uma mesma formação social, haveriam ritmos diferenciados no desenvolvimento do político e do econômico de acordo com o tipo de relação dos modos de produção anteriores com o modo de produção predominante. Essas instâncias teriam suas temporalidades específicas, não se tratando aqui da linearidade do tempo cronológico. Pensando nos caminhos apontados por Francisco de Oliveira, podemos afirmar que, somando-se ao aspecto econômico, o enfoque de Poulantzas nos indica um tratamento metodológico ao objeto que permitiria visualizar, numa mesma temporalidade, ritmos de tempos históricos diferenciados. A relação dos agentes com os fenômenos sociais que se situam em uma mesma temporalidade, mas com ritmos de desenvolvimento diferenciados e que representam heranças de processos históricos anteriores, tornam menos factível a idéia de homogeneização no fenômeno de constituição da classe social, mas não fecha a possibilidade para uma *possível homogeneização da relação do capital com as classes* que se constituem de forma distinta. Pode-se dessa maneira examinar melhor o fenômeno contemporâneo que entrelaça duas gerações operárias em uma mesma temporalidade cronológica, sem desconsiderar no tempo presente a permanência de certos elementos e estruturas superadas em outras formações sociais. Abre-se assim uma rica perspectiva para estudos comparativos.

Falta, no entanto, em Poulantzas, um maior detalhamento acerca das diferenças ou diacronias com relação ao desenvolvimento das temporalidades distintas das instâncias que compõem a formação social. Isso não impede que o autor lance a problemática dos ritmos e temporalidades de desenvolvimento diferenciados das instâncias que comporiam uma formação social, particularmente em sua reflexão sobre o Estado:

O que, de imediato, vai criar aqui um problema são as transformações da instância regional de uma formação social. Como deverão ser consideradas as transformações do Estado capitalista a fim de que continuem a ser transformações da mesma instância? Isto relaciona-se com o problema capital da periodização ao nível das estruturas e das práticas políticas. Será possível definir “períodos” típicos de uma formação social, com ritmo de ascensão própria, períodos a que corresponda, ao nível político, uma forma particular de Estado? É necessário afastar, antes de tudo, a concepção evolucionista e historicista, que supõe uma temporalidade unilinear de sucessão, quer dos modos de produção, quer das “etapas” de uma formação, conduzindo de fato a essa divisão cronologia que continua a causar danos no domínio das ciências sociais. No caso das formas de Estado, acaba por nele encontrar tantas etapas sucessivas de transformação do Estado capitalista quantas as que corresponde às etapas de evoluções simples das formações capitalistas.²⁴⁴

A questão fecha-se sobre as transformações no Estado capitalista. No entanto, a relação dos ritmos diferenciados de desenvolvimento dos elementos que compõem uma formação social pode ainda ser estendida à compreensão dos processos de constituição de classe em diferentes formações sociais contemporâneas ou em regiões do mesmo espaço nacional. As noções de ruptura e permanência, o lugar dos costumes, das práticas políticas, das ideologias e mentalidades, poderiam ser mais bem dimensionadas em sua relação com

²⁴⁴ NICOS, Poulantzas. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1977, p. 145.

elementos particulares e mais gerais dos processos de constituição de classe frente ao fenômeno global das formas predominantes de acumulação capitalista, algo que Oliveira, por exemplo, não enfatiza, mas que é fundamental para entender o processo de constituição de classe em regiões distintas de um mesmo país.

Embora Poulantzas leve em conta a questão dos ritmos diferenciados dos eventos que se situam em distintas *instancias regionais* – o político, o econômico e o ideológico – do modo de produção, falta-lhe um tratamento mais aprofundado sobre os efeitos desses ritmos diferenciados nos processos de constituição de classe. O historiador Fernad Braudel, ao examinar os ritmos diferenciados dos efeitos das estruturas sobre os fenômenos sociais, nos oferece uma abordagem mais precisa, na medida em que propõem formas de compreensão dos desenvolvimentos desses efeitos em chaves temporais que possam coexistir em uma mesma conjuntura, diferentes níveis de generalização, de particularidades e singularidades. Haveria assim o elemento mais geral, o que muda menos e que daria os limites aos outros níveis. Poderíamos localizar aí, por exemplo, a estrutura de classe específica do modo de produção predominante, condições que os agentes herdaram, digamos assim, das gerações passadas. Em outro nível de percepção teríamos o singular, que Braudel entende como o é efêmero, transitório. O acontecimento, ou os eventos situados no tempo da conjuntura, tendem a perder substância na determinação dos fenômenos sociais. Se por um lado há a busca pelo que estrutura o processo social em nível mais profundo, por outro lado, a sub-valorização dos acontecimentos situados no tempo curto pode contribuir para que se ofusque a importância de eventos conjunturais determinantes para a compressão de mudanças históricas. De qualquer forma, a contribuição de Braudel se deve ao fato de problematizar melhor as temporalidades e ritmos de desenvolvimento do que Poulantzas

chamaria de “instâncias regionais” do modo de produção capitalista. Isto é fundamental para entender como se entrelaçam ideologias e elementos de uma mentalidade pré-industrial no seio de segmentos do novo operariado brasileiro e de como isso contribui para desestruturação de relações de produção menos danosas ao conjunto do operariado nacional. É importante também para entender como se dá a defasagem entre o político, o ideológico e o econômico no fenômeno de constituição de classe do operariado brasileiro em distintas regiões e em uma mesma temporalidade cronológica. A síntese dos aspectos culturais, político-ideológicos e econômicos no processo de formação da classe implica, portanto, em compreender como eles operam, enquanto sobredeterminações.

Vejamos então algumas características das localidades pesquisadas no interior da Bahia e na Região Metropolitana de Salvador – RMS. Posteriormente a isso se examinará outros aspectos mais diretamente relacionados ao operariado nessas realidades.

No interior baiano, na grande maioria das cidades onde as indústrias calçadistas se instalam estas são as primeiras indústrias modernas. No caso de Camaçari, já existiam grandes plantas industriais, é lá onde se localiza o segundo maior pólo petroquímico do país, mas não havia nenhuma grande indústria de ponta dedicada ao setor automobilístico. Vale dizer que a Ford não é somente primeira grande montadora de automóveis na Bahia, mas também em todo o Nordeste.

No caso das cidades envolvidas com a produção da nova indústria calçadista no Estado, quase todas são muito pobres e as condições de vida da maioria da população bastante precárias. Os dados expostos nas tabelas anteriores indicam isso claramente. As fábricas representam ali uma oportunidade de emprego formal importante, muitas vezes essa é a única oportunidade para o jovem trabalhador naqueles municípios. No caso da

Azaléia, todo o complexo se localiza a aproximadamente 500 Km da capital do Estado, Salvador. A matriz processadora do produto final localiza-se em Itapetinga²⁴⁵, cidade tradicionalmente ligada à pecuária extensiva. No conjunto das cidades envolvidas na rede de produção da Azaléia, Itapetinga é a maior e menos pobre. Sua população é de cerca de 60 mil habitantes, possui agroindústrias e um campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O restante das cidades que compõem a rede é muito pobre e a média populacional é de 20 mil habitantes²⁴⁶. A maioria de seu contingente populacional transita por empregos de baixa remuneração no pequeno comércio local, na atividade agropecuária, seja como meeiros e diaristas, ou como funcionários das prefeituras dessas cidades, que funcionam como “cabides” de empregos em moldes clientelistas. Na rede baiana da Azaléia, as unidades menores foram construídas em um raio de cerca de 100 Km em torno da fábrica maior. Todas as unidades atuam horizontalmente interligadas. Funcionam em um sistema de integração que divide as etapas da fabricação do produto entre as unidades menores e a fábrica matriz. As estratégias de produção praticadas pela

²⁴⁵ O município de Itapetinga localiza-se na Região Sudoeste. Possui 1.615,40 Km² e localiza-se a 571 Km de Salvador. A sua população estimada é de 54.787. O rendimento médio dos chefes de domicílio é R\$ 266,00, sendo a 14ª na escala de rendimento médio dos municípios baianos. Conta com 55 estabelecimentos de ensino fundamental: 19 na zona rural e 36 na zona urbana; destas 11 são estaduais (todas na zona urbana), 36 são municipais (19 na zona rural e 16 na zona urbana) e 9 particulares (todas na zona urbana). A cidade conta ainda com 5 escolas de nível médio, 2 estaduais, 2 particulares e 1 federal, todas na zona urbana. Cf: BAHIA. Governo do Estado da Bahia. *Estatística dos Municípios Baianos*. [CD-ROM]. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; SEI, 2001. Configuração mínima recomendada: Petium 166, 32 MB.

²⁴⁶ Um exemplo dessas cidades é o município de Iguai, localizado a cerca de 80 Km de Itapetinga. Essa é a primeira vez que uma indústria inclui o município de Iguai em suas atividades. O município de Iguai está situado na microrregião de Vitória da Conquista, região econômica do Sudoeste. Possui 836,40 Km² de área e fica a 497 Km de Salvador. Dados de 1999 estimam que sua população seja de 20.472 habitantes. Dados de 1991 informam que rendimento médio real dos chefes de família em Iguai é de R\$134,00. O município consta com 95 estabelecimentos de ensino fundamental: 88 municipais, 3 particularidades, 4 estaduais. Destes 80 se localizam na zona rural e 15 na zona urbana: 4 estaduais e 3 particulares na zona urbana, além de 8 estabelecimentos municipais na zona urbana. No nível médio o município conta com apenas um estabelecimento de ensino, uma escola estadual. Cf: BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Estatística dos Municípios Baianos*. [CD-ROM]. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; SEI, 2001. Configuração mínima recomendada: Petium 166, 32 MB.

rede diferem daquelas utilizadas pela Azaléia no Rio Grande do Sul²⁴⁷, onde o sistema de rede não é utilizado e a produção se concentra em fábricas maiores.

A Ramarim fixou-se em Jequié em 1997 empregando inicialmente cerca de 800 trabalhadores. Em 2005 a fábrica foi ampliada e praticamente dobrou de tamanho, passando a ocupar 1.750 funcionários. A cidade Jequié está localizada há 360 Km de Salvador, uma zona de transição entre a mata e a caatinga árida. O município emancipou-se em 1910 e possuía em 2002 147.713²⁴⁸. A sua economia é baseada na pecuária e agricultura, no entanto possui, além da Ramarim, por volta de 35 indústrias na área de alimentos e confecções. Na divisão empresarial de Jequié, o setor industrial corresponde a 11%. O distrito industrial do município emprega em torno de 4.500 trabalhadores. A cidade é um dos principais redutos do carlismo no Estado da Bahia. Embora não tenha aplicado a enquete operária na Ramarim, foram realizadas entrevistas com operários daquela fábrica e percebemos um padrão semelhante no campo das relações de trabalho e perfil social dos trabalhadores.

A Clássico e a Dilly instalaram-se em Vitória da Conquista em 2004. A cidade é uma capital regional e dista pouco mais de 500 Km de Salvador. Possuía em 2002 270.364, sua economia se baseia no setor de serviços (educação, saúde e comércio) e possui um setor industrial tradicionalmente incipiente, mas que tem crescido nos últimos anos. Dentre as cidades pesquisadas Vitória da Conquista é a que apresenta os melhores indicadores sociais.

²⁴⁷ Uma das diferenças mais visíveis é o tipo de planta adotada pela empresa no Estado da Bahia. Isso pode ser visualizado nas fotos que ilustram a obra de SARLET, Erica D. *Os 40 anos de Calçados Azaléia S.A.: 1958-1998*. Canoas – RS: La Salle Gráfica Editora, 1999.

²⁴⁸ IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002. http://www.ibge.gov.br/munic_meio_ambiente_2002.

Durante a pesquisa foram feitos contatos com operários de diversas localidades e é possível observar diferenças significativas de avaliação e posicionamento dos trabalhadores frente à empresa e ao sindicato, determinadas pela história de cada um em suas respectivas regiões de origem. Em vários momentos foram estabelecidas conversas com pequenos grupos de operários bastante heterogêneos com relação ao gênero, etnia e origem regional. Em uma dessas ocasiões conversava com um grupo de nove operários, formado por quatro trabalhadores de Vitória da Conquista, dois operários originários de pequenas cidades vizinhas à Vitória da Conquista. Tínhamos no grupo três operárias nascidas em Vitória da Conquista e duas nascidas no Estado de São Paulo (uma de São Bernardo do Campo – cujo pai trabalha a 25 anos na Volkswagen – e outra da capital). Todos possuíam uma média de 8 meses de trabalho na Clássico. O grupo tinha muito pouca experiência anterior com o trabalho industrial. As duas operárias paulistas nunca trabalharam em fábrica. Dos jovens trabalhadores baianos um havia trabalhado em uma indústria de refrigerantes (Coca Cola), uma operária havia trabalhado em uma pequena fábrica de sandálias e o restante possuía um histórico de empregos no comércio local. Apesar de todos se encontrarem na mesma situação de classe, a avaliação da situação de trabalho e das relações com a gerência e companheiros de trabalho difere a partir de sua vivência anterior ao processo fabril em questão.

Entre os baianos a avaliação negativa do processo de trabalho na Clássico é mais intensa. Todos se queixavam do ritmo intenso da linha de produção, da frieza e da pressão dos supervisores. Segundo a operária baiana,

Na fábrica de sandália o trabalho era menos cansativo e o pessoal me tratava melhor. Lá era bem menor que aqui, tinha dois sócios, depois quebrou. Aqui não, é um negócio de doido! A gente sai daqui tudo moído, o

*trabalho não é pesado, mas cansa muito. Não tão nem aí [a supervisão] se a gente adocece ou passa mal, tem que dar produção!*²⁴⁹

As paulistas também se queixavam particularmente dos salários, mas não exatamente da natureza do trabalho ou das relações com a supervisão. A postura era também diferente frente à presença do pesquisador. Enquanto os depoimentos dos operários baianos eram marcados pelo tom de denúncia, algumas vezes de forma acalorada, as duas operárias paulistas apresentavam postura mais tranqüila com relação à situação de trabalho. Uma delas deu a sua opinião sobre os porquês dos problemas que o pessoal relatava:

*Olha, eu acho que tem isso mesmo, o trabalho é cansativo e tal, mas eu acho também que o problema é que aqui o pessoal não tá acostumado com esse tipo de serviço. Demora, pra acostumar, às vezes o pessoal não entende as coisas.*²⁵⁰

À primeira vista poderíamos imaginar que se tratava do depoimento de alguém com experiência anterior no trabalho industrial, mas não era o caso. Os depoimentos da segunda operária paulista, também inexperiente no trabalho na produção, apontam a resposta para essa aparente contradição:

*Eu sou de São Bernardo, vim pra cá com meu marido faz cinco anos. O meu trabalho não é cansativo, até que é fácil eu só coloco o material pra lavar na máquina. Eu acho que às vezes o pessoal reclama demais. Tá certo que o trabalho é duro, principalmente nas prensas, mas o pessoal reclama muito. Acho que falta costume mesmo*²⁵¹.

²⁴⁹ Transcrição de entrevista realizada com operários da Clássico do Nordeste em 09/06/2006, em Vitória da Conquista

²⁵⁰ Idem, ibidem.

²⁵¹ Idem, ibidem.

Mas, ela também não tinha costume com o trabalho na fábrica. A diferença é que em suas regiões de origem e em seu convívio social, a cultura fabril e o tipo sociabilidade produzida pelo trabalho na indústria transcendiam o ambiente da fábrica.

Segundo Humphrey, em 1970, em pleno desenvolvimento da indústria automobilística no ABC, as quatro cidades principais cidades industriais de São Paulo tinham um número desproporcional de trabalhadores nas indústrias de transporte e metalúrgica. São Bernardo era a principal referência neste aspecto. Lá, em 1970, 64% de todos os operários trabalhavam nos dois setores citados²⁵².

Perguntamos se tinham ouvido falar das ações dos sindicatos na região de São Bernardo do Campo. A resposta foi positiva, a jovem de São Bernardo ainda acrescentou informações importantes:

*Ouvi sim. Ah! Meu pai trabalha a 25 anos na Volks, eu ouvia muito o pessoal falar das coisas lá, o pessoal é mais forte nas firmas, tem o sindicato né, aqui o sindicato não faz nada. Também se o pessoal fizer alguma coisa vai tudo demitido.*²⁵³

A despeito de todos se encontrarem na mesma situação, a avaliação sobre o trabalho difere a partir de sua vivência anterior ao processo fabril. Mesmo que não tivessem sido operárias até o momento em que ingressaram na Clássico, a fala das trabalhadoras paulistas demonstram o quanto a sua avaliação foi influenciada por um tipo de cultura urbano-industrial em que a proximidade com relações sociais, experiência no trabalho fabril e o cotidiano operário foram decisivas. Elas não se surpreendem com o ritmo acelerado da

²⁵² HUMPHREY, Jonh. *Fazendo o Milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 55.

²⁵³ Idem, *ibidem*.

produção, nem com a dinâmica muitas vezes conflituosa das relações entre gerência e operários.

Todavia, há um aspecto que limita sua avaliação da nova condição de classe em que se encontram: apesar de serem originárias de ambiente operário, sobretudo a que nasceu em São Bernardo do Campo, ambas não viveram a experiência da exploração no trabalho fabril. Não experimentaram, na prática, as formas de organização e de ação política do coletivo operário do ABC, a que se referiram. A sua experiência anterior com o universo operário é, portanto, incompleta. Isso limita de forma importante a elaboração de uma percepção mais crítica quanto à sua situação na estrutura de classes e quanto à sua condição operária na fábrica baiana. Os elementos da crítica e da percepção que poderiam redundar em uma ação política mais próxima da sua condição na estrutura de classes encontram-se presentes, mas ainda muito dispersos no discurso, fragmentados. Nesse ponto, aquelas operárias paulistas praticamente se igualam aos jovens trabalhadores baianos, que não possuíram um contato anterior significativo com a experiência operária.

No caso dos trabalhadores baianos entrevistados, a grande maioria demonstrou possuir informações sobre os sindicatos do “Sul”, como eles chamam. A perspectiva observada é a de apontar lá o que, segundo eles, ainda não conseguiram na Bahia: força política, organização, tradição sindical e respeito. O conhecimento sobre a situação no “Sul” lhes chega quase sempre por intermédio de parentes que moram em São Paulo, pela mídia ou pela própria ação do sindicato local. Mas o conhecimento que eles têm sobre aquele contexto social é também limitado por ser superficial e fragmentado, como é o caso das operárias paulistas citadas. Mas, apesar disso, elas possuem vantagens sobre os operários baianos, pois, têm elementos que lhes permite estabelecer comparações entre as

duas realidades. A existência de operários com esse perfil é importante para alimentar os jovens operários com informações sobre realidades onde os trabalhadores conseguiram acumular conquistas.

O ritmo do desenvolvimento capitalista no país, bem como as formas de sociabilidade engendradas pelas relações de produção capitalista não são necessariamente homogêneos. Assim, as relações sociais pré-existentes, a cultura local e as particularidades de cada realidade, interagem com a percepção que os novos segmentos operários possuem sobre a sua experiência com o trabalho. Assim, três elementos também se somam à sobredeterminação de classe do novo operariado: a cultura, as mentalidades e as ideologias.

O debate sobre a influência da cultura na constituição e identidade do operariado é polêmico. A esse respeito destacarei dois motivos básicos. Primeiro por conta da relação muitas vezes ambígua e fluída demais entre cultura, mentalidades e ideologias. O segundo em virtude da complexidade dos próprios conceitos e à compreensão de como se evidenciam na prática.

No seio do marxismo o tema e a relação supracitados, particularmente com relação ao segundo aspecto, são caros e objeto de reflexão aprofundada desde os clássicos como, por exemplo, Antônio Gramsci e George Lukács, ao tratarem da problemática da hegemonia e da consciência de classe. Na segunda metade do século XX é necessário destacar a influência de autores como Thompson, cujo impacto na historiografia do movimento operário se dá não somente pela sua forma de abordagem das classes sociais que, na problemática thompsoniana, se faz, mas, sobretudo, pelo estatuto atribuído à cultura no processo de constituição da classe. No Brasil algumas pesquisas trataram das questões

abertas pelos autores em questão²⁵⁴, contribuindo ainda para enriquecer com a empiria um debate que quase sempre se localizava no plano da teoria. Isso não impediu que os marxistas fossem acusados genericamente de não darem a devida atenção à relação entre cultura e identidade na problemática das classes sociais, privilegiando as chamadas determinações estruturais e simplificando a relação entre economia e cultura²⁵⁵.

A partir dos anos 60, a pesquisa em História e Ciências Sociais procurou evitar os reducionismos do marxismo tradicional e a criticada relação de determinação simples entre base e superestrutura. Foram combatidas também as correntes estruturalistas como a encabeçada por Levis Strauss. A crítica era de que tornavam a história potencialmente imune às mudanças e colocava pouca ênfase nas ações dos agentes sociais, sejam classes ou indivíduos. Historiadores e cientistas sociais passaram então a dar um destaque maior à esfera cultural e ao cotidiano como lócus privilegiado do processo de construção da classe social. Os estudos sobre a chamada cultura popular proliferaram, destacando-se as imagens e significados que os segmentos sociais elaboram sobre si mesmos e os processos identitários. Nesse cenário de mudanças no enfoque dos objetos e da pesquisa, ganhava terreno os chamados “estudos sócio-culturais”, que colocavam na ordem do dia da pesquisa social o discurso da desconstrução das meta-narrativas, dos chamados determinismos da estrutura econômica e da estrutura de classes. No entanto, contraditoriamente ao discurso anti-determinista e anti-estruturalista vinculado naquela nova fase dos chamados “estudos sócio-culturais” ou somente “estudos culturais”, instala-se outro tipo de determinismo, a saber, o das potencialidades criativas da cultura como força ativa da história. A perspectiva

254 Ver por exemplo, em uma perspectiva lukacsiana: FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994. No campo thompsoniano ver a interessante pesquisa de: NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.

255 Ver: SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

pós-estruturalista, ao diminuir ou mesmo eliminar a importância da estrutura de classes – o conceito de classe social não se aplicaria mais – e das determinações econômicas, inaugura uma nova problemática. Nesta a dimensão cultural tende a se autonomizar frente à estrutura econômica e social e parece ser o único determinante no processo de formação das identidades e dos grupos sociais. No ensejo de se distanciar de todo o marxismo e estruturalismo, aquela tendência dos estudos culturais encerra-se em seu próprio determinismo e simplificação. Coloca-se assim, metodologicamente, no mesmo nível das perspectivas reducionistas anteriormente criticadas sobre a determinação econômica e estrutural em certa tradição marxista e estruturalista. O reducionismo e a premissa simplificada agora em questão é a de atribuir à cultura um papel central, a priori. O historiador Peter Burke resume os riscos de tal concepção:

*A ênfase atual dedicada à criatividade cultural e a cultura como uma força ativa na história precisa ser acompanhada por alguma noção dos limites e restrições nos quais essa criatividade se manifesta. Em vez de simplesmente substituir a história social da cultura pela história cultural da sociedade, faz-se necessário trabalhar com as duas idéias de forma conjunta e simultânea, independentemente do grau de dificuldade que isso possa acarretar. Em outras palavras, parece-nos bem mais proveitoso considerar a relação entre cultura e sociedade em termos dialéticos com ambas as partes, a um só tempo, ativas e passivas, determinantes e determinadas. Em qualquer hipótese, a construção cultural deve ser tratada como um problema, e não como premissa, e um problema merecedor de análise mais detalhada.*²⁵⁶

Há ainda outro empobrecimento produzido pela perspectiva pós-estruturalista – ou pós-moderna – de autonomização da cultura em sua dimensão estritamente semiológica.

²⁵⁶ BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 171.

Trata-se do risco, segundo Armand Matterland e Érik Neveu²⁵⁷, de sempre se ver o mundo como signos, representações, colagens de discursos e empréstimos culturais, purgando, segundo os autores, toda contribuição da abordagem marxista (estrutura de classes, organização da produção material), histórica e sociológica. A situação se agrava, a partir dos anos 80, com a crescente despolitização acadêmica no âmbito dos estudos culturais, particularmente com o aprofundamento da tendência anteriormente manifesta de crescente abandono da problemática das classes sociais nos Estados Unidos e Europa, quando a ênfase passa ser dada à questão das identidades sociais e individuais²⁵⁸.

Isso ocorreu não somente no campo pós-moderno. Em determinados estudos sobre cultura e classes sociais, algo semelhante aconteceu. Refiro-me a autores neo-weberianos e neo-marxistas, que se puseram na tentativa de sanar lacunas atribuídas à problemática marxista que, segundo seus críticos, pouco avançou na articulação entre classe e ação coletiva, entre classe e cultura. No entanto, a contrapartida oferecida foi também um fenômeno que concedeu crescente autonomia à constituição da identidade e do simbólico diante das determinações sociológicas e históricas²⁵⁹. Nesse quesito é preciso destacar a obra de Thompson, particularmente com relação à seguinte ambigüidade: por um lado o autor se reporta às relações de produção como determinante, em grande parte, da experiência de classe, e se refere à consciência de classe como a forma em que essa experiência é tratada em termos culturais²⁶⁰. Por outro lado, é conhecida a afirmação do autor de que a “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao

²⁵⁷ MATTERLAND, Armand; Neveu, Érik Neveu. *Introdução aos Estudos Culturais*. Parábola Editorial: São Paulo, p. 134.

²⁵⁸ Ibidem, p. 153-154.

²⁵⁹ Ver: SALLUM JR. Brasília. *Classe, Cultura e Ação Coletiva*. *Lua Nova*, São Paulo, nº 65, 2005.

²⁶⁰ Ver: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.) *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. E. P. Thompson. Campinas-SP: Textos Didáticos IFCH, nº 10, Vol. 1, 1998; ver o prefácio de THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

final, esta é a única definição”²⁶¹. O resultado teórico e prático dessa última parte, cujo princípio é estrutural para problemática do autor, é o de colocar em segundo plano as determinações anteriormente destacadas, situadas no âmbito das relações de produção historicamente dadas, para colocar em foco, como determinação última para a classe, o conjunto de tradições e significados que os homens atribuem em sua experiência de classe. Ao evitar o que o autor coloca como uma tosca concepção de classe social atribuída a Marx, ancorada no economicismo, Thompson tende a cair no mesmo processo de autonomização da cultura e das chamadas instâncias superestruturais da experiência de classe no modo de produção capitalista.

Ocorre que, no processo de constituição da classe social, as determinações aparecem como dadas no sentido de que não se pode fugir delas. Pode-se citar como exemplo disso a estrutura de classes, às relações de propriedade e à desigualdade social relacionada à dominação econômica e a experiência imediata de produzir e reproduzir a existência física diante desses elementos que compõem a estrutura da determinação econômica. Não se pode evitá-las, o nível de autonomia dos agentes frente a essas instâncias é bem menos elástico, elas tendem a permanecer se impondo como necessidade em última instância. Podemos tomar como exemplo o nível de escolha em que se encontra o novo operariado para garantir a sua sobrevivência imediata: na medida em que não é proprietário, a opção entre vender o não vender a sua força-de-trabalho é determinante para toda a sua experiência social e mesmo para a sua existência física.

Vimos que as sobredeterminações possuem um caráter diferenciado. Dizem respeito aos elementos que podem vir a atuar sobre as determinações, muitas vezes modificando-as.

²⁶¹ THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

Elas são menos imperiosas, no sentido de permitirem algum patamar de flexibilidade ao nível dos indivíduos. No entanto, mesmo que os agentes individuais venham a ignorar certas estruturas de sobre-determinação, isso não impede que elas permaneçam atuando como conjunto de práticas aceitas e amparadas por instituições constituídas ao longo de uma extensa duração. Esse é um dos problemas a serem considerados, o outro é o próprio conceito de cultura.

Assumindo aqui a contribuição de antropólogos como Geertz e Ruth Benedict²⁶², de forma retificada à nossa problemática das classes sociais, podemos dizer que os agentes tendem a incorporar determinados valores, idéias e práticas sociais de acordo com sua experiência em condições historicamente dadas, produzindo padrões de significados e interpretações a partir dessa experiência social. Não falemos aqui de padrões de identificação no campo político, pois, no debate da cultura como estrutura sobredeterminante, poderíamos estar indo longe demais: um segmento social pode possuir padrões de atribuição de sentido e de interpretação acerca da sua experiência social sem partilhar de um marco político identitário comum, pode se identificar, por exemplo, com os valores políticos de outro segmento social, conforme demonstra Hobsbawm em sua síntese sobre o processo de consolidação da indústria capitalista. Segundo aquele autor, ainda no século XIX diversos segmentos melhor remunerados que integravam o conjunto do operariado inglês se auto-intitulavam “trabalhadores respeitáveis”. Por um lado, do ponto de vista da estrutura de classes e das relações de propriedade, estes segmentos se aproximavam das outras parcelas do operariado. Por outro lado, por conta do papel sobredeterminante da cultura, das mentalidades e das ideologias, estes segmentos se afastava do

²⁶² GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 150-151; GEERTZ, Clifford. *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 25-26; BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p. 26.

restante do operariado quando desposavam mais intensamente os valores burgueses e se esforçavam para se aproximar do universo cultural daquela classe social. Copiavam inclusive práticas do modo de vida burguês que lhes eram possíveis²⁶³. Temos aí a manifestação da cultura burguesa ou da ideologia burguesa no seio daquele segmento do operariado inglês? A resposta não é simples. Transportando a pergunta para os dias atuais, tomando como referência o novo operariado brasileiro, é possível afirmar que o que predomina em todos os espaços da sua vida é a cultura burguesa, seja de forma mais “pura” nas cidades maiores da pesquisa, seja de maneira mesclada com elementos pré-capitalistas nas cidades menores. Em todas elas a cultura burguesa é assimilada em maior ou menor profundidade pelos indivíduos. Percebe-se inclusive uma aparente contradição: a forma de perceber a própria existência se baseia em princípios da cultura burguesa, mesmo que questionem princípios da ideologia burguesa que procura falsear a realidade em que vive e que procura justificar a exploração. Voltarei a esse assunto em outro momento e demonstrarei o porquê da contradição acima ser apenas aparente.

Embora, neste trabalho, não foi possível um exame mais aprofundado do modo de vida e do universo cultural do novo operariado, é necessário destacar que tive contato com essa realidade e em alguma medida a avaliei. Urge então delimitar como entendo o sentido do estudo do modo de vida, bem como sobre o trabalho de campo que lhe é inerente. Não realizei o estudo do modo de vida e o trabalho de campo – mesmo que limitados – em uma concepção puramente etnológica, mesmo em sua concepção como descrição densa, onde, na acepção definida por Geertz²⁶⁴, procuraríamos estabelecer uma hierarquia de estruturas de significantes, levando-se em conta que a concepção de cultura do autor é basicamente

²⁶³ Cf. HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848 – 1875*. 5ª Ed. Revista. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1996.

²⁶⁴ Cf. GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989, Parte I.

semiótica. Tomamos de empréstimo da Antropologia alguns de seus métodos, a exemplo do estabelecimento de relações de proximidade, seleção de informantes, manutenção de um diário de campo – não tão detalhado, infelizmente – mas não compartilho integralmente da sua problemática. O foco do presente trabalho não é um exame da cultura de um grupo específico, os novos segmentos operários na Bahia, nem especificamente o comportamento desses operários. Isso porque, para os antropólogos, conforme afirma Geertz, “o *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias [que podem ser entendidas aqui como tribos, cidades, vizinhanças...], eles estudam *nas* aldeias”²⁶⁵. Poderíamos traduzir o termo “aldeias” por “formações sociais” e regiões que o resultado seria o mesmo. A afirmação continuaria coerente com o objeto de uma antropologia semiológica. No caso desta pesquisa, mesmo que o foco não seja a região ou a cidade, mas um segmento operário, a teia que se estabeleceu leva em conta o estudo *das* regiões e cidades, e as relações que transcendem a uma eventual elaboração simbólica que os operários venham a estabelecer com a fábrica, com a comunidade, com as relações de produção e com a sua situação de classe. Isso porque ficaria desprovida de sentido qualquer interpretação cultural que não lance luz sobre as formações sociais e regiões em que os agentes encontram-se situados. A organização social do lugar, as formas como aqueles grupos participam da produção e reprodução material da sua vida, tudo isso interfere nos significados que os indivíduos sociais atribuem à suas práticas e aos diversos aspectos do seu modo de vida. Mesmo que essa necessidade não esteja explícita na problemática

²⁶⁵ Ibidem, idem.

antropológica apresentada por Geertz, ele assim operacionaliza a sua pesquisa, se vê obrigado a estudar as “aldeias”²⁶⁶.

Acredito que essa contradição entre o discurso teórico e o resultado da pesquisa se deva a três problemas fundamentais. Em primeiro lugar por uma insuficiência no âmbito dos conceitos que organizam a sua problemática. Em segundo lugar por conta da sua visão de cultura estritamente semiológica, centrada na percepção dos indivíduos. Em terceiro lugar, e influenciando os outros problemas citados, está a necessidade de se estabelecer um território específico para a Antropologia – o estudo da cultura como interpretação semiótica – dissociando-o das demais das problemáticas das outras Ciências Sociais e da História, a exemplo do exame das determinações econômicas, da estrutura de classes e das ações coletivas.

Tal concepção dificulta o exame daquilo com que os agentes estão sempre em relação e que lhes é formalmente exterior, mas que direta ou indiretamente influencia de forma importante, e muitas vezes determinante, o sentido das suas práticas, mesmo que os indivíduos não lhes atribuíssem um significado, até porque não as identificam muito claramente. Um exemplo disso é a forma de organização da produção social, ao papel das forças produtivas e à função exercida pelo poder político. Além disso, a ênfase semiológica impede que estruturas de mentalidades que poderiam integrar a cultura como fenômeno inscrito no tempo da longa duração, e que não raro manifesta-se daquela forma profundamente influenciada pelo lugar – da “aldeia” –, sejam incorporadas na pesquisa sobre os comportamentos e identidades.

²⁶⁶ Ver. GEERTZ, Clifford. “*Ethos*”, *Visão de Mundo e a Análise de Símbolos Sagrados*”; “*A Política do Significado*” e “*Pessoa, Tempo e Conduta em Bali*”. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

Sobre as chamadas estruturas de mentalidades é preciso aqui destacar algumas observações. O debate sobre o papel das estruturas de mentalidades não é novo. Em sua obra clássica, “As Regras do Método Sociológico”, quando caracterizava o que seria um fato social, Durkheim já se referia às formas profundamente enraizadas de sentir, pensar e agir que se impõem aos indivíduos e que apresentariam a “notável propriedade de existirem fora das consciências individuais”²⁶⁷. Levando ao limite a reflexão sobre o que definiriam as mentalidades, Durkheim vai afirmar que tais fenômenos são gerais porque são coletivos, estão em toda a parte, são comuns a todos os membros da sociedade. Tal princípio apresentado por Durkheim foi incorporado pelo historiador Marc Bloch em sua pesquisa sobre o ritual do toque real²⁶⁸. Bloch se utilizou dos fundamentos apontados por Durkheim para explicar, agora a partir da problemática de uma história das mentalidades, o papel que tal ritual cumpria na manutenção das relações dinásticas e de poder na França e Inglaterra. Descortinou um sistema de crenças em que permanecia durante muitos séculos o papel taumátúrgico dos reis, sistema que atravessava as classes-estamentos de cima a baixo, atuando como uma estrutura sobredeterminante para compreender aquelas sociedades medievais. Tal sobredeterminação começou a perder força à medida que se forjava uma nova estrutura de mentalidade, que também se constituiria no tempo da longa duração e que privilegiava aquilo que viria a se constituir em um dos princípios fundamentais do Iluminismo: o racionalismo.

A perspectiva estruturalista da história das mentalidades ajuda a compreender o processo de constituição de classe do novo operariado. Isso porque, este segmento social, se depara na atual conjuntura com uma novidade (o trabalho na indústria pós-fordista) que se

²⁶⁷ DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. 3 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 3.

²⁶⁸ Ver: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

confronta com heranças político-culturais, constituídas como estrutura de mentalidade onde é possível detectar elementos do universo pré-capitalista. Longe de se chocarem de forma irremediável, as duas faces dessa realidade passam a atender às necessidades do capital em sua nova fase.

É necessário, portanto, que sejam estabelecidas mediações entre o grupo, suas atitudes e práticas e as determinações e sobredeterminações imanentes ao modo de produção e à formação social e regiões. No caso do novo operariado em questão, suas atitudes e práticas são elaboradas a partir de uma dada situação de classe condicionada pela forma como se configura o modo de produção na atual quadra histórica, bem como pela maneira como essas determinações mais gerais atuam sobre e sofrem a influência das especificidades locais. Vimos que o novo operariado brasileiro surge em territórios onde não há tradição industrial e, quando há alguma, esta não é no ramo industrial que atualmente se realocaliza. A constituição de classe destes trabalhadores, que assumem agora a experiência operária, é sobredeterminada pela cultura predominante, estruturas de mentalidades e ideologias presentes em seu antigo modo de vida e nos territórios em que se instala o novo parque industrial.

Uma das estruturas de mentalidades ali presentes tem relação direta com a influência tardia dos princípios do Moderno Estado Burguês no âmbito das relações de trabalho. Esse fato contribuiu para a continuidade de aspectos paternalistas na relação entre patrões e empregados e entre Estado e indivíduos. Isso é perceptível, em maior ou menor grau, em todos os locais que integram a pesquisa, mas é ainda mais claro nas cidades mais distantes de Salvador. Tomaremos o exemplo do município de Iguai, cidade de cerca de 20.000 habitantes que integra a rede de produção da Azaléia. Relatarei aqui aspectos que, a

primeira vista, podem parecer secundários para a pesquisa. Mas, a sua importância está no fato de ilustrar elementos de uma estrutura de mentalidade e cultura pré-capitalista que ainda se faz sentir fortemente no interior da Bahia e que atua como sobredeterminação no processo de constituição de classe desse operariado. Citarei aqui trechos de um documento que por si só ilustra o que desejo esclarecer. As citações a seguir foram tiradas de um jornal produzido no município de Iguai que noticia alguns conflitos gerados em torno da realização de um concurso público que acabou entrvando a reprodução de algumas práticas patrimonialistas na prefeitura municipal:

Demitidos deprezam bens de Dr. Anailton. Contratados demitidos pela prefeita de Iguai, Arlene Veiga [PFL], tentam matar o advogado Dr. José Anailton Carvalho, na sua casa em plena luz do dia. (...). O sábio chinês Lin Yu Tang do século III A.C., disse que “quando a razão termina a violência age”. Este provérbio tem se perpetuado através dos tempos e chegou à nossa Iguai. Num gesto tresloucado a prefeita Arlene Veiga e seu pai secretário de administração, Netanias Veiga, conhecido pela alcunha de Bêbê, revoltados por serem derrotados na justiça na questão dos concursados, instigou um grupo de contratados demitidos por ela a cobrarem do advogado Dr. Anailton Carvalho [advogado dos concursados]. Segundo testemunhas, a prefeita e seu pai, se reuniram na manhã do dia 2 com os contratados demitidos por ela, e disse ser o Dr. Anailton, o responsável, que eles o procurassem. (ela pessoalmente acompanhou-os em passeata até próximo casa do advogado – juntamente com seu pai). Então os demitidos liderados e instigados por funcionário da prefeitura (saúde) José Carlos, (que estava armado de faca e revolver), comandou a invasão à residência e às instalações do escritório do advogado Anailton e ainda intentaram contra a vida do mesmo, de funcionários e até de clientes que tiveram que saltarem muros para se livrarem de serem linchados pelos demitidos da prefeitura, que enfurecidos acusavam o advogado pela suas demissões. Durante o quebra quebra [sic], ainda capotaram e danificaram o veículo Voyage de propriedade do advogado, deprezaram os móveis e utensílios que estavam

*no interior de sua residência. (...) O que ninguém entendeu foi a atitude da prefeita em jogar os demitidos contra o advogado, pois foi ela pessoalmente, que os demitiu para não ser enquadrada na Lei de responsabilidade Fiscal, que fiscaliza estes casos de contratação dos poderes públicos*²⁶⁹

Nem mesmo o Juiz escapou das ameaças:

*“O Juiz também vai levar a dele, e invadiremos o Fórum” [sic] gritavam os demitidos pela prefeita. Durante a invasão da casa do advogado Anailton, alguns demitidos mais exaltados gritavam “que invadirão também o Fórum e que o Juiz Dr. Roberto também vai levar o dele, por julgar as causas dos concursados e bloquear as verbas da prefeitura”!*²⁷⁰

O advogado e outras autoridades continuaram sendo ameaçados de morte depois do fato e o fato repercutiu em toda Bahia, sendo veiculado pela grande imprensa no Estado:

***Bilhete anônimo ameaça.** Intranqüilidade – o escrito pode estar ligado aos autores da agressão a um advogado e à promotora de Justiça, na manhã de quinta feira (...). Um bilhete anônimo, com ameaças de morte ao Juiz Roberto José Costa Lima, mantém o clima de tensão em Iguai, Sudoeste Baiano, 48 horas depois de uma manifestação que resultou na destruição da casa, escritório e carro do advogado José Anailton Ribeiro de Carvalho. (...) Além dos prejuízos materiais, o advogado e sua noiva, a promotora de Justiça de Itororó Geovana Souza Barbosa e seu filho de 4 anos, foram agredidos à pedradas, sendo forçados a fugir pelos fundos da casa*²⁷¹

Nas cidades do interior da Bahia, bem como as que integram a RMS, prevalecem ainda as relações dinásticas nas esferas do poder político e econômico. O fenômeno do carlismo é o exemplo mais conhecido e expressa um elemento central da cultura política baiana, onde a característica pré-capitalista de obrigação subjetiva de lealdade e de

²⁶⁹ Ver: *Jornal Arrocha o Nó*. Iguai-Ba, Janeiro de 2003.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Cf. *Jornal à Tarde*. Suplemento *Municípios*. Salvador-Ba, 04/01/2003.

fidelidade ao chefe predomina e é bem capilarizada. Na prefeitura municipal de Iguai, por exemplo, o pai da prefeita citada foi prefeito duas vezes, ela mesma também foi duas vezes (se reelegeu em 2006) e o seu marido uma vez. Ao todo os membros da família acumulam cinco mandatos. Enquanto os membros da família não estiveram no poder, a prefeitura foi assumida por representantes do seu grupo político, como exceção de três mandatos de oposição. O controle político da família em apenas 54 anos de emancipação do município demonstra o fenômeno dinástico. A mesma situação repete-se nas outras cidades que compõem a rede da Azaléia e de outras empresas calçadistas que se instalam no interior da Bahia. Ali o fenômeno amplamente conhecido de “captura do Estado” pelos detentores do poder econômico, constituindo as oligarquias locais, é uma prática corrente.

Mas a questão que mais chama a atenção é que tais práticas são aceitas no âmbito da cultura local e não são contestadas de forma substantiva. A contestação ocorre pelos agentes de outros grupos locais que desejam o poder, mas cujo conteúdo da prática política e a origem social geralmente não se distinguem da prática oligárquica.

Os fatos que descritos ocorreram quando durante a realização de uma das etapas da pesquisa nas cidades onde a Azaléia se instalou e chamou a atenção do pesquisador por explicitar de forma clara as relações pré-capitalistas na Região²⁷². Demonstra ainda a permanência de relações que contrariam como mais ênfase e de maneira muito recorrente, o direito burguês contemporâneo no âmbito das relações de trabalho. Naquelas pequenas cidades o poder público municipal não cumpre direitos trabalhistas previstos na legislação como décimo terceiro salário, adicional de férias e muitas vezes não pagam sequer o salário mínimo. Só recentemente, algumas prefeituras passaram a cumprir o que está previsto na

²⁷² Caberia uma pesquisa sobre o tema nas localidades que pesquisamos. De qualquer sorte, foi reunida uma documentação inicial sobre os fatos para posterior investigação.

legislação – mesmo assim de forma incompleta. Mas isso não altera a cultura ainda predominante naquelas cidades, onde a ação do moderno Estado Burguês e o seu burocratismo no âmbito das relações de trabalho ainda é algo estranho às práticas locais²⁷³.

Os eventos descritos só ocorreram porque algumas das práticas e relações pré-capitalistas foram colocadas em cheque. Todo o confronto se deu porque o “direito” da prefeita de demitir e admitir ao seu bel prazer e de utilizar a prefeitura como algo privado foi questionado por uma ação iniciada na gestão do prefeito anterior que resolveu, pela primeira vez na história do município, realizar concurso e seleção públicos para prover o quadro de funcionários da prefeitura. É preciso destacar que a revolta de parcelas da população contra uma decisão da justiça estava sustentada no costume aceito de que “quando alguém ganha a política” (quando um prefeito é eleito) tem o direito de mudar todo o quadro de funcionários e colocar pessoas “da sua política”. Nessas ocasiões só sobram nas funções aqueles que são contratados do Estado ou das empresas estatais: professores do ensino médio, funcionários do Fórum, dos correios etc. Todas as outras funções são preenchidas por eleitores do gestor. E não se trata somente dos cargos de confiança, mas também de funções menos visadas tais como a do zelador do prédio escolar, dos motoristas dos caminhões da prefeitura, dos garis etc. No seio das práticas pré-capitalistas vigentes *todos os cargos e funções municipais, absolutamente todos, são cargos de confiança* e se alguém “fala mal do prefeito” ou o prefeito descobre que não recebeu o voto daquela pessoa, o costume é que seja sumariamente demitida sem receber nenhum direito. E isso é visto no senso comum como algo natural, ao ponto de uma decisão judicial que vá de encontro a essas práticas se transformar em algo extraordinário.

²⁷³ Para uma reflexão sistematizada sobre o conceito de Estado Burguês e de burocratismo com base nas contribuições de Weber e Poulantzas, ver: SAES, Décio. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Unicamp: IFCH, 1998.

Elementos dessa cultura pré-capitalista saturam o novo operariado naquelas cidades. Para dar corpo às estratégias de super exploração do trabalho as empresas precisam conservar o cenário da cultura política supracitada. A tentativa é de modificar o mínimo possível as relações de trabalho e cultura entre capital e trabalho nas regiões onde as novas plantas se instalam. O depoimento de um operário da Azaléia, no município de Itapetinga, que já tinha trabalhado em pequenas empresas da região, reforça o argumento aqui apresentado. Perguntei qual era a diferença entre trabalhar em uma grande empresa calçadista e às outras firmas da cidade. Segundo ele, não haveria grandes diferenças:

Não, é igual. É igual, é igual... É igual porque às vezes nós trabalhamos numa empresa de primeiro mundo e ganhamos como numa empresa de fundo quintal²⁷⁴.

Soma-se aos baixos salários a tendência de redução de direitos formais, a exemplo do que acontece nas prefeituras e no pequeno comércio daquelas pequenas cidades, conforme demonstra o depoimento de duas operárias da Clássico, que chamaremos aqui de Maria e Roberta. Perguntadas se no início da operação da fábrica existia muita gente do Sul Maria responde:

Não, de Itapetinga, muita gente de Itapetinga [segundo ela eram pessoas que trabalhavam na Azaléia]. E aí trocou e a maioria dos encarregados vieram do Sul agora. (Maria)

Sobre o relacionamento com os encarregados do Sul e os encarregados de Itapetinga:

²⁷⁴Transcrição de entrevista realizada 08/2006 com membro da diretoria do Sindicato de Verdade (CUT), que representa os trabalhadores da Azaléia.

Eu gosto, eu gosto, é bom. Até bem mais do que o pessoal de Itapetinga que veio pra cá. Tinha um (...) supervisor aqui que era um carrasco. Tudo dele era ameaçar a gente. (Maria)

E ele não pagava hora extra [Roberta].

Não pagava, a gente trabalhava a hora extra, mas era de graça e ele ameaçava todo mundo de perder o emprego se não fizesse hora extra, se não fizesse o que ele quisesse na fábrica. Tinha que andar do jeito dele, mesmo que a fábrica tinha uma lei, tinha que ser do jeito dele (Maria)²⁷⁵

As falas das operárias demonstram como os supervisores locais transplantam para o interior da fábrica práticas que são comuns na região, que fazem parte da sua cultura política. Somente depois os supervisores gaúchos assumiram suas tarefas na fábrica e, ao que parece, não reproduziam tais relações com a mesma eficiência dos supervisores baianos. Vale lembrar que, na Azaléia, os primeiros supervisores vieram da Paraíba, de locais onde as relações de trabalho são muito parecidas com as que se observa nas pequenas cidades do interior da Bahia. É fato, não se pode negar, que isso não ocorre somente nas pequenas cidades do Nordeste, mas também em outros locais do país, e mesmo nas áreas industriais mais antigas, mas ali não se manifesta como regra. Como conhecedores das relações de trabalho locais, a ação dos encarregados de Itapetinga na implantação da empresa em Vitória da Conquista foi necessária para continuar nivelando a grande empresa com as práticas trabalhistas comuns naquelas realidades. Para as grandes empresas, manter ali aspectos desse tipo de relação é fundamental. Isso possibilita às empresas não somente super explorarem os operários e desonerar o capital de encargos trabalhistas que minam a competitividade, segundo a ótica empresarial, mas também porque dificultam a construção

²⁷⁵ Transcrição de entrevista realizada com operárias da Clássico do Nordeste em 10/06/2006, em Vitória da Conquista.

da unidade dos trabalhadores na luta por melhores salários e pela ampliação de direitos. E isso se manifesta mesmo nas células de produção.

Os operários nas cidades pesquisadas sentem medo de reivindicar melhorias ou de discutir nos grupos de trabalho ou com a gerência os problemas que enfrentam. Isso porque há, sobretudo entre os jovens trabalhadores de origem rural, a herança de uma tradição em vislumbrar o emprego mais como uma concessão do patrão, e menos como uma relação contratual entre partes formalmente independentes e com direitos reconhecidos. Além do medo da perda do emprego, há o temor de que a reivindicação soe como um abuso. Segundo um diretor sindical entrevistado,

*O pessoal se queixa pra gente, pede pra gente ir lá, mas quando a gente chega some todo mundo. O pessoal fica com medo*²⁷⁶.

O que se percebe é que o substrato cultural saturado por elementos pré-capitalistas conflui com os interesses da empresa, cujo objetivo também é o de criar entre os operários uma forte ideologia anti-sindical, que associa a luta política dos trabalhadores com baderna ou com “falta de consideração”. Ouvi essa última expressão de operários que disseram ser esse o argumento dos chefes de grupo e supervisores para evitar greves. Tive contato com um supervisor da Dilly que disse a mesma coisa, que é “falta de consideração” do pessoal ao não cumprir a meta de produção ou reclamar falando em greve, afinal de contas “o que seria do pessoal sem a fábrica”.

Vale à pena recuperar a paralisação realizada pelos operários da Azaléia em 2000 no município de Itapetinga para demonstrar como confluem elementos de uma cultura pré-

²⁷⁶ Transcrição de entrevista realizada 07/2006 com membro da diretoria do Sindicato de Verdade (CUT), que representa os trabalhadores da Azaléia.

capitalista com a ideologia anti-sindical, que associa este tipo de ação reivindicativa como algo fora da sociabilidade local.

Em sua primeira greve em Itapetinga os trabalhadores da Azaléia paralisaram a produção exigindo um acordo de recomposição de perdas geradas pela inflação. Organizaram piquetes na porta da fábrica e passeatas pela cidade. Esperavam contar com o apoio da população para forçar a direção da Azaléia a fazer o acordo. Ao passo que os trabalhadores se mobilizavam, políticos e grupos ligados ao Governo do Estado também se articulavam na defesa dos interesses da empresa. Para isso deflagraram ampla campanha contra a greve e contra o sindicato na mídia local, que encontrou fácil adesão da população local. Conforme entrevista realizada com um dos fundadores do sindicato, alguns diziam que aquilo era “um desaforo”, que o pessoal era “mal agradecido”, discurso matizado claramente por um tipo de sentimento que identifica o patrão com alguém que lhe concede algo e que, portanto, merece “consideração”. Outros membros da comunidade diziam que a mobilização dos trabalhadores poderia criar dificuldades para a economia local, caso o conflito se intensificasse: os operários não receberiam salários e, no limite, a empresa poderia desistir de continuar em Itapetinga. O próprio presidente da Azaléia passou a deixar isso claro na imprensa baiana. O ponto culminante da campanha contra a greve foi uma passeata organizada por comerciantes locais, exigindo o fim do movimento. Houve adesão considerável de parcelas da população, o que demonstra não somente o desenvolvimento de uma cultura anti-sindical, mas também o grau de isolamento da ação reivindicatória de cunho classista em um ambiente saturado por uma concepção fortemente conservadora acerca das relações de trabalho.

Além da correlação de forças extremamente desfavorável no âmbito das comunidades locais do interior, as dificuldades para a ação sindical ocorrem ainda no seio da categoria, particularmente no que se trata da compreensão do papel do sindicato. Nas entrevistas diversos trabalhadores reclamam do sindicato, argumentando que este deveria lutar mais, mas, não se envolvem na mobilização. Eles relacionam este tipo de ação como função exterior ao seu papel na fábrica. Ou seja, a idéia é de que sua função é somente trabalhar. Luta política, mobilização e manifestação é coisa para quem está no sindicato. Essa visão é mais recorrente nas fábricas recentes e entre os operários mais jovens, que desconhecem os resultados da luta sindical em outros lugares:

*De vez em quando eles [diretores do sindicato] aparecem aí, fazem um barulho aí fora. Mas eu não me meto nessas coisas. Isso aí não adianta nada e a gente acaba é perdendo o emprego. Quero ver se depois eles vão arrumar emprego pra gente.*²⁷⁷

*Isso não adianta não [luta sindical], depois a empresa demite e a gente é que sai perdendo. Eles fizeram uma parada outro tempo aqui e um monte de gente que participou foi demitida*²⁷⁸.

Nas cidades pequenas, além dos desafios clássicos que os sindicatos enfrentam como a correlação de forças desfavorável frente ao capital, a necessidade de ampliar o número de filiados e mobilizar os trabalhadores, se soma outro mais enraizado: a ideologia anti-sindical existente e toda a simbologia que envolve a instalação da empresa. Vimos como nas pequenas cidades em questão a filiação ao sindicato é construída historicamente como uma ofensa ao patrão. A visão costumeira naquelas cidades é a de que quem se filia ao sindicato não confia no patrão e pretende “arrumar confusão”. Cria-se um clima de

²⁷⁷Transcrição de entrevista (I) realizada com operária da Dilly em 05/2006, em Vitória da Conquista.

²⁷⁸Transcrição de entrevista (II) realizada com operária da Dilly em 05/2006, em Vitória da Conquista.

“desconsideração” do empregado com o patrão. Este traço da cultura local se reflete nas entrevistas concedidas pelos operários das empresas calçadistas, sobretudo aquelas instaladas nas cidades menores.

Junto a isso existe ainda um tipo de mentalidade característica das cidades estudadas, que associa à empresa o papel de desenvolvimento social. Isso porque se formou na mentalidade popular a idéia de que, como exemplo do que aconteceu com parentes que migraram para São Paulo nas décadas passadas, o trabalho na fábrica moderna representaria uma perspectiva de mudar a vida para melhor. Ali, no interior da Bahia, a chegada das empresas calçadistas, bem como a da grande empresa automotiva em Camaçari, simboliza entre eles o novo e o avançado em meio ao atraso. A ação do Estado potencializou tal visão, a maciça campanha em favor da política de atração de novos empreendimentos industriais contribuiu de forma importante para consolidar o ambiente simbólico favorável às novas fábricas. No entanto, a desilusão dos operários com o trabalho naquelas mesmas fábricas começa a corroer a visão positiva que se tentou construir sobre as empresas.

Em seu processo de organização em classe, o novo operariado se depararia ainda com outro sério obstáculo: a experiência acumulada pelas grandes empresas nos duros processos de reestruturação no Sul e Sudeste, quando, amparados pela ideologia neoliberal a partir dos anos 90, passaram a fustigar sem trégua o movimento sindical e os ganhos acumulados pelos trabalhadores ao longo de décadas. Em seus locais de origem, as grandes empresas já apresentavam a necessidade de um patamar mais elevado de subordinação dos trabalhadores e de elevação da produtividade via intensificação da exploração no processo de trabalho e da retirada de direitos.

Ideologia anti-sindical e pró-industrial, apoio das comunidades locais e do Governo à ação das empresas, estratégias de organização da produção cujo fim é impossibilitar a constituição de um coletivo classista, endurecimento das empresas nas negociações com os trabalhadores, é sobre esse conjunto de condições desfavoráveis que surgem os segmentos do novo operariado brasileiro na Bahia. Tudo isso contribui para estabelecer de condições mais adequadas ao aumento da exploração dos operários, características do padrão de acumulação flexível. É por isso que as novas fábricas desejam manter tudo ali como sempre foi. Não há necessidade de alterar nem as relações de trabalho, nem a cultura política local. O medo de demissões a coerção dos prepostos das empresas tentam cristalizar naquele cenário a mentalidade anti-sindical ou medo dos trabalhadores de se envolverem com esse tipo de ação, por exemplo. Prova disso é a constante demissão dos sindicalizados nas cidades do interior da Bahia que se integram na rede calçadista. A “renovação” da mão-de-obra sindicalizada obriga constantemente os sindicatos a começarem do zero, esta é uma das suas principais dificuldades. Tendência parecida pode ser encontrada em locais já clássicos em termos de emergência de formas de organização industrial pós-fordistas²⁷⁹.

Manifesta-se assim no cenário em que surge o novo operariado brasileiro uma característica estruturante do padrão de acumulação flexível. Como demonstra Harvey ao analisar o fenômeno de forma mais geral:

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais

²⁷⁹ Ver: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez. *Empresários e empregos n os novos territórios produtivos. O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

*anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas*²⁸⁰s.

Essa tendência pode ser verificada nas atualíssimas fábricas de capital japonês e chinês – exemplos que as novas fábricas instaladas nos novos territórios industriais procuram copiar²⁸¹. No caso asiático, aquelas empresas se descentralizaram pelo sudeste do continente e se valem, por exemplo, de estratégias de precarização como o trabalho em domicílio, mão-de-obra infantil e mesmo trabalho escravo. É necessário recuperar aqui o fato de que, frente a esta realidade, a concepção dualista da teoria da modernização se enfraquece ainda mais como possibilidade de explicação. Vale à pena ainda lembrar a problemática de Lopes²⁸², onde o chamado mundo “tradicional” se contrapõe à racionalidade do moderno capitalismo industrial e há uma certa idéia de linearidade no processo de desagregação dos focos “tradicional”, ou melhor, do Brasil Arcaico. Curiosamente, o que se vê hoje é uma tendência contrária que demonstra um tipo de integração regressiva que tende a desestruturar relações de trabalho menos desvantajosas para os trabalhadores dos locais de industrialização mais antiga, vinculada ao ciclo desenvolvimentista.

Nas pequenas cidades em foco, entre os trabalhadores, a herança pré-capitalista como permanência de uma estrutura de mentalidade forjada na longa duração, mantém no plano político-ideológico um nível considerável de obrigação subjetiva de lealdade com os

²⁸⁰ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1992, p. 141.

²⁸¹ Na Azaléia esses métodos começam a serem introduzidos a partir de meados dos anos 80, a exemplo do TQC. Mas o processo não foi tão tranquilo em virtude da cultura arraigada aos padrões organizacionais do taylorismo-fordismo. A terceirização passa a ser introduzida no início dos anos 90. Ver: SARLET, Erica D. *Os 40 anos de Calçados Azaléia S.A.: 1958-1998*. Canoas – RS: La Salle Gráfica Editora, 1999, p. 152-153 e 177.

²⁸² LOPES, Juarez R. B. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967; LOPES, Juarez R. B. *Sociedade Industrial no Brasil*. 2º Ed. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1971.

patrões. Essa característica é particularmente importante, pois, mostra como em tempos de reestruturação produtiva e de capitalismo pós-moderno, aspectos pré-capitalistas das culturas locais criam condições favoráveis para a materialização das estratégias contemporâneas que visam comprometer cada vez mais os trabalhadores intelecto e afetivamente com os objetivos da empresa. Além disso, nas cidades pesquisadas existe um campo propício para que os mecanismos atuais de precarização do trabalho ocorram mais livremente. É preciso dizer que, no interior da Bahia, em menor grau em Camaçari, a precarização do trabalho é quase generalizada, inclusive entre o funcionalismo público municipal, como vimos. Nas pequenas e micro empresas locais e nas propriedades rurais da região é comum a ausência do contrato de trabalho. Também é fato comum e aceito entre grande parte da população de que não há grande mal nisso e que “cobrar os direitos” é um recurso utilizado quando a relação entre trabalhador e patrão chegou ao limite do conflito. Normalmente, o empregado tem receio de pedir ao patrão para assinar a carteira de trabalho ou de exigir direitos formalmente reconhecidos sob pena de o patrão ver naquilo um abuso. Ou seja, no plano simbólico, a legislação trabalhista é identificada como algo exterior à relação entre patrão e empregado e quando o elo mais fraco dessa relação tenta usá-la em seu favor, é quase sempre visto como agressão ao costume ou à relação pessoal entre patrão e empregado.

A permanência de aspectos que reforçam a obrigação subjetiva de lealdade e de fidelidade do trabalhador ao patrão se manifesta também de outras formas. Em todas as empresas pesquisadas existe, por exemplo, o trabalho em grupo, em células de produção. Estas possuem metas definidas pela empresa e funcionam mesmo como pequenas indústrias dentro da fábrica. Cada célula realiza uma etapa da produção. Nas células existe o chefe ou

coordenador de grupo, que presta contas ao supervisor direto. Tanto o coordenador do grupo quanto o supervisor, aqueles que têm o contato direto com os operários, transferem simbolicamente para si o ônus do não cumprimento das metas. Eles tendem a obscurecer o papel despótico da empresa ao pessoalizar a relação com os operários. A cobrança das metas é feita por eles e, muitas vezes, os operários associam o não cumprimento das metas com a possibilidade de implicações negativas para o coordenador do grupo, que é operário como eles. Mais acima está o supervisor, que vincula a idéia de que a repercussão negativa do não cumprimento das metas recairá também sobre ele. É importante destacar que tanto o coordenador, quanto o supervisor detém certo poder frente ao grupo, na medida em que podem desencadear processos de demissão ou punição. É nesse contexto que a característica supracitada da cultura pré-capitalista no âmbito do trabalho conflui com os interesses das empresas.

Vejamos como isso cria condições propícias para que o apelo afetivo dos chefes de grupo e dos supervisores encontra um terreno fértil. Em uma das entrevistas que nos foi concedida por duas operárias da Clássico essa realidade é bem perceptível²⁸³. Os nomes das operárias foram alterados para preservar sua identidade.

Questionada sobre a expectativa de quando começaram a trabalhar na empresa uma das operárias responde:

Ah, era bem melhor, eu achei que fosse tudo melhor, quando chegou aqui eu vi que a realidade é outra, salário... (...). Eu gostava muito [do trabalho], gostava, só que ficou cansativo né, com o tempo, eu não agüento muito não... Todo mundo fala que o tempo de fábrica é no máximo dois anos, a pessoa se

²⁸³ Transcrição de entrevista realizada com operárias da Clássico do Nordeste em 10/06/2006, em Vitória da Conquista.

estressa muito. É muito material, é 1.500 pares por dia. Eu pretendo continuar [na fábrica] até conseguir uma coisa melhor. (Maria)

Perguntada qual era a expectativa dos parentes e amigos quando começou a trabalhar na fábrica, Maria continua:

Todos acharam que ia ser uma boa, e é uma boa né, muito emprego, o salário é esse [salário mínimo], mas muita gente trabalhando, só que a gente pensou que ia ser diferente, porque no Sul né, pelo menos é o que dizem, é R\$ 800,00 por operador que ganha, na Bahia é um salário mínimo... (Maria)

Solicitei ainda que Maria descrevesse o processo de trabalho:

A gente trabalha em pé(...). O mais puxado é isso, não tem nem um tempinho pra comer nada, não pode comer nada dentro da fábrica, é puxado (Maria)

Os níveis de pressão a que era submetida pela gerencia e pela supervisão também foi assunto da entrevista. Indaga se existe pressão, Maria responde:

Tem [para e suspira]. [pergunta como é] É produção e qualidade né, o que eles querem é isso, produção e qualidade (Maria)

Avaliação do tratamento recebido na empresa:

Eu tenho um patrão ótimo, que é meu encarregado, eu não posso reclamar dele não. Eu gosto, eu gosto. Tirando esse problema de salário eu gosto do meu patrão. (Maria).

A enquête que aplicamos também confirma esse fato aparentemente contraditório que o depoimento das operárias demonstra: apesar do nível elevado de exploração e de frustração com o trabalho, a maioria dos trabalhadores tem uma visão positiva sobre os supervisores.

Em um dado momento perguntei a Maria a quem ela poderia recorrer na fábrica para reclamar de alguma coisa:

É o encarregado, mas ele não pode fazer nada, coitado. Ele é encarregado, só que tem um patrão acima dele, já tem outro, e assim aí, tem um encarregado, o supervisor de produção... (Maria)

A questão da pressão sofrida no trabalho foi retomada na entrevista. Dessa vez foquei na relação entre intensidade do trabalho e cumprimento de metas:

É assim, porque o encarregado é muito assim... Ele é muito sutil, na forma dele falar com as pessoas, então ele fala assim “Ó gente, eu quero que vocês me ajudem”, ele não bota como se fosse uma obrigação. Ele diz “ó gente, eu preciso da ajuda de vocês, sabe como é, hoje vocês me ajudam e amanhã eu ajudo vocês”, e aí a gente acaba sabe [fazem o solicitado]... por ele, porque ele também fica numa situação muito séria se a gente não ajudar, ele depende da gente né, de certa forma. E aí por esse motivo a gente acaba fazendo. Mas se não fosse isso né, com certeza, a gente não fazia não. (Roberta)

Sobre os benefícios pelo trabalho extra:

Não [existe], a gente recebe R\$ 1,62 por hora e é só isso.

Pode-se argumentar que as operárias em questão possuem este laço de obrigação subjetiva de lealdade ao chefe porque já assimilaram os declarados princípios, tão discutidos pela Sociologia do Trabalho, de subsunção intelecto afetiva do trabalho capital, uma característica almejada pelos agentes do capital na atual reestruturação produtiva. Talvez este fosse o caso de Maria (22 anos), que já estava na empresa desde a sua instalação na cidade, ou seja, um ano e oito meses a contar da data da entrevista. No entanto, Roberta (18 anos), cujo depoimento é mais claro quanto à característica que

destacamos como herança de uma cultura pré-capitalista, estava na empresa há somente três meses. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que as duas operárias não são das pequenas cidades do interior como aquelas onde se localiza a Azaléia, onde os traços pré-capitalistas são mais fortes. Elas residem em Vitória da Conquista, a terceira maior cidade da Bahia. É possível perceber como alguns aspectos pré-capitalistas nas relações de trabalho encontram-se ainda muito presentes no seio desses segmentos do novo operariado e como acabam sendo funcionais ao sistema de produção das empresas. Isso atua como freio ao surgimento de uma ideologia operária independente, que possibilite uma compreensão mais totalizante do processo que coloca os trabalhadores naquela situação de classe. Tende também a obscurecer os mecanismos utilizados pela empresa para potencializar a valorização de capital. Acredito que temos aí um elemento importante para explicar a pequena participação sindical desses operários, bem como a visão do sindicato como algo exterior a eles mesmos. Vale dizer que o sindicato, representado na figura dos seus militantes, é sempre denominado como “eles” e não como “nós”.

Em tempos de padrão de acumulação flexível, quando o chamado *modelo japonês* se coloca em evidência, cabe aqui estabelecer um ponto de comparação entre culturas tão diferentes como a nipônica e a reminiscente herança pré-capitalista no Brasil. Nos dois casos existe forte tendência de respeito à tradição e à hierarquia social. Na tradição japonesa também se reproduz a característica pré-capitalista que naturaliza a necessidade de fidelidade objetiva e subjetiva ao chefe, que na fábrica pode ser o líder de grupo ou a própria imagem da empresa com todas as demandas que esta apresenta aos trabalhadores enquanto entidade concreta através dos seus agentes. No Japão isso é muito bem utilizado para desarticular o movimento sindical e para construir um maior compromisso dos

trabalhadores com os objetivos da empresa. Tanto na tradição japonesa quanto na herança pré-capitalista em exame, a subordinação exigida pelos chefes frente aos trabalhadores não é somente econômica, mas também política e subjetiva. Quando o trabalhador se vale dos mecanismos formais para exigir o cumprimento dos direitos essa relação que se pauta pela exigência da fidelidade subjetiva e objetiva ao chefe já se encontra em questionamento, o que causa inclusive a ruptura com o vínculo de emprego. Vimos também a que permanência dessa estrutura de mentalidade nas localidades estudadas é fundamental para as empresas implantarem algumas práticas pós-fordistas no processo de trabalho e nas relações trabalhistas. No processo de trabalho, na medida em que o trabalho em grupo é implantado, o trabalhador tem maior contato as estratégias de subsunção intelecto-afetiva e resgatam a pessoalidade contra a impessoalidade que caracterizava a organização fordista da produção. Assim, aspectos de uma estrutura de mentalidade pré-capitalista, como a mencionada fidelidade subjetiva e objetiva ao chefe, facilita o objetivo de se enfraquecer os potenciais conflitos na fábrica. Temos ali um tipo de dominação que não é apenas econômica, mas que tenta reproduzir um tipo de relação onde não havia separação formal entre o econômico e o político.

O avanço desse projeto, que opera uma síntese seletiva entre passado e presente, mina também o poder dos sindicatos combativos em organizar a luta dos trabalhadores. Isso porque o seu tipo de ação tende a simbolizar não somente um aspecto mal visto nas estruturas de mentalidade que herdaram princípios pré-capitalistas, mas também porque repõe ali um tipo de relação que a síntese seletiva atual entre capitalismo e pré-capitalismo pretende desconstruir.

Ao sair do interior da Bahia em direção à Camaçari é possível observar, na Ford, não a presença de uma herança pré-capitalista acentuada como nas cidades do interior, mas a ausência de uma cultura forjada na experiência com o trabalho industrial. A expressão de alguns operários entrevistados é emblemática a esse respeito, perguntados sobre a impressão que tiveram ao entrar na fábrica da Ford, o depoimento é muito parecido ao enfatizar o contato com um novo mundo:

Quando eu entrei na fábrica pronta vi que é outro mundo, é outro mundo... A esperança é de crescer, mas na verdade é bem diferente²⁸⁴.

Em qualquer uma das empresas delimitadas, a grande maioria dos operários investigados identificava a fábrica como símbolo de um novo mundo, algo muito semelhante ao que procurava construir a mensagem do Governo Baiano, na ocasião em que eram divulgadas as inaugurações das plantas, usando o fato eleitoralmente. Tanto na fala dos operários quanto no discurso governamental percebe-se uma mesma estrutura de mentalidade. Entre os operários porque vislumbram a fábrica como algo exterior ao seu mundo, que aporta em sua região como representação do novo. O seu mundo não era a realidade industrial, vista como sinônimo de desenvolvimento. O seu mundo era a realidade da pequena comunidade saturada por elementos pré-capitalistas, pela ausência de empregos de qualidade e de reconhecimento dos direitos sociais. No discurso do Governo Baiano, a propaganda dialogava com essa idéia e reconhecia a sua existência ao apresentar a fábrica como símbolo de uma nova época. Essa concepção envolve e coloca em um mesmo campo, trabalhadores, empresários e governo, sem contar com a maioria da população do Estado, que vive em comunidades como as que foram caracterizadas acima, e que partilha do senso

²⁸⁴ Transcrição de entrevista realizada com operário da Ford em 06/10/2006, em Camaçari.

comum de que a fábrica simboliza um patamar mais avançado no âmbito do modo de vida. Ou seja, agentes muitas vezes com ideologias diversas partilham de uma mesma estrutura de mentalidade construída a partir de uma cultura de valorização dos elementos que simbolizam o mundo urbano-industrial, mundo esse que se contrapõe, em tese, à realidade em que vivem.

A estrutura de mentalidade em questão, construída em uma base cultural comum, deixa de agregar os diferentes agentes quando começam a se distinguir os elementos de que cada segmento se utiliza para formular a sua visão sobre o fenômeno de valorização da fábrica como aspecto superior ao mundo em que vivem. Isso porque o contato dos segmentos sociais com o fenômeno é orientado por interesses imediatos distintos, condicionados pela sua posição na estrutura de classes e pela forma como experimentam as relações de poder decorrentes desta posição. Todos defendem o crescimento econômico, seja trabalhando na empresa como operários, seja como pessoal de gerência, como empresários locais em um mercado em, acredita-se, tende a ser mais dinâmico, ou como membro dos grupos políticos hegemônicos que procuram ser identificados como modernizadores. É na manifestação desses interesses que podemos distinguir mais claramente as ideologias distintas que se agregam em uma mesma estrutura de mentalidade de valorização da indústria em detrimento da organização econômica da sociedade em que vivem. O exemplo da Azaléia e da Ford é claro nesse sentido.

Nas primeiras paralisações organizadas pelos sindicatos na luta por aumento salarial e melhores condições de trabalho, os empresários e parcelas da comunidade local, bem como os políticos que integravam o bloco no poder se posicionaram contra a ação dos trabalhadores. Começava a ocorrer ali, nos primeiros embates, diferenciações no seio de um

bloco em princípio unificado na defesa genérica da modernização econômica do Estado da Bahia. A ação dos operários ativava ou potencializava antagonismos de classe. Os empresários eram contra as greves por receio dos impactos negativos no comércio local. A comunidade local porque partilhava do senso comum de que a luta dos trabalhadores poderia motivar a saída das empresas da cidade. Os políticos que integravam o bloco no poder eram contra por motivos óbvios, beneficiavam-se eleitoralmente dos resultados locais da política de atração de investimentos via isenção fiscal. Ainda assim, a primeira rachadura na estrutura de mentalidade em questão, não necessariamente implicou em sua ruína. Mas, começou a delinear as classes pela sobredeterminação da ideologia.

O ato de separar ideologias de mentalidades pode parecer uma heresia para o marxismo tradicional. Isso porque para aquela tradição, ambas ocupariam o mesmo lugar e se compunham da mesma substância: a forma e o conteúdo das superestruturas. A partir da experiência com os novos segmentos operários, entendo que ideologias e mentalidades podem se apresentar como coisas distintas, embora estejam relacionadas. Parafraseando Braudel, podemos começar distinguindo as duas categorias recorrendo à figura dos oceanos e suas correntes marítimas. As mentalidades constituem-se em estruturas de longa duração cujo panorama por isso mesmo muda muito lentamente. Elas se assemelham aos oceanos em sua abrangência. Formadas no tempo da longa duração, determinadas mentalidades muitas vezes abrangem segmentos sociais distintos. Burgueses e proletários, em maior ou menor grau podem compartilhar de uma mentalidade machista ou racista – o que não é raro acontecer – e, por exemplo, serem adversários no plano-político ideológico mais imediato. No caso em estudo, burgueses e proletários valorizam genericamente a grande indústria como expressão do progresso, mas se distinguem quanto ao entendimento da direção em

que se deve dar a este progresso e à quem deve beneficiar. Embora essa idéia possa estar muitas vezes colada inicialmente com a estrutura de mentalidade em exame, com ela não se confunde na medida em que existe algo em tudo isso que unifica e separa burgueses e proletários e que atua de maneira diferente. Isso se torna mais claro quando ambos se vêm envolvidos, tanto na materialidade inaugurada pela nova conjuntura simbolizada pelas fábricas, quanto na experiência do trabalho na indústria. A partir daí, a estrutura de mentalidade, o ponto de unidade, se esvanece diante das elaborações (ideologias) cujo campo de atuação privilegiado é o dos conflitos imediatos relacionados aos interesses e à luta política. As ideologias surgem com força e separam de forma mais clara os dois segmentos sociais que antes se apresentavam genericamente unificados. É a partir daí que começam a se dar inclusive os contornos da classe social, a partir da experiência concreta que opõem os interesses imediatos. Podemos então dizer que as estruturas de mentalidades atravessam as classes enquanto as ideologias começam a distingui-las. Quanto à estrutura de mentalidade, o caminho da luta política pode inclusive modificá-la ao longo de uma temporalidade que pode ser longa ou curta, no caso dos processos revolucionários que, por seu turno, podem se mais ou menos completos no sentido de possibilitar a mudança não somente no campo político-ideológico e econômico, quanto também nas estruturas de mentalidades. O cristianismo é um exemplo que nos ajuda a compreender melhor a situação descrita. Apresentarei o exemplo de forma inversa à lógica adotada para explicar a relação entre mentalidades e ideologias no caso do novo operariado: a separação entre católicos e protestantes se dá a partir de idéias que se transformam em ideologias e que passam a alimentar a luta política no plano imediato, estabelecendo os contornos cada vez mais claros de campos opostos; apesar disso os dois grupos continuam unificados sob cristianismo enquanto estrutura de mentalidade forjada na longa duração.

No seio de uma determinada estrutura de mentalidade, as ideologias implicam em visões particulares que determinados segmentos sociais possuem sobre si, seu grupo social, sobre determinados aspectos do real, que podem ser hegemônicas ou não, totalizantes ou fragmentárias. Essa visão nem sempre corresponde à sua realidade objetiva. Os segmentos sociais subalternizados não necessariamente estão condicionados a elaborarem uma ideologia coerente com sua real situação de classe, que engendre possibilidades, por exemplo, de rompimento com as relações de produção dominantes. Com base em um processo hegemônico pedagógico colocado a termo pelo Estado ou por agentes sociais a serviço da classe fundamental (organizações empresariais, sindicatos, partidos políticos, intelectuais), os segmentos sociais subalternizados podem ainda partilhar das ideologias do segmento social organizado em classe – a burguesia – contribuindo para que assimilem a sua visão de como devam ser as relações sociais e o modo de vida.

Vimos que, no caso em exame, diferentes segmentos sociais podem compartilhar uma mesma estrutura de mentalidade e divergir no campo político-ideológico por conta de interesses de classe diferenciados. Na presente pesquisa, foi possível verificar que a situação de classe contribui para que se polarizem posições ideológicas divergentes, por exemplo, entre operários e agentes do capital. Mas, ambos compartilham de uma mesma estrutura de compreensão sobre determinados aspectos da vida social. No conjunto dos agentes mais diretamente envolvidos com o processo de produção, essa aproximação ocorre ainda na relação com o trabalho. O trabalho na fábrica, em virtude do que ela simboliza, atua como um determinante importantíssimo no processo de construção da identidade e da valorização moral do indivíduo, mesmo que estejam em lados opostos do ponto de vista dos interesses de classe. Apesar das críticas relacionadas aos baixos salários, à rotinização

acelerada do processo de trabalho e ao despotismo fabril, todos os operários e operárias entrevistados, independentemente de apresentarem posições de esquerda ou de direita, foram unânimes em argumentar que, mesmo que em situação de super exploração e mesmo de eventuais humilhações, o trabalho na fábrica lhes confere uma situação melhor do que a anterior, quando viviam de “bicos”, estavam desempregados ou “ficavam em casa”, o que gerava uma pressão social e familiar negativa sobre esses trabalhadores. A “situação melhor” se refere, portanto, não somente ao salário, mas também ao fato de estarem integrados à sociedade salarial, com carteira assinada. Ao contrário do que se poderia pensar, a frustração com as possibilidades de crescimento na empresa indicam, no fundo, uma cultura de valorização do trabalho nas grandes firmas, que inaugurariam práticas diferentes daquelas vivenciadas pelos trabalhadores nas pequenas e médias empresas locais, particularmente no setor comercial. O problema não estaria nas “grandes firmas” em geral, mas nestas novas que chegaram às suas cidades e que infelizmente não reproduziram o mesmo tipo de relação salarial que alguns parentes e amigos residentes em São Paulo experimentaram há anos atrás, na fase desenvolvimentista, e que para eles ainda continuam vigentes, haja vista que a luta dos sindicatos é pela equiparação de condições. Não têm ainda muita clareza de que as novas fábricas como as em que trabalham na Bahia, contribuem para desagregar no Sul e Sudeste aquelas condições de trabalho e salariais que sempre almejaram.

De qualquer forma, se por um lado, foram frustradas as expectativas iniciais, por outro lado, não há entre os operários pesquisados uma desvalorização total do trabalho naquelas empresas. No interior da Bahia isso é ainda mais perceptível. Em todas as

entrevistas em que foi focada a história anterior de cada operário registrei falas com o conteúdo semelhantes aos destacados abaixo:

*Aqui pelo menos a gente sabe que vai ter aquele dinheiro no fim do mês. Olha, antes eu vivia de fazer bico, uma coisa aqui outra ali e tal. Agora é bom porque tem ordenado certo no fim do mês. É pouco, mas tá garantido*²⁸⁵.

O fato de conviverem em um cenário de crescente informalidade, particularmente nas cidades da que integram a rede calçadista, reforça entre esses operários a idéia muitas vezes difusa de valorização da relação salarial formal como símbolo de relações de trabalho mais avançadas. Ali ainda existem expectativas muito fortes quanto à sociedade salarial. Portanto, a ideologia da sociedade competitiva, onde todos são patrões, pois, administram suas competências, bem como onde a relação de assalariamento tende a se extinguir²⁸⁶, não encontra ali tanta acolhida, pelo menos por enquanto. Isso frustrou inclusive as pretensões de instalação de cooperativas pela Azaléia. A informação que nos foi dada por um diretor da Clássico e de dirigentes sindicais que dialogaram com os patrões sobre o assunto foi de que, na Bahia, a idéia foi abandonada porque os trabalhadores não ainda estariam *preparados* para este tipo de iniciativa. Apesar das teses sobre o enfraquecimento da relação salarial e dos significados atribuídos ao trabalho assalariado nas últimas décadas, ali permanece um conjunto de valores que indicam a valorização da sociedade salarial, que se identifica com um processo lento de consolidação da própria Modernidade²⁸⁷. Refiro-me por exemplo, aos sentimentos de impotência e inutilidade frente à situação de desemprego, bem como à segurança atribuída à remuneração certa no fim do mês, garantida em tese,

²⁸⁵ Transcrição de entrevista realizada com operário da Azaléia em 04/2005, em Itapetinga.

²⁸⁶ Esses princípios são sintetizados por Noberto Odebrecht em entrevista concedida à FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. *BAHIAINDÚSTRIA*. Salvador, ano VIII, nº 88, abril de 1999, p. 9.

²⁸⁷ Ver: CASTELS, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

pelo contrato de trabalho. Isso se mantém apesar de toda a ação pedagógica dos intelectuais orgânicos do capital, que mobilizam diversos meios de educação e difusão cultural para defender a idéia de que os trabalhadores deveriam se ver como *empresários de si mesmos* e, partir daí, negociarem a sua capacidade de trabalho como um capital em um mercado de trabalho desregulamentado dos limites identificados genericamente com a “legislação” e com a “antiquada burocracia do Estado”.

Entre os trabalhadores pesquisados, por exemplo, em meio às demandas próprias da sua condição operária por aumento de salário e melhores condições de trabalho na fábrica, é possível perceber perspectivas sobre o papel da fábrica e do trabalho semelhantes às divulgadas pelas organizações da burguesia e por parlamentares que defenderam a forma de implantação das fábricas. Sempre que questionamos sobre qual a expectativa ao começar trabalhar na empresa, ouvíamos respostas parecidas:

Ex-operário da Azaléia:

A expectativa é...Geralmente é de conseguir algumas coisa, é de chegar aqui e mudar de vida, de aprender uma profissão. A expectativa geralmente é sempre essa né, de conseguir uma renda maior, uma condição de vida melhor.

Operário da Ford:

Eu achava que fosse melhorar, esperava ter um salário melhor, melhorar a parte financeira(...). Esperava crescer na empresa.

Operário da Clássico:

A gente pensava que ia crescer na empresa...Mas eles só dão oportunidade pro pessoal que vem do Sul.

Os depoimentos demonstram que o trabalho assalariado na fábrica lhes afigurava como instrumento de ascensão social. Com o passar do tempo o argumento muda. Aquela expectativa não se realizou, o trabalho na “empresa grande” não melhorou a sua posição na hierarquia social. Mas, reiterando o que já foi constatado ao longo da pesquisa, para os operários, o problema não está na lógica do processo de trabalho em si, ou no princípio de ação da grande empresa capitalista em geral e sim na forma específica de atuação das fábricas onde trabalham. Para a grande maioria dos trabalhadores pesquisados os operários dos locais de origem das fábricas não enfrentam os problemas citados.

É importante então observar alguns dados sobre a situação de trabalho destes novos segmentos operários nas respectivas fábricas em que trabalham, até porque isso também atua como sobredeterminação do seu processo de constituição em classe.

Na Ford 93,6% dos operários pesquisados têm contrato permanente, na Azaléia 89,1%, na Dilly corresponde a 69,8% e na Clássico a 67,3%.

No período da pesquisa em que foram levantamos os dados (2004-2005), os trabalhadores do Complexo Ford recebiam os maiores salários. O piso geral do Complexo ficava em torno de R\$ 600,00. Na Azaléia o salário dos operários ficava em torno de R\$ 400,00. Os salários mais baixos são os da Dilly e da Clássico, ali os operadores ganham apenas o salário mínimo, bruto.

Outra mediação importante é o tempo de trabalho nas empresas:

Tabela 13

Tempo de trabalho na Ford (em meses)	
Entre um e seis meses	6,4%
Entre seis a doze meses	2,1%
Entre doze a dezoito meses	6,4%
Entre dezoito e vinte e quatro meses	8,5%
Entre vinte e quatro a trinta meses	4,3%
Entre trinta e trinta e seis meses	10,6%
Entre trinta e seis e quarenta e dois meses	25,5%
Entre quarenta e dois e quarenta e oito meses	21,3%
Entre quarenta e oito e cinqüenta e quatro meses	12,8%
Entre cinqüenta e quatro e sessenta meses	2,1%
Total	100,0%

Tabela 14

Tempo de trabalho na Azaléia (em meses)	
Entre um e seis meses	8,7%
Entre seis a doze meses	13,0%
Entre dezoito e vinte e quatro meses	17,4%
Entre vinte e quatro a trinta meses	6,5%
Entre trinta e trinta e seis meses	2,2%
Entre quarenta e dois e quarenta e oito meses	6,5%
Entre quarenta e oito e cinqüenta e quatro meses	4,3%

Entre cinquenta e quatro e sessenta meses	10,9%
Entre sessenta e sessenta e seis meses	2,2%
Entre sessenta e seis e setenta e dois meses	13,0%
Mais que setenta e dois meses	15,2%
Total	100,0%

Tabela 15

Tempo de Trabalho na Dilly (em meses)²⁸⁸	
Entre um e seis meses	32,6%
Entre seis a doze meses	39,5%
Entre doze a dezoito meses	14,0%
Entre dezoito e vinte e quatro meses	7,0%
Não respondeu	7,0%
Total	100,0%

Tabela 16

Tempo de Trabalho na Clássico do Nordeste (em meses)²⁸⁹	
Entre um e seis meses	54,5%
Entre seis a doze meses	16,4%
Entre doze a dezoito meses	25,5%
Entre dezoito e vinte e quatro meses	3,6%
Total	100,0%

²⁸⁸ A empresa funciona há quase dois anos em Vitória da Conquista

²⁸⁹ A empresa também funciona a quase dois anos em Vitória da Conquista.

A maioria dos trabalhadores da amostra da Ford possuem entre 2 e 4 quatro anos de experiência na empresa, mas apenas 31,9% dos trabalhadores tinham uma experiência anterior com o trabalho industrial, apesar da Região Metropolitana de Salvador ser a área mais industrializada do Nordeste. O número representa metade do percentual verificado entre o novo operariado no consórcio modular da Volkswagen em Resende, onde o percentual de trabalhadores que tiveram alguma experiência anterior com o trabalho industrial soma 60,0%²⁹⁰. Na Azaléia apenas 21,7% dos trabalhadores tem menos de 1 ano de atividade. Todavia, quase nenhum teve experiência anterior com o trabalho industrial, somente 2,2% dos operários da amostra. Na Dilly e Clássico o tempo de serviço não excede os 2 anos, tempo de atividade da empresa na em Vitória da Conquista. Na primeira empresa os trabalhadores com até 1 ano de experiência somam 72,1%, quase a metade (32,6%) tem de 1 a 6 meses de trabalho na Dilly. Na Clássico, 79,9% têm menos de 1 ano de trabalho. Destes 54,5% trabalhavam entre 1 e 6 meses. O número de trabalhadores da Dilly que declaram ter experiência anterior com o trabalho industrial soma 18,7%. Na Clássico, o percentual é praticamente idêntico, 18,2%.

Vale acrescentar que quase metade dos operários da Ford (46,8%) tem algum parente trabalhando na fábrica, o grau de parentesco predominante é o de irmão (25,6%). Na Azaléia o percentual de operários com parentes na empresa é de 73,9%, na Dilly e Clássico de 23,% e 38,2%.

Entre os operários da Ford o ingresso na empresa se deu majoritariamente por seleção (76,6%). Pelo Senai ingressaram 14,9% dos trabalhadores e 6,6% por indicação de

²⁹⁰ RODRIGUES, Iram Jácome; PONTES, Cecília Carmen Cunha; RAMALHO José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. Velhos e Novos Operários na Indústria Automobilística: comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense. *Cadernos do CRH*. Salvador, Vol. 19, N° 46, 2006.

familiares e amigos. Na Azaléia 37,0% ingressaram por seleção e 34,8% ingressaram via Senai. Na Dilly 58,1% entraram por seleção e apenas 4,7% entraram através do Senai. O ingresso na Clássico se deu via seleção para 60,0% dos operários. A maioria restante foi indicada por algum familiar ou amigo que trabalhava na empresa.

A maioria dos operários do Complexo Ford pesquisados em Camaçari avalia de forma positiva a relação da empresa com os funcionários, o percentual corresponde a 63,8% dos que vêem a relação como boa ou regular – 17,0% e 46,8%, respectivamente. Os que acham a relação com a empresa ruim somam 34%. No ABC e no Sul Fluminense os índices de aprovação da relação empresa/funcionário são superiores, chegam a aproximadamente 80,0%. No ABC, 18,6% dos operários afirmou que as relações são ótimas, em Resende o percentual de trabalhadores que avaliam a relação como ótima chega a 36,7%.

Na Ford em Camaçari os trabalhadores que avaliam as condições de trabalho como boas correspondem a 21,3%, ruins 36,2%, regulares 40,4%. A avaliação é mais negativa do que entre os trabalhadores do consórcio modular da Volkswagen em Resende²⁹¹. Em Resende os trabalhadores que consideram as relações de trabalho ótimas ou boas, correspondem a 21,1% e 64,5%, respectivamente.

Na Azaléia apenas 23,0% dos operários avaliam a relação com empresa como ruim. A maioria (76,0%) dos operários vê a relação positivamente. Nesse universo 8,7% acham a relação ótima, 13,0% boa e 54,3% acham a relação regular. A avaliação da relação entre empresa e funcionários na Dilly também é positiva entre 83,7% dos operários, destes, 16,3% acham a relação ótima, 11,6% acham boa e 55,8% razoável. Apenas 14,0% acham a

²⁹¹ Ibidem, idem.

relação ruim. Na Clássico, 20,0% dos trabalhadores avaliam negativamente a relação entre empresa e funcionários. Aqueles que acham a relação ótima somam 9,1%, boa 29,1% e razoável 40,0%.

As políticas de incentivo da empresa não são bem recebidas pela maioria dos operários da Ford que responderam ao questionário. Apenas 4,3% consideram que tais políticas são boas, 23% acham razoáveis. No entanto, 44,7% afirmam que as políticas são ruins, 21,3% disseram que não existem e 4,3% não souberam opinar. Mais uma vez, os números são bem diferentes dos verificados no ABC e no Sul Fluminense com relação ao mesmo assunto. No ABC 8,6% dos operários disseram que as políticas de incentivo da empresa são ótimas, 41,3% afirmaram que são boas e 33,5% avaliam as políticas como razoáveis, 11,2% como ruins, 3,0% disseram que não existem políticas de incentivo na empresa e 2,4% disseram não ter conhecimento da existência de tais políticas. No Sul Fluminense os dados são ainda mais favoráveis à empresa. Ali, no Consórcio Modular da VW, o percentual de trabalhadores que avaliam as políticas como ótimas sobem para 14,4%. Para 42,2% as políticas são boas, praticamente o mesmo número do ABC. O número de trabalhadores que visualizam as políticas de incentivo da empresa como razoáveis cai para 25,6% no Sul Fluminense. 12,2% avaliam as políticas em questão como ruins e 5,6% afirmaram não conhecer esse tipo de política na empresa.

Na Azaléia 8,7% consideram boas as políticas de incentivo da empresa e 28,3% razoáveis, 17,4% dos operários disseram que não existem tais políticas na empresa. Entre os operários da Dilly 16,3% afirmaram que as políticas são boas, 2,3% ótimas e 34,9% razoáveis. Na Clássico, 12,7% dos operários avaliam as políticas como boas, 1,8% como ótimas e 27,3% como razoáveis.

A existência de trabalho em grupo foi atestada por 80,9% dos trabalhadores da Ford. No entanto, somente 57,4% disseram sentir-se realmente trabalhando em equipe. 19,1% afirmaram que não se sentem trabalhando em grupo e 21,3% responderam que se sentem em termos. Já na Azaléia o percentual de trabalhadores que comprovam o trabalho em grupo é de 93,5%. O percentual dos que se sentem realmente trabalhando em grupo também é maior, 71,7%, contra 21,7% que disseram não se sentem trabalhando em equipe e 4,3% que disse se sentir trabalhando em grupo apenas em termos. A compreensão da existência do trabalho em grupo na Dilly é mais difusa. Naquela fábrica, apenas 53,5% disseram existir trabalho em grupo na Dilly, 23,3% disseram não existir e 20,9% afirmaram não saber. Na Clássico os números são próximos aos da Azaléia. Ali 87,3% disseram trabalhar em grupo, 5,5% disseram que não se sentem trabalhando em grupo e 5,5% informou não saber.

O desconforto físico no processo de trabalho também foi avaliado. Na Ford, 63,8% dos operários disseram que trabalham em posições desconfortáveis, apenas 25,5% afirmaram que não trabalham nessas condições. Todavia, quando se pergunta sobre que parcela do dia trabalha em posições desconfortáveis, apenas 2,2% disseram que nunca trabalham nessas condições e 8,7% durante pequena parte do dia. Por outro lado, 19,6% disseram trabalhar em posições desconfortáveis o tempo todo, 32,6% durante grande parte do dia e 10,9% durante metade do dia. Nas fábricas de calçados a reclamação contra as posições desconfortáveis foram recorrentes em todas as entrevistas. No entanto, na Azaléia, o percentual de operários que declararam trabalhar em posições desconfortáveis é de 39,1%, número menor do que na Ford. Dos que trabalham em posições desconfortáveis, 17,4% informaram trabalhar assim durante todo o tempo, 17,4% durante grande parte do

tempo e 8,7% durante metade do tempo de trabalho. Na Dilly 41,9% dos operários informaram que trabalham em posições desconfortáveis, 27,9% o tempo todo, 16,3% durante grande parte do tempo, 7,0% durante metade do tempo e 11,6% durante pequena parte da jornada de trabalho. O maior percentual de operários que trabalham em posições desconfortáveis foi encontrado na Clássico, 70,9%. Do total entre os que trabalham em posições desconfortáveis, 47,3% executa as tarefas dessa maneira durante todo o tempo de trabalho na fábrica, 12,7% durante grande parte do tempo, 7,3% durante metade do tempo e 7,3% durante pequena parte da jornada de trabalho.

Outro aspecto considerado é o grau de monotonia sentido pelos trabalhadores no processo de trabalho. Os operários da Ford que informaram realizar trabalho monótono durante todo o tempo somam 8,5%. Para 27,7% o trabalho é monótono na maior parte da jornada, para 12,8% é durante metade da jornada de trabalho, já 36,2% acha trabalho é monótono durante pequena parte da jornada de trabalho. O percentual de operários que, na Azaléia, descreve o seu trabalho como monótono durante todo o tempo é de 8,7%. O trabalho é monótono na maior parte da jornada para 17,4%, é monótono na metade da jornada para 19,6% e para 30,4% somente durante pequena parte do tempo. Na Dilly 14,0% dos trabalhadores descrevem que o seu trabalho é monótono durante todo o tempo, 27,9% durante a maior parte do tempo, 14,0% na metade do tempo e 23,3% em pequena parte da jornada. Entre os operários da Clássico, 20,0% declarou que o trabalho é monótono durante todo o tempo, monótono na maior parte da jornada para 21,8%, durante metade do tempo para 16,4% e em pequena parte do dia para 16,4%.

O nível de pressão que os trabalhadores das plantas pós-fordistas sofrem contradiz a declarada autonomia ali existente. Na Ford de Camaçari o nível de pressão é muito alto,

significativamente maior do que a média verificada em plantas do ABC ou no Consórcio Modular da VW em Resende. Na planta baiana 57,4% dos trabalhadores da amostra declararam que se sentem muito pressionados no trabalho. Apenas 25,5% dos trabalhadores afirmaram que são razoavelmente pressionados. Nas plantas automotivas pesquisadas por I.J.Rodrigues, em São Bernardo do Campo, apenas 10,0% dos trabalhadores disseram se sentirem muito pressionados. Na Volkswagen de Resende o percentual de trabalhadores que sente muito pressionado no trabalho é quase o mesmo, ou seja, 12,2%. Isso demonstra que em Camaçari existe uma combinação mais dura de novas técnicas de produção e coerção dos trabalhadores. Parece que ali a empresa não ênfase está mais na coerção do que no comprometimento pro-ativo do operário, o que contraria pesquisas recentes sobre o trabalho nas plantas flexíveis. Demonstra também tal situação decorre da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores da planta baiana.

Questionados sobre o nível de pressão sofrido pelos colegas no ambiente de trabalho, 25,5% dos operários da amostra do Complexo Ford disseram ser razoavelmente pressionados, 25,5% afirmaram ser pouco pressionados, 23,4% são muito pouco pressionados e 8,5% disseram que nunca são pressionados pelos colegas. O nível de pressão sofrido pela gerencia revelou-se bem maior, 63,8% dos operários disseram que são muito pressionados.

Na Dilly os níveis de pressão também não são baixos, 44,2% dos trabalhadores se disseram muito pressionados, os que afirmam ser razoavelmente pressionados somam 11,6%, o percentual dos que se disseram pouco pressionados é de 18,6% e 16,3% declararam ser muito pouco pressionados. Aparentemente os operários da Azaléia são pressionados entre os trabalhadores das quatro empresas da amostra. Apenas 8,7% dos

operários afirmaram serem muito pressionados. O percentual dos que se sentem razoavelmente pressionados é maior na Azaléia do que nas outras fábricas (30,4%). Os que se dizem pouco e muito pouco pressionados somam 23,9% e 6,5%, respectivamente. O percentual de trabalhadores que disse nunca terem sofrido nenhum tipo de pressão corresponde a 23,9%, um número alto. No caso da Clássico, voltamos para números próximos aos da Dilly, 47,3% dos operários afirmaram que são muito pressionados no trabalho, os razoavelmente pressionados somam 16,4%, pouco e muito pouco somam, na mesma ordem, 10,9% e 9,1%. Os que disseram nunca terem sofrido pressões somam 16,4%.

A alta produtividade das plantas instaladas na Bahia impacta no ritmo do trabalho, que é muito intenso. Na Ford, por exemplo, para 42,6% dos trabalhadores o ritmo do trabalho é muito rápido. Já 31,9% consideram o ritmo rápido, 21,3% informaram que o ritmo é na medida. No ABC e em Resende os números revelados por Rodrigues et al são bem diferentes no que se refere ao percentual de trabalhadores que identificam o trabalho como muito rápido e na medida certa. No ABC apenas 14,8% dos operários avaliam o trabalho como muito rápido, na planta pesquisada em Resende o percentual é um pouco maior (20,0%), mas, nos dois casos o percentual está bem abaixo dos 42,6% registrados na planta da Ford em Camaçari, o que indica uma intensidade maior do trabalho na planta baiana. Não é à toa que entre as novas plantas, a fábrica baiana é vista como um marco de produtividade quando se compara a relação homens e carros produzidos. Em julho de 2005, antes de completar cinco anos de funcionamento a Ford já ultrapassava as metas de produção previstas, já havia fabricado 500.000 carros, um recorde no Brasil. O tempo de fabricação também é menor na fábrica baiana. Enquanto em Camaçari se produz um carro a

cada oitenta segundos, na GM de Gravataí, outra referência mundial de produtividade, o tempo é de dois minutos²⁹². A Ford de Camaçari é a fábrica automotiva com maior produtividade do país. A média de produção dos operários é ali 84 carros/ano tomando-se como referência o ano de 2006. A GM de Gravataí era a segunda mais produtiva com a marca de 81 carros/ano. No ABC, por outro lado, a produtividade do setor era bem menor. Lá, a média de produtividade por operário corresponde a 37 carros/ano. Na Volkswagen em São Bernardo a média anual é ainda menor, 32 carros/ano por operário.

Nas fábricas calçadistas a diferença maior é na Azaléia, cujo ritmo do trabalho, segundo a maioria dos trabalhadores (47,8%) é na medida, sendo que 30,4% consideram o trabalho rápido. Apenas 10% dos operários da Azaléia avaliam o ritmo como muito rápido. A Dilly e a Clássico retomam a média da Ford no quesito rapidez do processo de trabalho. Na Dilly 34,9% avalia o ritmo como *muito rápido*, 46,5% acha o ritmo rápido e apenas 18,6% consideram que o ritmo do trabalho é na medida certa. Na Clássico a média também é próxima a da Ford. Na fábrica de Vitória da Conquista 45,5% dos trabalhadores informam que o ritmo é *muito rápido*, 32,7% avalia como rápido e somente 21,8% considera que o ritmo está na medida certa.

No entanto, apesar do grau de pressão sofrido pelos trabalhadores no interior da fábrica, bem como apesar do ritmo de trabalho muito intenso, esta pressão não se revela no acompanhamento direto da gerência e supervisores no processo de trabalho, conforme ocorria na tradicional fábrica fordista. Depreende-se que, no processo de trabalho em grupo, a pressão realizada é dividida entre a gerência e os próprios trabalhadores das células de produção Assim, na Ford, mesmo que 63,85% dos operários afirmem que são

²⁹² Ford Faz 500.000 Carros em 4 anos. In: *carrosem4anos*.<http://WWW.abrac.com.br/online/noticia.asp?id=36777&dt20050726%am=1&yano=2005&yimes=07> Consultado em março de 2006.

pressionados pela gerência, somente 31,9% afirmaram que o seu trabalho é acompanhado com proximidade pela gerência (de perto 21,3% e de muito perto 10,0%). 25,5% informaram que esse acompanhamento é relativamente próximo, segundo 19,1% o acompanhamento não é muito próximo e 17,0% destacaram que não há proximidade alguma. Nas indústrias calçadistas o acompanhamento pela gerência é mais freqüente. Na Azaléia, Dilly e Clássico o nível de pressão que os trabalhadores sofrem pela gerência é em média menor do que na Ford, cerca de 40,0% em média declararam que se sentem pressionados pela gerência, que também acompanha com mais proximidade o processo de trabalho. A pressão sofrida pelos companheiros de trabalho também é menor nas empresas calçadistas, o que demonstra ali um grau maior de velhas práticas de gestão da força de trabalho. Entre os operários calçadistas, os que disseram ser acompanhados de muito perto pela gerência representam 13,0% na Azaléia, 30,0% na Dilly e 25% na Clássico. Os operários que disseram ser acompanhados de perto correspondem nas três fábricas citadas respectivamente a 39,1%, 32,6% e 43,6%. Acompanhados com relativa proximidade: 15,2%, 11,6% e 18,2%. Não muito próximo: 17,4%, 23,3% e 12,7%.

Um ponto contraditório é o discurso corrente sobre a abertura do diálogo entre operários e gerência nas plantas flexíveis. No caso da Ford isso tende a não ocorrer. Questionados sobre o tema, apenas 12,8% dos trabalhadores disseram que o diálogo é aberto, ao contrário do que disseram 46,8% e 36,2% dos trabalhadores, que informaram ser o diálogo pouco aberto e autoritário, respectivamente. A avaliação da relação com o supervisor imediato é também um dado que contraria o discurso de que nas plantas flexíveis o ponto forte é a boa relação entre supervisores e operários. Nesse sentido, na Ford, apenas 4,3% mostraram-se muito satisfeitos com seu supervisor imediato, 25,5%

disseram-se satisfeitos. Grande parte dos operários mostrou-se indiferente e insatisfeita com a supervisão, 25,5% e 27,7%, na mesma ordem. Uma parcela importante informou estar muito insatisfeita com os supervisores, 14,9%. Tal situação se reflete na forma como as políticas da empresa são praticadas. 82,9% dos trabalhadores sentem-se à parte das discussões acerca das políticas da fábrica. Entre estes, 19,1% sentem-se *pouco consultados* e 63,8% muito *pouco consultados*.

Dentre as empresas calçadistas a Azaléia é aquela onde o diálogo é mais aberto entre operários e gerência. Ali, segundo a opinião de 41,3% dos operários, o diálogo com a gerência possui um nível adequado de abertura (muito aberto 8,7%, aberto 32,6%). 28,3% dos operários dizem ser o diálogo pouco aberto e 19,6% diz ser autoritário. Na fábrica de Itapetinga o grau de satisfação com a supervisão é alto, 15,2% dos trabalhadores afirmaram que se sentem muito satisfeitos e 52,2% se disseram satisfeitos, apenas 8,7% se disse indiferente e 17,4% mostraram-se insatisfeitos. No entanto, mais da metade dos trabalhadores disseram que são pouco ou muito pouco consultados sobre as políticas da empresa. Nas fábricas da Dilly e Clássico diálogo entre gerência e operários não é tão aberto. Na primeira fábrica 37,2% dos trabalhadores consideram o dialogo pouco aberto e 41,9% acham autoritário. No entanto, contraditoriamente, um percentual elevado de trabalhadores tem uma visão positiva do pessoal de supervisão. Entre os trabalhadores da Dilly, 58,1% informaram estar satisfeitos com o seu supervisor imediato e 4,7% disseram-se muito satisfeitos. Os insatisfeitos e muito insatisfeitos somam 16,3% e 9,3%, respectivamente. Os trabalhadores que se sentem indiferentes correspondem a 11,6%. Na Dilly os trabalhadores são ainda menos consultados sobre as políticas da empresa do que, por exemplo, na Azaléia. 44,2% disseram que são muito poucos consultados e 23,3% pouco

consultados. Na Clássico a situação não é tão diferente no que se refere à relação entre gerência e operários. Predomina ali o diálogo pouco aberto, segundo 47,3% dos operários, e autoritário, de acordo com 25,5% dos trabalhadores. No entanto, mais da metade se diz satisfeito com o supervisor imediato (10,9% muito satisfeitos, 43,6% muito satisfeitos e 25,5% indiferentes). A maioria também é pouco ou muito pouco consultada sobre as políticas da empresa (25,5% pouco consultados e 38,2% muito pouco consultados).

O cansaço intenso é uma das sensações que acompanham os trabalhadores. Na Ford, por exemplo, perguntados sobre com que frequência se sentem exaustos após o trabalho, 38,3% dos operários afirmaram que assim se sentiram todos os dias no último mês, 25,5% a maior parte dos dias, 4,7% afirmou que se sentia exausto durante metade do tempo. 27,7% disseram que no último mês ficaram exaustos apenas alguns dias. Os percentuais são significativamente mais elevados do que os observados tanto nas plantas automotivas do ABC, quanto no consórcio modular da Volkswagen em Resende. No ABC, o percentual de operários que declararam se sentirem exauridos todos os dias ao fim da jornada é de apenas 8,7%, no Sul Fluminense o percentual é de 12,2%.

Entre os trabalhadores pesquisados, a intensidade e desgaste gerados pelo trabalho frequentemente dificulta a participação em atividades sociais e familiares. O percentual de trabalhadores nessa condição é alto, mais da metade. No momento em o *survey* foi aplicado, 12,8% disseram que, durante todos os dias do último mês, por conta do cansaço em virtude da intensidade do trabalho, se sentiram impedidos de participar de atividades sociais e familiares. Os que assim sentiram na maior parte dos dias somam 36,2%, metade do tempo 6,4%.

Apesar do discurso corrente sobre o alto nível tecnológico na planta de Camaçari o esforço físico realizado é intenso. O trabalho é pesado demais segundo 10,6% dos operários e pesado para 38,3%, razoável para 36,2% e de acordo para 10,6%.

Segundo os operários pesquisados no Complexo Ford, o tempo necessário para treinarem alguém para realizar sua função seria muito extenso:

Tabela 17

Tempo Necessário para Ensinar Alguém A Fazer o seu Trabalho (Ford)	
Mais de um mês	27,7%
Duas a quatro semanas	12,8%
Uma semana	19,1%
Alguns dias	10,6%
Um dia	8,5%
Algumas horas	19,1%
Não respondeu	2,1%
Total	100,0%

Os dados revelam que o trabalho não é complexo, não é necessário muito tempo para aprender a função. O que há é uma maior complexidade e qualificação do *posto de trabalho*, o que significa necessariamente complexidade da função.

Outra mediação que nos permite compreender como esse segmento do novo operariado avalia sua própria conjuntura é o medo de perder o emprego. No Complexo Ford, a preocupação com a perda do emprego afeta 48,0% dos operários, mais da metade dos trabalhadores que responderam a enquete. Destes, 8,5% se dizem muito preocupados em perder o emprego. Isso talvez indicasse uma valorização do trabalho na Ford o que, em tese, seria natural, tendo em vista toda a imagem positiva construída pela mídia e governo

da Bahia no processo de instalação da fábrica, que simbolizaria uma nova etapa no desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, os dados apontam uma aparente contradição com a propaganda oficial: os trabalhadores não valiam positivamente a Ford, nem o seu trabalho na empresa. Perguntados sobre se sentem orgulho em trabalhar na empresa, apenas 32,2% disseram que sim, contra 29,8% que disseram não e 31,9% que afirmaram não saber. As respostas do tipo “não sei”, se não afirmam diretamente ausência de sentimento orgulho em trabalhar na empresa, indicam indiferença. A situação é bem diferente dos dados encontrados por Rodrigues et al, no ABC e no Sul Fluminense. No ABC 93,9% dos operários pesquisados disseram se orgulhar de trabalhar na empresa, no Sul Fluminense o percentual é quase o mesmo, ou seja, 89,7%. O medo de perder o emprego se explica menos pelas condições de trabalho e remuneração na empresa e mais pelo nível de desemprego na RMS, o maior dentre todas as regiões metropolitanas do país. Isso tende a influenciar de maneira importante na contenção da ação reivindicativa dos operários do Complexo.

Se os trabalhadores afirmam que as condições de trabalho são muito desgastantes no Complexo, o que torna a atividade muito pouco atrativa, nas empresas calçadistas não é diferente. Ali o ritmo intenso do processo de trabalho também produz um alto nível de exaustão. Entre as empresas calçadistas pesquisadas, o nível de exaustão dos trabalhadores se revelou menor na Azaléia. Na planta de Itapetinga 19,6% dos trabalhadores informaram que no último mês – a contar do momento da aplicação dos questionários – sentiram-se exaustos após o trabalho todos os dias, 10,9% durante a maior parte dos dias e 52,2% somente alguns dias. O cansaço impediu que 65,2% dos trabalhadores participassem de atividades sociais e familiares, 2,2% informaram que isso aconteceu todos os dias, 23,9%

durante a maior parte dos dias, 17,4% em metade dos dias e 21,7% durante poucos dias. Os números do Complexo Ford são mais elevados. O fato é que na Azaléia o trabalho manual não é tão pesado quanto na Ford, por exemplo. Na fábrica calçadista em questão 47,8% dos trabalhadores disseram que o esforço realizado é razoável e 26,1% disse ser leve. Apenas 15,2% identificaram o trabalho como pesado e 4,3% muito pesado. O tempo necessário para que um operário da Azaléia treinasse alguém para fazer o seu trabalho encontra-se assim dividido.

Tabela 18

Tempo Necessário para Ensinar Alguém a Fazer o Seu trabalho (Azaléia)	
Mais de um mês	19,6%
Duas a quatro semanas	15,2%
Uma semana	13,0%
Alguns dias	13,0%
Um dia	17,4%
Algumas horas	15,2%
Não respondeu	6,5%
Total	100,0%

É preciso destacar que, conforme as entrevistas, nas fábricas calçadistas, como também no Complexo Ford, a dificuldade maior não é ensinar o trabalho, que é simples, mas fazer o operário alcançar a meta mínima de produção determinada pela empresa. O tempo para isso dependerá, portanto, da função.

Na azaléia, a preocupação com a perda do emprego não chega a afetar os trabalhadores como no Complexo Ford ou nas demais empresas calçadistas pesquisadas. Mais da metade dos trabalhadores (56,5%) dos operários da azaléia disseram não estar preocupada com a perda do emprego nos próximos três anos, 30,4% disse estar preocupado e 6,5% muito preocupado. Um dado interessante é que apesar das reclamações quanto às condições de trabalho na fábrica, uma maioria significativa entre os trabalhadores da

Azaléia disse ter orgulho de trabalhar na empresa, apenas 8,7% disse que não sente orgulho e 34,8% declararam não saber. Isso só reforça aquilo que já foi apontado anteriormente, que apesar da frustração com o trabalho na empresa, nas pequenas cidades permanece a valorização do trabalho na indústria moderna. Isso definiria o diferencial em relação aos demais trabalhadores da cidade no comércio, agropecuária etc. Na Ford os dados são outros, até porque a expectativa gerada tenha sido ainda maior do que o trabalho no setor calçadista, haja vista que a propaganda política foi muito maior e porque, para os operários, a empresa simbolizava de forma emblemática aquilo que existia de mais avançado em termos de relações de trabalho na indústria. Além disso, embora a grande maioria dos operários do Complexo não tenha experiência anterior com o trabalho industrial, a fábrica moderna ali não tem o mesmo peso simbólico que se observa no interior do Estado.

Como já foi dito antes, na Azaléia o grau de exaustão dos operários demonstra ser menor do que nas demais empresas do setor que foram pesquisadas. Na Dilly, em Vitória da Conquista, o percentual de trabalhadores que disseram ficar exaustos todos os dias do mês anterior à pesquisa foi 18,6% . Já 25,6% dos operários sentiram-se exaustos a maior parte dos dias, 11,6% a durante metade do tempo e 37,2% durante alguns dias. O cansaço gerado pelo trabalho impediu 27,9% dos operários de participarem de atividades sociais e familiares na maior parte dos dias enquanto 23,3% ficaram impedidos durante metade do tempo, um número igual ficou impedido durante poucos dias. Ali o trabalho manual executado é pesado demais segundo 11,6% dos trabalhadores e pesado para 34,9%. De acordo com 37,2% dos operários o esforço físico executado é razoável. Apenas 14,0% consideraram o trabalho leve. Já o tempo necessário para treinar outro trabalhador para realizar o seu trabalho é o seguinte:

Tabela 19

Tempo Necessário para Ensinar Alguém a Fazer o Seu trabalho (Dilly)	
Mais de um mês	20,9%
Duas a quatro semanas	23,3%
Uma semana	18,6%
Alguns dias	23,3%
Um dia	4,7%
Algumas horas	9,3%
Total	100,0%

Diferentemente da Azaléia, na Dilly o número de operários que declararam sentir orgulho de trabalharem na fábrica é menor, mais ainda alto, 41,9%. O percentual dos que disseram não sentir orgulho de trabalhar na Dilly corresponde 18,6% e os que afirmaram não saber é de 39,5%.

Os números mostram que as condições de trabalho na Clássico são semelhantes às da Dilly, porém o grau de desgaste dos trabalhadores é mais intenso. No último mês de trabalho, contado a partir do momento de aplicação dos questionários, 32,7% dos operários declararam se sentirem exaustos após o trabalho durante todos os dias. 21,8% a maior parte dos dias, 5,5% durante metade do tempo e 34,5% durante alguns dias. No mesmo período o cansaço devido ao trabalho impediu todos os dias, que 20,0% dos trabalhadores participassem de alguma atividade social ou familiar. Os que não puderam na maior parte dos dias somam 21,8%, metade do tempo 16,4%, poucos dias 23,6% e os que nunca se sentiram impedidos de participarem de atividades sociais e familiares correspondem a 16,4%. O trabalho manual na Dilly é pesado demais para somente 1,8%, pesado para 9,1% e razoável segundo 52,7% dos trabalhadores. 32,7% disseram que o trabalho na Dilly é leve.

Na Clássico o tempo necessário que um operário levaria para treinar um colega seria de.

Tabela 20

Tempo Necessário para Ensinar Alguém a Fazer o Seu trabalho (Dilly)	
Mais de um mês	23,6%
Duas a quatro semanas	10,9%
Uma semana	16,4%
Alguns dias	29,1%
Um dia	16,4%
Algumas horas	3,6%
Total	100,0%

Com relação à preocupação com a perda do emprego, os trabalhadores da clássico sentem o mesmo grau de insegurança que os operários da Dilly. 18,2% estão muito preocupados em perder o emprego nos próximos três anos, 43,6% estão preocupados. 36,4% não estão preocupados. Apesar do nível de desgaste físico, dos baixos salários e da relação pouco aberta com a empresa, quase 50,0% dos operários se dizem orgulhosos de trabalharem na empresa, contra 21,8% que disseram não se orgulhar e 29,1% que afirmaram não saber.

A essa altura do presente trabalho já temos elementos concretos para compreender as relações entre a determinação e as sobredeterminações de classe do novo operariado. Espero que possamos ter também uma compreensão mais satisfatória da forma como as sobredeterminações do processo de constituição de classe atuam nos territórios do novo operariado.

A questão que se apresenta agora é saber se em meio a essas relações entre determinações e sobredeterminações o novo operariado realmente constitui uma classe social.

6 O NOVO OPERARIADO É UMA CLASSE SOCIAL?

“Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”.

(Marx, em O 18 Brumário de Luis Bonaparte)

A essa altura o leitor deve estar se perguntando se o novo operariado é de fato uma classe social. Vimos que a determinação econômica não é suficiente para garantir a existência das classes sociais. Conforme argumenta Boito, nesse nível (determinação econômica), a classe operária existiria apenas como potência. Para o autor, a classe só existiria no sentido forte do termo em alguns momentos específicos da História, quando *a luta de classes definiria os contornos claros destes agentes sociais*. Isso recoloca o debate sintetizados em duas passagens de Marx, no *Manifesto Comunista* e no *18 Brumário*. Na

primeira publicação Marx dizia que era preciso constituir o operariado em classe, na segunda propunha o argumento que citamos na abertura do presente capítulo. O problema está em como este debate foi colocado pela historiografia e pelas Ciências Sociais. É preciso aqui resgatar algumas reflexões demarcadas anteriormente neste trabalho para pensar a questão.

É conhecido o caminho oferecido por Thompson, que se utiliza do conceito de *experiência* em sua problemática das classes sociais, problemática esta que influenciou decisivamente a constituição da História Social Inglesa. Já destaquei a crítica a Thompson em outro momento deste trabalho. Para desenvolvimento da questão destacada no começo desta seção do trabalho, reteremos aqui somente a questão do viés fortemente culturalista de sua concepção do *fazer-se da classe operária*.

Embora seja frutífero o resgate das ações que os agentes desenvolvem em sua luta cotidiana, tal perspectiva, ao privilegiar este enfoque, enfraquece as determinações mais gerais do processo de constituição das classes sociais. Daí a necessidade dos conceitos de determinação sobredeterminação. Assim, os agentes vivenciam produzem a sua experiência a partir de condições dadas, tais como a sua situação na organização social da produção e na estrutura de classes que, como estrutura de longa duração, tende a condicionar historicamente a experiência de classe dos agentes. Posto isso, o conceito de *experiência* é sobre-condicionado, ou melhor, a *experiência* representa uma sobredeterminação e não uma determinação no processo de constituição das classes sociais.

Mas permanece o problema, no sentido de saber em que medida a ação dos agentes frente às sobredeterminações que se relacionam as determinações de longa duração do modo de produção predominante produz a existência da classe social. Na problemática

marxista, tanto os autores que criticam a perspectiva thompsoniana, quanto o próprio Thompson recaem na mesma dificuldade de método que, de certa forma, aparecem nos trechos que destacamos do *Manifesto Comunista* e do *18 Brumário*. No primeiro caso, provavelmente por se ater literalmente ao enunciado de Marx nos textos citados, ou seja, somente o extremo representado pela luta de classes daria os contornos das lutas de classe. A luta de classes é vista assim em seu sentido literal dos agentes que deflagram coletivamente um processo que pode resultar inclusive na aniquilação do adversário social. Cria-se com isso uma idéia *de como deva ser a luta* que venha a produzir os contornos da classe ao invés de focar os mais diversos aspectos das lutas dos trabalhadores e do seu antagonismo com os agentes que organizam e levam à frente o processo de dominação. As situações em que os agentes sociais partem para a luta de aniquilação, como ocorreram em alguns momentos da história é menos a exceção em um momento extraordinário e mais a explosão de um processo longo e lento de desenvolvimento do antagonismo. Se não podemos construir soluções ideais para a existência da consciência de classe, menosprezando *a consciência que a classe tem*²⁹³, também não seria adequado idealizar o nível do antagonismo e de identidade necessária para que a classe exista. Somente a análise concreta de cada segmento social poderá definir se ali existem segmentos da classe operária ou não. Assim, não podemos determinar se um grupo de trabalhadores constitui ou não a classe operária sem examinar a relação da sua experiência de classe com as determinações e sobredeterminações relacionados com essa condição. Isso porque as condições para o desenvolvimento do antagonismo que se manifesta no modo de vida, diferenciando das

²⁹³ Uso aqui a feliz expressão formulada por Henrique Amorim em uma das discussões sobre as classes sociais no Cermarx, em 2003.

possíveis classes sociais são condicionadas pelo conjunto das determinações e sobredeterminações em situações concretas.

O segmento operário aqui investigado é, nesse sentido, uma classe operária nascente. Ela não se faz sozinha, a partir de sua própria experiência, conforme diria Thompson em sua problemática culturalista. Isso relegaria à obscuridade a relação entre as estruturas de determinação e os elementos de sobredeterminação, um conjunto que pode ser composto tanto por estruturas de longa duração, como por particularidades que se situam no tempo da conjuntura. A classe em questão tão pouco é inexistente porque o seu antagonismo com a burguesia industrial não a coloca em luta aberta ou porque ainda não desenvolveu uma interpretação radical – no sentido de ir à raiz – sobre sua condição e, a partir, colocar em prática ações com vistas à sua emancipação. É fato que todos eles sofrem o mesmo fenômeno de subalternização política e econômica que tende a impedi-los de construir uma ideologia e hegemonia a partir de sua condição de classe e oferecer uma explicação mais totalizante e independente sobre o seu lugar na organização social da produção. Mas, mesmo que todos estejam na mesma condição de subordinação, isso também não garante que ali estejam construindo uma experiência comum que possibilite uma identidade própria frente aos outros segmentos sociais, embora tenham contato com uma estrutura de pertencimento e de identidade nascente

Assim, se por um lado, a determinação econômica não garante a existência da classe, por outro lado, sem tal determinação sequer podemos considerar a sua possibilidade. Levando-se essa situação ao limite, poderíamos dizer que, embora todos os trabalhadores pesquisados vivenciem o que na perspectiva weberiana constituiria *uma mesma situação de mercado* que os integraria na *classe operária*, ou cuja existência social esteja determinada

pela organização da produção, em termos marxistas, isso não quer dizer que todos os trabalhadores pesquisados pertençam à classe operária. Aparentemente, essa afirmação nos traz um problema empírico e teórico: a determinação de classe, na realidade, não determinaria nada; em um mesmo segmento social poderíamos encontrar a divisão entre aqueles que constituem e os que não constituem a classe. Se nos basearmos na lógica formal teríamos aqui uma contradição insolúvel. Mas, a questão não é bem assim.

Ao se encontrarem no seio da mesma determinação econômica, todos os trabalhadores se localizam na condição operária, mas não necessariamente constituem a *classe* operária. Embora não sejam uma classe, a condição operária os coloca na mesma situação e não há aí nenhuma contradição, a determinação econômica atua neste nível com toda a sua força estabelecendo o primeiro nível de coesão – talvez o leitor entenda que a melhor palavra para designar isso seja *proximidade*. Posto o primeiro nível de coesão, estabelecido no âmbito da determinação econômica, aqueles trabalhadores têm então a possibilidade de construção do segundo nível de coesão, entendido aqui como a coesão que se dá pela via dos laços político-ideológicos e culturais. O segundo nível de coesão emana do interior do segmento social, de dentro para fora e não de fora para dentro como supõe a concepção lukasciana da consciência de classe adjudicada.

É nessa etapa do processo de constituição da classe que entram as sobredeterminações enquanto dimensões que atuam condicionando o desenvolvimento dos laços político-ideológicos e culturais entre os trabalhadores no contexto de uma situação de classe (a condição operária) dada pela determinação econômica. Na presente pesquisa o contato com os trabalhadores demonstrou que, apesar de todos se encontrarem na mesma condição operária, tanto nas fábricas de calçados quando no Complexo Ford, o

desenvolvimento dos laços político-ideológicos encontra-se sobredeterminado pelo perfil social e condições materiais de vida, pela cena política e sindical, pela ação do Estado e pelas relações entre trabalho e superestrutura nos territórios em que se encontram aqueles trabalhadores que integram o novo operariado brasileiro. O fato de serem trabalhadores jovens, com elevado percentual de mulheres (historicamente mais exploradas) e sem experiência anterior com o trabalho industrial, facilita para as empresas a implantação de processos produtivos orientados pela intensificação dos ritmos do trabalho, por um maior nível de exploração e de despotismo. O desemprego elevado, indicadores sociais bastante negativos, a desigualdade social que reflete um nível intenso de pobreza nos locais onde se instalam as fábricas, tudo isso não dá muitas opções aos trabalhadores. O trabalho nas fábricas é quase sempre como a única opção. Isso influencia de forma importante o comportamento dos operários frente aos patrões e seus prepostos e diante das iniciativas de organização sindical ou outras ações de cunho reivindicatório. O medo do desemprego e a pobreza nos locais onde vivem os tornam mais suscetíveis ao despotismo fabril. A própria dificuldade em ter acesso aos trabalhadores e o medo por eles demonstrado em falar da sua condição demonstra isso claramente, principalmente nas cidades envolvidas com a produção calçadista. No começo da pesquisa de campo, em 2003, tive dificuldade para conseguir estabelecer o diálogo com os operários. À parte a desconfiança inicial com a aproximação do pesquisador, o que mais se registrava era o medo de se ver associado a alguém que pesquisava suas condições de trabalho. O quadro de repressão é agravado pelo assédio moral e sexual nas fábricas que exploram a força de trabalho do novo operariado. Em todas as fábricas calçadistas e mesmo na Ford, existem vários casos de gerentes e supervisores que cobram “favores sexuais” de operárias em troca da manutenção do

emprego. Não raro essas investidas por parte dos prepostos das fábricas são bem sucedidas. Quando as trabalhadoras se negam, ou são demitidas, ou passam a sofrer perseguições.

A construção dos laços político-ideológicos entre aqueles trabalhadores, sobretudo no setor calçadista, esbarra, portanto, em uma situação sobredeterminada pelo seu perfil social e condições materiais de vida. Isso ficou muito claro em todas as entrevistas em que questões desta natureza foram postas. Há entre os operários a consciência de que a sua situação não é boa, mas que seria ainda pior sem o emprego. É preferível então manter o emprego do que “se arriscar andando com o povo do sindicato”, ou com colegas que entrem em conflito com gerentes e supervisores. Ainda assim, nesse quadro, não se pode dizer que são inexistentes os laços de solidariedade entre o conjunto dos operários. Eles estão presentes, mas, por conta da situação gerada pela relação entre a determinação geral de classe com primeira sobredeterminação aqui destacada, não podem ser abertamente declarados nem estimulados²⁹⁴.

A cena política e sindical é outra sobredeterminação importante para compreender o desenvolvimento do segundo nível de coesão entre os trabalhadores. Não retomarei aqui o exame mais detalhado da cena política e sindical. Destacarei apenas dois aspectos relacionados ao cenário político e sindical: a hegemonia neoliberal e as mudanças no conteúdo e na forma de ação dos sindicatos cutistas, aqueles que têm em sua base os segmentos do novo operariado na Bahia. O fato é que hegemonia do neoliberalismo e as mudanças que se operam no cenário sindical dificultam ainda mais o desenvolvimento do segundo nível de coesão entre o novo operariado. No caso dos operários pesquisados, a sua

²⁹⁴ Para manter essa situação a fábrica se utiliza ainda dos processos de trabalho que segmentam o coletivo operário do ponto de vista prático e simbólico, como ocorre no trabalho em células ou no trabalho em times de produção. Ali a solidariedade tende a se limitar ao grupo ou célula. Entre os demais, o que sistema incentiva é a competitividade. O desenvolvimento do segundo nível de coesão entre os trabalhadores enfrenta nessas condições o seu primeiro obstáculo.

demanda pela isonomia em relação aos direitos conquistados pela geração operária anterior encontra-se na contracorrente. Enquanto nos locais onde o desenvolvimento da grande indústria fordista se deu de forma pioneira a antiga geração operária luta pela manutenção de direitos que são constantemente ameaçados e mesmo retirados, o novo operariado já surge em um momento que tais direitos são vinculados pela ideologia neoliberal como algo anacrônico e até mesmo arcaico, que inviabilizam a gestão estatal moderna e eficiente, bem como entram a competitividade da economia brasileira. As fábricas pós-fordistas e as características do novo operariado – força de trabalho mais barata e produtiva – seriam no ideário neoliberal exemplos de uma reorganização eficiente da produção e da gestão capitalista. Assim, enquanto a geração operária da grande empresa fordista acumulou ganhos que alimentaram suas lutas e propiciou maiores possibilidades para o desenvolvimento do segundo nível de coesão aqui em questão, no caso do novo operariado, a pergunta que se coloca é saber o que alimentará suas lutas, na medida em que a correlação de forças é ainda mais desfavorável ao avanço na conquista de direitos e proteção social. Se as conquistas mínimas se fazem ainda mais difíceis, a organização coletiva torna-se ainda mais árdua, mesmo para a luta econômico-corporativa.

A conjuntura sindical complementa esse quadro negativo para a organização política do novo operariado. Em primeiro lugar porque, o sindicalismo cutista, matriz que orienta sua prática sindical entre os segmentos operários pesquisados, já não sustenta um projeto classista e combativo. As negociações setoriais, a tática da “cooperação conflitiva” e a postura propositiva na relação com o capital passaram a ser o foco da ação sindical. A posição da CUT não reflete necessariamente uma postura defensiva, mas uma concepção de ação sindical. As greves e mobilizações de massa passam a ser preteridas, o que se diz é

que a fase de ações mais “agressivas” já passou e mesmo assim só deu resultado em um determinado período, ou seja, entre finais dos anos 70 e início dos anos 90 – não é por acaso que o refluxo se dá quando ascende o neoliberalismo. Com relação ao modelo econômico, se por um lado a CUT não aderiu ao neoliberalismo, por outro lado se acomodou inicialmente àquele projeto e atualmente dá sustentação política ao social liberalismo do Governo Lula que, por sua vez, faz avançar aspectos importantes da plataforma neoliberal presentes, por exemplo, na reforma da previdência e reforma trabalhista.

A cena política e sindical demonstra que o novo operariado terá muitas dificuldades político-organizativas. As práticas hegemônicas no seio do sindicalismo cutista não apresenta um horizonte político favorável para àqueles trabalhadores. Isso porque nas fábricas pós-fordistas, o recrudescimento da exploração que produz doenças e lesões, que produz um patamar rebaixado em termos de salários e direitos, além da dureza com que os patrões e prepostos tratam os trabalhadores, sem contar o forte assédio, demonstra que não há espaço para uma postura propositiva, ou mesmo de “cooperação conflitiva”. A situação em questão só tenderia a rebaixar ainda mais as condições de trabalho do novo operariado. Outra tendência existente no campo cutista e que não contribui para organizar àqueles trabalhadores é a fragmentação da ação através das negociações setoriais. Em síntese, o patamar regressivo em que se encontra o novo operariado recoloca no campo político-sindical a necessidade do novo operariado se organizar para embates mais duros, em uma perspectiva classista. É certo que existem as dificuldades locais para empreender iniciativas dessa natureza, a repressão das empresas é apenas um dos exemplos das dificuldades. Mas, apesar desses obstáculos que, aliás, sempre existiram em maior ou menor grau na história

do operariado no Brasil, a linha de ação majoritária do sindicalismo cutista não apresenta para o novo operariado um horizonte de organização para embates mais duros. Sobredeterminado por essa situação, o processo de constituição do novo operariado em classe enfrenta mais um obstáculo que limita a manifestação da insatisfação e do conflito latente. A classe apresenta-se então sem formas político-organizativas adequadas à sua situação. Isso faz com que os trabalhadores avaliem de forma equivocada as possibilidades de melhoria das condições de trabalho, no sentido de que é possível sentar à mesa estabelecendo certo nível de pressão e tentar negociar a equiparação das condições de trabalho com as dos trabalhadores do Sul e Sudeste. Sem avaliar que para reverter tal situação será necessário ampliar a denúncia das condições de trabalho e desenvolver ações coletivas mais incisivas, inclusive em aliança outros segmentos do proletariado, os operários avaliam que essa luta é tarefa da diretoria do sindicato que, por seu turno, a partir da política que orienta campo cutista, não coloca luta naquele nível como objetivo fundamental. A classe apresenta assim limites de ação condicionados pela avaliação das suas necessidades de organização política.

Vimos em outro capítulo da pesquisa que a ação do Estado também sobredetermina esse processo. Não vou retomar aqui todos os pontos da análise apresentadas naquela seção do texto. Basta dizer que a ação político-ideológica do Estado com vistas a desorganizar as lutas do novo operariado e afirmar o papel progressista das empresas, tanto em nível estadual, quanto em nível local, é mais um elemento que reforça as conclusões do parágrafo anterior, no que se refere às condições reais em que os trabalhadores se encontram, em relação à sua situação de opressão e às suas necessidades político-organizativas.

Em seu processo de constituição em classe, o novo operariado pesquisado se depara com algo entranhado em seu modo de vida e que em larga medida é aproveitado pelas empresas naquelas localidades. Refiro-me a relação entre trabalho, cultura e ideologias nos territórios em que as fábricas se instalam. Registra-se ali um ambiente saturado por elementos de mentalidades pré-capitalistas no âmbito das relações de trabalho. Isso serve tanto à dura postura anti-sindical praticada pelas empresas, quando ao seu projeto de fazer regredir os direitos formais reconhecidos pelo Estado Burguês. Nos territórios do novo operariado é prática comum o não cumprimento do que legislação trabalhista prevê. A ação do Estado Burguês se mescla com o paternalismo exacerbado que, de forma aparentemente contraditória, mina os próprios princípios da urbanidade republicana burguesa. Temos ali um exemplo da dura expressão do capitalismo pós-moderno, cuja atualidade está na reatualização da síntese ainda mais orgânica entre o avançado e o tradicional em termos de organização da produção e de relações de trabalho, sempre na perspectiva de estabelecer um nível mais profundo de repressão aos operários e suas organizações de classe, com ênfase na redução de direitos e proteção social do trabalhador. Se ali nos territórios do novo operariado os direitos e garantias historicamente rebaixados estejam profundamente enraizados no modo de vida, isso serve ao interesses dos patrões e são preservados na relação entre capital industrial e trabalhadores. Assim, pedagogicamente, necessário que o horizonte de conquistas do novo operariado seja ampliado de forma substantiva.

Pôde-se constatar ao longo da pesquisa que o referencial local presente na relação entre trabalho, cultura e ideologias encontra-se profundamente enraizado na estrutura de mentalidades do novo operariado. Isso tende a dificultar o processo de mobilização dos trabalhadores. É por isso que a ação política e educativa dos sindicatos, partidos políticos e

quaisquer organizações de classe precisa levar em conta não somente a denúncia da situação do trabalhador e a comparação com outras realidades. É necessário, para além daquilo, colocar na ordem de prioridades a possibilidade de se iniciar uma mudança cultural entre os próprios trabalhadores. Talvez isso contribua para que o novo operariado estabeleça novos significados para sua experiência com o trabalho industrial em condição de super exploração.

De um modo geral, esse é o quadro criado pela relação entre a determinação e sobredeterminações de classe daqueles trabalhadores. A situação é de uma classe que não se constitui de forma homogênea. Nem todos estão no mesmo tempo do processo. Temos então *a classe constituída no seio da classe existente como potência*. A classe constituída é representada por aqueles setores do operariado que conseguiram desenvolver uma visão mais abrangente sobre a sua situação e, de certa maneira, tende a ser uma espécie de vanguarda. São eles quem mais se aproximam daquilo que Gramsci denominava como os agentes que se encontram na fronteira mais avançada do combate político-ideológico com o capital. Mas, se por um lado tendem a representar a existência da classe em seu sentido forte, por outro lado é difícil precisar em termos numéricos ou quantitativos quem é a classe ou o seu embrião no conjunto de todo o operariado pesquisado. Por mais que, em nível individual, se tenha contato com trabalhadores cujo histórico demonstra o desenvolvimento de uma concepção político-ideológica classista e que se distinga claramente no plano dos projetos políticos, hábitos e costumes, em termos coletivos o que se pode identificar são indícios da existência da classe identificados com a existência dos trabalhadores supracitados. Para fins de identificação político-ideológica é mais viável situá-los como uma tendência existente no conjunto dos trabalhadores. Em termos sociológicos eles

representam uma mancha fluída cujos componentes não podem ser totalmente mensuráveis do ponto de vista quantitativo, mas cuja ação é concretamente visível.

Em um primeiro momento o observador pode identificar a existência da classe na figura dos diretores sindicais ou de militantes ligados à entidade. Durante a pesquisa, em um espaço de quatro anos, pude acompanhar a trajetória de alguns militantes e sindicalistas. É preciso aqui fazer uma ressalva sobre a idéia inicial de que eles representam a classe operária constituída. Isso porque os diretores sindicais ou a militância podem estar em realidade reproduzindo um discurso doutrinário elaborado, por exemplo, a partir do partido político sem que isso tenha muita relação com as suas práticas concretas. Em outros casos, a observação me permitiu concluir que alguns sindicalistas e militantes reproduzem uma tendência existente no seio dos próprios trabalhadores. Geralmente identificava esse perfil com sindicalistas e operários que ainda não haviam se apropriado do discurso e dos jargões comumente utilizados no meio sindical. São aqueles trabalhadores que verbalizam um discurso mais autêntico, que descreviam sua situação de exploração com códigos de linguagem e aspectos simbólicos originários do seu próprio universo cultural. Isso não quer dizer que entre os sindicalistas e militantes mais “doutrinados” também não exista o indício da existência da classe. O fato é que entre eles é mais difícil separar o que é doutrina partidária ou sindical e o que é elaboração própria, a partir da experiência vivenciada na condição operária. Portanto, a nova classe operária existe, mas não é estática ou dada a priori. A investigação mostrou que somente o exame do segmento social em sua condição materialmente determinada permitirá ao observador identificar a sua existência e traços dos seus contornos (dificilmente exatos), para além da sua existência como potência.

A identificação da classe e a definição dos seus contornos podem ser melhor realizados a partir de situações de conflito entre os operários e outros segmentos sociais, no caso em tela, geralmente no conflito com os patrões. Tais situações de conflito se manifestam de diversas formas. O problema está em idealizar as formas de conflito em que classe se torna visível. Quando se procede dessa maneira, tende-se a ao condicionamento de se procurar a classe somente quando aquelas situações ocorrerem. Em situações que fogem ao modelo, a classe fica obscura ou se afirma sua inexistência.

No caso dos trabalhadores pesquisados, pode-se afirmar que em seu seio já se manifesta a estrutura de pertencimento e de identidade política e ideológica. Em um primeiro momento aparece de maneira um tanto difusa, mas é algo que se irradia em parcelas do segmento investigado e que pode se ampliar. Em síntese, no seio do novo segmento operário em questão existe uma classe que se desenvolve, mas, como já dissemos, nem todo o segmento operário constitui a classe.

Sobre a estrutura de pertencimento e identidade nascente, percebe-se que em alguns momentos isso pode parecer ausente, mas se manifesta de repente no diálogo, nos pequenos atos e no discurso direcionado para aqueles que não vivem a situação operária. Expressões do tipo “quem valerá por nós”, “a situação pra gente aqui é muito difícil”, “o sindicato não faz nada pela gente (sic)”, “eles [a gerência] não estão nem aí pra gente”, sugerem um nível de identidade coletiva e de interesses comuns que se constroem nas relações de exploração vivenciadas. É certo que é preciso fazer uma gradação da identidade que a situação de exploração potencializa. Nesse sentido, não podemos falar nos casos estudados em uma ação política mais abrangente contra a exploração na fábrica, salvo em alguns momentos específicos de greves e paralisações na Azaléia ou na Ford. É fato também que na pesquisa

não foi enfocada com maior profundidade a resistência operária ao processo de exploração, mas, a indignação muitas vezes manifesta pelos trabalhadores com o tratamento recebido pelos agentes do capital industrial, ou pelo ritmo de trabalho e os baixos salários, além do confronto simbólico entre *Eles* (patrões e gerência, por exemplo) e *Nós* (demais trabalhadores da fábrica) estabelecem uma clivagem entre os operários e os outros – patrões, gerentes ou mesmo outros segmentos integrantes da comunidade em que vivem – que não se pode deixar de levar em consideração quando se procura elementos de construção da identidade. Ao invés de jogar um maior peso na forma que a constituição da identidade classista *deveria ter*, o mais adequado é trabalhar com *o nível de manifestação de identidade classista que aquele operariado tem*. Considerando essa questão central é preciso, portanto, dar uma dimensão coerente à afirmação de que *as classes só existem na luta de classes*.

Existe no seio do marxismo uma concepção de que as lutas de classes seriam episódicas no processo histórico e somente nestes momentos as classes em luta se apresentam constituídas de forma plena. Fora desses momentos a classe existiria como potência²⁹⁵. Ocorre que os momentos de conflito aberto entre as classes indicam um processo anterior de conflitos e tensões entre os agentes sociais, o conflito já existia antes da sua explosão representada pelo exemplo clássico da luta aberta. O episódio mais dramático do conflito significa a culminância de um antagonismo que já existia antes, no cotidiano do processo de trabalho e no modo de vida.

Provavelmente, e aí é preciso fazer justiça à E. P. Thompson, certas tendências do marxismo privilegiaram as análises estruturais e economicistas de como os conflitos de

²⁹⁵ Ver: BOITO Jr. Armando. *A (Difícil) Formação da Classe Operária*. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

classes e as lutas operárias se manifestavam nessas esferas de análise ou na sua interferência na conjuntura, em detrimento da sua manifestação no cotidiano, onde os conflitos e a resistência se manifestam de outras maneiras menos explícitas. As manifestações das lutas e resistências do operariado tiveram como foco o seu impacto na cena política ou nos eventos sociais de maior significação, tais como as greves, revoluções etc. O estudo do cotidiano operário possibilita a percepção do conflito antes que ele se manifeste amplamente para a sociedade, e ali seria possível perceber os contornos da classe que outros, por uma questão de foco, procurariam e só encontrariam naqueles momentos atípicos supracitados.

O fato é que a luta e a resistência operárias tendem a ser abafados ao máximo no processo de trabalho, no cotidiano dos trabalhadores, nas dimensões cultural e religiosa e, no limite, pela ação do Estado, que representa os interesses da classe social hegemônica. Sabemos que em determinados momentos os trabalhadores se comportam como classe social, sendo que em outras situações a situação não se repete. No entanto, isso não nos autoriza a desconsiderar o fato que a atitude classista em dada situação não necessariamente deixa de existir porque não se manifesta claramente em outras circunstâncias. Até porque, para os trabalhadores que vivem a experiência da dominação política e econômica, a ausência de manifestação de uma postura classista em nível reivindicatório ou de organização para a luta – os níveis mais *exigidos e valorizados* pelos historiadores e cientistas sociais para dizer se a classe existe ou não – é, em alguns momentos, sobretudo um recuo para garantir a sobrevivência e muitas vezes não se manifestam abertamente por causa da coerção patronal.

A concepção de que as classes só existem *neste tipo de luta de classes*, a luta aberta, toma como principal referência as sociedades onde isso ocorreu, onde exercício da força era o principal instrumento de manutenção da ordem e onde as iniciativas de alteração da condição operária e da exploração resultavam quase sempre em conflito e sublevações. Esse é o caso da situação verificada nos estados europeus durante o século XVIII e XIX e na Rússia do período pré-revolucionário, seja pré 1905 ou no pré 1917. Ainda assim, mesmo naquelas sociedades, como já foi dito, a luta aberta também significa a culminância de processos protagonizados por agentes sociais formados em conflitos e antagonismos anteriores. As classes, portanto, já tenderiam a existir antes mesmo da luta aberta. Em outros termos, a luta aberta só ocorreu porque as classes já existiam. Assim, o problema pode ser colocado de outra forma: as lutas de classes representam a culminância de um longo processo anterior de antagonismo entre classes sociais pré-existentes.

Entre os trabalhadores pesquisados o sistema antagônico entre capital e trabalho envolve todos operários, mas a necessidade de direcionar esse antagonismo para a luta em defesa dos seus interesses só se manifesta em uma pequena parcela dos trabalhadores. É essa pequena parcela que associa o discurso e o hábito de vida com a situação de exploração na fábrica e que demonstra a partir dessa associação a vontade de atuar para reverter a situação citada.

7 CONCLUSÃO

“De nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins”.

(Bertold Brecht)

Ao longo do presente trabalho, apresentei os resultados da investigação sobre o processo de constituição do novo operariado brasileiro. O objetivo foi examinar o surgimento desse operariado a partir do deslocamento de indústrias que instalaram novas unidades com atualíssimos conceitos de organização no Estado da Bahia, a partir da segunda metade dos anos 90.

A hipótese principal era de que com a nova organização fabril que surge fora das regiões onde historicamente se concentrou a moderna industrialização no país surge um novo tipo de trabalhador coletivo, diferente daquele forjado na tradição fordista de organização da produção de mercadorias. A avaliação aqui apresentada é que a hipótese foi comprovada.

O trabalho de pesquisa foi realizado com diversas fontes e estratégias para a coleta de dados. Foram feitas um total de 50 entrevistas entre abertas, pré-estruturadas e algumas em profundidade, todas com operários, dirigentes sindicais e moradores das comunidades em que as fábricas se instalaram. Foram feitas ainda observações diretas nas imediações dos locais de trabalho – a entrada nas fábricas sempre foi restringida – e em 110 cidades e distritos integrados ao fenômeno estudado: Camaçari, Vitória da Conquista, Jequié, Iguai, Ibicuí, Itaiá (distrito de Ibicuí), Itororó, Firmino Alves, Rio do Meio, Itapetinga e Itambé. Em São Paulo, residi um semestre em São Bernardo do Campo, período utilizado também para observar o cotidiano de outras cidades do ABC, como São Caetano do Sul e Diadema.

Utilizei dados coletados através de 250 questionários aplicados junto aos trabalhadores. Contribuíram ainda para a análise documentos e publicações provenientes das organizações do operariado e do empresariado, além de estudos do Governo do Estado da Bahia e matérias de jornais que foram coletadas tendo como base o período que se segue depois de meados dos anos 90. Muitas fontes não foram utilizadas em virtude da necessidade de se tentar a conclusão do doutorado nos prazos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação.

Examinou-se ainda na presente pesquisa como o novo operariado avalia a sua recente experiência no trabalho fabril e procurou-se identificar nessa experiência elementos que possibilitem o entendimento do seu processo de constituição em classe. Embora o foco da pesquisa não tenha sido o estudo comparativo, a análise procurou levantar aspectos que indicassem semelhanças e diferenças existentes entre a nova geração operária com aquela que se constituiu nas regiões industriais mais antigas do país. Muito ainda precisa ser feito no âmbito dos estudos comparativos sobre o operariado brasileiro. Vale dizer que essa era a

intenção inicial do presente trabalho. Mas isso exigia um conjunto de condições materiais que não se dispôs na pesquisa.

A pesquisa mostrou que o novo operariado brasileiro surge, de fato, a partir da materialização das mudanças contemporâneas na economia capitalista. Esse quadro, que tem relação direta com a determinação de classe do novo operariado, repercute de forma decisiva nos rumos da indústria mundial entre finais do século XX e começo do século XXI. No Brasil a referida determinação de classe amadurece ao longo dos anos 80 e 90. As indústrias calçadista e automotiva no país foram afetadas pelas novas demandas no campo da organização da produção com vistas a recompor as bases de acumulação do capital. Aqueles setores industriais deram início a intenso processo de reestruturação que, inclusive, culminou com um fenômeno aparentemente contraditório de fechamento de plantas nas áreas industriais mais antigas em paralelo à abertura de fábricas em regiões sem tradição industrial. Os territórios sem tradição industrial nos ramos de atividade das novas plantas que lá se instalam concentram, em sua maioria, pequenas e médias cidades com alto índice de desemprego, intensa informalidade nas relações de trabalho, baixo índice de desenvolvimento humano e um exército industrial de reserva muito elevado. Ali, o conflito entre capital e trabalho no setor secundário ainda está nos seus primórdios, particularmente nos municípios pequenos como os envolvidos na rede produtiva do setor calçadista.

A pesquisa demonstrou que apesar da tendência estrutural que move as tentativas atuais de reorganização da produção, existem especificidades que atuam sobre a determinação de classe do novo operariado no capitalismo contemporâneo. Elas agem sobre a tendência supracitada e constituem as sobredeterminações de classe do novo operariado. São elas: o perfil social e as condições materiais de vida dos trabalhadores, o cenário

político e sindical, a ação do Estado e as relações entre trabalho, cultura e ideologias nos territórios do novo operariado.

A pesquisa mostra que os trabalhadores pesquisados constituem uma classe operária jovem e não homogênea. Isso porque o processo de desconcentração produtiva levado a termo pela burguesia industrial opera uma síntese entre o operariado desejado, com o perfil cultural do trabalhador existente nas localidades sem tradição industrial. Embora existam diferenças entre uma sociedade e outra, dois aspectos gerais unificam a situação do novo operariado. Em primeiro lugar, em todas elas é maior intensidade da exploração no processo de trabalho. Em segundo lugar, verifica-se ali, de maneira mais acabada, a tendência contemporânea de redução de direitos e proteção social por conta do impacto das estratégias de elevação da produtividade concomitante à redução com os custos destinados à remuneração e aos custos sociais do trabalho. Isto resulta, no campo industrial, de uma velha tendência no modo de produção capitalista. Trata-se da estratégia de se potencializar crescentemente a produtividade do trabalho via intensificação da exploração do operariado, sobretudo em locais em que a luta dos trabalhadores é incipiente ou ainda não existe de forma mais organizada. Foi essa tendência que produziu o fenômeno de realocização industrial atual, quando o capital industrial refaz o seu caminho e reinicia o processo de valorização do capital em territórios sem tradição fabril, onde os trabalhadores ainda não desenvolveram uma experiência de organização sindical ampliada ou de luta social mais decisiva em defesa dos seus interesses naqueles ramos de atividade.

Este é um fenômeno local que integra uma tendência mundial. Isso porque nas regiões industriais mais antigas, as mudanças suscitadas pela velha tendência do capital de se apropriar de quantidades cada vez maiores de trabalho não pago, o que em outros termos

é conhecida pela apropriação crescente de mais-valia, sofre a resistência dos trabalhadores organizados. Naquelas regiões predominava entre o operariado herdeiro do modelo grande indústria fordista o reconhecimento do direito de organização e luta em defesa dos interesses corporativos, bem como o convívio direto ou indireto com experiências que se fortaleceram ao longo de décadas de lutas contra os patrões. Tal experiência garantiu a existência de um tipo de relação salarial e de reconhecimento dos direitos que transcenderam muitas vezes o que estava previsto na legislação trabalhista, como se verificou no caso dos metalúrgicos do ABC. É contra isso que a burguesia luta de forma organizada desde finais dos anos 80, vinculando sempre o discurso, sobretudo nos anos 90, de que é necessário reduzir o custo do trabalho para que a indústria nacional tenha condições de competir no cenário da chamada globalização. Esse tipo de discurso, por si só, já demonstra como a velha tendência já citada se manifesta: as empresas que em outros países reduziram o custo do trabalho e elevaram a extorsão de mais-valia utilizando novos conceitos de organização da produção, patamares mais elevados de exploração dos operários e de precarização das relações de trabalho, pressionam aquelas cuja composição do capital orgânico ainda não estão neste patamar de *competitividade*. Conforme procurei demonstrar ao longo deste trabalho, foi isso o que aconteceu com as empresas calçadistas e automotivas diante da competição instalada pelas empresas asiáticas no mercado mundial. Mas para fazer frente ao novo paradigma de exploração e de produtividade do trabalho não bastam apenas mudanças tecnológicas e organizacionais, se assim o fosse, não haveria porque reduzir o emprego nas regiões industriais mais antigas, algo que ocorre na mesma intensidade, seja no ABC, no Vale dos Sinos ou nos arredores de Detroit (EUA). Para a burguesia organizada é necessário produzir um trabalhador coletivo de tipo novo, outra cultura do trabalho, diferente do que existia até então.

As características do novo operariado brasileiro o aproxima do cenário que a burguesia industrial pretendia construir desde princípios da década de 90, ou seja, constituir uma força de trabalho qualificada e sem os chamados *vícios culturais e políticos* que dificultariam a elevação da produtividade capitalista frente às necessidades de organizar a produção nos marcos do que Rodrigues²⁹⁶ chama de *télos competitivista*, na conjuntura em que uma mudança estrutural se opera no modo de produção com a emergência do chamado *Padrão de Acumulação Flexível*. Embora o referido projeto ainda não tenha se realizado plenamente, algumas condições para isso se fazem presentes. Dentre elas destaco a hegemonia neoliberal.

A realização do novo projeto burguês implica na constituição de uma geração operária com padrões de práticas políticas diferentes daquelas foram construídas nas regiões industriais mais antigas, ao longo do Rodrigues chama de *télos industrialista*,²⁹⁷ projeto burguês identificado com o desenvolvimentismo.

No Brasil, mas não somente, a intenção do empresariado é fazer frente aos concorrentes asiáticos que praticam há décadas princípios mais flexíveis de organização da produção de mercadorias, com altos níveis de qualidade e com custos reduzidos. Nas novas áreas industriais esse objetivo é alcançado. Com níveis educacionais elevados, com baixos salários e direitos reduzidos em relação ao operariado das regiões mais antigas, o novo operariado brasileiro põe em funcionamento plantas que representam a última palavra em termos de organização produtiva e recompõem o mercado das empresas realocizadas que, nos anos 90, perderam espaços para as concorrentes que se organizavam em princípios pós-fordistas. É assim em Camaçari-Ba, em Resende-RJ, em Iguai-Ba no Leste Europeu e no

²⁹⁶ RODRIGUES, José. *O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.

²⁹⁷ Ibidem, idem.

Leste Asiático, para onde se dirigem atualmente grandes marcas ligadas à produção de mercadorias. Não é por acaso que a tradicional fábrica alemã de automóveis de luxo, a BMW, já produz carros na China.

No caso brasileiro, um dos argumentos da burguesia industrial para justificar salários mais baixos nas novas áreas industriais, mesmo com a elevação da produtividade, é de que ali o custo de vida seria mais baixo. No caso brasileiro, estudos feitos pelo DIEESE mostram que isso não ocorre. O custo de vida em Camaçari-Ba, São José dos Pinhais-PR ou Resende-RJ não é significativamente diferente do custo de vida no ABC. No setor calçadista, não foi feito um estudo semelhante, mas sabe-se que o preço das mercadorias de consumo dos trabalhadores não é muito diferente nas diversas regiões do país, como também se sabe que a qualidade dos serviços públicos como saúde e educação são melhores nos Estados do Sul e Sudeste do que nos Estados do Nordeste.

No presente trabalho não foi investigado o novo operariado em si, mas também aspectos político-ideológicos e culturais presentes nas localidades em que vivem. Nesse sentido, a tradição e os costumes ligados às práticas e as estruturas de mentalidade ali existentes são utilizadas pelo projeto da burguesia industrial na medida em que contribuem para reproduzir nas relações de trabalho e no cotidiano fabril o panorama desejado de baixa mobilização para uma ação reivindicatória mais fortalecida. Serve ainda às empresas uma característica muito importante para o tipo de relação de trabalho mais precarizada que pretendem os agentes da burguesia industrial. Trata-se do nível de informalidade nas relações de trabalho, fortemente presente na sociabilidade entre patrões e empregado e que reproduz características de sociedades onde ainda se fazem presente um modo de vida em alguns aspectos muito próximo do universo pré-capitalista. A primeira característica

identificada na pesquisa com essa realidade é um nível elevado de ausência da burocracia do Estado Burguês na regulamentação do trabalho e dos direitos trabalhistas. A segunda característica, existente também pela ausência desse nível de impessoalidade e de reconhecimento formal dos direitos é a tendência que ainda permanece nas localidades estudadas de que exigir formalmente pela mediação do Estado Burguês os direitos não respeitados é uma ofensa ao patrão. Isso porque se transfere a relação para uma instância ainda pouco presente naqueles territórios – a Burocracia do Estado Burguês – e quebra-se um tipo de relação baseada no costume de que o trabalhador deve ao patrão um vínculo de obrigação subjetiva de lealdade e fidelidade.

O fato é que, da mesma forma em que as fábricas retornam para localidades ainda muito saturadas por elementos pré-capitalistas, a burguesia organizada pretende também fazer retornar os princípios da legislação trabalhista e sindical, bem como a ação do Estado na relação com os trabalhadores, para um momento anterior, quando os avanços relativos potencializados, pela luta operária e pelo reformismo burguês de universalização dos direitos sociais ainda não predominava enquanto projeto.

O segmento da nova classe operária aqui examinada apresenta uma síntese entre características gerais relacionadas com as formas assumidas pelas determinações de classe no capitalismo contemporâneo e características específicas, relacionadas com o seu modo de vida nos territórios onde a pesquisa foi feita. É composta em média por trabalhadores jovens que vivenciam sua primeira experiência no setor industrial. Nas novas plantas pós-fordistas sofrem um processo mais intenso de exploração, não somente porque a nova organização e maquinaria tornam o trabalho mais produtivo, mas também porque as jornadas são mais longas e os ritmos do trabalho mais intensos, o que inclusive os sujeita

um nível muito elevado de lesões. Além disso, estão submetidos a uma relação salarial bem menos vantajosa do que aquela que se verifica nas regiões industriais mais antigas.

Em virtude do perfil social dos trabalhadores e das características político-ideológicas e culturais nos locais em que as fábricas se instalam, os operários mostram-se ainda muito pouco afeitos à ação sindical. Do ponto de vista objetivo, a necessidade do trabalho em locais com alto índice de desemprego, atua como contenção às iniciativas de organização para a luta reivindicatória. Do ponto de vista subjetivo pesa para isso a forte influência de uma estrutura de mentalidade pré-capitalista naquelas localidades, onde o reconhecimento dos direitos trabalhistas formalmente instituídos é ainda pouco sociabilizado nas práticas cotidianas do conjunto dos trabalhadores e empregadores.

Vimos ao longo deste trabalho que a expectativa dos trabalhadores era de que o trabalho na fábrica lhes possibilitasse crescimento profissional e melhoria nas condições de vida, idéia que aqueles operários costumeiramente identificam com o trabalho fabril nos grandes centros urbanos. A esperança não se realizou e o sentimento de frustração com o trabalho na fábrica predominou. Atualmente verifica-se ainda um sentimento de indignação quanto à sua situação. Apesar disso, dentre os trabalhadores das fábricas pesquisadas, apenas os operários do Complexo Ford e da Azaléia são os únicos que apresentam um maior nível de organização. Já entraram em conflito com os patrões reivindicando melhores salários e condições de trabalho, denunciaram a sua situação fora dos espaços da fábrica, na comunidade em que vivem. Nesses momentos o seu comportamento como classe foi mais perceptível. No entanto, os conflitos mais visíveis foram esporádicos. Pesa para isso o fato já demonstrado de que a dificuldade de organização é muito acentuada entre o novo operariado. Embora seja importante na explicação do fato, a permanência de estruturas de

mentalidade que dificultam tal organização além da falta de acúmulo na luta contra o despotismo fabril, soma-se ainda a essas dificuldades o aprendizado acumulado pelo capital ao longo dos anos 80 e 90, moldado na luta contra os segmentos operários combativos nas áreas industriais mais antigas, que diante do cenário desenhado pela reorganização capitalista, se mobilizaram pela manutenção dos direitos adquiridos ao longo de décadas.

Por fim, o exame das relações entre a determinação e as sobredeterminações de classe do novo operariado permitiu destacar quatro aspectos do fenômeno relacionado ao surgimento da nova classe operária brasileira, sobretudo quando se tem em vista a comparação entre as diversas realidades.

- a) Existem especificidades (sobredeterminações), a exemplo da cultura local, que atuam sobre as tendências históricas de longa duração que regem a organização da produção capitalista (determinações);
- b) Ao contrário da imagem que se tem de que o capital homogeneíza tudo de forma incondicional, tais especificidades locais são mantidas na medida em que beneficiam a realização do processo de produção e a sociabilidade entre empresa e trabalhadores no padrão de acumulação flexível;
- c) A heterogeneidade é grande no âmbito da classe, não somente porque isso sempre marcou as distintas gerações operárias, mas também porque atualmente a manutenção da heterogeneidade é funcional ao capital. Isso coloca para as organizações dos trabalhadores o desafio de compreender melhor a relação entre o específico e o geral na construção de laços de solidariedade mais ampliados do ponto de vista regional e cultural;

d) Um quarto aspecto a ser considerado é o fato de que, apesar de toda a heterogeneidade (regional, cultural, de condições de vida etc) que dificulta a organização política da classe em nível nacional, permanece de forma mais intensa a determinação histórica que move a luta dos trabalhadores. Refiro-me fenômeno universal da exploração capitalista, que se intensifica de forma ramificada nas diversas regiões do país, integrando-as desse ponto de vista. Junto com a desconcentração da produção capitalista há também a desconcentração das contradições que historicamente potencializam o conflito entre capital e trabalho. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o capital cria as condições para a superexploração dos trabalhadores em regiões sem tradição industrial em seus ramos de atividade, o capital também espalha pelo território nacional focos de potenciais conflitos e revoltas. A contradição é que, se por um lado, as estratégias do capital contribuem para dificultar o processo de organização da nova classe operária, por outro lado, a superexploração a que é submetida potencializa a revolta.

Assim, a superexploração e a revolta tendem a potencializar a ação política dos operários. O conflito e a revolta operária podem se manifestar de diversas formas. Dizer aqui como isso se dará seria muita pretensão. Mas é fato que mediando o potencial de conflito e revolta, existe a experiência histórica acumulada pelo movimento operário até o presente momento. A nova classe operária terá à sua disposição um balanço do que foi aquela experiência. Caberá a ela o papel de contribuir para a construção de uma nova experiência à luz desse balanço histórico.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Evolução da Participação dos Estados no PIB Brasileiro” . Seção Brasil P. 14. **Folha de São Paulo**, ano 80, Nº 25.890: São Paulo, 20 de fevereiro de 2000.

“Tempos Modernos: o expediente das 8 às 5, grande conquista do sindicalismo já era. Empurradas pela concorrência, as pessoas estão trabalhando cada vez mais”.
Revista **Veja**, nº 14, 5 de abril de 2000.

ABRAMO, Laís. Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: um balanço. **BIB**, Rio de Janeiro-RJ, nº 30, pp. 19-65, 2º semestre de 1990.

ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1979.

ALTHUSSER, Louis. *A Querela do Humanismo (1967)*. **Critica Marxista**, São Paulo nº 9, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo-SP: Boitempo, 2000.

- ANDRADE, Eliziário. *Nova Ofensiva do Capital sobre o Trabalho*. Salvador: UCSAL, 2000.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo, BEYNON, Huw [et all] (Orgs). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e Inglaterra**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2000.
- ARBIX, Glauco. *Políticas do Desperdício e Assimetria Entre Público e Privado na Indústria Automobilística*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Anpocs)*. Volume 17, nº 48. Bauru-SP: fevereiro de 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- ARRUDA, Marcos. *República em Migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, MCT, CNPq, 1990.
- BADARÓ, Marcelo (org). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. *Estatística dos Municípios Baianos*. [CD-ROM]. Salvador-BA: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia; SEI, 2001. Configuração mínima recomendada: Petium 166, 32 MB.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **A Indústria Calçadista na Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000. (Série Estudos e Pesquisas)

BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia. **Tendências da Economia Baiana**. Salvador, 2000.

BAHIAINDÚSTRIA. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XI, nº 117, outubro de 2002, p. 5.

BAHIAINDÚSTRIA. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XI, agosto de 2003, p. 25.

BAHIAINDÚSTRIA. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XII, n 128, setembro de 2003, p. 25

BAHIAINDÚSTRIA. Revista Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Salvador, ano XII, n 130, novembro de 2003.

BALIBAR, Étienne. **A Filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

- BENJAMIN, César, ALBERTI, Ari José [et al] **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto, 1998.
- BENJAMIN, César; ELIAS, Luiz Antônio. **Brasil: Crise e Destino. Entrevista com Pensadores**. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2000.
- BENKO Georges et LIPIETZ Alain. **La Richesse des Régions: la nouvelle géographie socio-économique**. Puf, Paris, 2000.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.
- BENOIT, Hector. *Sobre a Crítica (Dialética) de O Capital*. **Crítica Marxista**, nº 3, 1996.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, O Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- BERNARDO, João. **Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?**. *Crítica Marxista*, São Paulo, vol.1, n.4, 1997.
- BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLACKBURN, Robin. (org.). **Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- BNDES. Área de Operações Industriais 1 – AO1. **O Caso da Azaléia Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados**. Rio de Janeiro, maio de 2001.

- BOITO JR, Armando (org.) **Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil**
Revista Idéias, IFCH/Unicamp, Ano 9, (1), 2002.
- BOITO Jr, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo-SP: Xamã, 1999.
- BOITO Jr., Armando. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. **Crítica Marxista**, São Paulo, vol.1, nº.3, 1996.
- BOITO Jr., Armando. **O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOITO Jr., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil - uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: Hucitec/Campinas: Unicamp, 1991.
- BOYER R. et SOUYRI P-F. **Mondialisation et Régulations: europe et japon face à la singularité américaine**. Paris: La Découverte, 2001.
- BOYER Robert. « La politique à l'ère de la mondialisation et de la finance : le point sur quelques recherches régulationnistes », in : **L'Année de la Régulation**, vol. 3. Paris : La Découverte, 1999.
- BOYER, R. & SAILLARD, Y. (orgs.). *Théorie de La Régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.
- BRAGA, José C. de S.; CINTRA, Marcos A. M. **A Participação do Brasil na Reorganização das Finanças Internacionais**. Texto elaborado para a Fundação Friedrich Ebert / ILDES (s/d)
- BRAGA, Ruy. **A Reestruturação do Capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo-SP: Xamã, 1996.

- BRANDÃO, Marisa. *Da Arte do Ofício à Ciência da Indústria: a confirmação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional*. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro-RJ, V. 25, nº 3, set./dez., 1999.
- BRAUDEL, Fernad. **Escritos sobre a História**. 2ª Ed. São Paulo-SP: Ed. Perspectiva, 1992.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Guanabara, 1987.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CAMARANO, Ana Amélia. *Migração e Estrutura Produtiva: o caso das regiões metropolitanas nordestinas*. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Vol. 3, nº 2, julho/dezembro, 1986, p. 23-46.
- CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. São Paulo: Pontes; Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança, Brasil: proposta de governo**. Brasília-DF: s. ed., 1998.
- CARLEIAL, Liana de Maria da F.; NABUCO, Maria Regina. (Orgs). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1994.
- CARONE, Edgar. **O Movimento Operário no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- CARVALHO, Inaiá Maria de Carvalho. **O Nordeste e o Regime Autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- CARVALHO, Inaiá; HAGUETE, Maria Teresa Frota. **Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo/Brasília: Hucitec/CNPq, 1984.

- CASSEN, Bernard. *Pour Sauver la Société!* In: *Lá Mondialisatio Est-Elle Inévitable?*. Paris: Debat Public, tenu le 7 mai 1997, **Le Monde Diplomatique**.
- CASTELS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000, Vol. I.
- CASTELS, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. 2º Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Nadya A. & DEDECCA, Claudio S. (Orgs). **A Ocupação na América Latina: tempos mais duros** (*Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho*). São Paulo-SP; Rio de Janeiro-RJ, 1998.
- CASTRO, Nadya Araujo; LEITE, Marcia de Paula. *Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: desafios e interpretações*. **BIB**, nº 37, Rio de Janeiro-RJ, pp. 39-59, 1º semestre de 1994.
- CHANTEAU Jean-Pierre. **L'Entreprise Nomade: localisation et mobilité des activités productives**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- CHESNAIS, François. DUMÉNIL, Gerard [et al]. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- CHESNAIS, Jean. **A Mundialização do Capital**. São Paulo-SP: Xamã, 1996.
- COCCO, Giusepe; URANI, André; GALVÃO, Alexander Patez. **Empresários e empregos os novos territórios produtivos. O caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização.** São Paulo-SP: Cortez, 2000.

CONCEIÇÃO, Jefferson José. **As Fábricas do ABC no Olho do Furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90.** Dissertação de Mestrado, IMES, São Caetano do Sul, 2001.

COSTA, Sérgio. *Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil.* **BIB**, n° 43, Rio de Janeiro-RJ, 1° semestre de 1997, pp. 3-25.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Coord). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** 2ª Ed. Campinas-SP: Papirus; Editora da Universidade de Campinas, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um Estudo Sobre seu Pensamento Político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **Estado e Economia em Tempos de Crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 90.** Rio de Janeiro-RJ: Relume Dumará; Campinas-SP: Editora da Universidade de Campinas, 1997.

DE SOUZA, Ângela Tude. **Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci.** Coleção Textos Didáticos (n° 5). Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 1992.

DESCARTES, René. **Discours de La Méthod.** Paris: Garnier Famarion, 1966.

DIAS, Edmundo F. *A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização.* **Textos Didáticos**, n° 29, agosto. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

DIEESE, Subseção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. **Brasil: perfil social; Histórico e Influência política dos Metalúrgicos do ABC; Desenvolvimento recente da indústria brasileira; Estratégia da Ford no Brasil; Tabelas; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – CUT Brasil; Sistema único de Representação da Ford.** São Bernardo do Campo – SP: Subseção Dieese, maio de 2000.

Disputa concentra economia, diz BNDES”. Seção Brasil P. 15. Folha de São Paulo, ano 80, Nº 25.890: São Paulo, 20 de fevereiro de 2000; “*Evolução da Participação dos Estados no ICMS Brasileiro*”.

DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses. Os Primórdios do Crescimento Econômico Europeu. séc VII-XII.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

DURHAN, Eunice R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** 3º Ed. São Paulo Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, T. **Ideologia.** São Paulo-SP: Unesp, 1998.

Em Crise. Ford mundial planeja trocar executivos e se aliar com rivais. In: **Folha de São Paulo** (Caderno Dinheiro), 04/09/2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. *Uma genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social.* **BIB**, nº 46, Rio de Janeiro-RJ, pp. 39-71, 2º semestre de 1998.

FARIAS, BERNA. Pólo Calçadista pode Migrar da Bahia. **Jornal à Tarde.** Salvador, 30/03/2001, p. 13

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas.** São Paulo-SP: Cortez, 2000.

Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Centro tecnológico do Calçado. **Tecnologia do Calçado: agregando valor ao produto**. Novo Hamburgo: Abicalçados, 2001.

FERRAZ, Cristiano L. **Metamorfose do Industrialismo no Estado da Bahia: Estado, Produção e Formação Humana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação – mestrado e doutorado – da Universidade Federal Fluminense, campo confluência Trabalho e Educação. Niterói, 2002. (CAPES).

FERRAZ, Cristiano L. **Relocalização Industrial, Redefinição do Estado na Bahia e Valorização do Capital: aspectos da mudança qualitativa do industrialismo na periferia da semiperiferia**. Programa de Pós-Graduação Em Educação – Mestrado e Doutorado – UFF, 15/03/2001. (mimeo)

FILHO, Michel Zaidan. **O Fim do Nordeste e Outros Mitos**. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

FIORI, J.L. da Costa. **Existe um Estado pós-fordista? Reforma e funções do Estado brasileiro no novo paradigma**. São Paulo: Ildesdes, 1993. mimeo.

FIORI, José Luís (Org). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

FIORI, Luis. **Os Moedeiros Falsos**. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

Flexibilização da Jornada Causa Polêmica: banco de horas ganha mais participação nos acordos coletivos, mas ainda existe divergência na CUT. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 de setembro de 1998.

FONSECA, Ceslo Suckouw da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, Vol. I e II.

Ford cortará 35 mil funcionários no mundo. 5 fábricas serão fechadas e 4 modelos deixarão de ser produzidos, entre os quais o Escort; objetivo é aumentar lucros.
Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro), 12/01/2002.

Ford Demitirá 10.000 para economizar U\$ 5 bilhões. In: **Folha de São Paulo** (Caderno Dinheiro), 16/09/2006;

FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O Trabalho no Espaço da Fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1994.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Coleção Os Economistas. 3ª Ed. São Paulo-SP: Nova Cultural, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Fazendo pelas Mãos a Cabeça do Trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional*. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro-RJ, Nº 47, nov, 1983.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, (?).

FURTADO, Bernardino. *Tática Agressiva não dá Resultado*. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 de abril de 1998.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 5ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1981.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- GEERTZ, Clifford. **Nova Luz Sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- GELLNER, Ernest. **Razão e Cultura**. Lisboa – Portugal: Teorema, 1992.
- GERCHMANN, Léo. Azaléia Fecha fábrica no Rio Grande do Sul e Demite 800. **Folha de São Paulo**, 06/ 12/2005; GERCHMANN, Léo. Fim de Fábrica Expõe Crise da Indústria Calçadista. **Folha de São Paulo**, 09/12/2005.
- GIANOTI, José Arthur. **Origens da Dialética do Trabalho**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.
- GILLY Jean-Pierre et TORRE André (org.). **Dynamiques de Proximité**. Paris: L’Hamarttan, 2000.
- GONSALVES, Reinaldo. *Competitividade Internacional e Integração Regional: a hipótese da inserção regressiva*. IN: **Revista de Economia Contemporânea**. Vol. 5. Edição Especial “O Futuro da Indústria”. Rio de Janeiro-RJ, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (vol I): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere (vol II): Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- GRANT, Jeremy. *Ford da “última chance” à América do Sul*. **Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)**. São Paulo, 26/10/2002.
- GRESPLAN, Jorge. *A dialética do Averso*. **Crítica Marxista**, nº 14, 2002
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo-SP: nº 18, setembro, 1987

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Interesses e Exploração: comentários a um debate anglo-americano*. **BIB**, n° 31, Rio de Janeiro-RJ, pp. 34-66, 1° semestre de 1991.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio; ANGIER, Michel; Castro, Nadya Araújo. **Imagens e Identidades do Trabalho**. São Paulo-SP: Hucitec, 1995
- GUZZO, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *A Nova Intransparência — A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas*. São Paulo-SP: **Novos Estudos Cebrap**, n° 18, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência Enquanto Ideologia*. In: **Textos Escolhidos**. Os Pensadores. São Paulo-SP: Editora Abril, 1975.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de La Acción Comunicativa*. Vol. II. Madrid: Taurus, 1987.
- HAKIM, Danny. *Modelos das montadoras americanas não agradam mais aos consumidores, e empresas perdem espaço para orientais Ford e GM perdem encanto e entram em crise*. In: **Folha de São Paulo** (Caderno Dinheiro), 17/04/2005.
- HAKIN, Danny. *Ford e GM Perdem Encanto e Entram em Crise*. **Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)**. São Paulo, 17/04/2005
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 3° Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ª Ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 1996.

HELLER, Agnes [et alli]. **A Crise dos Paradigmas em Ciências sociais e os Demais desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto, 1999.

HIRATA, Helena Sumiko (Org.) **O “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho**. São Paulo-SP: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

HISCHMAN, A. O. **A retórica da Intransigência**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. 5ª Ed. Revista. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o Breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IANI, Octávio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1967.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Série Estudos e Pesquisas, nº 17, Rio de Janeiro, 2005.

Indústria de Calçados Anunciam Instalações no Interior do Estado. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **BAHIAINDÚSTRIA**. Salvador, ano IV, nº 58, out. de 1997, p. 5.

JAGUARIBE, Hélio (et al). **Brasil ano 2000: para um novo pacto social**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1986.

JAMENSON, Frederic. **A Cultura do Dinheiro**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1996.

Joaquim castanheira . *A fábrica que salvou a Ford, a unidade de Camaçari, na Bahia, completa quatro anos, atinge a capacidade máxima de produção, estanca a decadência da empresa no Brasil e traz o lucro de volta*. **Folha de São Paulo, 23/11/2005**.

Jornal Arrocha o Nó. Iguai-Ba, Janeiro de 2003.

Karl Marx. **Elementos Fundamentales Para La Critica de La economia Política (Borrador) 1857-1858** [Grundrisse]. Volume I. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S.A., 1971.

KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy e COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KHERDJEMIL B. **Mondialisation et Dynamiques des Territoires**. Paris: L'Harmattan, 1998.

KHERDJEMIL B., PANHUYS H., ZAOUAL H. **Territoires et Dynamiques Économiques**. Paris: L'Harmattan, 1998.

KLINK, Jeroen Johannes. **A Cidade Região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- KONDER, Leandro. *A Chegada das Idéias de Marx à América do Sul*. In: KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética**. (?)
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KOWARICK, Lúcio (Coord.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica**. 4ª Ed. rev. São Paulo-SP: Cortez, 1995.
- L'ANNEE DE LA REGULATION, vol. 5, (dossier économie politique du développement). La Découverte, Paris, 2001.
- LAMOTTE, Bruno (coord.). **Les Régulations de L'Emploi: les stratégies des acteurs**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. (Vol 1). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- LEITE, Márcia de Paula (Org). **O Trabalho em Movimentos: reestruturação, produtiva e sindicalismo no Brasil**. Campinas-SP: Papyrus.
- LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEITE, Márcia de Paula; SILVA, Roque Aparecido da. *A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: uma discussão teórica*. **BIB**, Rio de Janeiro-RJ, n° 42, pp. 41-57, 2º semestre de 1996.
- LEKACHMAN, Robert (Cord). **Teoria Geral de Keynes: trinta anos de debates**. São Paulo-SP: Ibrasa, 1968.

LESBAUPIN, Ives; ABREU, Antônio. “Conjuntura Sócio-econômico-Política Brasileira”.
In: **Cadernos do CEAS**, Salvador n° 170, 1997.

LESSA, Sergio. *Trabalho Imaterial, Classe Expandida e Revolução Passiva* [crítica a Negri, Lazzarato e Hardt]. In: **Crítica Marxista**. Nº 15. São Paulo-SP: Boitempo, 2002.

Liberdade para Crescer. In: Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. **Boletim Industrial**. Salvador, v. 26, nº 415, dez. 1991, p. 5.

LOJKINE, Jean. **A Classe Operária em Mutações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

LOJKINE, Jean. **La Révolution Informationnelle**. Paris: Puf, 1992.

LOPES, José Sérgio L. (coord.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio De Janeiro: Museu Nacional – UFRJ; Marco Zero; PROED, 1987.

LOPES, Juarez R. B. **Crise no Brasil Arcaico**. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

LOPES, Juarez R. B. **Sociedade Industrial no Brasil**. 2º Ed. São Paulo-SP: Difusão Européia do Livro, 1971.

LOWI, Michael. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1994.

LOWI, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 13ª Edição. São Paulo-SP: Cortez, 1999.

- LUCÁKS, György. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo-SP: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1990.
- MANDEL, Ernest. **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARCUSE, Hebert. **Razão e Revolução**. Rio de Janeiro-RJ: Omega, 1969.
- MARQUES, Eduardo; GONÇALVES, Renata; SARAIVA, Camila. *Assimetria e Descompasso: as condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990*. **Novos Estudos Cebrap**, nº 73. São Paulo, 2005.
- MARTINS, Heloisa Helena T. S. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas [Vol. I, II, III]**. São Paulo-SP: Alfa-Ômega, 1986.
- MARX, Karl, *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. In: FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem**. 8ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1983.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã [Vol I]**. 4ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1995.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ***Manifesto Comunista***. (Org. Oswaldo Coggiola). São Paulo-SP: Boitempo, 1999.

Marxismo e Ciências Humanas . VVAA. **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

MATTERLAND, Armand; Neveu, Érik Neveu. ***Introdução aos Estudos Culturais***. Parábola Editorial: São Paulo.

Mc LELLAN, David. **Marx y los jóvenes hegelianos**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1971

McCLELAND, David C. **A Sociedade Competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro-RJ: Expressão e Cultura, 1972.

MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981

Metalúrgicos do ABC Ameaçam Reagir Contra Demissões na Ford. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 de dezembro de 1998.

MILLS, C. Wright. **A Nova Classe Média (White Collar)**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1969.

MOORE, Wilbert. E. **O Impacto da Indústria. Modernização de Sociedades Tradicionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. **História do Marxismo no Brasil. Volume IV**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000.

MORSE, Richard M. **O Espelho de Próspero**. São Paulo-SP: Cia das Letras, 1988.

- NABUCO, Maria R.; NEVES, Magda de A.; NETO, Antônio M. C. (ORGs) **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2004.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.) **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. E. P. Thompson**. Campinas-SP: Textos Didáticos IFCH, nº 10, Vol. 1, 1998.
- NICOS, Poulantzas. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1977.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber e Produção em Marx e Engels**. São Paulo-SP: Cortez, 1993.
- OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1989, Volume I.
- OHMAE, Kenichi. **O Poder da Tríade: emergência da concorrência global**. São Paulo-SP: Pioneira, 1989.
- OLIVEIRA, Eurenice. *Toyismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004
- OLIVEIRA, F; REICHSTUL, P. *Mudanças na Divisão Interegional no trabalho no Brasil*. Estudos Cebrap, nº 4, 1973.

- OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Anti-valor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.) **Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.** Petrópolis-RJ: Vozes; Brasília-DF: NEDIC, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis-RJ: Vozes; Cebrap, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes.** 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. **O Elo Perdido: classe e identidade de Classe.** São Paulo-SP, Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco. **Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 1999.
- PECQUEUR Bernard (ed.). **Dynamiques territoriales et mutations économiques.** Paris : l'Harmattan, 1996.
- PECQUEUR Bernard. **Le Développement Local**, 2ème édition. Paris: Syros, 2000.
- PEREIRA, Diamantino. A Nova Espacialidade do Trabalho: o fordismo e a “produção enxuta” na Ford. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (90), 1 de agosto de 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Sagrada Missão Pública*. **Folha de São Paulo**, Caderno *Mais!*, São Paulo, 4 de Junho de 2000.

PEREIRA, Luiz. **Anotações sobre o Capitalismo**. São Paulo-SP: Pioneira Ed, 1977.

PEREIRA, Paula Regina M. *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004;

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina**. São Paulo-SP: Xamã, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINTO, L. A.Costa. *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. 3ª Ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIRES, Elson L. Silva. « L'internationalisation et les transformations du rapport salarial et des systèmes d'emploi dans la constitution de zones d'intégration régionale : une comparaison des trajectoires nationales en France et Italie, Brésil et Argentine », in : **Forum de la Régulation**, Paris, 12-13 octobre, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1978.

POULNTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

- RAMALHO, José Ricardo. *Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um balanço do debate*. **BIB**, Rio de Janeiro-RJ, n° 32, pp. 19-65, 2° semestre de 1991.
- RAMALHO, José Ricardo. *Novas Fábricas, Velhas Práticas: relação trabalhistas e sindicais na indústria automobilística brasileira*. **Cadernos do CRH**. Salvador: Centro de Recursos Humanos / UFBA, 2004, vol 17 n° 41. Cadernos do CRH
- RIPARDO, Sérgio. *Fuga de Indústrias do Sul para o Nordeste estancou, diz Abicalçados*. **Folha de São Paulo**, 16/01/2001.
- RODRIGUES, Iram Jacome; MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. *Perfil Socioeconômico de Jovens Metalúrgicos*. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**. V. 17, n° 2. São Paulo: USP, 2005.
- RODRIGUES, Iram Jácome; PONTES, Cecília Carmen Cunha; RAMALHO José Ricardo, SANTANA, Marco Aurélio. *Velhos e Novos Operários na Indústria Automobilística: comparações entre o ABC paulista e o Sul Fluminense*. **Cadernos do CRH**. Salvador, Vol. 19, N° 46, 2006.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. DIFEL, 1968; LOPES.
- RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas-SP: Autores Associados, 1998.
- RODRIGUES, Leôcio Martins. **Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São BARBOZA, Nathália. Calçado Brasileiro já Chega a 135 países. **Folha de São Paulo**, 18/09/2003.
- Rodrigues, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

- ROSS, Marlene Couto Dal. **Preparação do Técnico de Nível Médio da Indústria Calçadista: um estudo de caso no SENAI**. Porto Alegre-RS, 1991. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Educação.
- RUMIÁNTSEV, A.; AMBARTÚMOV, E. y OSTOVITIÁNOV, Y. Prologo. In: RUMIÁNTSEV, Alexei. (Org.) **La Estructura de la Clase Obrera de los Países Capitalistas: materiales del intercambio de opiniones organizado por Revista Internacional (Problemas de la Paz e del Socialismo) – 1960-1961**. Praga: Editorial Paz y Socialismo, 1963
- RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e Identidade dos Trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo-SP: Xamã; Niterói-RJ: Intertexto, 2000.
- SADER, Eder. (org.) **Mao Tse-tung**. São Paulo-SP: Ática, 1982.
- SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Unicamp: IFCH, 1998.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SALERNO, Mário Sérgio [et al] **A Nova Configuração da Cadeia Automotiva Brasileira**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção – Grupo de Estudo em Trabalho, Tecnologia e Organização; BNDS. São Paulo: 2002.
- SALLUM JR. Brasília. *Classe, Cultura e Ação Coletiva*. **Lua Nova**, São Paulo, nº 65, 2005.
- SALM, Cláudio. **Cenários da Indústria Brasileira e a Formação Profissional**. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ / Instituto de Economia Industrial, 1989. Parte 1: As tendências do Debate Internacional.

SALM, Cláudio; FOGAÇA, Azuete. “Modernização Industrial e a Questão dos Recursos Humanos”. In: **Economia & Sociedade**, Campinas n ° 1, P. 111-114, Março/Agosto 1992.

Salvador Lidera em Desemprego. **Folha de São Paulo (Suplemento Folha Dinheiro)**. São Paulo, 01/02/2006.

SANTOS Milton. **A Natureza do Espaço : técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, José Alcides dos. *Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil*. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 1, 2005.

SARLET, Erica D. **Os 40 anos de Calçados Azaléia S.A.: 1958-1998**. Canoas – RS: La Salle Gráfica Editora, 1999.

SEMERARO, Giovanni. **O Marxismo de Gramsci**. Niterói-RJ, 1999 (mimeo).

SENNET, Richard. **A Corrosão do Caráter**. São Paulo-SP: Record, 2000.

SILVA, Elizabeth B. **Refazendo a fábrica fordista**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1991.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (ORS). **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização**. Coleção Zero à Esquerda. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1997.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo-SP: Editora Atlas S.A., 1966.

Tempos Modernos: o expediente das 8 às 5, grande conquista do sindicalismo já era. Empurradas pela concorrência, as pessoas estão trabalhando cada vez mais”.
Revista Veja, nº 14, 5 de abril de 2000.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2ª Ed. São Paulo-SP: Polis, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo-SP: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol I II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIFFIN, Robert. **O Sistema Monetário Internacional**. Rio de Janeiro-RJ: Expressão e Cultura, 1972.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Prática e Sobre a Contradição**. São Paulo-SP: Edições Populares, 1999.

VALLA, Victor V. **A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira (1898-1928): sempre de acordo ou nobre emulação?** Rio de Janeiro-RJ: Ao Livro Técnico S/A – Indústria e Comércio; Instituto Nacional do Livro, 1978.

VÉDRINE, Hélène. **As Filosofias da História: decadência ou crise**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1977.

VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs) **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. 3ª Ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar Editores, 1971.

WARDE, Miriam J. **Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão**. 2ª Ed. São Paulo-SP: Cortez & Moraes, 1979.

WOMACK, James P; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. **A Máquina que Mudou o Mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, Jonh Bellamy (orgs). **Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.

WRIGHT, Erik O. **Classe, Crise e o Estado**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1981.

ZENETO, Raúl Benitez (coord). **As Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

9 ANEXOS

9.1 RELAÇÃO DE REGIÕES E MUNICÍPIOS

Bahia Região do Paraguaçu

- Amélia Rodrigues
- Anguera
- Antônio Cardoso
- Baixa Grande
- Boa Vista do Tupim
- Candeal
- Capela do Alto Alegre
- Conceição da Feira
- Conceição do Jacuípe
- Coração de Maria
- Feira de Santana
- Gavião
- Iaçú
- Ibiquera
- Ichu
- Ipecaetá
- Ipirá
- Irará
- **Itaberaba**
- Itaetê
- Lajedinho

- Macajuba
- Mairi
- Marcionílio Souza
- Mundo Novo
- Nova Fátima
- Pé de Serra
- Pintadas
- Piritiba
- Rafael Jambeiro
- Riachão do Jacuípe
- Ruy Barbosa
- Santa Bárbara
- Santanópolis
- **Santo Estêvão**
- São Gonçalo dos Campos
- Serra Preta
- Tanquinho
- Tapiramutá
- Teodoro Sampaio
- Terra Nova
- Várzea da Roça

Bahia **Região Sudoeste**

- Anagé
- Barra do Choça
- Belo Campo
- Boa Nova
- Bom Jesus da Serra
- Caatiba
- Caetanos
- Cândido Sales
- Caraíbas
- Cravolândia
- Encruzilhada
- **Firmino Alves**

- **Ibicuí**
- **Iguaí**
- Irajuba
- **Itambé**
- **Itapetinga**
- Itaquara
- **Itarantim**
- Itiruçu
- **Itororó**
- Jaguaquara
- Jequié
- Lafayette Coutinho
- Lagedo do Tabocal
- **Macarani**
- **Maiquinique**
- Manoel Vitorino
- Maracás
- Mirante
- Nova Canaã
- Planaltino
- Planalto
- Poções
- Potiraguá
- Ribeirão do Largo
- Santa Inês
- Tremedal
- **Vitória da Conquista**

Ceará
Microregião de Itapipoca

- Amontada
- Itapipoca
- Trairi

Santa Catarina
Mesorregião do Oeste Catarinense
Microrregião de Chapecó

- Águas de Chapecó
- Águas Frias
- Bom Jesus do Oeste
- Caibi
- Campo Erê
- Caxambu do Sul
- Chapecó
- Cordilheira Alta
- Coronel Freitas
- Cunha Porã
- Cunhataí
- Flor do Sertão
- Formosa do Sul
- Guatambu
- Iraceminha
- Irati
- Jardinópolis
- Maravilha
- Modelo
- Nova Erechim
- Nova Itaberaba
- Novo Horizonte
- Palmitos
- Pinhalzinho
- Planalto Alegre
- Quilombo
- Saltinho
- Santa Terezinha do Progresso
- Santiago do Sul
- São Bernardino
- São Carlos
- São Lourenço do Oeste
- São Miguel da Boa Vista
- Saudades
- Serra Alta
- Sul Brasil
- Tigrinhos
- União do Oeste

Mesoregião de Porto Alegre
Microregião de Gramado-Canela
Vale dos Sinos-RS

- **Parobé**
- **Nova Hartz**
- Ararica
- Santa Maria do Herval
- Dois Irmãos
- Sapiranga
- Campo Bom
- Presidente Lucena
- São Sebastião do Cai
- **Novo Hamburgo**
- Estância Velha
- **Portão**
- **São Leopoldo**
- Sapucaia do Sul
- Esteio
- Capela de Santana
- Nova Santa Rita
- **Gravataí**
- Canoas
- Porto Alegre
- Montenegro
- Nova Santa Rita
- **Ivotí**

Mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense
Micro Região de Santa Cruz do Sul

- Arroio do Tigre
- Candelária
- Estrela Velha

- Gramado Xavier
- Herveiras
- Ibarama
- Lagoa Bonita do Sul
- Mato Leitão
- Passa Sete
- Santa Cruz do Sul
- Segredo
- Sinimbu
- Sobradinho
- Vale do Sol
- Venâncio Aires
- Vera Cruz

Mesoregião de Porto Alegre
Microregião de Montenegro

- Alto Feliz
- Barão
- Bom Princípio
- Brochier
- Capela de Santana
- Feliz
- Harmonia
- Linha Nova
- Maratá
- Montenegro
- Pareci Novo
- Poço das Antas
- Portão
- Salvador do Sul
- São José do Hortêncio
- São José do Sul
- São Pedro da Serra
- São Sebastião do Caí
- São Vendelino

Região do ABC Paulista

- **São Bernardo do Campo**
- Santo André
- **São Caetano**
- Diadema
- Mauá
- Ribeirão Pires
- Rio Grande da Serra

Região Metropolitana de Campinas

- Americana
- Artur Nogueira
- Campinas
- Cosmópolis
- Engenheiro Coelho
- Holambra
- Hortolândia
- Indaiatuba
- Itatiba
- Jaguariúna
- Monte Mor
- Nova Odessa
- Paulínia
- Pedreira
- Santa Bárbara d'Oeste
- Santo Antônio de Posse
- Sumaré
- Valinhos
- Vinhedo

Mesoregião do Vale do Paraíba Paulista

Microregião de São José dos Campos

- Caçapava
- Igaratá
- Jacareí
- Pindamonhangaba
- Santa Branca
- São José dos Campos
- Taubaté
- Tremembé

Mesoregião de Araraquara

Microregião de São Carlos-SP

- Analândia
- Descalvado
- Dourado
- Ibaté
- Ribeirão Bonito
- São Carlos - SP

Região Sul Fluminense

- Angra dos Reis
- Barra do Piraí
- Barra Mansa
- Itatiaia
- Parati
- Pinheiral
- Piraí
- Porto Real
- Quatis
- Resende
- Rio Claro
- Rio das Flores
- Valença
- Volta Redonda.

Mesoregião de Ribeirão Preto Microregião de Franca

- Cristais Paulista
- Franca
- Itirapuã
- Jequara
- Patrocínio Paulista
- Pedregulho
- Restinga
- Ribeirão Corrente
- Rifaina
- São José da Bela Vista

Microregião de Carira –SE

- Carira
- **Frei Paulo**
- Nossa Senhora Aparecida
- Pedra Mole
- Pinhão
- Ribeirópolis

Mesoregião do Sul Goiano Micro Região de Catalão

- Ananguera
- Campo Alegre de Goiás
- Catalão
- Corumbaíba
- Cumari
- Davinópolis
- Goiandira
- Ipameri
- Nova Aurora
- Ouvidor
- Três Ranchos

Mesoregião Metropolitana de Curitiba Microregião de Curitiba

- Almirante Tamandaré
- Araucária
- Balsa Nova
- Bocaiúva do Sul

(11) Outra. Qual? _____

5. Qual a sua situação conjugal atual?

- (1) Solteiro (a)
- (2) Casado (a) ou vivendo maritalmente
- (3) Divorciado (a) ou separado (a) (vive sozinho, com parentes ou amigos)
- (4) Viúvo (a) (vive sozinho, com parentes ou amigos)

6. Você tem filhos?

- (1) Não
- (2) Sim

7. Quantos? _____
(Número de filhos)

8. Em que País você nasceu? _____

9. Em que Estado você nasceu? _____

10. Em que Município você nasceu? _____

11. Em que cidade está vivendo?

- (1) Salvador
- (2) Lauro de Freitas
- (3) Camaçari
- (4) Simões Filho
- (5) Candeias
- (6) Outros: Qual? _____

12. Há quanto tempo reside no seu município? _____

13. Sua esposa (o) / companheira (o):

- (1) Não trabalha fora e nem tem qualquer atividade remunerada
- (2) Trabalha fora meio período
- (3) Trabalha fora em período integral
- (4) Tem uma atividade remunerada trabalhando em casa
- (5) Está desempregada (o)
- (6) Outra resposta. Qual? _____

14. Você estuda atualmente?

- (1) Sim. Qual o curso e a série? _____
- (2) Não

15. Se sim, estuda na rede:

- (1) Pública Municipal
- (2) Pública Estadual
- (3) Pública Federal
- (4) Particular

16. Até que ano você estudou?

- (1) Analfabeto
- (2) Primário incompleto
- (3) Completou o primário (1ª a 4ª série do 1º grau)
- (4) Ginásio incompleto
- (5) Completei o ginásio (5ª a 8ª série do 1º grau)
- (6) Segundo grau incompleto
- (7) Completei o segundo grau
- (8) Curso Superior incompleto
- (9) Curso Superior completo
- (10) Pós-Graduação incompleta
- (11) Pós-Graduação completa

17. Você fez algum curso profissionalizante?

- (1) Não.
- (2) Sim. Qual? _____

18. Se positivo, indicar instituição (Marque mais de uma opção se for o caso)

- (1) Empresa
- (2) Escola técnica
- (3) SENAI
- (4) SESI
- (5) Sindicato
- (6) Outro. Qual? _____

19. Como você avalia o referido curso profissionalizante?

- (1) Ótimo
- (2) Bom
- (3) Regular
- (4) Ruim
- (5) Não fiz curso profissionalizante

20. Em que condições você trabalha?

- (1) Contrato permanente
- (2) Contrato temporário
- (3) Outra situação. Qual? _____

21. Qual o seu salário de carteira?

- (1) Até R\$ 600,00
- (2) De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00
- (3) De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.800,00
- (4) De R\$ 1.801,00 a R\$ 2.400,00
- (5) De R\$ 2.401,00 a R\$ 3.000,00
- (6) Mais de R\$ 3.000,00

22. Há quanto tempo você trabalha na Empresa? _____

23. Qual o cargo/função que você ocupa na Empresa? _____

24. Antes de trabalhar na empresa atual, você trabalhava:

- (1) Em outra indústria calçadista
- (2) Em empresa fabricante de autopeças
- (3) Em empresa metalúrgica
- (4) Em outro tipo de indústria não-calçadista
- (5) Trabalhava por conta própria
- (6) Trabalhava no comércio como empregado
- (7) Não teve outro emprego, este é o primeiro
- (8) Outra resposta. Qual? _____

25. Você tem algum familiar trabalhando na mesma fábrica em que você trabalha?

- (1) Sim
- (2) Não

26. Se positivo, qual o grau de parentesco? _____

27. Como você conseguiu o emprego na Empresa?

- (1) Processo de seleção
- (2) Indicação familiar
- (3) Indicação de amigo
- (4) Transferência
- (5) SENAI
- (6) Outro. Qual? _____

28. Qual o grau de instrução do seu pai?

- | | |
|------------------------------|-------------------------------|
| (1) Analfabeto | (6) Curso Superior incompleto |
| (2) Primeiro grau incompleto | (7) Curso Superior completo |
| (3) Primeiro grau completo | (8) Pós-Graduação incompleta |
| (4) Segundo grau incompleto | (9) Pós-Graduação completa |
| (5) Segundo grau completo | |

29. Seu pai trabalhava/trabalha em:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| (1) Indústria calçadista | (2) Fábrica de autopeças |
| (3) indústria metalúrgica | (4) Outra indústria não-calçadista |
| (5) Lavoura | (6) Outro tipo de indústria |
| (7) Por conta própria | (8) Comércio como empregado |
| (9) Outra resposta.
Qual? _____ | (10) Não sei |

30. Você vive em:

- | | |
|------------|---------------------------------|
| (1) Casa | (2) Apartamento |
| (3) Cômodo | (4) Outra condição. Qual? _____ |

31. O seu domicílio é:

- | | |
|---------------------------|---------------------------------|
| (1) Próprio já pago | (2) Próprio ainda pagando |
| (3) Alugado | (4) Cedido pelo empregador |
| (5) Cedido de outra forma | (6) Outra condição. Qual? _____ |

32. A rua em que seu domicílio está situado possui: (Marcar quantos forem necessários)

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| (1) Asfalto | (2) Água encanada |
| (3) Esgoto | (4) Iluminação |
| (5) Sistema de transporte | (6) Segurança particular |

33. Em seu domicílio existe:

- | | | | |
|--------------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|
| (1) Rádio | (a) Sim (b) Não | (11) TV por assinatura | (a) Sim (b) Não |
| (2) Geladeira ou freezer | (a) Sim (b) Não | (12) DVD | (a) Sim (b) Não |
| (3) Videocassete | (a) Sim (b) Não | (13) Internet | (a) Sim (b) Não |
| (4) Máquina de lavar roupa | (a) Sim (b) Não | (14) Telefone Celular | (a) Sim (b) Não |
| (5) Forno de microondas | (a) Sim (b) Não | | |
| (6) Linha telefônica instalada | (a) Sim (b) Não | | |
| (7) Microcomputador | (a) Sim (b) Não | | |
| (8) Carro | (a) Sim (b) Não | | |
| (9) Televisão | (a) Sim (b) Não | | |
| (10) Ar condicionado | (a) Sim (b) Não | | |

34. O seu passatempo favorito é (Marque mais de uma opção caso necessário):

- | | |
|-----------------------------|-------------------|
| (1) Ler | (2) Ir ao Cinema |
| (3) Ir ao Shopping | (4) Ver televisão |
| (5) Jogar futebol | (6) Barzinho |
| (7) Participar de churrasco | (8) Internet |
| (9) Outro. Qual? _____ | |

35. Como você avalia a relação da empresa em que você trabalha com os funcionários?

- (1) Ótima (2) Boa
(3) Razoável (4) Ruim

36. Como você avalia as condições de trabalho na sua empresa?

- (1) Ótimas (2) Boas
(3) Regulares (4) Ruins

37. Como você avalia as políticas de incentivo da sua empresa em relação à performance dos empregados?

- (1) Boas (2) Ótimas
(3) Razoáveis (4) Ruins
(5) Não existem (6) Não sabe

38. Na sua empresa existe ou existiu trabalho em grupo?

- (1) Sim
(2) Não
(3) Não sei

39. Se existe ou existiu trabalho em grupo, em sua opinião ele (Marque mais de uma opção caso necessário):

- (1) Gera conflitos entre os funcionários
(2) Melhora a integração entre os funcionários
(3) Gera conflito entre os funcionários e a empresa
(4) Melhora a integração entre os funcionários e a empresa
(5) Gera conflito entre os funcionários; e entre os funcionários e a empresa
(6) Melhora a integração entre os funcionários e entre os funcionários e a empresa

40. Você se sente trabalhando em equipe?

- (1) Sim (2) Não
(3) Em termos. Por quê? _____

41. Você trabalha em posições desconfortáveis?

- (1) Sim (2) Não (Seguir para questão 43)

42. Se positivo, que parcela do dia você trabalha em posições desconfortáveis

- (1) Todo o tempo (2) Grande parte do dia
(3) Metade do dia (4) Pequena parte do dia
(5) Nunca

43. Que parcela do dia você descreveria seu trabalho como chato e monótono?

- (1) Todo o tempo (2) Maior parte do dia
(3) Metade do dia (4) Pequena parte do dia
(5) Nunca

44. Em seu trabalho você está exposto a que tipo de problemas de ambiente? (pode assinalar mais de uma opção)

- (1) Produtos químicos (2) Calor intenso
(3) Ruídos (4) Fumaça

- (5) Luminosidade (6) Não estou exposto
(7) Outra. Qual? _____

45. Você já se sentiu ou se sente pressionado no trabalho?

- (1) Muito (2) Razoavelmente
(3) Pouco (4) Muito pouco
(5) Nunca (Seguir para a questão 48)

Por quem?

46. Pelos colegas de trabalho?

- (1) Muito (2) Razoavelmente
(3) Pouco (4) Muito pouco
(5) Nunca

47. Pela gerência?

- (1) Muito (2) Razoavelmente
(3) Pouco (4) Muito pouco
(5) Nunca

48. Você se preocupa com o seu trabalho quando está fora dele?

- (1) Muito (2) Razoavelmente
(3) Pouco (4) Muito pouco
(5) Nunca

49. O ritmo de seu trabalho é:

- (1) Muito rápido (2) Rápido
(3) Na medida certa (4) Lento
(5) Muito lento

50. No último mês, com que frequência você se sentiu exausto após o trabalho?

- (1) Todos os dias (2) A maior parte dos dias
(3) Metade do tempo (4) Alguns dias
(5) Nunca

51. No último mês, com que frequência o cansaço devido ao trabalho impediu você de participar de atividades sociais familiares?

- (1) Todo dia (2) A maior parte dos dias
(3) Metade do tempo (4) Poucos dias
(5) Nunca

52. Você está preocupado em perder seu emprego nos próximos 3 (três) anos?

- (1) Muito preocupado (2) Preocupado
(3) Não estou preocupado

53. O trabalho manual que você realiza (esforço físico) é:

- (1) Pesado demais (2) Pesado

- (3) Razoável (4) Leve
(5) Muito leve

54. Existe gente suficiente em seu setor para executar as tarefas solicitadas?

- (1) Demais (2) Suficiente
(3) Pouca (4) Muito pouca

55. Quanto tempo levaria para treinar alguém para fazer seu trabalho?

- (1) Mais de um mês (2) Duas a quatro semanas
(3) Uma semana (4) Alguns dias
(5) Um dia (6) Algumas horas

56. Você tem orgulho de trabalhar nesta Empresa?

- (1) Sim (2) Não
(3) Não sei

57. Trabalhar nesta Empresa significa (escolha 3 (três) opções):

- () Ter um bom salário () Ter crédito no comércio
() Ser respeitado como trabalhador () Ter estímulo para melhorar nos estudos
() Poder garantir o futuro da família () Poder participar do sindicato
() Ter um emprego como outro qualquer () Ser respeitado no bairro
() Apenas um passo para um emprego melhor () Outro

58. De que forma seu trabalho é acompanhado por alguma gerência?

- (1) Muito de perto (2) De perto
(3) Com relativa proximidade (4) Não muito próximo
(5) Sem proximidade alguma

59. Em sua opinião, o diálogo na relação da gerência com os funcionários é:

- (1) Muito aberto (2) Aberto
(3) Pouco aberto (4) Autoritário

60. O quanto você está satisfeito com seu supervisor imediato?

- (1) Muito satisfeito (2) Satisfeito
(3) Indiferente (4) Insatisfeito
(5) Muito insatisfeito

61. Até que ponto você se sente consultado sobre as políticas empreendidas pela empresa?

- (1) Muito (2) Razoavelmente
(3) Pouco (4) Muito pouco

62. Com que frequência você participa das atividades organizadas pelo sindicato?

- (1) Muito freqüentemente (2) Freqüentemente
(3) Pouco freqüentemente (4) Não participa

63. Como você avalia a atuação do seu Sindicato?

- (1) Ótima (2) Boa
(3) Regular (4) Ruim

64. Em termos da melhora das condições de saúde e segurança na fábrica, o sindicato tem sido:

- (1) Muito empenhado (2) Empenhado
(3) Pouco empenhado (4) Sem empenho

65. Em termos de fazer a gerência alterar as práticas de trabalho, o sindicato tem se mostrado:

- (1) Muito empenhado (2) Empenhado
(3) Pouco empenhado (4) Sem empenho

66. Até que ponto o sindicato esteve empenhado em informá-lo acerca das novas práticas gerenciais e da organização do trabalho em sua empresa?

- (1) Muito empenhado (2) Empenhado
(3) Pouco empenhado (4) Sem empenho

67. Como você avalia a atuação da comissão de fábrica ou SUR?

- (1) Ótima (2) Boa
(3) Regular (4) Ruim

68. Em sua opinião, quais deveriam ser as lutas prioritárias de seu sindicato: (Indique 4 (quatro) possibilidades):

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Reforma agrária / Luta dos sem-terra | <input type="checkbox"/> Por melhores salários |
| <input type="checkbox"/> Pela redução da jornada de trabalho | <input type="checkbox"/> Pela estabilidade no emprego |
| <input type="checkbox"/> Intervenção em políticas públicas (educação, saúde, transporte etc.) | <input type="checkbox"/> Pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Pela unificação das datas-base | <input type="checkbox"/> pelo contrato coletivo de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Por melhores condições de trabalho e saúde | <input type="checkbox"/> Em defesa das estatais e do serviço público / Contra as privatizações |
| <input type="checkbox"/> Contra a Terceirização | <input type="checkbox"/> Participação dos trabalhadores na reestruturação das empresas |
| <input type="checkbox"/> Promover cursos de Formação Profissional | <input type="checkbox"/> Aposentadoria e fundo de pensão |

69. Qual deve ser a função da diretoria do sindicato? (Indique 4 (quatro) atividades):

- Organizar os trabalhadores
- Manter diálogo constante com a empresa
- Coordenar projetos no campo da Formação Profissional
- Participar de fóruns / comissões de debate e definição de políticas públicas
- Organizar festas, torneios etc.
- Promover discussões sobre a conjuntura política e econômica
- Articular as lutas específicas da categoria às lutas gerais
- Atuar na política local da região

70. Em sua opinião qual deve ser o papel da Comissão de Fábrica ou SUR (Indique 4 (quatro) atividades):

- (1) Resolver problemas cotidianos entre os funcionários
- (2) Resolver problemas entre a empresa e os funcionários
- (3) Auxiliar no bom andamento da produção
- (4) Encaminhar os problemas ao sindicato

- (5) Participar do processo de reestruturação das empresas
- (6) Atuar na política local da região
- (7) Organizar atividades recreativas para os funcionários
- (8) Auxiliar o sindicato

71. Qual o Partido Político de sua preferência?

- | | |
|-------------------------|-------------|
| (1) PMDB | (2) PSDB |
| (3) PT | (4) PFL |
| (5) PSB | (6) PDT |
| (7) PCB | (8) PC do B |
| (9) PTB | (10) PSTU |
| (11) Outro. Qual? _____ | (12) Nenhum |

72. Você participa de alguma atividade no seu bairro?

- (1) Sim (2) Não

73. Qual?

- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| (1) Lazer | (2) Política |
| (3) Religião | (4) Associação de moradores |
| (5) Movimento de saúde | (6) Meio ambiente |

74. Você já participou anteriormente?

- (1) Sim (2) Não

75. Você ocupa algum cargo em alguma entidade na sua comunidade (Associação de moradores, grupo de saúde, Pastoral etc.)?

- (1) Sim (2) Não

76. Se positivo, qual?

(Cargo que ocupa)